

3º CICLO DE ESTUDOS
DOUTORAMENTO EM GEOGRAFIA

Urbanismo em Moçambique: Processo de Urbanização da Cidade da Matola

Amade Aly Miquidade

D

2025



Amade Aly Miquidade

Urbanismo em Moçambique: Processo de Urbanização da Cidade da Matola

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em Geografia, orientada pelo Professor
Doutor Mário Gonçalves Fernandes
e pelo Professor Doutor Rui Pedro Andrade Paes Colares Mendes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2025

Dedicatória

À minha esposa, Emília Pinto Miquidade, aos meus filhos
Amade Pinto Miquidade e Cyintia Pinto Miquidade.

Conteúdo

Dedicatória.....	3
Índice de Figura	6
Índice de Tabelas	10
Declaração de honra.....	12
Agradecimentos	13
Resumo.....	14
Abstract.....	15
Sommaire	16
Introdução	17
1. Pertinência e problematização do objeto de estudo	17
2. Análise, objetivos e questão de partida.....	23
I. DIMENSÃO DA URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE.....	26
1. Urbanismo moçambicano	27
2. Crescimento das cidades moçambicanas	33
3. Principais Regiões de Moçambique.....	49
4. Gestão do solo Urbano.....	59
II. CRESCIMENTO URBANO NA ÁREA DO GRANDE MAPUTO.....	61
1. Génese.....	61
2. Morfologia e evolução de ocupação do Solo.....	66
3. Cidade de Maputo.....	69
4. Morfologia dos Bairros da Cidade de Maputo.....	73
Bairro Mikadjuine.....	75
Bairro de Chamanculo C.....	76
Bairro da Maxaquene A.....	78
Bairro de Laulane.....	80
Bairro da Mafalala	81
Bairro Polana Caniço A.....	82
Bairro do Xipamanine.....	83
III. CRESCIMENTO URBANO DA MATOLA.....	84
1. Demografia da Matola	85
2. Origem e localização.....	95
3. Os Passos de Criação da Cidade	98
4. Os Primeiros anos da Independência	101

5.	Planeamento Urbano no Município da Matola	102
6.	Implantação da Autarquia e crescimento Urbano	103
	Período 1997-2007	104
	Período 2008-2013	107
	Classificação dos bairros.....	110
	Plano Parcial de Urbanização da UOPG7 - Intaca e Muhalaze	113
	Construção do projeto “5000 Casas”, no Bairro de Intaka	120
	Projeto da estrada circular.....	121
	Outros projetos para a expansão urbana	123
	Período 2014-2018.....	125
	Regularizações massivas.....	126
7.	Assentamentos Informais.....	129
	Exemplo de Assentamento Informal (bairro São Dâmaso)	131
8.	Concessão de Terrenos e Autorização para Construções.....	133
9.	Conceção do Plano de Estrutura Urbano da Cidade da Matola	144
10.	Morfologia do Infulene	149
11.	Morfologia da Machava.....	156
12.	Morfologia da Matola Sede.....	161
	Matola A	167
	Matola B, G, F.....	176
	Matola C.....	180
	Matola D, H e J.....	182
	Liberdade e Fomento	185
	Mussumbuluco, Sikwama e Malhampsene.....	189
IV.	CONCLUSÃO	193
V.	BIBLIOGRAFIA	206
	1. Livros	206
	2. Artigos.....	209
	3. Legislação	211

Índice de Figura

Figura 1 - Vista Aérea da Cidade de Nampula na Década 60	35
Figura 2 - Evolução do Crescimento da População Colona	37
Figura 3 - Vista Aérea do Bairro da Munhuana (1943).....	38
Figura 4 - Lei que Legitima a Nacionalização dos Prédios de Rendimento.....	39
Figura 5 - Crescimento da População nas Principais Cidades.....	41
Figura 6 - Habitações por Província	46
Figura 7 - Distribuição das Habitações Formais por Província.....	47
Figura 8 - Gráfico de Habitação Formal por Província	48
Figura 9. Crescimento Demográfico dos Centros Urbanos Norte.....	52
Figura 10. Rácio de Habitação formal/ Informal na Região Norte	52
Figura 11. População nos Centros Urbanos da região Centro (2007 e 2017)	54
Figura 12 - Gráfico da razão de Habitação Formal/Informal	55
Figura 13 - Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques (1952).....	56
Figura 14. População nos centros Urbanos da Região Sul (2007 e 2017).....	57
Figura 15 – Habitação Formal/Informal da Região Sul	58
Figura 16. Área do Grande Maputo.....	65
Figura 17. Área Urbana da Cidade de Maputo	71
Figura 18. Novas Moradias nos Bairros de Expansão (Polana Caniço).....	72
Figura 19. Maquetes retratando apartamentos da Vila Olímpica, no Bairro Zimpeto ...	73
Figura 20. População por área administrativa	85
Figura 21. Distribuição da área territorial	88
Figura 22. Evolução demográfica por bairro do Infulene	91
Figura 23. Evolução demográfica por bairro da Machava	93
Figura 24. Evolução demográfica por bairro da Matola-Sede.....	94
Figura 25. Taxa de Crescimento no Período Intercensitário	95

Figura 26. Mapa de Divisão Administrativa da Cidade da Matola	97
Figura 27. Planta de Implantação da Matola	100
Figura 28. Localização de Implantação do Plano de Tchumene	106
Figura 29. Esboço de Talhão	106
Figura 30. Plano de Tchumene 1 dividido em Talhões	107
Figura 31. Mapa de Situação Primária do Plano de Muhalaze.....	115
Figura 32. Mapa do Plano Proposto de Muhalaze.....	115
Figura 33. Planta de Condicionantes da PPU de Muhalaze	116
Figura 34. Áreas Objetos do Plano de Pormenor	116
Figura 35. Plano Proposto de SUOPG 03 - Muhalaze	117
Figura 36. Plano de Pormenor de Ngolhoza.....	117
Figura 37. Plano de Pormenor de Muhalaze, Quarteirão 4	118
Figura 38. Plano de Pormenor de Nwamatibjana	118
Figura 39. Mapa de Reassentamento do Bairro Ngolhoza	119
Figura 40. Plano da Parcela de Muhalaze.....	119
Figura 41. Maquete do Projeto Intaka de 5000 Casas	120
Figura 42. Projeto Intaka de 5000 Casas em Construção	121
Figura 43. Maquete de Linha da Estrada Circular	122
Figura 44. Maquete do Projeto Estrada Circular Atravessando Área Industrial	123
Figura 45. Campanha de Regularização do DUAT, na Matola-Sede.....	127
Figura 46. Enchente na Campanha de Regularização do DUAT	127
Figura 47. Esquema do Processo de Regularização do DUAT	128
Figura 48. Área Periurbana do Bairro Matola "A"	131
Figura 49. Mapa do Bairro São Dâmaso	132
Figura 50. Processo de Concessão de Propriedade Colonial.....	135
Figura 51. Tombo Geral de Propriedade do Período Colonial	135
Figura 52. Tombo Geral da Propriedade do Período Pós-Colonial.....	136

Figura 53. Ficha de Pedido de Regularização de Terreno	138
Figura 54. Anexo da Ficha de regularização de Terreno.....	138
Figura 55. Título do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT).....	139
Figura 56. Plano Operacional de Tchumene 1	148
Figura 57. Plano de Muhalaze	149
Figura 58. Mapa do Posto Administrativo de Infulene	150
Figura 59. Imagem do Bairro T3	153
Figura 60. Imagem do Bairro Infulene "D" (Unidade "D").....	153
Figura 61. Imagem Google do Bairro Acordo de Lusaka	154
Figura 62. Crescimento Demográfico na área de Infulene	154
Figura 63. Tipologia de Malha Formal.....	155
Figura 64. Tipologia de Malha Diversificada.....	156
Figura 65. Mapa do Posto Administrativo da Machava	157
Figura 66. Crescimento Demográfico dos Bairros da Machava.....	158
Figura 67. Imagem do Bairro Matola-Gare	160
Figura 68. Mapa do Posto Administrativo da Matola-Sede	162
Figura 69. Disposição Demográfica nos Bairros da Matola-Sede, em três Censos	165
Figura 70. Imagem do Bairro Matola "A"	168
Figura 71. Áreas Distintas do Bairro Matola "A".....	169
Figura 72. Moradias Coloniais	173
Figura 73. Moradias Pós-Coloniais	174
Figura 74. Avenida Governador Raimundo Bila.....	174
Figura 75. Praça das Quatro Cantinas	174
Figura 76. Praça da Igreja São Gabriel.....	175
Figura 77. Cintura Periférica Informal, na Margem do Rio Matola.....	176
Figura 78. Imagem do Bairro Matola "B" e "F"	178
Figura 79. Imagem do Bairro Matola "G"	178

Figura 80. Auditório Municipal 700, no Bairro Matola "B"	179
Figura 81. Estágio Demográfico.....	179
Figura 82. Estágio Demográfico do Bairro Matola "C"	181
Figura 83. Imagem do Bairro Matola "C"	181
Figura 84. Evolução Demográfica nos Bairros Matola D, H, e J.....	183
Figura 85. Imagem do Bairro Matola "D"	183
Figura 86. Condomínio no Bairro Matola "D"	184
Figura 87. Imagem do Bairro Matola "H"	184
Figura 88. Imagem do Bairro Matola "J"	185
Figura 89. Imagem do Bairro Liberdade	186
Figura 90. Arruamento no Bairro Liberdade	187
Figura 91. Evolução Demográfica nos bairros Liberdade e Fomento	188
Figura 92. Imagem do Bairro Fomento	188
Figura 93. Crescimento Demográfico nos Bairros Mussumbuluco, Sikuama e Malhampsene.....	190
Figura 94. Comparação de Crescimento Demográfico	191
Figura 95. Imagem do Bairro Mussumbuluco	192
Figura 96. Imagem do Bairro Sikuama	192
Figura 97. Imagem do Bairro Malhampsene	193

Índice de Tabelas

Tabela 1. Habitação por Província	20
Tabela 2. Áreas Urbanas de Moçambique	28
Tabela 3. Níveis de Urbanização	29
Tabela 4. Caraterização de Órgãos Locais	30
Tabela 5. Classificação das Cidades Moçambicanas	31
Tabela 6. Vilas Transformadas em Municípios	32
Tabela 7 - Municípios com Planos de estrutura Urbano	33
Tabela 8 - Ascensão à Categoria de Cidade	36
Tabela 9 - Intervenção do FFH na Promoção Imobiliária	42
Tabela 10 - Cidades com Planos de Estrutura Urbano	44
Tabela 11 - Tipos de Habitação Particular	45
Tabela 12 - Caraterísticas das Habitações Particulares	45
Tabela 13 - Crescimento Urbano das Províncias Moçambicanas	46
Tabela 14. Crescimento Demográfico nas Cidades Moçambicanas	49
Tabela 15. Habitações na Região Norte em 2007	51
Tabela 16. Habitações na Região Norte em 2017	52
Tabela 17. Habitações na Região Centro em 2007	54
Tabela 18. Habitações na Região Centro em 2017	54
Tabela 19. Habitações na Região Sul em 2007	57
Tabela 20. Habitações na Região Sul em 2017	57
Tabela 21. Caraterísticas Urbanas da Cidade de Maputo	70
Tabela 22. Bairros Urbanos da Cidade de Maputo	74
Tabela 23. Bairros Suburbanos da Cidade de Maputo	74
Tabela 24. Bairros Periurbanos da Cidade de Maputo	75
Tabela 25. Categorização dos Bairros por População	86

Tabela 26. Crescimento Demográfico entre II e III Censo no Infulene	90
Tabela 27. Crescimento Demográfico entre III e IV Censo no Infulene.....	90
Tabela 28. Crescimento Demográfico entre II e III Censo na Machava	92
Tabela 29. Crescimento Demográfico entre III e IV Censo na Machava.....	92
Tabela 30. Crescimento Demográfico entre II e III Censo na Matola-Sede	93
Tabela 31. Crescimento Demográfico entre III e IV Censo na Matola-Sede.....	94
Tabela 32. Divisão Administrativa da Cidade da Matola.....	96
Tabela 33. Caraterização dos Bairros da Matola-Sede.....	112
Tabela 34. Caraterização dos Bairros da Machava.....	112
Tabela 35. Caraterização dos Bairros de Infulene	112
Tabela 36. Qualificação das Caraterísticas Urbanas	113
Tabela 37. Exemplos de Demarcação de Terra para projetos	125
Tabela 38. Tipologia Residencial no Infulene.....	151
Tabela 39. Tipologia Residencial na Machava.....	159
Tabela 40. Tipologia Residencial na Matola-Sede	166
Tabela 41. Caraterísticas do Bairro Matola “A”	172
Tabela 42. Crescimento Demográfico nos Bairros Matola D, H, e J	183
Tabela 43. População no Intervalo Censitário dos Bairros Liberdade e Fomento	188
Tabela 44. População no Intervalo Censitário nos Bairros Mussumbuluco, Sikuama e Malhampsene.....	190

Declaração de honra

Declaro que a presente tese é de minha autoria e não foi utilizada previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (textos, trabalhos, ideias) respeitam escrupulosamente as regras de atribuição de autoria e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Agradecimentos

Agradeço primeiro à Deus, pois toda Honra, Gloria e Louvor é somente para Ele. *“O temor do SENHOR é o princípio da sabedoria; bom entendimento tem todos os que lhe obedecem; o seu louvor permanece para sempre.”* Salmos, 111:10

Aos Professores Doutores Mário Gonçalves Fernandes e Rui Paes Mendes, supervisores na elaboração desta tese de conclusão do Grau de Doutoramento, pela dedicação, paciência e orientação com rigor científico.

A todos os meus professores de Doutoramento em Geografia Humana, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, pela transmissão do rigor científico e busca incansável de conhecimento.

Aos colegas de Mestrado em Risco, Cidade e Ordenamento do Território e do Doutoramento em Geografia Humana, pelo apoio científico, moral, convivência e amizade ao longo destes anos de pesquisa na cidade do Porto, onde residi desde Outubro de 2016 até 2022.

Aos amigos, colegas e ex-colegas de trabalho já reformados e todos aqueles que concederam o privilégio de lhes entrevistar sobre a história e processos administrativos praticados na cidade da Matola, como foram os casos dos senhores Arnaldo Chipole, Joaquim Mutimba (falecido onze meses após a entrevista), Luisa Chirindza (falecida três meses após a entrevista), Eduardo Matola (regulo da Matola “C”, falecido seis meses após a entrevista), Sr Chitofu; Sr Alberto Cuinica (antigo Secretário de bairro da Matola “B”), autoridades comunitárias e influentes da Matola “H”.

E o meu profundo agradecimento e especial à minha família, e amigos em Moçambique e em Portugal, que de forma incansável deram o apoio, carinho e força para persistir na elaboração da tese, concluir o nível académico e manter o equilíbrio emocional, indispensável nestes anos de pesquisa.

Resumo

O estudo faz uma apresentação morfológica das cidades moçambicanas com incidência para a cidade da Matola. Esta cidade é uma das subáreas do Grande Maputo, com ligações históricas à cidade de Maputo e adquiriu a sua autonomia administrativa e de prestação de serviços. As políticas envolvidas no crescimento estão elaboradas tendo em consideração a relação de pertença de uma área metropolitana. A medição do seu crescimento urbano é avaliada com as melhorias de infraestruturas e serviços urbanos, como são os casos de evolução de números de habitações, dimensão das estradas ou ruas e serviços municipalizados. O estudo feito mostra um crescimento aritmético da morfológico da cidade da matola, e em contrapartida um crescimento demográfico geométrico.

A política de simples atribuição de terra ao cidadão, deficiente gestão do solo urbano, crescimento horizontal da cidade, põe em causa o recurso escasso que é a terra, sendo necessário promover um crescimento urbano integrado entre habitação social de baixa renda e de construção municipal, habitação de renda média em cooperativas de habitação e de alta renda de domínio privado ou em parcerias público privado, nos espaços suburbanos e per urbanos da cidade. A abordagem promove a melhoria de prestação de serviços municipais e reflexão a que tipo de cidade se pretende construir, dentro de uma área metropolitana.

Palavras-chave: Urbanização, Cidades, densidade demográfica

Abstract

The study makes a morphological presentation of Mozambican cities with a focus on the city of Matola. This city is one of the sub-areas of Greater Maputo, with historical links to the city of Maputo and has acquired its administrative autonomy and provision of services. The policies involved in growth are designed taking into account the relationship of belonging to a metropolitan area. The measurement of its urban growth is evaluated with the improvements of infrastructure and urban services, such as the evolution of housing numbers, size of roads or streets and municipal services. The study done shows an arithmetic growth of the morphological of the city of Matola, and in contrast a geometric demographic growth.

The policy of simply assigning land to citizens, deficient management of urban land, horizontal growth of the city, calls into question the scarce resource that is land, making it necessary to promote integrated urban growth between low-income social housing and municipal construction, housing middle-income housing cooperatives and high-income privately owned or in public-private partnerships, in suburban and peri-urban areas of the city. The approach promotes the improvement of the provision of municipal services and reflection on what type of city one intends to build, within a metropolitan area.

Keywords: Urbanization, Cities, population density

Sommaire

L'étude fait une présentation morphologique des villes mozambicaines avec un focus sur la ville de Matola. Cette ville est l'une des sous-régions du Grand Maputo, avec des liens historiques avec la ville de Maputo et a acquis son autonomie administrative et de prestation de services. Les politiques de croissance sont conçues en tenant compte du rapport d'appartenance à une aire métropolitaine. La mesure de sa croissance urbaine est évaluée avec les améliorations des infrastructures et des services urbains, telles que l'évolution du nombre de logements, la taille des routes ou des rues et les services municipaux. L'étude réalisée montre une croissance arithmétique de la morphologie de la ville de Matola, et en revanche une croissance démographique géométrique.

La politique d'attribution simple du foncier aux citoyens, la gestion déficiente du foncier urbain, la croissance horizontale de la ville, remettent en cause la ressource rare qu'est le foncier, obligeant à favoriser une croissance urbaine intégrée entre le logement social et la construction municipale, le logement coopératives d'habitation pour les revenus moyens et les revenus élevés appartenant à des particuliers ou en partenariat public-privé, dans les zones suburbaines et périurbaines de la ville. La démarche favorise l'amélioration de l'offre de services municipaux et la réflexion sur le type de ville que l'on entend construire, au sein d'une aire métropolitaine.

Mots clés : Urbanisation, Villes, densité de population

Introdução

1. Pertinência e problematização do objeto de estudo

Depois da década 70 do século XX, as cidades dos países em desenvolvimento, registaram um crescimento urbano acelerado, resultante da diminuição da taxa de mortalidade e da permanência de altas taxas de fecundidade e natalidade, acompanhadas por uma forte migração das áreas rurais. Um estudo de 2017 produzido pelo Banco Mundial sobre as idades, refere que *as cidades africanas estão superpovoadas na medida em que estão cheias de pessoas que vivem em moradias urbanas informais e não planejadas, para estarem perto do trabalho. A razão imediata é que a urbanização das pessoas não é acompanhada por uma urbanização do capital. Faltam habitações, infraestruturas e outros investimentos de capital. Em toda a região, o investimento em habitação está nove anos atrás da taxa de urbanização* (Somik Vinay Lall et al, 2017:10). De facto, *as cidades africanas estão superpovoadas, desconectadas e são dispendiosas* (Somik Vinay Lall et al, 2017:6).

O rápido crescimento demográfico nas principais cidades não encontra um acompanhamento no planeamento urbano ou na construção de infraestruturas para acomodar os cidadãos. Tal dificulta a intervenção em áreas de habitação precária localizadas nas grandes cinturas suburbanas dessas cidades, pois os orçamentos municipais não conseguem contemplar verbas para a construção de habitação para as classes desfavorecidas. As famílias constroem as suas próprias habitações num processo evolutivo à medida da existência de recursos, contratando trabalhadores especializados, o que pressupõe a existência de a) cidades com um padrão de construção não uniforme; b) construções que não obedecem ao prazo de conclusão; e c) crescimento de áreas suburbanas.

O relatório do Habitat III, refere que *a urbanização vai continuar a ser um dos principais motores para o desenvolvimento social, económico e político no futuro, afetando a saúde, o desenvolvimento económico, a cultura e a governança*. (Habitat III, 2016:31), constituindo um setor chave da agenda política das próximas décadas. Existe a percepção de que o ritmo de crescimento registado pelas cidades africanas levou à sua sobredimensão, causando uma desarticulação geral que torna a reconversão dos espaços urbanos muito dispendioso.

O cenário previsto pela UN-Habitat para as próximas décadas é complexo, prevendo que até 2050 a população urbana quase duplique, fazendo da urbanização, uma das mais transformadoras tendências do século XXI. À medida que a população, as atividades económicas, as interações sociais e culturais, assim como os impactos ambientais e humanitários estiverem mais concentrados nas cidades, surgem desafios de sustentabilidade massivos em termos de habitação, infraestrutura, serviços básicos, segurança alimentar, saúde, educação, empregos decentes, segurança, e recursos naturais, entre outros (UN-Habitat; 2016).

Os números impressionam. No período entre 1950 e 2010 o crescimento demográfico mundial, no que respeita à população urbana, foi de cerca de 0,36 pontos percentuais ano, atingindo os 50,5% (Storper, Van Marrewijk, & Van Oort, 2012:8). Ou seja, atualmente, mais de metade da população mundial habita em áreas urbanas. Os processos de mudança e desenvolvimento foram muito mais dramáticos nas economias emergentes, não tendo existido uma estratégia de urbanização integral com intervenção estrutural e apoiada em políticas públicas que promovessem os direitos à habitação condigna dos cidadãos.

O crescimento das cidades deve efetuar-se observando políticas urbanas concretas que refletem os instrumentos legais dos países e adotam as melhores práticas internacionais, concebendo planos de estrutura urbana que definam de forma clara os objetivos e a morfologia a ser criada. O plano de estrutura responde às necessidades das pessoas que nela vivem, tendo em consideração aspetos económicos e sociais bem como os aspetos físicos das infraestruturas públicas ou privadas construídas. Assim, as cidades obedecem a estruturas próprias de acordo com o período em que acontece a intervenção desenhada pelos decisores políticos e pelas respetivas equipas técnicas, tendo em consideração aqueles a quem a cidade deve beneficiar.

Durante o período de ocupação colonial a cidade tinha duas características: a parte central destinada à cidade de cimento para a população com rendimentos médios e altos, construída com materiais perenes e a periferia ou cidade de caniço, para população de rendimento mais baixo, construída com materiais retirados da natureza ou de baixa qualidade sem planeamento ou infraestruturas.

Uma análise comparativa entre algumas cidades de países em desenvolvimento localizadas no continente africano mostra que as áreas de periferia apresentam maior densidade demográfica relativamente às áreas do centro, onde estão reunidas as condições urbanas mais adequadas à sua habitabilidade e fruição. Um retrato genérico caracteriza esta situação referente à *explosão urbana em África assume configurações diversas, que vão desde gigantescas regiões metropolitanas e grandes cidades, com extensas periferias não urbanizadas e muito carenciadas, cobrindo 30% a 90% do território da urbe, a grandes conurbações, como a do Golfo da Guiné que se prevê venha a atingir em 2020, cerca de 60 milhões de pessoas, gravitando em torno do seu centro e Lagos, na Nigéria* (Raposo, 2010:1). Parte deste comportamento pode ser explicado pela reflexão dos investigadores Pelletier & Delfante, relaciona o crescimento das cidades dos países em desenvolvimento ao crescimento demográfico, referindo que *o crescimento demográfico, reflete-se nas cidades onde a população procura preservar hábitos de famílias numerosas e por apresentarem problemas urbanos consideráveis derivados do sobrepovoamento, falta de meios financeiros, falta do poder das autoridades sobre os habitantes e fraco nível dos equipamentos, salvo nos bairros centrais ou nas zonas coloniais* (Pelletier & Delfante, 1997:185-190).

As cidades de países em desenvolvimento como Moçambique têm grandes áreas suburbanas com serviços municipalizados incipientes e sem grande capacidade de resposta, para espaços no qual o índice de crescimento demográfico apresenta uma evolução geométrica e o crescimento urbano uma evolução aritmética. Estas áreas tidas como subúrbios são caracterizadas por serem *bairros não planeados, de planta indiferenciada ou anárquica; elevada densidade de ocupação do solo, dificultando a circulação e falta de espaço para serviços; deficientes ou inexistentes redes de abastecimento de energia elétrica, de água potável, rede de telecomunicações e saneamento básico; com construções de material de baixo custo ou precário; deficiente rede comercial e circulação viária; e área fundamentalmente residencial de classes trabalhadoras de poucas posses, com graves problemas ambientais* (Araújo, 2003:170). Vários autores referem este aspeto como existindo uma área central construída com materiais perenes - dita de cimento, estruturalmente legada pelo período colonial -, planificada, com infraestruturas públicas¹ e serviços municipalizados² e uma cintura de

¹ Infraestruturas públicas, caso de ruas e avenidas, postes de iluminação, sistemas de drenagem.

² Serviços municipais de transporte, iluminação pública, água e saneamento do meio.

construção precária – conhecida como caniço - sem o mínimo de infraestruturas e serviços municipais.

Segundo dados do recenseamento geral da população e habitação de 2017, existe no país um total de 6.256.473 habitações, sendo um acréscimo de 1.708.320 fogos relativamente ao censo de 2007 realizado pelo Instituto Nacional de Estatística de Moçambique.

Tabela 1. Habitação por Província

Província	Total de Habitações	
	2007	2017
Total	4.548.153	6.256.473
Maputo Cidade	218.524	245.005
Maputo	269.924	495.721
Gaza	252.751	323.289
Inhambane	290.892	357.523
Sofala	339.155	460.969
Manica	282.393	380.853
Tete	398.071	579.508
Zambézia	910.631	1.158.620
Nampula	910.631	1.318.809
Cabo Delgado	404.431	551.493
Niassa	270.750	384.683

Fonte: INE Moçambique

As cidades têm pressupostos legais para a sustentabilidade ambiental e melhoria das áreas periféricas onde o crescimento demográfico é acompanhado do crescimento de infraestruturas urbanas. Analisando os espaços urbanos, Rui Mendes refere que *as cidades no continente africano apresentam realidades diferentes que refletem vários fatores, como sejam físicos, como o suporte geológico e climático e fatores humanos, como religião, cultura e política, sendo características endógenas a um determinado espaço, determinados por diferentes colonizadores* (2016:179).

O Plano de Estrutura Urbano publicado no Regulamento da Lei de Ordenamento Territorial, Decreto 23/2008, de 1 de Julho, torna evidente uma preocupação de intervenção social, na qual se procura eliminar as assimetrias sociais e os privilégios na escolha dos locais para a distribuição das redes de infraestrutura, de serviços e dos equipamentos sociais, sublinhando a alteração de paradigma de uma opção de urbanismo

colonial segregacionista para a preocupação social de espaços urbanos entendidos como integradores e igualitários.

De facto, o artigo 91º da Constituição da República de Moçambique de 1990, refere que *todos os cidadãos têm direito à habitação condigna, sendo dever do Estado, de acordo com o desenvolvimento económico nacional, criar as adequadas condições institucionais, normativas e infraestruturais, e que incumbe também ao Estado fomentar e apoiar as iniciativas das comunidades locais, autarquias locais e populações, estimulando a construção privada e cooperativa, bem como o acesso à casa própria.*

O crescimento urbano moçambicano na sua dicotomia centro de cimento com infraestruturas formais e serviços municipalizados organizados, e uma periferia densamente povoada, com serviços precários e desestruturada, é referido por Ramos Muhamona (2018), Manuel Araújo (2003), e Isabel Raposo (2010). A obra, *Os Espaços Urbanos em Moçambique*, faz uma caracterização da ocupação das cidades ao longo do tempo, referindo que *os principais espaços urbanos de Moçambique são o resultado de um complexo processo de origem alógena, que se implantaram em território estranho, reproduzindo formas de organização espacial estranhas ao ambiente local.*

Com a independência nacional, esses espaços têm sofrido profundas alterações e reajustamentos que, apesar de tudo, não têm eliminado o carácter segregador que caracteriza estes espaços como duais (Araújo; 2003:165). Para o autor, período pós-independência, caracterizado por um crescimento demográfico que não é acompanhado pelo crescimento de infraestruturas, provoca vários problemas à gestão das cidades, pois *os espaços urbanos do país se degradam e neles proliferam atividades informais; e as transformações demasiado rápidas, dificultam as ações de planeamento* (Araújo; 2003:165).

A faculdade de arquitetura da universidade Eduardo Mondlane tem produzido diversos estudos e documentos orientadores sobre crescimento urbano, com especial enfoque na cidade de Maputo, tendo elaborado o plano de estrutura urbano em 2008 da capital e, dois anos mais tarde, os seus planos parciais de urbanização. A cidade de Maputo assume dianteira nos vários estudos urbanos e projetos de desenvolvimento urbano em especial a partir da década de 1980, com o *projeto de reabilitação urbana no início de 1987, com financiamento do Banco Mundial; o programa de endereçamento,*

com vista a uma melhor gestão municipal, com financiamento do Banco Mundial e Cooperação Francesa; o programa Rapid Urban Sector Profiling for Sustainability em 2004, e o plano para melhoramento dos assentamentos informais em 2006 ambos com financiamento da UN-HABITAT; e o projeto de qualificação do bairro Chamanculo C, financiado pela Cities Alliance (Melo, 2013:80), são exemplos de projetos de reabilitação urbano.

O Regulamento da Lei de Ordenamento do Território de 1 de Julho de 2008, obriga as cidades a criarem instrumentos de ordenamento territorial de nível autárquico, promover o ordenamento do território, regular as relações entre os diversos níveis da Administração Pública e desta com os demais sujeitos públicos e privados, representantes dos diferentes interesses económicos, sociais e culturais, incluindo as comunidades locais. Aquele Regulamento conjugado com o Plano de Estrutura Urbano Autárquico, estabelecem os princípios de sustentabilidade ambiental, a rede principal de acessos de ligação às diversas autarquias, e dentro da autarquia local, a ordem de prioridades para o desenvolvimento urbano e os parâmetros gerais que devem governar a ocupação do território autárquico procura eliminar as assimetrias sociais e os privilégios na escolha dos locais para a distribuição das redes de infraestrutura, de serviços e dos equipamentos sociais; definir os princípios e os modelos de ordenamento do território autárquico.

A cidade da Matola criou em 2010 o seu Plano de Estrutura Urbano - PEU, como instrumento que estabelece a organização espacial da totalidade do território do município, os parâmetros e as normas para a sua utilização, tendo em conta a ocupação atual, as infraestruturas e os equipamentos sociais existentes e a implantar, assim como a sua integração na estrutura/rede espacial regional.

Para o estudo do crescimento da cidade da Matola, analisamos os planos e projetos implementados desde a criação do território como cidade e município, com o objetivo de permitir a implementação ou criação de melhorias das áreas suburbanas, transformando em urbanas com serviços municipalizados adequados.

A área do Grande Maputo, no extremo sul do país, ocupando cerca de 1.400 Km², congrega a totalidade das cidades de Maputo e da Matola e partes urbanas dos distritos de Marracuene e Boane, tendo segundo os resultados do recenseamento geral da população e habitação de 2017, um total de 2.553.502 habitantes. Neste contexto, a cidade

da Matola teve um crescimento entre o segundo e o terceiro recenseamento geral da população e habitação de 61% de habitantes, entre o terceiro e quarto recenseamento geral da população e habitação, um crescimento de 54% de habitantes, resultando um crescimento de infraestruturas habitacionais formais na província de Maputo entre o terceiro recenseamento (2007) e o quarto recenseamento (2017) de cerca de 28%.

A cidade da Matola, poderá absorver com dignidade o crescimento de moradores que se verifica de ano para ano, com o aproveitamento das áreas suburbanas com construções verticais sob gestão de cooperativas de moradores, gestão municipal de habitações sociais de baixo custo e em gestão público-privado, sobrando espaços para atividades sociais e ecológicas.

O cenário urbano atual da Matola, como da generalidade das cidades moçambicanas, foi resultado de ocupações informais não planeadas, como resposta a uma emergência ou calamidade. Com a aprovação do plano de estrutura urbana em 2010 procurou reverter-se o cenário com a elaboração de planos parciais de urbanização, reordenamento e de requalificação urbana.

2. Análise, objetivos e questão de partida

A proposta de trabalho da presente dissertação, pretende efetuar uma análise do crescimento urbano da cidade da Matola, uma urbe com enormes potencialidades ao nível portuário e industrial no sul de Moçambique. Aborda o surgimento da cidade no contexto da sua inserção junto a área do grande Maputo, tendo em atenção a morfologia urbana existente nos seus bairros. A análise será efetuada no contexto da área do Grande Maputo e da ligação existente entre as duas cidades através de uma sistematização do processo histórico da área, de uma análise da configuração do tecido urbano e suburbano existente, e da apresentação de soluções para o crescimento da cidade.

As políticas implementadas no seu crescimento, devem ser elaboradas tendo em consideração a relação de pertença e a interconetividade inerentes à integração numa área metropolitana com enfoque nas melhorias das infraestruturas e serviços urbanos, conjugado evolução do número de habitações, da dimensão das estradas e/ou ruas e dos serviços municipalizados. Analisaremos assim o estágio atual do desenho de ocupação

urbana, tendo em consideração o seu Plano de Estrutura Urbano conjugado com o crescimento demográfico.

Partindo do princípio de que as cidades têm um carácter vivo o crescimento urbano acontece de duas formas: pela densificação demográfica e edificações, e pela expansão do seu tecido, com acréscimo de novas áreas urbanizadas. Os instrumentos utilizados para medir o crescimento urbano foram os planos de pormenor que vigoraram bem como os dados existentes referentes à ocupação dos espaços de habitação e públicos (vias de comunicação). Complementarmente a partir de uma abordagem documental e cartográfica, serão construídos indicadores de crescimento da cidade.

O estudo apresentará o crescimento da cidade da Matola discutindo possíveis soluções de crescimento urbano integrado para diferentes áreas socioeconómicas, numa vertente de reformulação dos espaços suburbanos e periurbanos da cidade, resultante do crescimento demográfico, potenciando a criação de uma área metropolitana do Maputo. Sequencialmente procede-se a uma proposta de discussão quanto a um possível cenário de evolução urbana com enfoque numa organização que permita que todas áreas de habitação e de trabalho, beneficiem dos serviços municipalizados. Finalmente, procedemos à apresentação de soluções de organização espacial sustentável para permitir o acolhimento de cada vez mais moradores que beneficiam de serviços municipalizados. Serão observados os períodos históricos na delimitação de datas; períodos evolutivos na caracterização económica, social, política e cultural.

O levantamento da estrutura dos bairros e num contexto geral da cidade na sua relação com o crescimento demográfico a análise da disposição de elementos físicos como ruas, parcelas urbanas ou lotes, edifícios, e outros elementos da cidade, servem de base para a questão de como estruturar as áreas suburbanas, para as transformar em áreas sustentáveis, aprazíveis e acolhedoras, acomodando o crescimento demográfico que se regista. Assim, os objetivos específicos apresentados são:

- (a) levantamento morfológico e análise histórico-documental e cartográfico;
- (b) análise da densidade demográfica, das áreas urbanas, suburbanas e periurbanas da cidade da Matola

(c) apresentar proposta de organização de áreas suburbanas e periurbanas do Posto Administrativo da Matola Sede como estudo de caso;

(d) discutir a tipologia de cidade a ser construída para responder à evolução demográfica da Matola.

A metodologia de análise incide igualmente no recurso a literatura científica sobre urbanismo no contexto de cidades e povoamentos africanos; uso de fontes primárias recolhidas junto ao Conselho Municipal da Cidade da Matola e da Assembleia Municipal da Cidade da Matola³; informação do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique; diversa cartografia; e análise da legislação sobre ordenamento do território e autarquias locais. A abordagem beneficia igualmente da experiência do autor como gestor autárquico em áreas de trabalho que incidiram na melhoria dos serviços municipalizados para população. Pretende-se que a análise e estudo de uma área pequena da cidade da Matola, produzida nesta dissertação possa servir para replicação na totalidade da cidade da Matola e em outras cidades moçambicanas.

O estudo do desenho da cidade é visto no seu dinamismo de vida e promoção do seu desenvolvimento. A obra *Morfologia Urbana e Desenho da Cidade* (Lamas; 1993:37), refere que *a cidade é um organismo vivo e encontra-se em contínua modificação*. Por esta razão o estudo da morfologia urbana está intrinsecamente ligado à ocupação de espaços da cidade, à dinâmica social e as mutações demográficas.

A estrutura da tese, está dividida em duas partes. Na primeira parte será descrita a dimensão da urbanização em Moçambique, no qual se procura traçar o desenvolvimento urbano das cidades em Moçambique e os mecanismos dos serviços municipais no crescimento e ordenamento das cidades, na dicotomia crescimento demográfico/ordenamento urbano. Paralelamente aborda-se o crescimento urbano na Área do Grande Maputo, aborda o crescimento urbano na Área de Grande Maputo,

³ A cidade da Matola, tem a particularidade de ser um campo pouco estudado no que se refere a aspetos culturais, sociais e estruturais. O Conselho Municipal tem um arquivo deficitário, não existindo registo documental sobre o crescimento urbano da cidade da Matola, no que respeita aos termos de referência dos planos urbanos. Desta forma, o doutorando procurou apoio na informação oral dos técnicos topógrafos que desenvolveram as diferentes áreas. A falta de um arquivo é causada pelas diversas transferências institucionais: ocupação das instalações da antiga Camara Municipal da Matola, pelo Governo da Província do Maputo (1975); a anexação da cidade da Matola a Cidade de Maputo na criação do grande Maputo e administrada a partir da cidade de Maputo, o que fez com que os planos de desenvolvimento e o respetivo arquivo fosse conjunto e nunca foi transferido de volta (1980).

território que junta as cidades da Matola e de Maputo, os distritos de Marracuene e Boane, numa filosofia de criação de uma área metropolitana.

Por sua vez, na segunda parte do trabalho, será realizada a descrição o crescimento urbano da Cidade da Matola, como estudo prospetivo de caso, ilustrativo do crescimento urbano, como contributo para uma reflexão em torno do tipo de cidade que se está a desenvolver em Moçambique. Neste capítulo são apresentados os projetos de desenvolvimento urbano para sustentar a base de discussão de caminhos a serem seguidos para uma cidade com serviços municipalizados em toda a sua extensão incluindo as áreas suburbanas. Numa parte final serão abordados os caminhos de Como Continuar a Crescer, apresenta uma reflexão tendo em consideração modelos de crescimento sustentáveis, promovendo a redução das áreas suburbanas. Neste contexto faz-se um estudo de implementação teórico no bairro da Matola A.

O cenário urbano atual foi resultado de ocupações informais não planeadas, como resposta a uma emergência ou calamidade. Com a aprovação do Plano de Estrutura Urbana em 2010 este cenário tende a reverter-se com a elaboração de Planos Parciais de Urbanização, Reordenamento e de Requalificação Urbana. Contudo muitos destes planos não estão focados na reversão da informalidade em áreas densamente ocupadas que representam algum perigo a vida da própria população.

I. DIMENSÃO DA URBANIZAÇÃO EM MOÇAMBIQUE

Após a descolonização, as cidades moçambicanas eram consideradas pela população como locais seguros face ao conflito armado⁴ mas, também pelas melhores condições de vida que proporcionavam. A população proveniente das áreas rurais e sem grandes condições de sustento, fixa-se na periferia das cidades de cimento, permitindo o desenvolvimento de dicotomias urbanas: a área suburbana, sem serviços municipalizados na cintura externa, e uma área central consolidada de cidade de cimento, estruturada e com serviços municipalizados, herdados do período colonial. As cidades moçambicanas

⁴ Conflito armado de dezasseis anos que opunha Frelimo (Frente de Libertação de Moçambique), e a Renamo (Resistência Nacional de Moçambique).

diferenciam-se das cidades europeias de origem medieval assemelhando-se mais às cidades brasileiras.

Estes espaços urbanos de origem colonial, apresentam um crescimento do centro para a periferia e são analisadas dentro de contexto da própria legislação nacional refletindo as características próprias da sua génese e evolução. São reguladas pelo decreto nº 19/97, de 1 de Outubro, sobre Ordenamento do Território e o seu regulamento no decreto nº 66/98, de 8 de Dezembro, bem como pelo decreto nº 60/06, de 26 de Dezembro, que regula o Uso do Solo Urbano e o seu regulamento da Lei do Ordenamento do Território pelo decreto nº 23/08, de 1 de Julho. O Diploma Ministerial n.º 181/10, de 3 de Novembro, operacionaliza o processo de expropriação para efeitos de ordenamento territorial.

1. Urbanização moçambicana

O Instituto Nacional de Estatística, aquando do recenseamento geral da população e habitação de 1997, definiu como população urbana todos os aglomerados populacionais que têm a sua residência dentro dos limites administrativos, sendo classificados como cidades e vilas. A divisão administrativa de Moçambique é legalmente definida no artigo 7º da Constituição da República, que divide o território em províncias, distritos, postos administrativos, localidades e povoações. Com uma área de 801.590 km², Moçambique tem uma divisão administrativa que se estrutura em onze províncias, 162 distritos, dos quais 53 são cumulativamente cidades e vilas municipais, 419 postos administrativos e 1052 localidades (INE, 2013). A cidade de Maputo, tem a particularidade de ter o estatuto de província, segundo a Lei 8/97 de 31 de Maio, que define as normas especiais que regem a organização e o funcionamento do município de Maputo.

As cidades são espaços urbanos de um município delimitado por um perímetro urbano, com um número mínimo de habitantes, infraestrutura e serviços municipalizados que atendam as necessidades dessa população, pois *a urbanização é um processo específico de organização territorial da população que, na sua inter-relação com o meio, cria um conjunto de atividades sociais, económicas e culturais que resultam na formação de um espaço com características próprias de concentração de população, de produção, de serviços e de organização espacial* (Araújo, 2:2003).

O Boletim da República (BR), 1ª Série, nº 16 de 1987, do Ministério da Administração Estatal (MAE), classifica as áreas urbanas com base no desenvolvimento económico dos centros urbanos. Esta definição contém aspetos políticos, económicos, sociais e culturais, ao apresentar como base a densidade demográfica, o volume de indústrias, o desenvolvimento comercial e o ensino.

O Instituto Nacional de Estatística de Moçambique (INE) define as áreas urbanas a partir das áreas de enumeração, que são as menores unidades de estratificação da amostra de recenseamento (INE, 1997). Este Instituto estipula que as áreas urbanas são estratificadas em cidades capitais provinciais, cidades com mais de 20 mil agregados familiares, e as restantes da província. Pelo III recenseamento geral da população e habitação é considerado um total de 23 cidades e 68 vilas. Diferentemente do Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, o Ministério da Administração Estatal, acrescenta às áreas urbanas, as vilas transformadas em municípios.

Tabela 2. Áreas Urbanas de Moçambique

Cidades	Vilas		
1. Cidade de Maputo	1. Lago	24. Mag. da Costa	47. Inharrime
2. Matola	2. Mandimba	25. Milange	48. Inhassoro
3. Beira	3. Marrupa	26. Morrumbala	49. Jangamo
4. Nampula	4. Mecanhelas	27. Namacurra	50. Mabote
5. Chimoio	5. Sanga	28. Namarroi	51. Massinga
6. Nacala Porto	6. Chiure	29. Pebane	52. Morrumbene
7. Quelimane	7. Ibo	30. Angónia	53. Vilanculos
8. Tete	8. Macomia	31. Cahora-Bassa	54. Zavala
9. Xai-xai	9. Mocimboa Praia	32. Moatize	55. Bilene Macia
10. Gurué	10. Mueda	33. V. N. Fronteira	56. Praia d Bilene
11. Maxixe	11. Namapa Erati	34. Mutarara	57. Chicualacuala
12. Lichinga	12. Malema	35. Barue	58. V. Xilembene
13. Pemba	13. Meconta	36. Gondola	59. Guíja
14. Dondo	14. Mogovolas	37. Machipanda	60. Mandlacaze
15. Angoche	15. Moma	38. Messica	61. Boane
16. Cuamba	16. Monapo	39. Buzi	62. Magude
17. Montepuez	17. Mossuril	40. Caia	63. Manhiça
18. Mocuba	18. Murrupula	41. Cheringoma	64. Xinavane
19. Inhambane	19. Nacala Velha	42. Gorongosa	65. Marracuene
20. Chókuè	20. Ribáuè	43. Marromeu	66. Matutuine
21. Chibuto	21. Alto Molócue	44. Nhamatanda	67. Moamba
22. Ilha Moçambique	22. Chinde	45. Govuro	68. Namahacha
23. Manica	23. Lugela	46. Homoíne	

Fonte: Elaboração própria com dados do INE - Moçambique

O Decreto 60/2006, de 26 de Dezembro, classifica a urbanização em três níveis: urbanização básica, urbanização intermédia e urbanização completa. Considera urbanização básica quando estão reunidas pelos menos as condições de delimitação de parcelas ou talhões; o traçado de arruamento é parte de uma malha de acessos que integra a circulação de automóveis, com acesso pedonal a cada morador; existe fornecimento de água em quantidade e qualidade compatível com os usos, através de fontes dispersas nomeadamente fontanários públicos, poços e furos e os arruamentos estão arborizados.

É classificado como urbanização intermédia quando estão estabelecidas cumulativamente as delimitações de parcelas e talhões para diferentes usos; os arruamentos são acabados com solos de boa qualidade estabilizados mecanicamente; existência de sistema a céu aberto para drenagem de águas pluviais; o abastecimento de água potável é assegurado com uma rede de distribuição domiciliária; o abastecimento de energia elétrica é assegurado com uma rede de distribuição domiciliário e os arruamentos e áreas verdes devidamente arborizados.

A urbanização completa, por seu turno é estabelecida quando estão cumulativamente demarcados as parcelas ou talhões para cada atividade; os arruamentos são acabados por asfalto ou betão e delimitado por lancis; a drenagem de águas pluviais é feita por rede apropriada; o abastecimento de água é assegurado por uma rede com distribuição domiciliar; o abastecimento de energia elétrica é assegurada por uma rede com distribuição domiciliar; os arruamentos e zonas verdes, estão completamente arborizadas; os passeios públicos estão revestidos e as comunicações telefónicas são asseguradas por rede apropriada.

Tabela 3. Níveis de Urbanização

Níveis de Urbanização	Caraterísticas
Básica	Estão reunidas pelos menos as condições de delimitação de parcelas
Intermedia	Estão estabelecidas cumulativamente as delimitações de parcelas para diferentes usos
Completa	Estão cumulativamente demarcadas as parcelas ou talhões para cada atividade

Fonte: Elaboração própria

A nível de organização e gestão administrativa, as cidades moçambicanas assentam em duas estruturas. A primeira respeita aos Órgãos Locais do Estado⁵, com a função de representação do poder do Estado ao nível local para administração e desenvolvimento do respetivo território e que contribuem para a integração, gestão das áreas de soberania do Estado e unidade nacional. A segunda refere-se ao Poder Local⁶ que tem por objetivo organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da comunidade e promover o desenvolvimento local, assim como o aprofundamento e a consolidação da democracia no quadro da unidade do Estado, apoiando-se na iniciativa e capacidade das populações e suas organizações. Por sua vez, o Poder Local, compreende a existência de autarquias locais que são os municípios (cidades e vilas) e as povoações (sede dos postos administrativos).

Tabela 4. Caracterização de Órgãos Locais

Território	Órgãos Locais do Estado (todo o território nacional)	Poder Local (autarquias locais)
Representação	Representa o Estado/Secretário de Estado	Representa a comunidade/Presidente da Autarquia
Órgãos	Nomeados	Eleitos
Competências	Áreas de Soberania do Estado	Organização e promoção do desenvolvimento local

Fonte: Elaboração própria

As cidades são classificadas pela Resolução do Conselho de Ministros nº 7/87, de 25 de Abril⁷, em quatro níveis, considerando como critério base, o grau de desenvolvimento dos centros urbanos, em particular a complexidade da sua vida política, económica, social e cultural, densidade populacional, número e tipo de indústrias, comércio, atividades sanitárias, educativas, culturais e desportivas. A primeira reunião nacional das cidades e bairros, realizada de 26 de Fevereiro a 3 de Março de 1979, definiu que eram consideradas cidade as capitais provinciais e ainda Nacala e Chókwè, classificando-as em três níveis.

⁵ A organização e funcionamento do Órgão Local do Estado a nível local, obedecem ao princípio da descentralização e desconcentração, sem prejuízo da unidade de ação e dos poderes de direção do Governo. Respeitam as atribuições, competências e autonomia das autarquias locais.

⁶ O Poder Local, compreende a existência de autarquias locais que são os municípios e as povoações.

⁷ Resolução nº 7/87 do Conselho de Ministro, de 25 de Abril, que determina que as cidades da República Popular de Moçambique passam a classificar-se em cidades do nível A, B, C e D. Resolução nº 8/87 do Conselho de Ministros, determina que os distritos da República Popular de Moçambique, passem a classificar-se em distritos de 1ª, 2ª e 3ª classe. São as primeiras Resoluções que classificam as cidades e os distritos moçambicanos.

Em 1980, foi atribuída à capital do país, cidade de Maputo, o estatuto de província, passando a ter um estatuto especial e regida por lei própria. As cidades definem-se pela especialização das suas funções, podendo ser económicas, político-administrativa, cultural-científica, desempenhando importantes tarefas por terem surgido do comércio, da indústria, da religião, do turismo e por serem importantes pontos de comunicação/pontos nodais e funções administrativas.

Classificam-se em quatro níveis, sendo considerado de nível A e com estatuto especial, a cidade do Maputo, segundo a Lei 8/97 de 31 de Maio, que define as normas especiais que regem a organização e o funcionamento do município do Maputo; o nível B são as cidades de Nampula e Beira, e posteriormente pela Resolução 55/2007, de 16 de Outubro a cidade da Matola é elevada a categoria de nível B. Fazem parte de cidades do nível C, todas as restantes cidades capitais provinciais, nomeadamente Pemba, Lichinga, Quelimane, Tete, Chimoio, Inhambane e Xai-xai. Têm em comum a promoção de desenvolvimento regional e realizam programas de cooperação de carácter internacional. Estas cidades apresentam uma dimensão histórica, cultural nacional e universal, bem como importância económica e de cooperação regional. São cidades de nível D, os demais centros urbanos do país, cujo grau de desenvolvimento os caracteriza como cidades e assumem um papel de relevo no desenvolvimento local.

Tabela 5. Classificação das Cidades Moçambicanas

Localização	Nível de cidade	Cidade
SUL	A	Cidade de Maputo
	B	Matola
	C	Xai-xai
	C	Inhambane
	D	Chibuto
	D	Chokue
	D	Maxixe
CENTRO	B	Beira
	C	Chimoio
	C	Tete
	C	Quelimane
	D	Dondo
	D	Manica
	D	Cuamba
	D	Mocuba
	D	Gurue

NORTE	B	Nampula
	C	Ilha de Moçambique
	C	Pemba
	C	Lichinga
	D	Angoche
	D	Nacala Porto
	D	Montepuez

Fonte:Elaboração própria

Tabela 6. Vilas Transformadas em Municípios

Vilas que se tornaram municípios (Nível D)	Província
Alto Molocué	Zambézia
Bilene Macia	Gaza
Catandica	Manica
Gondola	Manica
Gorongosa	Sofala
Madjakazi	Gaza
Manhiça	Maputo
Marromeu	Sofala
Marrupa	Niassa
Massinga	Inhambane
Metangula	Niassa
Milange	Zambézia
Moatize	Tete
Mocimboa da Praia	Cabo Delgado
Monapo	Nampula
Mueda	Cabo Delgado
Namahacha	Maputo
Ribaué	Nampula
Ulongué	Tete
Vilanculos	Inhambane

Fonte: Elaboração própria

As particularidades e especificidades do processo pode ser entendida tendo presente que *no conjunto das cidades moçambicanas, predominam características como a dualidade urbana, resultante de um processo de segregação sócio-espacial, do exercício do poder colonial, estruturando a sociedade até aos dias de hoje; a ruralidade urbana resultante da migração das zonas rurais para as zonas urbanas, perpetuando os hábitos rurais e devido à fraca capacidade do poder publico urbanizar esses locais; informalidade, resultante do acesso informal da terra; e o crescimento demográfico resultante do êxodo rural e altas taxas de natalidade* (Maloa, J. M, 2019:3-10). Neste contexto, Manuel de Araújo, refere que *as cidades moçambicanas tiveram um aumento*

da população, sem que fosse acompanhado do crescimento de infraestruturas e serviços urbanos (Araújo, 2003:1).

Este fenómeno é entendido analisando a história recente moçambicana na qual a guerra civil provocou um forte êxodo rural provocando *um grande movimento demográfico de população rural em direção às principais cidades, consideradas lugares mais seguros; e um outro de índole administrativa, quando em 1986 o governo procedeu a uma alteração da divisão administrativa do país, a qual alterou, por completo, as áreas territoriais das cidades, sem que isso significasse a alteração das suas características em termos de ocupação do espaço, de produção e de hábitos. Foi exclusivamente uma medida político/administrativa para aumentar as áreas das cidades à custa de território dos distritos vizinhos* (Araújo, 2002:7).

2. Crescimento das cidades moçambicanas

As vinte e três cidades existentes nas onze províncias moçambicanas, tiveram uma evolução relativo ao período anterior à independência, obedecendo a um plano de estrutura assente no Decreto nº 19/97, de 1 de Outubro, sobre Ordenamento do Território e no seu regulamento pelo Decreto nº 66/98, de 8 de Dezembro.

Tabela 7 - Municípios com Planos de estrutura Urbano

Principais cidades	Nível	PEU	Superfície Km ²	População censo		Densidade Demográfica	
				2007	2017	2007	2017
Cidade de Maputo	A	2008	347,7	1.094.315	1.101.170	3.147	3.167
Matola	B	2010	373	672.508	1.051.620	1.803	2.819
Beira	B	2012	633	431.583	533.825	682	843
Nampula	B	2014	404	471.717	743.125	1.168	1.839
Xai.xai	C	2012	210	115.752	143.128	551	681
Inhambane	C	2013	192	65.149	79.724	339	415
Chimoio	C	N/tem	174	237.497	372.821	1.365	2.143
Tete	C	N/tem	149,3	155.870	305.722	1.044	2.048
Quelimane	C	2015	117	193.343	349.842	1.653	2.990
Pemba	C	s/infor.	102	138.716	201.846	1.360	1.979
Lichinga	C	N/tem	290	142.331	213.361	491	736

Fonte: Elaboração própria com dados da ANAMM e INE - Moçambique

A evolução do processo de urbanização moçambicano foi tardia, iniciando-se no último quartel do séc. XIX. No entanto, *após a década 1930 que a urbanização moçambicana atingiu a sua totalidade em termos de expansão e criação de centros urbanos, tal como temos atualmente, e que foi um processo lento até a sua consolidação na década de 1970. [...] em 1930 existia na colónia de Moçambique, 3.885.447 habitantes, onde 3.785.447 estavam em zonas rurais e 100.000 em centros urbanos* (Maloa, 2016:156). Dos 100.000 habitantes dos centros urbanos *cerca de 42.779 habitantes em Lourenço Marques, 23.694 habitantes na Beira, 10.563 habitantes em Inhambane, 9.288 habitantes em Quelimane e 6.898 habitantes na Ilha de Moçambique* (Hedges & Rocha, 1999).

Os centros urbanos cresceram sustentados pelo desenvolvimento dos portos e terminais de caminhos de ferro e centros de administração, comércio e indústria. As cidades ~~a~~ crescem caracterizadas pela coexistência de duas áreas distintas:

- O centro de cimento para administração, comércio, assim como para residência destinada à classe média e alta,
- Outros e os subúrbios de habitação precária, construída com materiais disponíveis no local, que se formaram à medida que as cidades foram crescendo, albergando a população mais pobre, os trabalhadores indiferenciados e no qual se desenvolveu uma forte economia informal.

Para acelerar o de modernização e urbanização nas colónias portuguesas foi criado em 1944, o Gabinete de Urbanização Colonial (GUC), pelo Decreto nº 34:173, de 6/12, com o propósito de traçar novos planos urbanos para os territórios coloniais portugueses. Na sua missão os *técnicos do GUC, deveriam promover a elaboração de planos e arranjos de expansão das cidades e vilas, com elementos topográficos correspondentes ao crescimento da população. Deviam ainda considerar a ventilação que podia estar localizada à direita, junto ao limite entre o teto e as paredes, ou de forma transversal ou diagonal, com galerias abertas e varandas de colunas fechadas, apresentando uma arquitetura adaptada às regiões tropicais, assentes em plantas retangulares ou em forma de U, com alpendre, escadas exterior de um ou dois lanços, os beirais de telha romana com remates de lança encurvada aos ângulos, os frisos e painéis de azulejos e os pórticos de telhas* (Mendes, 2011). Na mesma linha, Milheiro (2011) refere que os *técnicos do*

GUC estavam preocupados em buscar um equilíbrio entre o que fazer e as condições reais das colónias, devendo desenvolver uma arquitetura colonial adequada aos territórios ultramarinos, combinando um programa moderno com uma figuração inspirada na tradição metropolitana.

Em Moçambique as marcas dos trabalhos do GUC, são visíveis na estrutura urbana atual, assente na divisão da cidade em sectores funcionais, como a área comercial, residencial e de serviços, representados por edifícios públicos em uso. São ainda observados em eixos estruturantes da cidade que se desenvolveram horizontalmente nos pequenos centros urbanos, caso das atuais capitais provinciais e verticalmente nos grandes centros urbanos como Nampula, Beira e com maior intensidade da cidade de Maputo, concentrando quase todas as infraestruturas urbanas. No entanto a estrutura funcionalista é caracterizada pela coabitação de quatro funções principais: habitar, trabalhar, lazer e circular. Cada função ocupa um lugar definido e distinto no solo urbano. A área residencial ocupa o lugar principal das preocupações do bairro (cidade) enquanto a circulação cobre as necessidades de mobilidade e organização.

Figura 1 - Vista Aérea da Cidade de Nampula na Década 60



Fonte: Coleção particular de Fernando Gil; in Mendes (2011, p 413)

Neste âmbito, Maloa (2016) refere que o *GUC em coordenação com os serviços de obras públicas da província de Moçambique, modernizaram por exemplo os centros urbanos de Nacala que tornou-se cidade em 1953 e recebeu o plano de modernização em 1956; o centro urbano de Porto Amelia/ Pemba, que tornou-se cidade em 1930 e recebeu os planos de modernização em 1936, 1956, e 1963; Nampula tornou-se cidade em 1935 e recebeu o plano de modernização em 1962; o centro urbano de Vila Cabral/Lichinga, que recebeu os planos de modernização em 1931, 1932, e 1961, tornou-se cidade em 1962; Quelimane, que recebeu o estatuto de cidade em 1942, recebeu os planos de modernização em 1950 e 1966; Inhambane tornou-se cidade em 1956 e recebeu o plano de modernização em 1967; Vila Pery/Chimoio, recebeu os planos de modernização em 1950, 1958 e 1966, tornou-se cidade em 1969; o centro urbano de João Belo/Xai-xai, tornou-se cidade em 1961 e recebeu o plano de modernização em 1966, ajustado em 1973.*

Tabela 8 - Ascensão à Categoria de Cidade

Cidade	Ascendeu a Cidade	Plano de Modernização
Nacala	1953	1956
Porto Amelia (Pemba)	1930	1936, 1956, 1963
Nampula	1935	1962
Via Cabral (Lichinga)	1962	1931, 1932, 1961
Quelimane	1942	1950, 1966
Inhambane	1956	1967
Vila Pery (Chimoio)	1969	1950, 1958, 1966
João Belo (Xai-xai)	1961	1966, 1973

Fonte: Elaboração própria

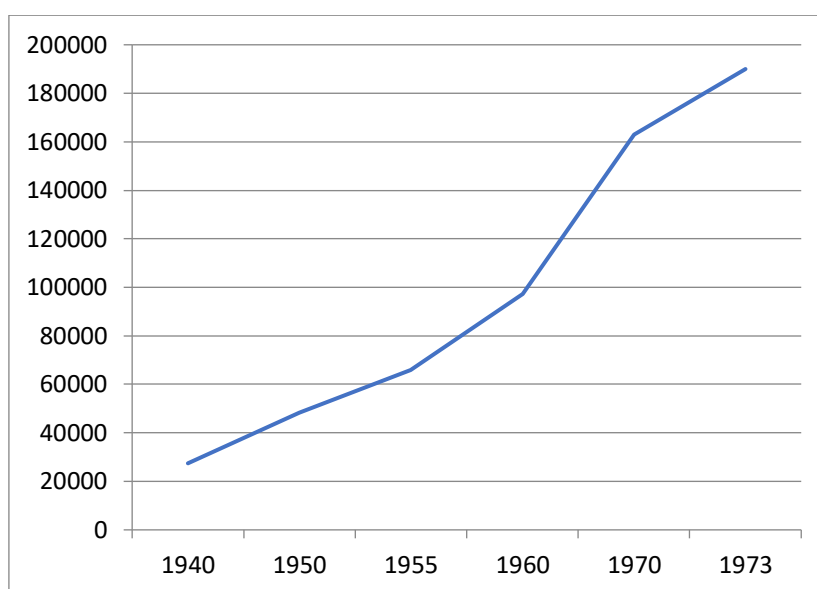
Foram elaborados mais planos de modernização para outros centros urbanos. Em 1960 existiam já 109 centros urbanos, denominados projetos de povoamento, e que vigoraram até ao final do período colonial, em 1974. Assim assistimos entre as décadas de 1930-1970 à implantação de estruturas urbanas modernas com a verticalização das principais cidades moçambicanas: Lourenço Marques/Maputo, Beira, Nampula, Vila Cabral/Lichinga, João Belo/Xai-xai, Tete, Quelimane, Porto Amélia/Pemba, Vila Pery/Chimoio e Inhambane.

Com o crescimento das cidades de cimento, as áreas suburbanas nas cinturas também cresceram. Áreas estas que com a necessidade de crescimento das cidades foram sucessivamente afastados para zonas mais distantes. A planta de Lourenço Marques de 1940 assumia a periferia urbana como espaço provisório de crescimento da cidade de

cimento. Fernandes e Mendes (2012) referem que a população negra não assimilada era remetida para áreas mais afastadas. As áreas suburbanas nas cinturas das cidades de cimento, surgem para acomodar a população não branca e com trabalhadores precários de construção, restauração e os empregados doméstico das casas de patrões brancos.

Maloa (2016), apresenta quatro aspetos para o crescimento das periferias urbanas, nomeadamente: a intensificação das barreiras raciais; a modernização da urbanização; o aparecimento dos arranha-céus; e o crescimento da população colona que passa de 27.438 habitantes, em 1940, para 190.000 habitantes, em 1973, criando uma linha de crescimento acentuada.

Figura 2 - Evolução do Crescimento da População Colona



Fonte: Elaboração Própria

O crescimento acelerado da população colona estimulava também o crescimento da migração de população de origem africana para as cinturas das cidades, desenhando uma morfologia dual dos assentamentos, motivando a necessidade de promoção de um urbanismo africano em bairros indígenas, casos notáveis de Paquitequete em Porto Amélia/Pemba na década (19)60; bairro da Manga na Beira; e Munhuana, Malanga, Malhangalene, Xipamanine, São José de Lhanguene, e Thinhambanine em Lourenço Marques/Maputo e aparecimento de assentamentos na Matola e Machava. Muitas destas construções não apresentavam condições de habitação, pois não tinham infraestruturas de saneamento ou rede elétricas e localizavam-se em áreas baixas de rápido alagamento em período chuvoso.

Figura 3 - Vista Aérea do Bairro da Munhuana (1943)



Fonte: Henriques (1998, p 36)

Com o fim do colonialismo em 1975, o Decreto-lei 6/75 de 18 de Janeiro, alterou o conteúdo normativo passando Moçambique a ter uma nova estrutura administrativa, onde os distritos passaram a ser províncias e os postos administrativos passaram a ser distritos. No entanto a dualidade urbana acentuou-se com o êxodo rural num cenário de substituição do colono nos centros urbanos - que voltaram a metrópole - por uma parte de população sem cultura urbana. A maior parte da migração, tinha como destino a cidade de Maputo. Nesta lógica, Araújo (2003:170) refere que *a dualidade económica, social e de organização territorial continuou, pois, a principal alteração foi apenas demográfica com as consequências daí decorrentes. A cidade de cimento manteve-se com as mesmas características, mas mais degradadas em termos de infraestruturas e serviços. Ela apenas deixou de ser branca, mas não deixou de segregar a área suburbana ou de caniço. Esta por seu lado, manteve, e até agudizaram as características de precariedade e de*

espaço excluído, mas ao mesmo tempo, adquiriu outras facetas resultantes do impacto dos fluxos migratórios.

Após a independência de Moçambique em 1975 e com a saída da população colona dos centros urbanos, o Estado, movido pelo interesse em prover habitação a todos os cidadãos, nacionalizou habitações sociais (ou prédios de rendimento), muitos deles abandonados, através do Decreto-Lei n.º 5/76, de 5 de Fevereiro. Este mesmo decreto proibia os privados o arrendamento da habitação a terceiros. Assim, o Estado passou a ser o provedor da habitação, criando para gestão a APIE – Administração do Parque Imobiliário do Estado, instituição tida como locadora nos contratos estabelecidos com os inquilinos e com obrigações das partes. Esta lei funcionou como uma política nacional de habitação, onde o Estado colocava em si a responsabilidade de prover habitação e resolver aspetos estruturais das desigualdades sociais, sem efeitos “sólidos” pois a população colona que vivia nos centros urbanos era muito inferior à população africana que beneficiava das nacionalizações.

Figura 4 - Lei que Legitima a Nacionalização dos Prédios de Rendimento

**Lei n.º 8/79
de 3 de Julho**

Sob a direcção da Frente de Libertação de Moçambique, a Luta Armada de Libertação Nacional desencadeada contra o colonialismo português que culminou na tomada do poder pelo Povo, criou condições para retirar à burguesia os instrumentos que lhe permitiam a exploração das classes trabalhadoras moçambicanas.

No domínio da habitação, as cidades e os aglomerados populacionais constituíam o espelho da discriminação racial e da exploração capitalista a que o nosso Povo esteve sujeito durante o período colonial.

A especulação e a discriminação no arrendamento dos prédios construídos com o trabalho dos operários moçambicanos, eram contrárias aos objectivos de justiça social e da luta contra o racismo prosseguidos pela Frente de Libertação de Moçambique.

Por esta razão, no dia 3 de Fevereiro de 1976, Dia dos Heróis Moçambicanos, o Governo da República Popular de Moçambique procedeu à nacionalização dos prédios de rendimento.

Esta medida visava alcançar fundamentalmente os seguintes objectivos:

- Liquidar uma base económica importante do poder da burguesia;
- Liquidar o racismo e a discriminação social, permitindo ao povo tomar a cidade e viver nela;
- Dar início à materialização do princípio fundamental do direito à habitação;
- Organizar, no seio da cidade, uma verdadeira vida colectiva, criando as bases para o exercício do poder democrático popular, que é o alicerce político da nossa sociedade.

Fonte: <https://www.fd.unl.pt/Anexos/Investigacao/6710.PDF>

O relatório do III Congresso do Partido Frelimo realizado em 1977, clarifica que *com a nacionalização dos prédios de rendimento, desapareceu a conceção da casa como investimento reprodutivo, característica da economia colonial-capitalista. Assim, a participação direta do Estado na execução de grandes projetos de construção de casas deve processar-se de forma gradual, em conformidade com a planificação global da economia e em função do desenvolvimento das forças produtivas. No investimento estatal neste sector daremos prioridade às infraestruturas e ao reforço do equipamento social.*

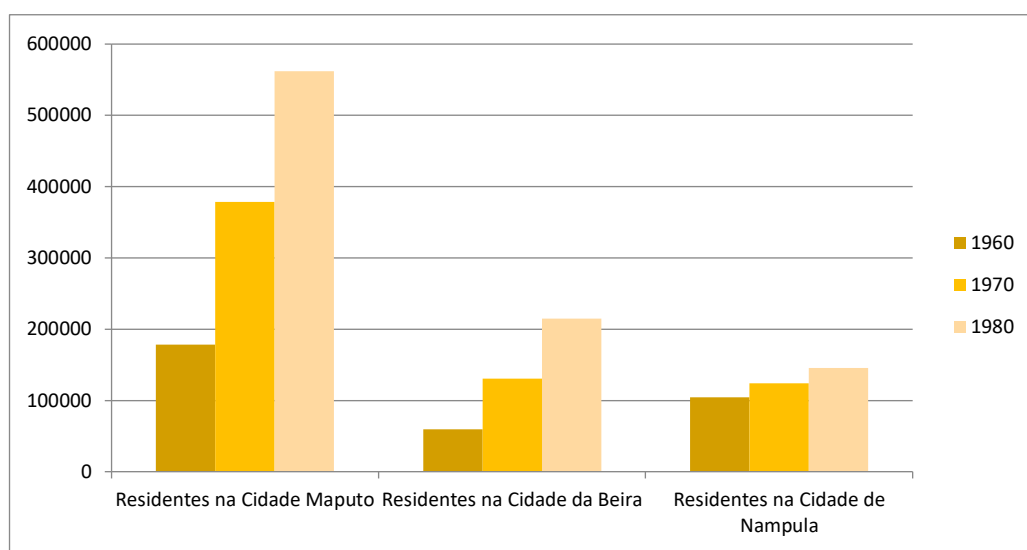
Nesse sentido refere ainda que *a participação do Povo, apoiado nas próprias forças, é condição fundamental para avançarmos na solução do problema habitacional. Constitui, pois, tarefa prioritária do Partido, nesta frente, a dinamização dos programas coordenados de autoconstrução assistida, da formação de cooperativas de construção de habitações e das campanhas para a valorização dos prédios nacionalizados. O Estado atuaria como promotor e dinamizador do processo de construção de habitação própria, tendo como primeiras tarefas neste sector, a criação de uma instituição de crédito especializada no campo habitacional e a elaboração de leis sobre a construção de habitação pessoal e a respetiva, transmissão. (...) deve promover uma política de construção habitacional, tendo em vista o maior aproveitamento dos materiais existentes no País, bem como o desenvolvimento das técnicas tradicionais. Por outro lado, é essencial proceder-se à reestruturação das empresas construtoras, para uma mais equilibrada distribuição e utilização dos meios disponíveis por todo o território nacional.* (Frelimo, 1977).

Uma outra vaga forte de migração para os centros urbanos, principalmente as grandes cidades, verificou-se no início da década 1980, com o auge da guerra civil. A maioria dos deslocados foi residir nas periferias urbanas e nos espaços de reserva ambiental e serviços nos centros urbanos, ou em casas precárias desprovidas de serviços urbanos. As cidades viram desaparecer espaços verdes de jardins, espaços de prática desportiva, áreas de logradouro, fugindo e buscando refúgio ao conflito civil. Assim as cidades passaram a ter a função de abrigar as populações, ignorando leis básicas do ordenamento urbano e provisão de serviços urbanos para os que nela fizessem uso.

Entre 1970 e 1980, as migrações campo-cidade atingiram índices de 8,5% por mil habitantes, sendo as cidades que apresentaram saldos migratórios positivos mais

acentuados Nampula, com 249%; Chimoio com 220% e Maputo cidade com 134%. Em 1960, residiam em Maputo 178.565 pessoas, passando em 1970 para 378.348 residentes, para em 1980, atingir a cifra de 561.489 residentes. No mesmo período a cidade da Beira registava 58.970 residentes em 1960; em 1970 passa para 130.398, passa para 214.613 habitantes em 1980. Por sua vez, a cidade de Nampula tinha 103.985 habitantes em 1960, passando para 124.156 em 1970 e finalmente para 145.722 residentes em 1980 (Maloa, 2016).

Figura 5 - Crescimento da População nas Principais Cidades



Fonte: Elaboração própria

A Direção Nacional de Habitação (DNH), entre 1978 e 1985, elaborou planos de estrutura para centros urbanos de Maputo, Beira, Chókwè, Lichinga, Chimoio e Quelimane e posteriormente a Comissão Nacional do Plano (CNP) entre 1984 a 1992 elaboraram projetos para as principais cidades. Estes planos foram submetidos e apreciados pelas respetivas Assembleias de Cidade.

A forma de encarar o espaço urbanos por parte dos poderes centrais e locais sofreu uma profunda mutação pelas dinâmicas demográficas registadas no pós-independência. Os centros urbanos saturados de pessoas que haviam fugido da guerra, que ocuparam não só as periferias urbanas como os espaços livres da cidade consolidada, tornaram-se locais de tensão, eclodindo conflitos sociais, económicos e deficiente imposição das leis de gestão urbanas. Peter Fry (2003:295), na obra “Cultura das diferenças: Sequelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral”, descreve que a guerra tinha chegado a quase todas as regiões rurais de Moçambique e que só as cidades,

nomeadamente as capitais das províncias estavam nas mãos do governo e a única forma de transporte entre elas era pelo transporte aéreo. Aproximadamente quatro milhões do total de quinze milhões de habitantes, estavam refugiados em países vizinhos e muitos mais internamente deslocados, procurando asilo nas cidades. Grande parte das infraestruturas, estavam destruídas como resultado do conflito e as que restavam excessivamente pressionadas pelo aumento populacional.

Numa revisão das políticas de habitação em Moçambique levada a cabo em 2013, faz-se um retrato da situação e do acesso à habitação. Entre 1975 e 2010, não existia uma Política ou Estratégia Nacional de Habitação focada nos problemas existentes, sobrevivendo a ação no setor de iniciativas *ad-hoc* baseadas na política de nacionalização de 1976, que promovia a “distribuição” a custo zero de imóveis por todo o território nacional, sob gestão da APIE. Notando-se a incapacidade desta instituição de gestão imobiliária, o Decreto-lei 6/91, de 6 de Setembro liberalizou a alienação dos imóveis aos inquilinos, promoveu a atividade imobiliária e, posteriormente, em 1995, foi criado o Fundo para o Fomento da Habitação – FFH, que foi responsável até 2014 por 21.598 habitações (Buzi, 2013).

Tabela 9 - Intervenção do FFH na Promoção Imobiliária

Projeto	Promotor	Parceiro	Habitações
5000 casas de Intaca - Matola	Governo Moçambicano - FFH	China – Henan Guoji	5000
5000 casas	Governo Moçambicano - FFH	China – Henan Guoji	5000
5000 picoco	Governo Moçambicano - FFH	EPA, Imbani	5000
4500 casas em Maputo, Sofala e Nampula	Governo Moçambicano - FFH	Espanha – San José	4500
Vila Olímpica de Zimpeto	Ministério da Juventude e Desportos		848
1200 casas na Zambézia, Cabo Delgado e Tete	Governo Moçambicano - FFH	India	1200
50 casas em Chimoio	Governo Moçambicano - FFH	Governo	50
Total de habitações planificadas			21598

Fonte: Jornal Noticias datados de (11/10/2012; 6/10/2019; 14/12/2019; 6/03/2020)

O Perfil do Sector de Habitação de Moçambique, elaborado pela UN-Habitat em 2018, identifica como ponto a rever da política de habitação o facto do Fundo do Fomento da Habitação e da iniciativa privada formal por se concentrarem principalmente em prover a habitação para as camadas da população de maior rendimento, as quais têm condições de pagar pelas unidades disponibilizadas. Apesar do desenvolvimento da

habitação ser um assunto recorrente em diversos documentos/planos de desenvolvimento nacional, os objetivos lançados estão muito aquém das possibilidades técnicas e financeiras do governo, e não há uma abordagem realista que inclua todos os atores promotores de habitação no país. Refere o mesmo relatório que apesar de não existirem dados detalhados sobre oferta de habitação em termos de tipologia ou provedor, cerca de 80% das mais de 5 milhões de moradias existentes no país são autoconstruídas. Destas, uma quantidade mínima cerca de 2% é totalmente construída com materiais convencionais (Un-Habitat 2018:11).

Só com o Decreto-lei 23/2008, de 1 de Julho, que aprova o regulamento da lei de ordenamento do território, a gestão do solo urbano passou a ter outra dinâmica e a ser aplicada em todo o território nacional. Para tal, no que respeita ao ordenamento do território, este documento legal regula as relações entre os diversos níveis da administração pública, e desta com os demais sujeitos públicos e privados. Propõe ainda normas e regulamentos para todo espaço urbano e rural. Assim, constituem instrumentos de ordenamento territorial a nível nacional:

- O Plano Nacional de Desenvolvimento Territorial (PNDT), que é o instrumento que define e estabelece perspetivas e diretrizes gerais que devem orientar o uso de todo o território nacional e prioridades das intervenções à escala nacional;

- Os Planos Especiais de Ordenamento do Território (PEOT), que são os instrumentos que estabelecem os parâmetros e as condições de uso das zonas com continuidade espacial, ecológica e económica.

A nível dos centros urbanos, o Plano de Estrutura Urbana (PEU), é o instrumento que estabelece a organização espacial da totalidade do território do município e autarquia de povoação, os parâmetros e as normas para a sua utilização, tendo em conta a ocupação atual, as infraestruturas, os equipamentos sociais existentes e a implantar, e a sua integração na estrutura espacial regional. Assim, existem planos de estrutura urbana nas cidades de Maputo, Matola, Dondo, Beira, Inhambane, Nampula, Pemba e Lichinga, elaborados pela Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane.

Tabela 10 - Cidades com Planos de Estrutura Urbano

Cidades	Ano de Elaboração	Elaboração
Maputo	2008	FAPF da UEM
Matola	2010	FAPF da UEM
Dondo	2011	FAPF da UEM
Beira	2012	FAPF da UEM
Inhambane	2013	FAPF da UEM
Nampula	2014	FAPF da UEM
Pemba	S/informação	-
Lichinga	N/tem	-

Fonte: Elaboração própria com dados da ANAMM

O Decreto-lei 2/97 de 18 de Fevereiro⁸, que aprova o quadro jurídico para implantação das autarquias locais, faz uma classificação dos municípios como sendo as circunscrições territoriais de cidade e vilas, correspondendo as povoações às circunscrições territoriais de sedes de posto administrativos. A organização das cidades é orientada pelos planos de estrutura urbano⁹ das respetivas cidades, legitimados pelo Decreto n.º 19/1997 de 1 de Outubro, sobre o ordenamento do território, e pelo Decreto n.º 23/2008 de 1 de Julho sobre o regulamento do ordenamento do território, que padronizam a organização espacial da totalidade dos territórios municipais e normaliza a sua utilização, tendo em conta a ocupação. Estas leis fazem o enquadramento jurídico da política de ordenamento do território, promovendo o aproveitamento racional e sustentável dos recursos naturais, a preservação do equilíbrio ambiental, a promoção da coesão nacional, a valorização das potencialidades de cada região, a promoção da qualidade de vida dos cidadãos, o equilíbrio entre a qualidade de vida nas zonas rurais e nas zonas urbanas, o melhoramento das condições de habitação, das infraestruturas e dos sistemas urbanos e a segurança das populações vulneráveis a calamidades naturais ou provocadas.

O Relatório Nacional para a 3ª Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável, refere que cerca de 70% das áreas urbanas de Moçambique tem uma ocupação informal, estando as cidades de Maputo, da Matola e de Nampula a desenvolver ações de melhoria através de programas locais apoiadas por

⁸ Considerada a Lei-quadro das autarquias.

⁹ O Plano de Estrutura Urbano, tem o objetivo de estabelecer a organização espacial do território municipal segundo a função social, de forma a garantir o acesso a terra urbanizada e regularizada, reconhecer a todos os cidadãos o direito à moradia e aos serviços urbanos.

agências internacionais de desenvolvimento (UN-Habitat III, 2016). Estes projetos de melhoria, são feitos nos bairros periurbanos através da elaboração de planos parciais de urbanização. A totalidade dos municípios de nível A, B e C, já tem seus planos de estrutura urbana para potenciar o desenvolvimento da cidade, num período de dez anos a partir da sua aprovação, com o objetivo de organizar a cidade e melhorar as condições de vida de todos os seus habitantes.

Tabela 11 - Tipos de Habitação Particular

Tipos de Habitação Particular	
Habitação Formal	Constituído por casa convencional, casa básica e flat/apartamento.
Habitação Informal	Constituído por palhota, casa improvisada e casa mista

Fonte: INE Moçambique 2017

Tabela 12 - Características das Habitações Particulares

Caraterísticas das Habitações Particulares	
Palhota	casas cujo material predominante na construção é de origem vegetal ¹⁰
Casa improvisada	Habitação construída com material improvisado e precário ¹¹
Casa mista	Habitação construída com materiais duráveis, misturados com materiais de origem vegetal
Casa básica	Unidades habitacionais que só tem quarto(s) e não tem casa de banho nem cozinha, sendo construída com materiais duráveis
casa convencional	Unidade habitacional unifamiliar que tenha quarto(s), casa de banho e cozinha dentro de casa, construída com materiais duráveis ¹² , podendo ser de rés-do-chão ou com mais pisos.
Flat/ apartamento	Habitação construído dentro dum prédio

Fonte: INE Moçambique 2017

¹⁰ Caniço, capim, palha, palmeira, colmo, bambu, entre outros.

¹¹ Refere-se a material precário como: papel, saco, latas, cascas de árvores, entre outros.

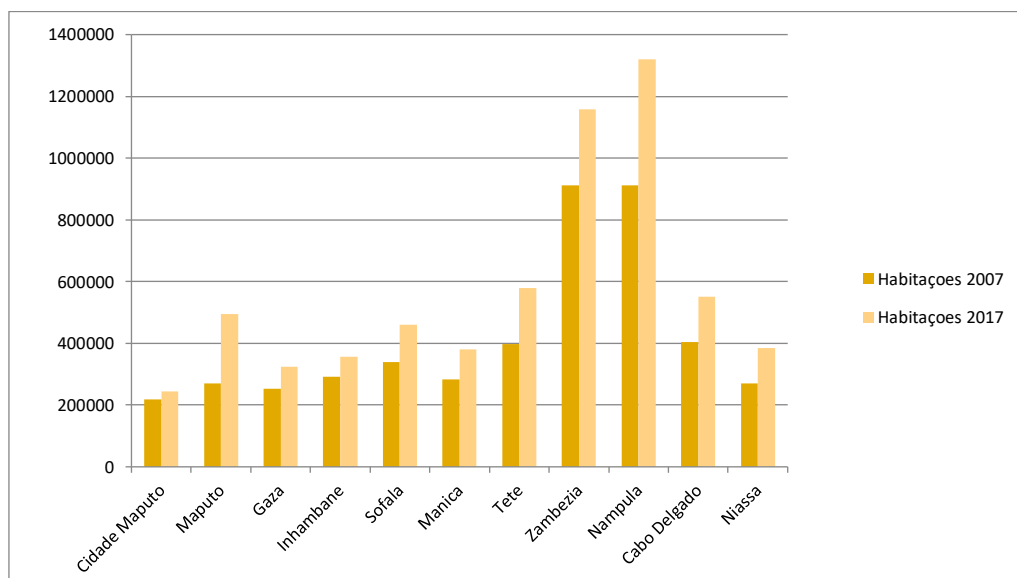
¹² Construído com bloco de cimento, tijolo, chapa de zinco/fibrocimento, telha/laje de betão.

Tabela 13 - Crescimento Urbano das Províncias Moçambicanas

Províncias	Total de Habitações		Casas Formais ¹³ (%)		Crescimento (%) 2007 - 2017
	2007	2017	2007	2017	
Maputo Cidade	218.524	245.005	85,9	97,3	11,4
Maputo	269.924	495.721	59,2	87,0	27,8
Gaza	252.751	323.289	18,9	40,1	21,2
Inhambane	290.892	357.523	12,1	34,9	22,8
Sofala	339.155	460.969	18,7	34,6	15,9
Manica	282.393	380.853	11,7	36,1	24,4
Tete	398.071	579.508	8,9	32,1	23,2
Zambézia	910.631	1.158.620	2,5	14,2	11,7
Nampula	910.631	1.318.809	2,5	10,4	7,9
Cabo Delgado	404.431	551.493	1,7	8,3	6,6
Niassa	270.750	384.683	3,5	14,7	11,2

Fonte: Elaboração própria com dados do INE Moçambique 2007 e INE Moçambique 2017

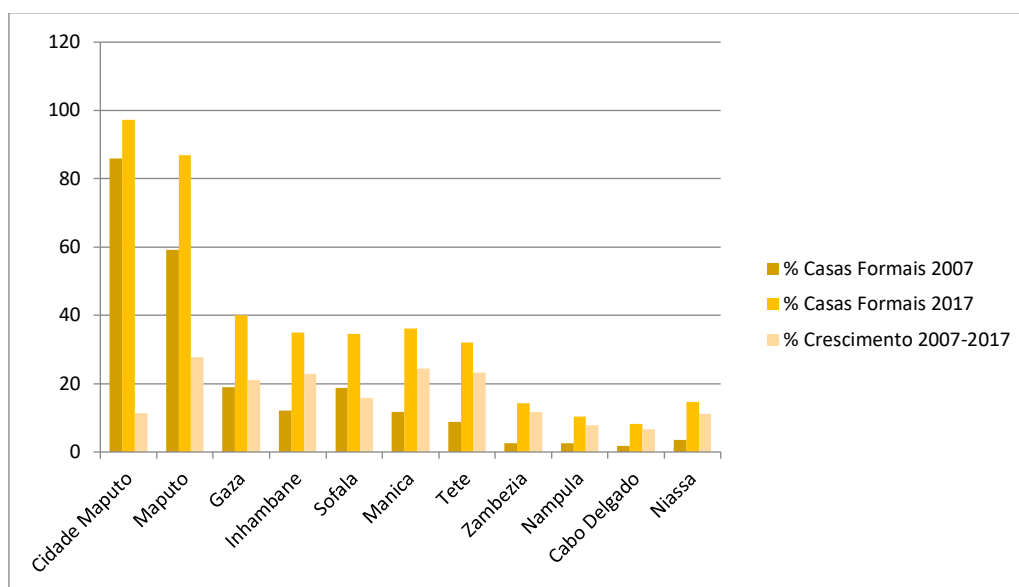
Figura 6 - Habitações por Província



Fonte: Elaboração própria

¹³ Casas formais, são segundo Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, as casas convencionais, casas básicas e *flat*/apartamentos. Casas informais são as palhotas, casa improvisadas e casas mistas

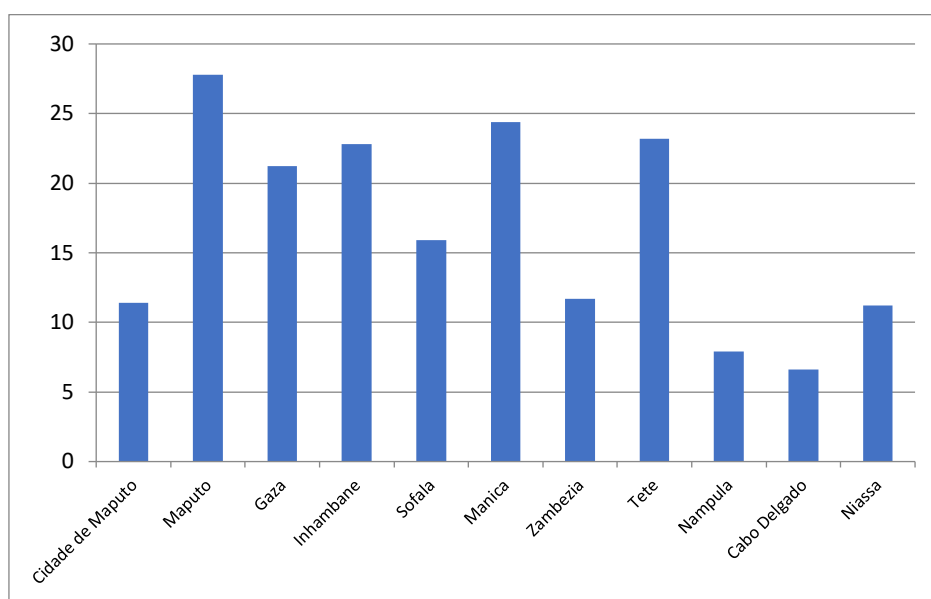
Figura 7 - Distribuição das Habitações Formais por Província



Fonte: Elaboração própria

O quadro e os gráficos acima refletem o resultado das migrações provocadas pelo conflito civil para os centros urbanos. Como visto anteriormente, a cidade de Maputo apresenta 989.386 habitantes em 1997, passando para 1.094.315 habitantes em 2007 e para 1.101.170 habitantes em 2017, o que transforma este centro urbano no maior do país. Em 2007, existiam 218.524 habitações dos quais 85,9% eram consideradas habitações formais, crescendo para 245.005 habitações em 2017, das quais 97,3% são consideradas habitações formais. As províncias de Nampula e Zambézia, apesar de terem a maior densidade populacional, apresentam menores níveis de construção de habitação, sendo 10,4% e 14,2% em 2017 para um valor total de população 1.318.809 e 1.158.620 respetivamente. Outras províncias que apresentam uma percentagem de habitações formais abaixo de 20% da totalidade de habitação em 2017, são as províncias de Cabo Delgado e Niassa com 8,3% e 14,7% do total de 551.493 habitações e 384.683 habitações respetivamente.

Figura 8 - Gráfico de Habitação Formal por Província



Fonte: Elaboração própria

As províncias de Nampula, Sofala e cidade de Maputo com centros urbanos que tiveram elevado crescimento no período colonial, apresentam neste período pós-independência, um crescimento lento. Surgem com elevado crescimento da habitação entre os dois últimos recenseamentos gerais da população e habitação, realizados em 2007 e 2017 as províncias de Maputo com 27,8%, de Gaza com 21,2%, Inhambane com 22,8%, Manica com 24,4% e Tete com 23,2%.

O fim do conflito civil e a implementação de políticas de desenvolvimento que abarcam todo o território, conduziu a mudanças profundas no sistema urbano sendo verificável que *nas 23 cidades e 68 vilas moçambicanas, surgiram mudanças significativas na urbanização, que acabaram alterando profundamente a paisagem urbana, com o aparecimento de novas configurações morfológicas constituído por condomínios e edificios luxuosos de dois a três pisos e novos bairros, cada vez mais distantes dos centros urbanos, com ausência de serviços públicos, asfaltamento, iluminação, transporte, educação e saúde* (Maloa, 3:2019).

Moçambique torna-se um país urbanizado, embora desequilibrado no que se refere ao acesso às infraestruturas e aos equipamentos.

Tabela 14. Crescimento Demográfico nas Cidades Moçambicanas

Território			População			
Província	Cidade	Nível	1980	1997	2007	2017
C. Maputo	Maputo	A	755.300	989.386	1.094.315	1.101.170
Maputo	Matola	B	-----	440.927	672.508	1.051.620
Gaza	Xai-xai	C	44.000	103.251	115.752	143.128
	Chibuto	D	-----	53.425	63.184	220.980
	Chokwé	D	10.963	51.635	53.062	240.244
Inhambane	Inhambane	C	54.990	54.147	65.149	79.724
	Maxixi	D	-----	97.173	108.824	123.868
Sofala	Beira	B	230.744	412.588	431.583	533.825
	Dondo	D	-----	74.388	70.817	184.458
Manica	Chimoio	C	74.372	177.608	237.497	372.821
	Manica	D	-----	29.662	36.124	225.000
Tete	Tete	C	47.000	104.832	155.870	305.722
Zambézia	Quelimane	C	62.174	153.187	193.343	349.842
	Mocuba	D	-----	127.200	168.736	422.681
	Gurué	D	-----	101.367	145.466	420.869
Nampula	Nampula	B	156.185	314.965	471.717	743.125
	Angoche	D	-----	88.985	89.998	399.092
	Nacala	C	80.426	164.309	206.449	225.034
	Ilha de Moçambique	C	32.317	44.031	48.063	65.712
C. Delgado	Pemba	C	43.000	88.149	138.716	201.846
	Montepuez	D	-----	58.594	76.139	261.535
Niassa	Lichinga	C	41.000	89.043	142.331	213.361
	Cuamba	D	-----	59.396	79.013	264.572

Fonte: Elaboração própria com dados do INE Moçambique 1980; INE Moçambique 1997; INE Moçambique 2007; INE Moçambique 2017

3. Principais Regiões de Moçambique

A gestão territorial e a necessidade de permitir um desenvolvimento integrado, impulsionou a criação de agrupamentos de cidades nas três principais regiões do país, sendo o Norte com as províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula, tendo como *pivot* cidade de Nampula; no centro, as províncias da Zambézia, Tete, Sofala e Manica, em torno da cidade da Beira, e na região sul onde encontramos as províncias de Inhambane, Gaza, Maputo e cidade do Maputo, que têm como grande centro urbano a cidade de Maputo.

Esta estrutura consubstancia o crescimento das cidades de Nampula, Beira e Maputo, a que acresce a cidade da Matola, por esta apresentar uma localização junto à

cidade do Maputo, em *continuum* urbano, numa ótica de complementaridade no desenvolvimento de infraestruturas económicas públicas e privadas, extensão ou alternativa de procura de espaço para construção de habitação, surgindo construções de alto padrão de moradias. Verificou-se em simultâneo na cidade da Matola um elevado crescimento demográfico por via de migrações rurais.

Assim temos a parte Sul, limitado pelo rio Save, a cidade de Maputo e a cidade da Matola, criando a área territorial metropolitana do Grande Maputo. No centro do país, entre os rios¹⁴ Save e Zambeze, com o polo nodal na cidade da Beira. Por sua vez, no Norte entre os rios Zambeze e Rovuma, destaca-se a cidade de Nampula. Neste contexto, sendo a urbanização um processo específico de organização territorial da população, que na sua inter-relação com o meio, cria um conjunto de atividade sociais, económicas e culturais que resultam na formação de um espaço com características próprias de concentração de população, de produção, de serviços e de organização espacial, aquelas cidades tornam-se polos estruturadores do território.

Entre as regiões norte, centro e Sul de Moçambique, constata-se pelos dados INE - Moçambique, que as cidades localizadas no Sul e em especial a cidade da Matola, apresenta um maior crescimento demográfico entre os dois últimos recenseamentos, calculados em 53,48% e por consequência um nível elevado de infraestruturas de habitação, calculados em 367.772, representando um crescimento de 158,4%. As restantes cidades apresentam um crescimento de infraestruturas de habitação de 2,9% para Maputo; 24% para cidade da Beira e 53,7% para cidade de Nampula.

O desenvolvimento da região Norte converge para a cidade de Nampula, onde existem as principais instituições e infraestruturas da região. Os agrupamentos urbanos das províncias de Niassa, Cabo Delgado e Nampula, nomeadamente as cidades de Lichinga, Cuamba, Pemba, Montepuez, Ilha de Moçambique, Nacala e Angoche têm como centro e capital a cidade de Nampula. Perante este cenário, a cidade de Nampula apresenta um crescimento de 57,5%, segundo os resultados do recenseamento geral da população e habitação, realizados em 2007 e 2017, de 471.717 habitantes e 743.125 habitantes respetivamente. Porém, a província de Nampula, localizada na região Norte de

¹⁴ Os rios Save e Zambeze são usados como fronteiras naturais entre as regiões Sul, centro e Norte de Moçambique.

Moçambique e ocupando uma superfície total de 81.862 km², tinha, em 1997, recenseados 2.975.747 habitantes, tendo passado para 3.985.613 habitantes, em 2007; e para 5.758.920 em 2017, representando neste último recenseamento geral da população 20,6% da população total de Moçambique.

Citando Muanamoha (2018:50) no seu artigo “Cartografia da migração interna em Moçambique entre 1997 e 2007”, *segundo o censo demográfico de 1997, Nampula foi também uma das províncias de imigração acumulada, embora em menor escala. A maioria dos seus imigrantes de toda a vida era proveniente da província da Zambézia (43%), seguida pelas províncias de Cabo Delgado (29,3%) e Niassa (13,2%). Todas estas províncias fazem fronteira com Nampula. Portanto, a sua proximidade geográfica da chamada Capital do Norte, a capital provincial de Nampula, pode ser em parte uma das causas explicativas desta imigração interna em Nampula. Entretanto, em 2007, Nampula passou a ser uma província de emigração acumulada. A maior parte dos emigrantes de toda a vida de Nampula, em 2007, distribuía-se pelas províncias de Cabo Delgado (26,1% dos emigrantes), Zambézia (24,6%) e Niassa (21,6%).*

Mendes (2011:408-410) defende que a chegada dos caminhos-de-ferro que teve início da sua construção em 1912, aliado à posição estratégica no contexto político-militar da colónia, transformou Nampula numa cidade importante. Depois de 1940, começam a surgir instituições missionárias, instituições de ensino e profundas transformações da estrutura urbana da vila, num equilíbrio entre a estrutura militar e a ferrovia que condicionaram o desenvolvimento urbano. Assim, foram construídas grandes avenidas, moradias, passando a cidade a assumir uma morfologia inspirada na cidade-jardim, devido ao desenho dos bairros e arborização das avenidas.

Tabela 15. Habitações na Região Norte em 2007

	Total de Habitação 2007	Formal		Informal	
			%		%
Nampula	910.631	22.766	2,5	887.865	97,5
C. Delgado	404.431	6.875	1,7	397.556	98,3
Niassa	270.750	9.476	3,5	261.274	96,5

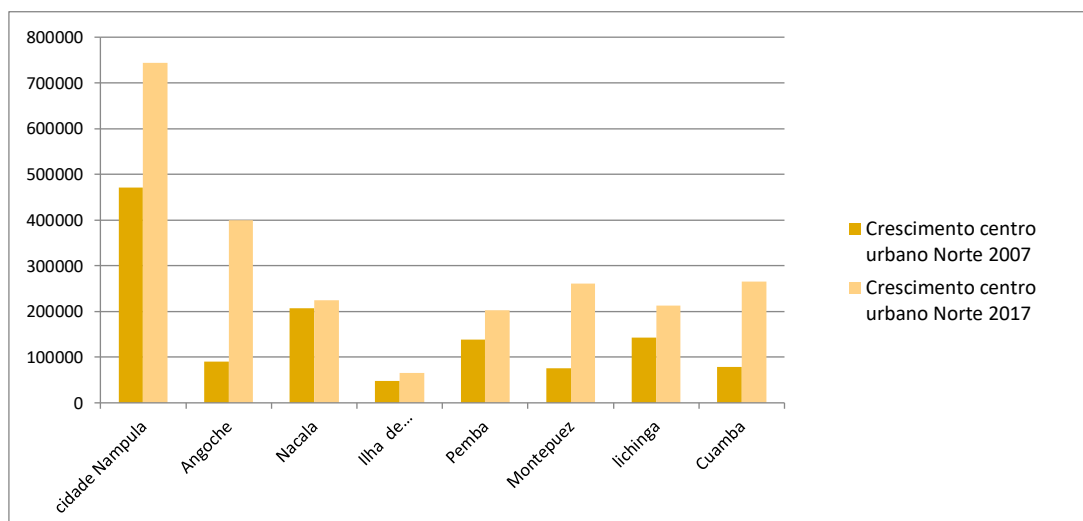
Fonte: Elaboração própria com dados do INE Moçambique 2007

Tabela 16. Habitações na Região Norte em 2017

	Total de Habitação 2017	Formal		Informal	
			%		%
Nampula	1.318.809	137.156	10,4	1.181.653	89,6
C. Delgado	551.493	45.774	8,3	505.719	91,7
Niassa	384.683	56.548	14,7	328.135	85,3

Fonte: Elaboração própria com dados do INE Moçambique 2017

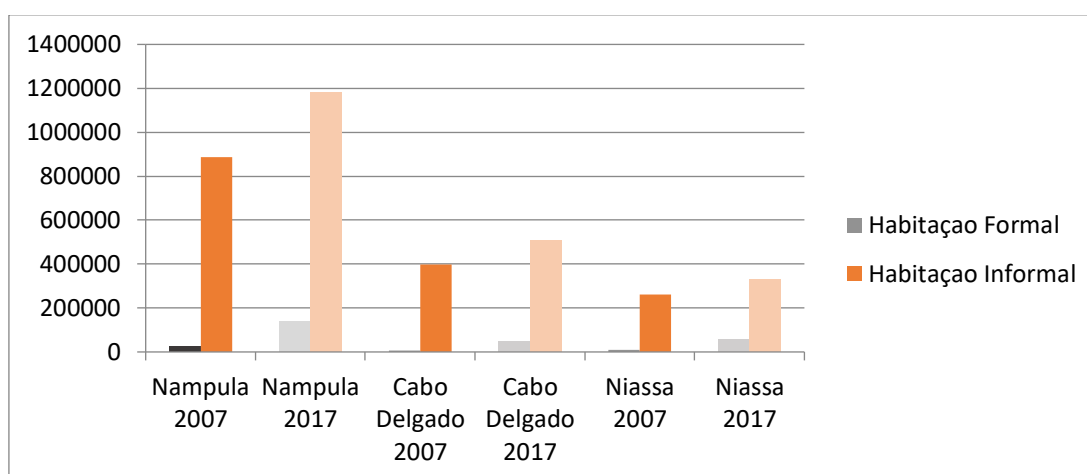
Figura 9. Crescimento Demográfico dos Centros Urbanos Norte



Fonte: Elaboração própria com dados do INE Moçambique 2007, 2017

O número de habitações existente em 2017 na província de Nampula, retratam a centralidade da cidade de Nampula na região Norte, pois representam 58% da totalidade da habitação, dos quais 57% da habitação formal da região. No mesmo ano, as províncias de Cabo Delgado e Niassa têm respetivamente 25% e 17%.

Figura 10. Rácio de Habitação formal/ Informal na Região Norte



Fonte: Elaboração própria com dados do INE Moçambique 2007, 2017

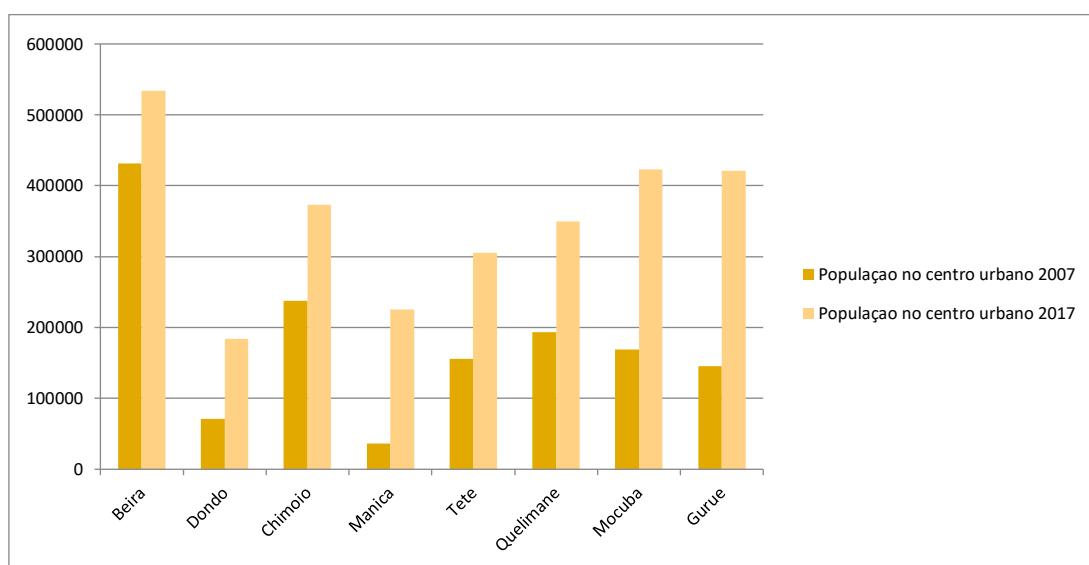
À semelhança da região Norte em que vemos os centros urbanos a convergir para a cidade de Nampula, promovendo um crescimento demográfico e de infraestruturas, o centro de Moçambique apresenta um crescimento que converge para a cidade da Beira, onde existem as principais instituições e infraestruturas económicas e sociais da região. Os agrupamentos urbanos das províncias de Sofala, Manica, Zambézia e Tete, nomeadamente as cidades de Dondo, Chimoio, Manica, Quelimane, Mocuba, Gorué, e Tete, tem como centro e capital a cidade da Beira. Neste contexto, a cidade da Beira apresenta um crescimento de 23,7%, no período intercensitário de 2007 e 2017, passando de 431.583 habitantes para 533.825 habitantes, respetivamente.

Em 1997, a província de Sofala tinha uma população de 1.289.390 habitantes, tendo passado para 1.642.920 habitantes em 2007, e 2.259.248 em 2017, representando 8,1% da população total de Moçambique. A sua capital, cidade da Beira (da categoria B), é muito atrativa aos migrantes. Na pesquisa levada a cabo pelo investigador Muanamoha (2018:44) identificou que na maioria, os imigrantes nesta província, em 1997 e 2007, eram originários das províncias da Zambézia (38,7% e 46,1% respetivamente), Tete (20% e 18,4%), Inhambane (18,9% e 12,2%) e Manica (12,4% e 13,9%).

No que respeita à cidade da Beira, esta tem a sua génese em 1887, quando alguns homens (soldados e operários) se estabeleceram na ponta de Chiveve, entre os rios Púngue e Búzi, criando um posto militar, originalmente batizado por Aruangua. Posteriormente o território foi outorgado à Companhia de Moçambique, onde foram construídas infraestruturas portuárias, ferroviárias e de proteção. Porem, foi a criação de uma estrutura administrativa que impulsionou o desenvolvimento do aglomerado populacional, ao transformar-se em vila e sede do distrito de Sofala em 1892, assim como a política expansionista urbana da companhia de Moçambique que elaborou o plano urbano, da cidade nascente que previa a expansão do seu núcleo (Mendes, 2011:315-324).

A cidade da Beira como centro urbano, obedeceu uma construção e morfologia em torno do desenvolvimento do porto da Beira e dos caminhos de ferro, com o primeiro plano de urbanização elaborado e apresentado em 1934 pela Comissão de Administração Urbana da cidade da Beira, que prevê a consolidação da expansão em direção a Ponta Gêa e desta em direção a Macúti.

Figura 11. População nos Centros Urbanos da região Centro (2007 e 2017)



Fonte: Elaboração própria com dados do INE Moçambique 2007, 2017

Tabela 17. Habitações na Região Centro em 2007

	Total de Habitação 2007	Formal		Informal	
			%		%
Sofala	339.155	63.422	18,7	275.733	81,3
Manica	282.393	33.040	11,7	249.353	88,3
Tete	398.071	35.428	8,9	362.643	91,1
Zambézia	910.631	22.766	2,5	887.865	97,5

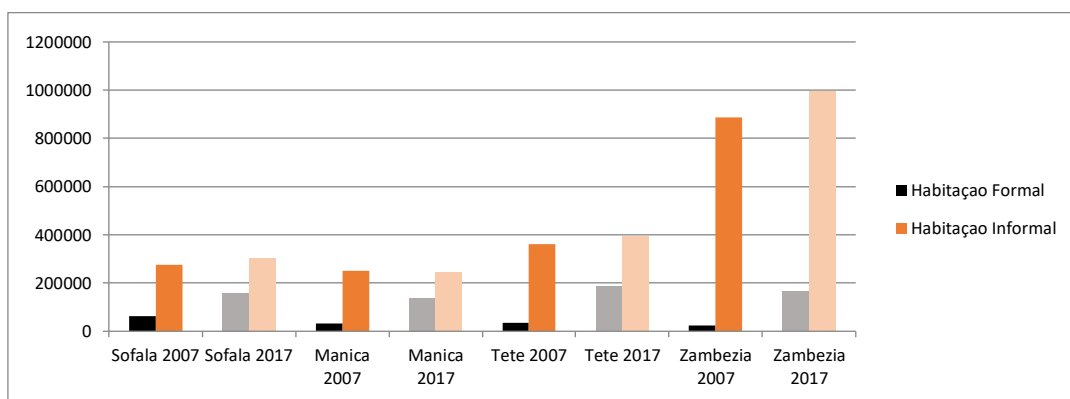
Fonte: Elaboração própria com dados do INE Moçambique 2007

Tabela 18. Habitações na Região Centro em 2017

	Total de Habitação 2017	Formal		Informal	
			%		%
Sofala	460.969	159.495	34,6	301.474	65,4
Manica	380.853	137.488	36,1	243.365	63,9
Tete	579.508	186.022	32,1	393.486	67,9
Zambézia	1.158.620	164.524	14,2	994.096	85,8

Fonte: Elaboração própria com dados do INE Moçambique 2017

Figura 12 - Gráfico da razão de Habitação Formal/Informal



Fonte: Elaboração própria com dados do INE Moçambique 2007 e 2017

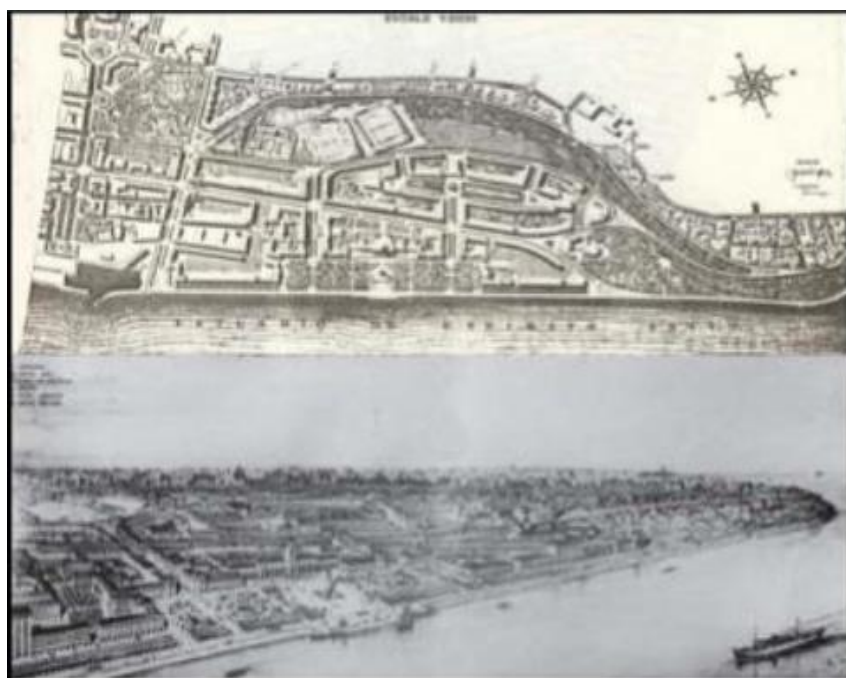
Apesar da totalidade das províncias de Moçambique promoverem uma migração para a cidade de Maputo, estimulando crescimento económico, de infraestruturas e concentração demográfica, (Muanamoha, 2018:36), no seu artigo “Cartografia da migração interna em Moçambique entre 1997 e 2007”, explicita que sem negligenciar o papel da fecundidade sobre o crescimento da população, pode-se acreditar que para a cidade de Maputo, por tratar-se da cidade capital, a migração tem contribuído significativamente para o crescimento da população, fazendo com que entre 1997 e 2017, a imigração fosse proveniente maioritariamente das províncias de Gaza (36%), Inhambane (29,3%), Maputo província (20%) e Zambézia (5,7%). O predomínio de migrantes das províncias de Maputo, Gaza e de Inhambane (todas do Sul de Moçambique) pode ser explicado pela proximidade geográfica e, ainda, como seguimento da migração laboral para África do Sul.

Nesta região Sul, os centros urbanos das províncias de Inhambane, Gaza e Maputo, nomeadamente cidade de Inhambane, Maxixe, Xai-xai, Chokwe, Chibuto e Matola convergem para a cidade de Maputo, promovendo um crescimento demográfico e de infraestruturas. Nesta cidade encontram-se maiores oportunidades de formação, assistência médica e trabalho, sendo que a cidade da Matola tem acolhido para residência grande percentagem de imigrantes para esta região, demonstrado pelos elevados índices de crescimento demográfico. Perante este cenário, podemos afirmar que existem duas centralidades nesta região: a cidade de Maputo e a Matola, com uma taxa de crescimento demográfico de 0,6% e 56,4%, respetivamente, segundo os resultados do recenseamento geral da população e habitação.

Mendes (2011) refere que o crescimento da cidade Lourenço Marques, atual Maputo, foi impulsionado pelas relações comerciais com a África do Sul, construção do porto e caminhos-de-ferro que liga a Pretória, ultrapassando as receitas da então capital da colónia, a Ilha de Moçambique, nos finais do século XIX. Na década 30 e 40 do século XX, verifica-se um crescimento da cidade em matriz de cidade moderna com a particularidade de adoção de características climáticas do país, coabitando áreas de crescimento de bairros de matriz cidade-jardim, como o bairro indígena da Munhuana, que acomodava população migrante de origem africana.

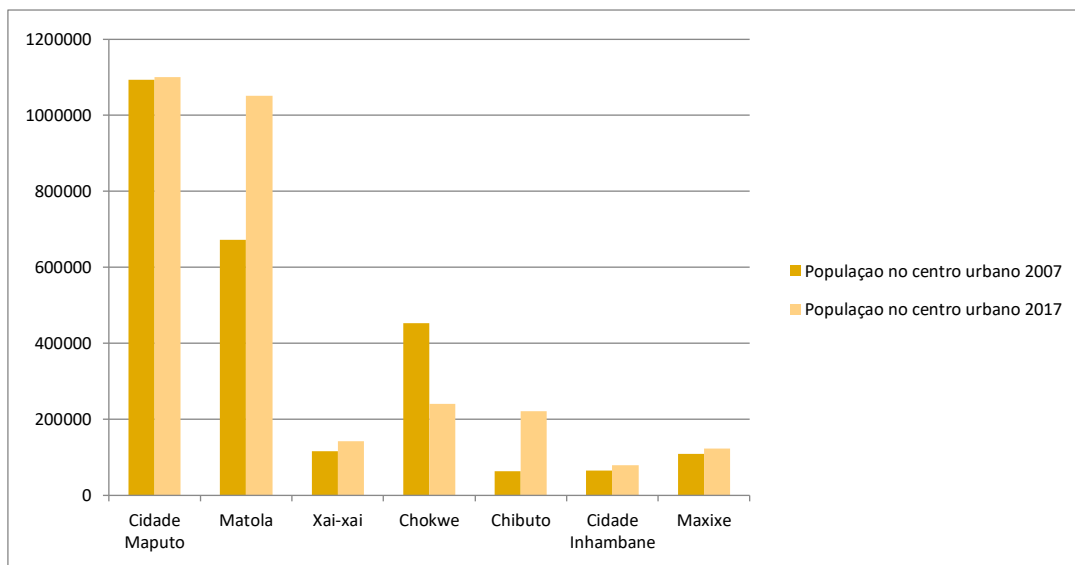
Os planos urbanísticos elaborados, tinham em perspetiva um crescimento populacional na área urbana, procurando regular as habitações precárias de caniço e promover espaços verdes, fazendo jus ao pensamento de Le Corbusier habitar, cultivar o corpo, o espírito e circular, como também assente na trilogia “sol, espaço e verdura. Assim foram promovidas vastas áreas verdes relacionadas as atividades de lazer e desporto. Mendes (2011) sublinha que quase todas as principais cidades coloniais tropicais da época, possuíam jardins de maiores ou menores dimensões, povoadas de árvores que davam a feição de cidade-jardim, solução provada como adequada para atenuar as temperaturas registadas.

Figura 13 - Plano Geral de Urbanização de Lourenço Marques (1952)



Fonte: Henriques (1998)

Figura 14. População nos centros Urbanos da Região Sul (2007 e 2017)



Fonte: Elaboração própria com dados do INE Moçambique 2007, 2017

Tabela 19. Habitações na Região Sul em 2007

	Total de Habitação 2007	Formal		Informal	
			%		%
Cid. Maputo	218.524	187.712	85,9	30.812	14,1
Prov. Maputo	269.924	159.795	59,2	110.129	40,8
Gaza	252.751	47.770	18,9	204.981	81,1
Inhambane	290.892	35.198	12,1	255.694	87,9

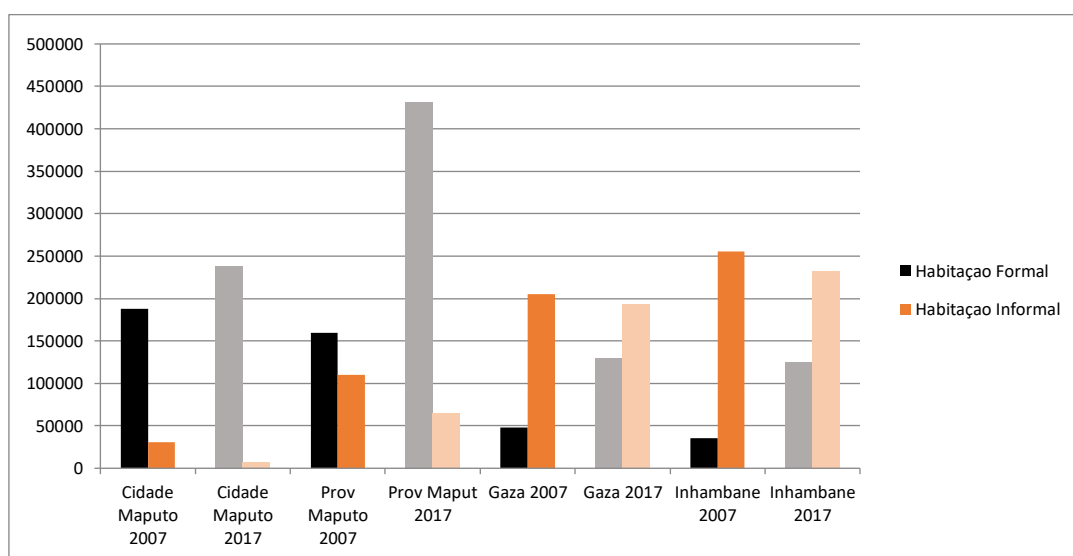
Fonte: Elaboração própria com dados do INE Moçambique 2007

Tabela 20. Habitações na Região Sul em 2017

	Total de Habitação 2017	Formal		Informal	
			%		%
Cid. Maputo	245.005	238.390	97,3	6.615	2,7
Prov. Maputo	495.721	431.277	87,0	64.444	13,0
Gaza	323.289	129.639	40,1	193.650	59,9
Inhambane	357.523	124.776	34,9	232.747	65,1

Fonte: Elaboração própria com dados do INE Moçambique 2017

Figura 15 – Habitação Formal/Informal da Região Sul



Fonte: Elaboração própria com dados do INE Moçambique 2007, 2017

As migrações da população em busca de melhores condições de vida e de trabalho, nos principais centros urbanos regionais, favorecem o crescimento das áreas periféricas suburbanas e periurbanas. François Ascher considera ser nas *periferias, onde vive e trabalham uma parte da população de rendimento modesto, devendo não se lutar contra a suburbanização ou a periurbanização, mas organizar de forma o mais urbana possível este modo de habitat e trabalho* (Ascher; 2012:157).

Para Michael Storper o crescimento demográfico nos centros urbanos do séc. XXI, *será de uma urbanização intensificada, em uma escala nunca antes experimentada, no qual as regiões em desenvolvimento na Ásia Oriental, principalmente China, Ásia Central e Sudeste da Ásia, e África, deverão experimentar um enorme aumento na população urbana nos próximos 40 anos* (Storper, 2012). A par deste fenómeno, a Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), prevê que *até 2050 espera-se que a população urbana quase duplique, fazendo da urbanização, uma das mais transformadoras tendências do Século XXI. À medida que a população, as atividades económicas, as interações sociais e culturais, assim como os impactos ambientais e humanitários estão cada vez mais concentrados nas cidades, constituem-se desafios de sustentabilidade massivos em termos de habitação, infraestrutura, serviços básicos, segurança alimentar, saúde, educação, empregos decentes, segurança, e recursos naturais, entre outros* (UN - Habitat; 2016).

4. Gestão do solo Urbano

O planeamento do uso da terra tem sido responsabilidade de vários ministérios e instituições governamentais em Moçambique. A legislação chave para o planeamento do uso da terra e do urbanismo, são as abaixo mencionadas:

- A primeira Lei de Terras de 3 de Julho de 1979 (Lei nº 6/79). Esta lei estabelecia, entre outras, que toda a terra em Moçambique pertence ao Estado.
- Nova Lei de Terras (Lei no. 19/97) manteve este princípio. Ainda em 1997, foram criadas as Autarquias Locais com base na Lei 2/97 e passam a ter competência para “exercer poderes de gestão sobre a terra das áreas municipais.
- Decreto nº 66/98, de 8 de Dezembro de 1998 que estabelece o Regulamento para a implementação da Lei de Terras de 1997.
- A Constituição da República de 2004, no seu art. 109º reforça o princípio estabelecido na Lei nº6/79, no qual indica que “O Estado determina as condições de uso e aproveitamento da terra”.
- Decreto 51/2004 estabelece o “Regulamento de Organização e Funcionamento dos Serviços Técnicos e Administrativos Municipais”.
- Resolução 18/2007 de 30 de Maio de 2007 de Conselho de Ministros que aprovou a Política de Ordenamento Territorial.
- Lei nº. 19/2007 de 18 de Julho, da Assembleia da República, que aprova a Política de Ordenamento do Território.

Antes de 1994, o planeamento urbano e gestão do solo estava sob a alçada do Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF), afeto ao Ministério da Agricultura. O Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF) tinha delegações provinciais Serviços Provinciais de Planeamento Físico (SPPF) em todas as províncias e, em alguns casos, também serviços de nível distrital. O Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF), era responsável pelo planeamento do uso do solo nas áreas rurais e urbanas. Nas áreas urbanas, os Serviços Provinciais de Planeamento Físico (SPPF's) trabalhavam em coordenação direta com os Conselhos Executivos e posteriormente com os Conselhos Municipais.

No mesmo ano foi criado o Ministério para Coordenação de Assuntos Ambientais (MICOA), o que fez com que o Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF) ficasse integrado, na Direção Nacional de Planeamento e Ordenamento Territorial (DINAPOT). No Ministério da Administração Estatal, passou a existir a Direção Nacional de Desenvolvimento Autárquico, que assegurava a tutela administrativa das autarquias na Organização Territorial.

Nos seminários e grupos de trabalho que se debruçam sobre a problemática da terra no Município da Matola, tem-se apontado que a Lei de Terras - Decreto nº 17/97 de 1 de Outubro e o seu Regulamento – Decreto nº 66/69 de 8 de Dezembro, possui algumas lacunas, face a realidade política e económicas atuais. A Constituição da República de 2004, não altera no essencial a letra e o espírito das disposições sobre a propriedade contidas na Constituição anterior, de 1990.

Para uma melhor compreensão da problemática da propriedade é preciso ter presente que, em Moçambique, a Terra é propriedade do Estado e não pode ser vendida ou, por qualquer outra forma, alienada, hipotecada ou penhorada, o que significa que um dos mais significativos meios de produção se integra no chamado “sector público da economia”, visto que a titularidade da terra cabe exclusivamente ao Estado na sua conceção mais restrita, com a exclusão, dos Institutos Públicos, Empresas Estatais ou Públicas, Conselhos Municipais e comunidades Locais.

A restantes pessoas, sejam individuais ou jurídicas, possuem o domínio útil, que se traduz essencialmente ao direito de uso e aproveitamento da terra o qual, por sua vez, se desdobra num complexo de direitos, tais como, o de construir ou direito de superfície, o usufruto e o de uso e habitação. No entanto, e porque não engloba a propriedade da terra, o titular do DUAT - Direito do Uso e Aproveitamento de Terra, não possui o direito de disposição da terra nem de a dar em hipoteca, e da mesma forma, também sobre ela não pode recair penhora.

Como consequência do atrás referido, afigura-se que o DUAT, equivalerá a administrar a terra com um sentido social, isto é, traduz-se na gestão social da terra inserindo-se esta no direito de propriedade do Estado, e só nesta medida pode ser transferida para o direito de outrem.

Podemos afirmar que o conceito de propriedade com as suas faculdades tradicionalmente nele inseridos de usar, fruir e dispor está restringida pela Lei de Terras e posterior regulamento, cabendo ao Estado o uso e fruição da terra por terceiros.

Não obstante, a lei ordinária, ainda que com lacunas, permite a ocupação, o uso e aproveitamento da terra e a respetiva titularização, assim como protege o titular de tal direito contra a especulação da propriedade. Porém, acontece que a inexistência de planos do Estado ou a morosidade na sua implementação aliada à materialização do sentido social dos princípios constitucionais, fazem proliferar os conflitos de terra e as usurpações. Essa limitação favorece a cobiça dos agricultores privados, que, muitas vezes representam grupos privados, reclamando direitos que possuem sobre a terra em detrimento dos pequenos produtores que possuem documentação legal e trabalham as terras que ocupam.

O princípio constitucional da ação do Estado como regulador e promotor do crescimento económico e social, visando a satisfação das necessidades básicas da população e a promoção do bem-estar social, vai-se esvaziando de conteúdo. Os ocupantes das terras sem que nela a trabalhem, vão aumentando e dessa forma contrariam os preceitos legais, aproveitando do direito de ocupação para efetuar negócios ilícitos que se traduzem na venda da terra, alegando ser os donos da mesma, quando na verdade a terra é propriedade do Estado. Esta é uma das situações de potencial conflito social existente em país, bem como uma questão legal latente a ser dirimida pelo estado de direito.

II. CRESCIMENTO URBANO NA ÁREA DO GRANDE MAPUTO

1. Génese

O território que junta a cidade da Matola, cidade de Maputo, os distritos de Marracuene e Boane, passou a designar-se a partir da Resolução nº 5/80 de 26 de Junho da Assembleia Popular, de Área do Grande Maputo. A cidade da Matola perdeu a sua identidade jurídica autónoma com a integração na cidade de Maputo, para constituir a

cidade do Grande Maputo, numa filosofia de criação de uma área metropolitana. Contudo, esta integração criou um permanente conflito latente de funcionamento das duas cidades, agravado pelo facto de não ter sido abolida a Portaria 83/72, que criou a cidade da Matola. A criação do Grande Maputo, foi dotada de um estatuto próprio e de órgãos de decisão e execução, faltando os termos de referência que explicassem a sobreposição das duas cidades e os níveis de interdependência entre elas.

Em 1980 foram extintas as duas câmaras (Maputo e Matola) sendo criados os órgãos de poder urbano e o Conselho Executivo da Cidade do Grande Maputo, com uma base económica e método de funcionamento diferente das câmaras municipais. Esta anexação desacelerou o processo de desenvolvimento da Matola, priorizando a cidade do Maputo.

A cidade da Matola nasceu de características independentes, não sendo apenas cidade-dormitório de Maputo, tendo uma base económica constituída por indústrias, portos e extensas áreas agrícolas que atrai população e investimento sediado na cidade de Maputo. A sua urbanização descontínua e abundância de grandes quintas, refletem o facto de que os seus habitantes optam por uma vivência mais comunitária característica dos subúrbios da Matola, sem colocar de lado os benefícios da vida urbana.

A cidade da Matola antes da implementação daquela, detinha desde o período colonial os atributos de município, apesar de algumas das suas zonas rurais dos distritos urbanos nº 6 e distrito urbano nº 7¹⁵, terem maior relacionamento com a cidade de Maputo devido à orientação das suas vias de acesso, que entroncavam diretamente na cintura urbana vizinha. Estas zonas funcionavam como áreas de influência da cidade de Maputo, *as cidades de Maputo e da Matola, devido à sua proximidade geográfica e à continuidade física dos dois espaços urbanos, que representam, na realidade, uma mesma área urbana, pode ser designada por área urbana de Maputo ou, por área metropolitana de Maputo, por não existe descontinuidade naquilo que é considerado como espaços urbanos das duas cidades, separados apenas por um limite administrativo que coincide com o vale do Infulene* (Araújo, 2010)

¹⁵ Com a inclusão da cidade da Matola à cidade do Maputo, as suas três divisões eram designadas de distritos urbanos da cidade do Maputo. Assim a cidade da Matola era constituída pelos distritos urbanos 6, 7 e 8, sendo nomeadamente os atuais postos administrativos de Infulene, Machava e Matola Sede.

O território obedece a uma escala de cálculo económico como são os casos de eletricidade, água e transporte, que devem ser disponibilizados à medida da sua dimensão, necessitando simultaneamente de maior investimento e de quadros especializados. Para os países em desenvolvimento, como é o caso de Moçambique, os modelos internacionais recomendam a implementação de modelos de desenvolvimento mais simples e dimensionadas à sua escala e recursos. Torna-se mais viável a gestão de vilas e cidades de menor dimensão que exigem capacidades mais reduzidas. A limpeza urbana das duas metrópoles é paradigmática. Se com duas viaturas podia manter-se a cidade da Matola limpa, o mesmo não se podia dizer de Maputo.

As cidades de Maputo e da Matola¹⁶, ainda que sejam um contínuo urbano, têm características administrativas muito específicas. O (sobre)dimensionamento e a complexidade administrativa resultante da sua união bem como a especialização das suas funções não correspondiam ao capital disponível, nem ao nível de recursos humanos nem de equipamentos.

O desenvolvimento de atividades económicas, especialmente indústria e serviços, pode levar as cidades a crescerem, ditada por forças endógenas, conquistando novas áreas rurais ou através da absorção de comunidades limítrofes mais ou menos urbanizadas, por mútuo acordo ou força de uma decisão legal. No primeiro caso a expansão por forças endógenas, pode ser um processo no qual a população que demanda os espaços urbanos se estabelece na periferia incipientemente urbanizada/infraestruturada. O outro modelo de expansão é por conquista legislativa, assegurada por razões político-administrativas. Neste caso, há a necessidade de anexar certos aglomerados da periferia do núcleo urbano, produz-se a legislação necessária, dedica-se os recursos que foram precisos e lida-se com os impactos da decisão.

Os dois modelos podem ser combinados, sendo necessário uma fórmula administrativa a aplicar no aglomerado resultante da unificação. Com efeito as grandes metrópoles do mundo, são apenas funcionalmente cidades que parecem ser geridas por uma estrutura única, mas são constituídos por um núcleo rodeado por numerosos “satélites urbanos” independentes. Cada “satélite” maior ou menor é um espaço

¹⁶ As cidades de Maputo e Matola, apesar de sua proximidade física, têm caracterizações legais diferentes, tendo a cidade de Maputo o estatuto especial, e administrativamente o nível de província. Estes pressupostos diferenciam os apoios do Governo aos dois municípios.

administrativo/município complexo e relacionam-se com o núcleo através de um protocolo ou acordos formalmente reconhecidos. Em 1988, esta resolução que congregava as duas cidades deixou de ter o seu efeito com a sua desanexação, passando a cidade de Maputo a incluir os distritos de Inhaca e Catembe, criando uma realidade administrava com única província e um município com estatuto especial.

A cidade de Maputo tem o plano de estrutura elaborado e aprovado em 1985 pela Assembleia da Cidade. A opção incidu sobre uma expansão ordenada linear, com impacto orçamental reduzido, como opção para potenciar os recursos económicos existentes.

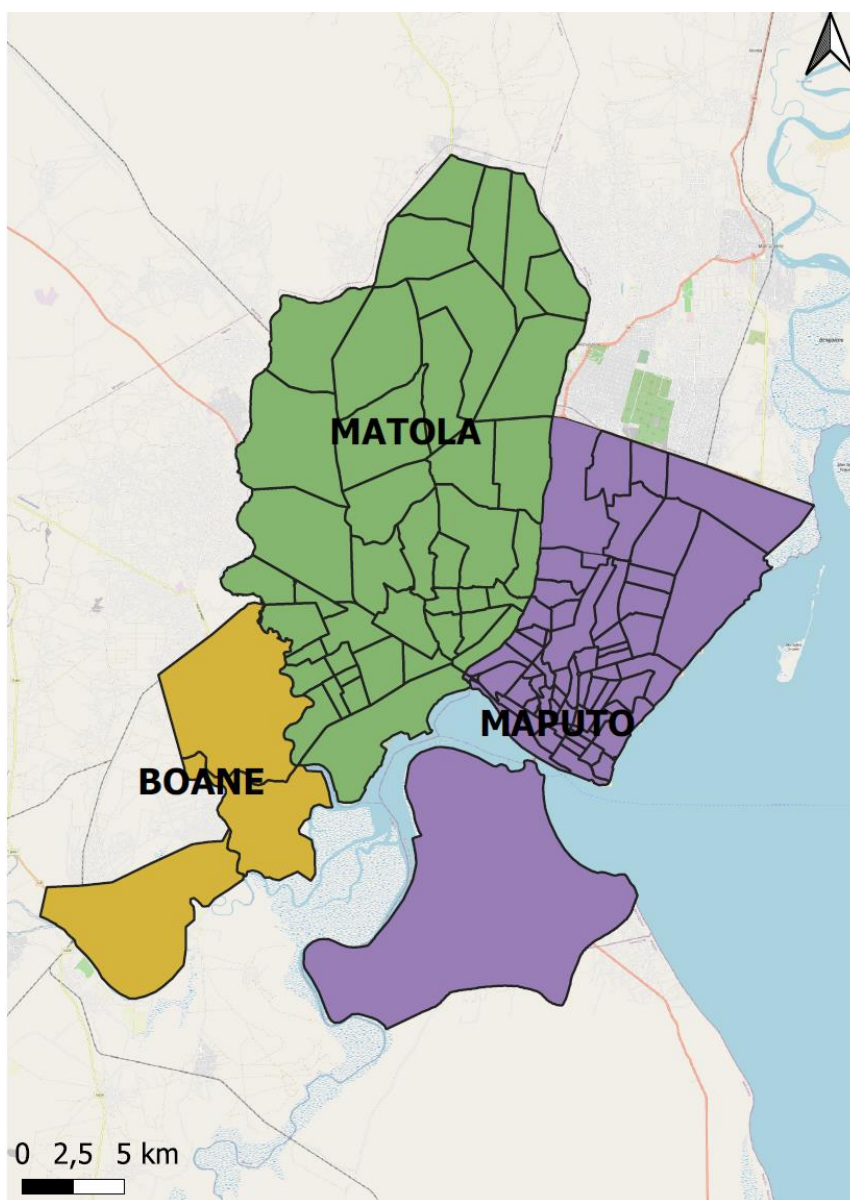
Foram definidas áreas ao norte da cidade para serem parceladas e infraestruturadas, permitindo a consolidação de assentamentos em zonas semi-urbanizadas e a construção de equipamentos sociais, desencorajando a proliferação de assentamentos informais. Este processo procurava *aproveitar e capitalizar o potencial instalado no território em termos de equipamentos, infraestruturas e emprego, orientando a expansão urbana para áreas com estas facilidades* (Macucule, 2010: 77).

Na sequência da Lei do Ordenamento do Território (Lei n. 19/2007), em 2008 foram aprovados o Plano de Estrutura Urbana do Município de Maputo (PEUMM) (2008) e os Planos Parciais de Urbanização (PPU) dos bairros mais a norte da cidade (2010), que os enquadraram no plano de implementação do Programa de Desenvolvimento Municipal (PROMAPUTO) em 2007. O mesmo processo verificou-se no município da cidade da Matola, onde o seu plano de estrutura urbano foi aprovado em 2010, sendo um dos principais objetivos formulados a estruturação da cidade existente e o seu crescimento, tornando-a globalmente mais funcional e mais perceptível ao cidadão, referido no Plano Geral de Urbanização de Negomano-Sede, de 2010, que resultaria na *concretização efetiva a partir da organização e articulação de uma estrutura viária, de centralidades, equipamentos e verde urbano/espacos ajardinados, constituindo eixos estruturantes e agregativos de toda a restante ocupação fundamentalmente residencial*.

A resolução nº 5/80 de 26 de Junho, da Comissão Permanente da Assembleia Popular de Moçambique, refere a descrição dos limites da cidade do Grande Maputo como tendo uma superfície de 633 Km², redefinido no anexo Boletim da República, 1ª Série nº 8 de 25 de Fevereiro de 1981, com os seguintes limites:

1. a) Do ponto de latitude e longitude, respetivamente de $26^{\circ} 02' 27''$, junto à baía, segue este ponto em alinhamento reto até um ponto de latitude e longitude respetivamente de $26^{\circ} 02' 40''$ e $32^{\circ} 36' 03''$.
b) Deste ponto segue em alinhamento reto até ao cruzamento de duas estradas de terra natural de latitude e longitude respetivamente de $26^{\circ} 03' 25''$ e $32^{\circ} 34' 06''$, de $25^{\circ} 48' 57''$ e $32^{\circ} 34' 19''$.
2. a) Da ponta de Macaneta segue o interior da Baía, incluindo a Ilha de Xefina do Meio e a Ilha de Xefina Grande até encontrar o ponto de latitude e longitude, respetivamente de $26^{\circ} 02' 02''$ e $32^{\circ} 36' 29''$.

Figura 16. Área do Grande Maputo



Fonte: Autor com base no QGIS, Abril de 2023

2. Morfologia e evolução de ocupação do Solo

O território sul de Moçambique, onde está inserido o “Grande Maputo”, apresenta uma deficiente rede viária e transportes públicos, e um elevado crescimento demográfico. Este, provoca um crescimento das áreas periféricas suburbanas e periurbanas, tendo como núcleo a cidade de Maputo, já sem espaço para expansão. A população migra para a cidade da Matola e para os distritos de Marracuene e Boane, que se tornaram espaços de drenagem, ligando, deste forma, os quatro centros urbanos da região.

As áreas residenciais da cidade da Matola e dos distritos de Marracuene e Boane, anexam-se à cidade de Maputo por ser capital do país e o seu principal centro financeiro, corporativo e mercantil. A sua expansão habitacional estende-se para a cidade da Matola, que é o maior polo industrial e com maior densidade demográfica. A expansão da cidade de Maputo e Matola é feita também para o distrito de Marracuene e Boane.

Os quatro polos urbanos levantam a possibilidade de formação de uma área metropolitana, referida por Manuel da Araújo na obra, “Espaço Urbano Demograficamente Multifacetado: As Cidades de Maputo e da Matola”, nos seguintes termos, *as cidades de Maputo e da Matola, devido à sua proximidade geográfica e à continuidade física dos dois espaços urbanos, representam, na realidade, uma mesma área urbana, que pode ser designada por área urbana de Maputo ou, porque não, por área metropolitana de Maputo* (Araújo; 2003:02).

A caracterização da cidade de Maputo pode ser sintetizada como uma área *com cerca de 167 quilómetros quadrados, é composta por um centro urbanizado e por uma vasta área que se estende a partir dele, aqui globalmente designada por periurbana, com diferentes níveis de urbanização, em função da qualidade e quantidade de infraestruturas, de equipamentos básicos e de transportes públicos, da diversidade de usos do solo, principalmente de serviços e atividades económicas, das características habitacionais, bem como da capacidade económica e do estilo de vida dos seus habitantes. O centro urbanizado, onde se concentra a maioria da população de maiores recursos, com níveis de escolaridade mais elevados e um estilo de vida mais ocidentalizado, ocupa aproximadamente 8% do território municipal.* (Sílvia, Jorge 2014:57)

Os resultados do censo de 2017 apontam para um ligeiro crescimento da população na cidade de Maputo, dos 1.094.315 registados no censo de 2007 para 1.101.170 em 2017, ou seja, 10,6%. Segundo o Instituto Nacional de Estatística, este crescimento populacional lento em Maputo é resultado da migração para a província de Maputo, principalmente para as zonas de expansão habitacional nos distritos de Boane, Marracuene e cidade da Matola. Refere ainda que, entre 2006 e 2007, a cidade de Maputo recebeu 26.038 pessoas, mas por sua vez, saíram 39.614 para a província de Maputo. O recenseamento geral da população e habitação de 2017, refere que a cidade da Matola tem 1.616.267 habitantes, contra os 672.508 habitantes apresentados no recenseamento geral da população e habitação de 2007, sendo um crescimento da populacional de 140,3%. Por sua vez, a densidade demográfica passou de 381,5 hab/Km² em 2007 para 986 hab/km² em 2017.

A cidade de Maputo é constituída de sete distritos urbanos dos quais só o distrito KaMphumu não apresenta mistura de características urbanas e suburbanas, representando 10,4% de habitações e uma massa demográfica de 7,3% do universo e com traço de cidade moderna. Assim, os restantes seis distritos, nomeadamente Nlhamankulu, KaMaxakeni, KaMavota, KaMubukwana, KaTembe e KaNyaka apresentam caraterísticas mistas, com construções formais e informais, de desenvolvimento horizontal, com arruamentos em asfalto e em terra, representando 89,6% das habitações e 92,7% do universo populacional.

Administrativamente a cidade da Matola tem 42 bairros, agrupados em três Postos Administrativos, nomeadamente Matola Sede com treze bairros: Matola A, Matola B, Matola C, Matola D, Matola F, Matola G, Matola H, Matola J, Fomento, Liberdade, Mussumbuluco, Malhampsene e Sikwama, todos com características urbanas, constituindo da cidade, onde estão instalados os serviços públicos.

A Machava com catorze bairros: Machava Sede, Infulene A, Trevo, Patrice Lumumba, São Dâmaso, Bunhiça, Tsalala, Km-15, Matlemele, Nkobe, Matola Gare, Singathela, Nwamatibjana e Sidwava, sendo os quatro primeiros com característica urbana e os restantes com características urbanas, periurbana e com área industrial. Finalmente, o Infulene, com quinze bairros: T-3, Zona Verde, Ndlavela, Infulene D, Acordos de Lusaka, Vale do Infulene, Khongolote, Intaca, Muhalaze, 1º de Maio, Boquisso A, Boquisso B, Mali, Ngolhoza e Mucatine, todos com uma mistura de características urbanas, periurbanas e rurais.

Aquelas áreas podem ser caracterizadas como *bairros não planeados, de planta indiferenciada ou anárquica; elevada densidade de ocupação do solo, dificultando a circulação e falta de espaço para serviços; e com construções de material de baixo custo ou precário* e as áreas periurbanas, como *espaços de expansão da cidade, ainda com muito terreno para edificação; manchas de bairros planeados, que alternam com bairros espontâneos e residências rurais dispersadas, ainda muito frequentes; construção totalmente horizontal, alternando o material de construção durável com o precário* (Araújo, 2003:170).

No decurso da divisão administrativa do país e para permitir um crescimento harmonioso da capital e dos seus aglomerados confinantes, detetou-se a necessidade de dimensionar e planificar a urbanização da cidade de Maputo e das suas zonas de influência. O Plano de Estrutura da cidade que prevê a criação do Grande Maputo não apresentava problemas imediatos para o seu crescimento, no enquadramento legal e político, assim como na aceitação da população daqueles espaços. Tensões poderiam surgir a longo prazo no relacionamento entre aglomerados populacionais, particularmente com a cidade da Matola.

O processo da emergência e crescimento dos aglomerados humanos pode ser vista de dois ângulos. Numa primeira perspetiva como uma evolução espontânea e crescimento natural, feito pelas pessoas que se fixam nesta região. Uma segunda linha pode-se identificar como uma decisão administrativa, ditada pela vontade política de responder a necessidade de metropolinização das áreas urbanas. Ainda que interdependentes da cidade de Maputo, núcleo central desta grande área urbana, os aglomerados circundantes da cidade da Matola e distritos de Marracuene e Boane, promovem uma estrutura de intercâmbio, realçando as cidades de Maputo e Matola, beneficiando da curta distância entre as duas cidades. Na proximidade dos núcleos urbanos, a Matola é a que mais se aproveitou da interdependência para seu benefício, apesar das potencialidades de outros aglomerados como o distrito de Marracuene. Parte substancial do que explica a preponderância da cidade da Matola, explica-se pelo dinamismo das suas áreas industriais que atraem e fixam mão-de-obra e população.

3. Cidade de Maputo

A cidade de Maputo, de acordo com o IV Recenseamento Geral da População e Habitação de 2017, tem uma população de 1.120.867 habitantes distribuídos pelos sete distritos municipais em que a cidade se organiza administrativamente. Por sua vez, os sete distritos urbanos estão divididos em 61 bairros. Entre os distritos, ou mesmo entre os bairros, observam-se contrastes, quer do ponto de vista da organização e edificação urbanas, quer das características demográficas e sociais dos seus moradores. Estas diferenças são, em alguns casos, acentuadas, pelo que Araújo (2005) diz *“não ser de estranhar que, por vezes, se coloque em questão o conceito clássico de urbano para amplas partes da cidade, em particular aquelas que, dentro dos seus limites, constituem os bairros designados por periurbanos. Estas diferenças evidenciam a presença de 3 áreas diversificadas dentro do espaço administrativo da cidade”*. A esta diferença múltiplos estudiosos se referem a existência de um núcleo de cimento e uma cintura suburbana de *“caniço”*, referindo-se à existência de uma dualidade na morfologia do espaço bem como nas vivências e fluxos dos seus habitantes.

A área de cimento da cidade, apresenta um traçado urbano reticular com amplas avenidas arborizadas onde se destacam vários exemplos do património arquitetónico, como o palácio da Ponta Vermelha, a estação do Caminho-de-ferro, o hotel Polana, a fortaleza de Maputo, o edifício do Conselho Municipal, a catedral católica, a mesquita velha e monumentos históricos na praça de Independência (estátua de Samora Machel), praça dos Heróis e praça dos trabalhadores (estátua Mac-Mahon). Esta área de cimento é composta por bairros organizados numa planta ortogonal, de avenidas e ruas amplas, com edifícios de diversos pisos, bairros mistos entre características moderna e de cidade-jardim, de vivendas, comércio especializado, diversos e variados serviços e infraestruturas sociais e de abastecimento e saneamento. Apesar de grande parte da estrutura ter sido herdada do período colonial *as grandes transformações socioeconómicas observadas na cidade após a independência do país e de os residentes do “cimento” terem mudado radicalmente, passando a ser na sua grande maioria, população moçambicana, os contrastes entre a área urbana (o “cimento”) e a suburbana (o “caniço”) mantiveram-se e, em muitas situações agudizaram-se* (Araújo, 1999:177).

Tabela 21. Características Urbanas da Cidade de Maputo

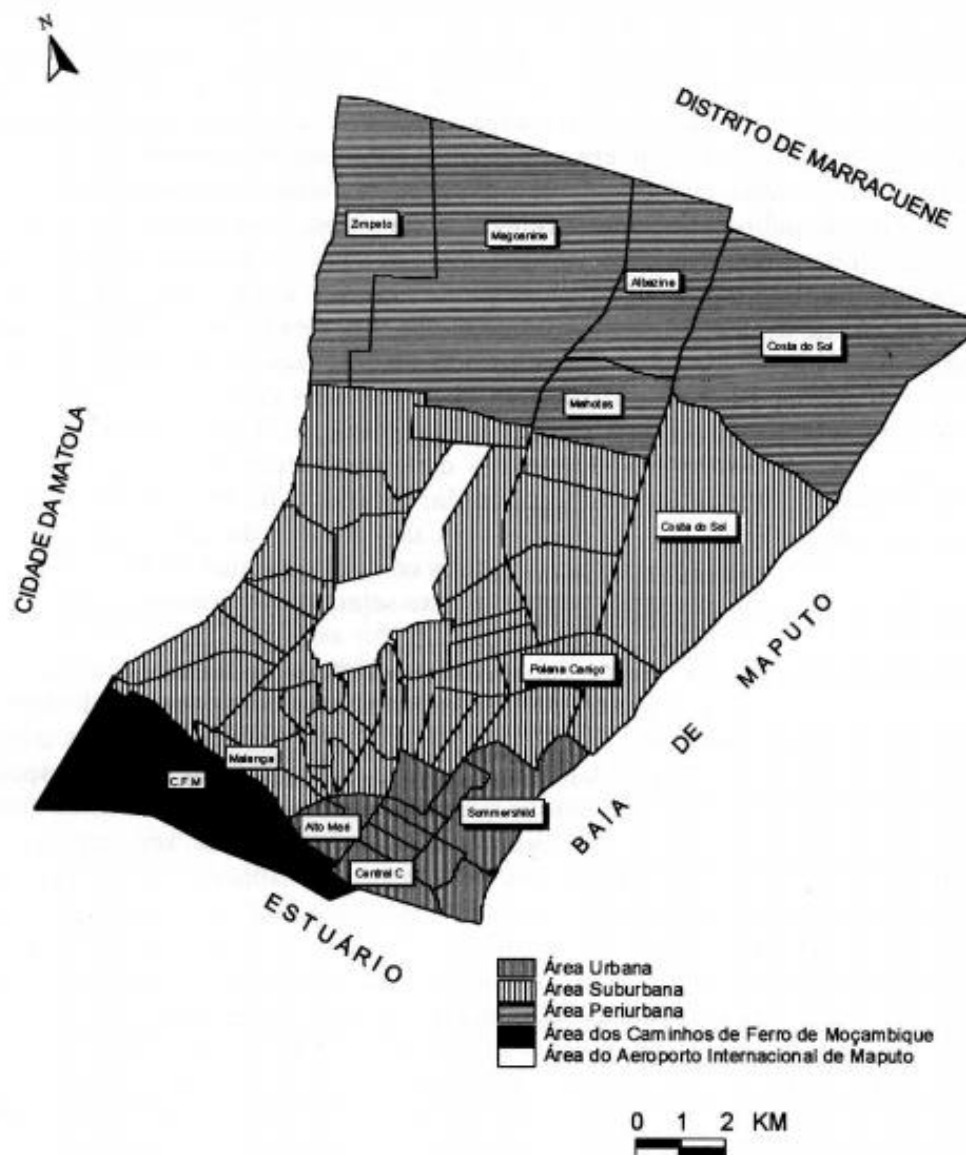
Distrito Municipal	População (Censo 2007)		Bairro	Característica
KaMpfumo	107.530	9,83%	Central A, B, C; Alto Maé A, B, Malhangalene A, B, Polana Cimento A, B, Coop, Sommerchild	Urbana de cimento, ruas asfaltadas ortogonais com praças, infraestruturas municipais, bairros mistos entre moderno e jardim.
Nlhamankulo	155.385	14,20%	Aeroporto A, B, Xipamanine, Minkadjuine, Chamanculo A, B, C, Unidade 7, Malanga, Munhuana	Misto de urbano de cimento e suburbano com crescimento informal.
KaMaxaquene	222.756	20,36%	Mafalala, Maxaquene A, B, C, D, Polana Caniço A, B, Urbanização	Bairros mistos entre urbano e suburbano, com destaque para o bairro Polana Caniço que tende a ser com o tempo um prolongamento da Sommerchild (bairro da elite).
KaMavota	293.361	26,81%	Mavalane A, B, FPLM, Hulene A, B, Ferroviário, Laulane, 3 de Fevereiro, Mahotas, Albazine e Costa do Sol	Bairros mistos entre urbano e suburbano.
KaMubukwane	290.696	26,56%	Bagamoyo, George Dimitrov, Luis Cabral, Inhagoia A, B, Jardim, Magoanine, Malhazine, Nsalane, 25 de Junho A, B, Zimpeto	Bairros mistos entre urbano e suburbano.
KaTembe	19.371	1,77%	Gwachene, Chale, Inguice, Ncassene, Xamissava	Bairros mistos entre urbano, suburbano e periurbanos. Este é distrito de expansão urbana da cidade, acelerada com a implantação da ponte de ligação.
KaNyaka	5.216	0,48%	Ingwane, Ribjene, Nhaquene	Bairros mistos entre urbano suburbano e rurais.

Fonte: INE Moçambique (2007)

Na envolvente, criaram-se os bairros de população de baixos recursos atraída pela possibilidade de trabalho na “cidade de cimento”. Estes têm crescido sem planos de ordenamento urbano e sem infraestruturas de serviços municipais, com uma rede viária desarticulada de caminhos e vielas, onde predominam as casas de madeira e zinco. Mendes (2011) considera que com a independência agudizou-se o crescimento da periferia devido à guerra civil e o edificado na área central degrada-se por falta de manutenção de pessoal qualificado e capacidade financeira, tendo-se estendido até finais da década de 1990. O censo geral da população e habitação de 2007, mostra que os bairros

situados na parte central de cimento, nomeadamente central A, B, C; Alto Maé A, B, Malhangalene A, B, Polana Cimento A, B, Coop, Sommerchild, representam 9,83% da população da cidade de Maputo e os restantes cinquenta bairros com características mistas entre urbana, suburbanos e periurbanos representam 90,17%.

Figura 17. Área Urbana da Cidade de Maputo



Fonte: Araújo (1999)

O Plano de Estrutura Urbano do Município de Maputo, previa novas centralidades, a requalificação, a ordenação e densificação dos bairros informais com a previsão de criação de novas infraestruturas básicas, sendo o maior desafio a melhoria da acessibilidade em todas as áreas da cidade. Porém, se considerarmos cidade somente a

área de cimento, a mesma tende a fazer o seu crescimento em anéis, com progressiva invasão de infraestruturas habitacionais em áreas de tradição suburbana, como os bairros Polana Caniço e Maxaquene, no distrito municipal KaMaxaquene. Deste modo, podemos considerar que *o processo de expansão da cidade de Maputo produziu uma forma urbana tradutora de contextos morfológicos contrastantes, de coexistência de processos formais e informais, dominada pela urbanização extensiva* (Guevane, 2020). Por sua vez, Araújo referindo-se ao crescimento da cidade, considera que os *anéis concêntricos como estando presentes no crescimento da capital de Moçambique, identificando o primeiro anel como centro ou “urbano”, o segundo como suburbano e o terceiro anel como periurbano*. Considera ainda que *o crescimento da cidade de cimento – primeiro anel, o urbano – ocorre à custa de espaço que é alienado ao caniço – segundo anel, o suburbano. Os bairros periurbanos - terceiro anel - são aqueles considerados e tratados como uma reserva espacial para a expansão da cidade que extravasa do centro -área urbana* (Araújo, 1999: 176).

Figura 18. Novas Moradias nos Bairros de Expansão (Polana Caniço)



Fonte: Autor, Dezembro de 2020

Figura 19. Maquetes retratando apartamentos da Vila Olímpica, no Bairro Zimpeto



Fonte: Skyscrapercity (2010)

4. Morfologia dos Bairros da Cidade de Maputo

Entre os distritos e os bairros observam-se contrastes evidentes, quer do ponto de vista da organização e edificação urbanas diferentes, sendo construções de cimento e de madeira e zinco quer do ponto de vista de características demográficas e sociais dos seus moradores. De facto, a *segregação sócioespacial pode ser entendida como a exclusão da população de menores recursos dos benefícios proporcionados pelo território urbano, no que refere às suas características, destacando-se as infraestruturas básicas (saneamento, abastecimento de água, rede elétrica, viária e de drenagem), a habitação condigna e os espaços públicos qualificados, essenciais à criação de boas condições de habitabilidade e de vida* (Jorge & Melo, 2014: 37-38).

A dualidade do espaço urbano no que respeita às vivências é evidente, pois quando se compara *as áreas mais afastadas do centro com as mais próximas, a exclusão sócioespacial tende a acentuar-se nestas últimas, devido a fatores como: a alta densidade de ocupação associada à falta de espaço público e privado e ao surgimento de conflitos pela posse do mesmo; a precariedade habitacional por insalubridade e exiguidade de área; e a exposição a situações de risco, geralmente inundações, sobretudo por falta de um sistema de drenagem adequado* (Jorge & Melo, 2014: 37-38).

De acordo com o Banco Mundial (INE, 2010) *70% da população urbana em Moçambique vive ainda em localidades que têm “características de bairros da lata”, com crescimento denso e desregulado; falta de infraestrutura de serviços públicos; e as casas são construídas a partir de materiais precários, como papelão, zinco, entre outros.* Jorge & Melo (2014: 37-38), sustenta que os bairros de Maputo têm características e condições distintas, muito influenciadas pela altura da sua criação e do seu maior ou menor afastamento ao centro, sendo evidente que *nas áreas mais próximas do centro, os processos e dinâmicas de intervenção não têm sido capazes de superar estas insuficiências, em parte devido à desigualdade na distribuição de recursos e investimentos público-privados, que aqui têm sido pontuais e de menor escala.*

Tabela 22. Bairros Urbanos da Cidade de Maputo

Aeroporto A	Central A	George Dimitrov	Munhuana
Aeroporto B	Central B	Polana Cimento A	Malhangalene A
Alto Maé A	Central C	Polana Cimento B	Malhangalene B
Alto Maé B	Coop	Sommershild	Jardim
Malanga	Zimpeto	Polana Caniço A	Costa do Sol

Fonte: INE Moçambique

Tabela 23. Bairros Suburbanos da Cidade de Maputo

Bagamoio	Chale	Mavalane B	25 de Junho A
Chamanculo A	FPLM	Maxaquene A	25 de Junho B
Chamanculo B	Hulene A	Maxaquene B	Albazine
Chamanculo C	Hulene B	Maxaquene C	Magoanine
Chamanculo D	Inhagoia A	Maxaquene D	Polana Caniço B
Ferroviário	Inhagoia B	Minkadjuine	Urbanização
Gwachene	Laulane	Malhazine	Xipamanine
Mafalala	Luis Cabral	Mavalane A	
Mahotas	Nsalene	Unidade 7	

Fonte: INE Moçambique

Tabela 24. Bairros Periurbanos da Cidade de Maputo

3 de Fevereiro	Inguice	Ncassene	Xamissava
Ingwane	Ribjene	Nhaquene	

Fonte: INE Moçambique

A localização e as características geomorfológicas de cada bairro, facultam a seleção de moradores, sendo o único limite nítidos o administrativo. *os distritos municipais e bairros com forma urbana mais coesa em termos de integração, conectividade e escolha promovem uma maior convergência entre estratégias formais e lógicas “informais”* (Viana, 2015). Neste sentido, os bairros de Mikadjuine, Chamanculo C, Maxaquene A, Laulane, Polana Caniço A, Mafalala e Xipamanine apresentam caraterísticas diferentes, que procuramos distinguir seguidamente.

Bairro Mikadjuine

O bairro de Mikadjuine localiza-se no distrito de Nhlamankulu, o número médio de habitantes por km² é de 22 816 e esta no grupo dos bairros que apresentam densidade populacional entre 18 e 30 mil habitantes por km². Possui áreas extensas ocupadas por jardins, parques, estabelecimentos de ensino e de culto. O bairro apresenta uma malha irregular em determinados espaços onde surgiram assentamentos espontâneos, contendo espaços que foram pré-definitivos que podem ser considerados de malha ortogonal, no que diz respeito as vias de acesso e a implantação das casas. O bairro não agrega as atividades económicas, sociais e culturais o que limita as atividades do dia a dia dos cidadãos.

Ao longo do bairro existem pequenos estabelecimentos de venda de produtos, casas que usam a varanda ou o passeio para venda de produtos. Porém este bairro tem uma grande dependência do mercado e das atividades no bairro do Xipamanine. De acordo com Dias Coelho *et al.* (2014:19) *a interconexão resulta a partir das focagens sociais culturais, ideológicas produtivas, económicas de posse de género, entre outros. Os espaços e cidades urbanas devem convergir agregando a diversidade das vivencias e apropriações que se registam na experimentação de sistemas urbanos. A forma urbana*

do bairro de Mikadjuine apresenta uma relação espacial entre as atividades urbanas e o modo de como eles expressam o urbanismo.

O traçado urbano do bairro de Mikadjuine é definido para moradias, não tendo serviços ou outros tipos de atividades económicas o que faz com que a atividade com maior destaque nessa região seja o comércio informal.

Bairro de Chamanculo C

O bairro de Chamanculo C localiza-se na cidade de Maputo, mais concretamente no distrito municipal de Kalhamanculo. É um bairro formado predominantemente por assentamentos informais localizando-se a Noroeste do Centro da cidade de Maputo, sendo delimitado, a Oeste e Norte, pela Av. de Moçambique e pelos bairros Luís Cabral e Unidade 7, a Este, pelos bairros Chamanculo D, Xipamanine e Chamanculo B e, a Sul, pela Av. do Trabalho. A edificação no bairro de Chamanculo conforma um tecido urbano constituído predominantemente por autoconstrução em terreno não parcelado. Nas situações em que ocorre construção em talhões ordenados, ela acontece, principalmente, em alvenaria. Encontram-se ainda edifícios, dispositivos e instalações não residenciais de grande envergadura, (...) *é um dos bairros periurbano mais antigos, apresentando por isso uma forte tradição histórico-cultural. A sua população, descendente das primeiras gerações urbanas moçambicanas, está muito enraizada (...)* (Jorge e Melo, 2014:6).

O bairro assemelha-se à maior parte das cidades africanas, nas quais as cidades crescem muito rapidamente, com populações assentadas em áreas de riscos ambientais, em moradias inadequadas, com pouca ou nenhuma ação do poder público para oferecer as infraestruturas e os serviços urbanos necessários para garantir mínimas condições de qualidade de vida, na qual a *composição morfológica do bairro é pouco permeável, com granulometria densa e poucos espaços livres entre habitações* (Viana, 2015:142).

O acesso ao bairro é por becos e vielas sinuosas que dificultam a mobilidade urbana, pela impossibilidade de entrar veículos motorizados, com exceção de motocicletas. A sua estrutura urbana dificulta a regularização da malha e a distribuição e reabilitação dos serviços básicos e infraestruturas – agravados pelos altos níveis de densidade populacional e habitacional. De forma genérica na sua morfologia apresenta um *tecido urbano é irregular com padrões espaciais geometricamente não ordenados,*

resultante de (auto)construção em terreno não parcelado. (...), no qual o contraste entre superfícies significativas destinadas a equipamentos e serviços e setores mais reduzidos com outro género de construção configura uma perceção espacial intrincada do bairro, com percursos desdobrados que cruzam zonas de diferentes densidades (Viana, 2015:137).

Neste bairro, é visível que a localização dos equipamentos de maior implantação revela a atratividade que as artérias primárias e secundárias exercem para a edificação dos mesmos. Por outro lado, instalações para serviços urbanos e equipamentos de menor escala estão mais dispersos no bairro, relacionando-se mais com vias terciárias. (...) (VIANA, 2015:137).

O aumento de assentamentos e divisões deram-se devido ao aumento da população causado por elevado índice de imigrações e alta taxa de natalidade no bairro. Atualmente, habitam pessoas oriundas de diferentes partes do país. Foram feitas aberturas de novas vias e/ou alargamentos de vias existentes; ocupação em novas áreas do bairro; expansão para zonas de risco; ocupação de alguns espaços públicos, entre outros.

No bairro Chamanculo “C”, a maior parte da área foi aterrada porque a área era um pântano, mas, apesar dos esforços, aproximadamente um terço, continua inundável. Sobre os terrenos onde foram construídas as habitações, cerca de 8% são inundadas periodicamente. Tais assentamentos iniciaram-se com a chegada de pessoas vindas das áreas rurais à procura de melhores condições de vida. Esses construíam as suas casas nas proximidades de infraestruturas públicas com a intenção de obterem um melhor funcionamento expandindo para locais mais afastados aumentando a dificuldade em aceder às infraestruturas públicas, como por exemplo à rede de drenagem. Outro exemplo é a existência de acessos irregulares criados pelos próprios habitantes, para a fácil conexão com as vias principais e secundárias. Tais acessos são muito estreitos, permitindo somente a passagem pedonal e não de viaturas. Sendo essas passagens com características de ruelas, constituindo os pontos com maior índice de criminalidade.

Outro problema é a predominância de trabalhos informais, que criam maior desorganização na estruturação morfológica do bairro. Estes comércio são de autossustento e são estruturados de maneira objetiva e aproveitando oportunidades circunstanciais.

Durante os primeiros assentamentos, o bairro tinha um valor histórico e cultural e as pessoas fixavam-se para ter melhores condições de vida. Constata-se que a exclusão sócioespacial tende a aumentar devido a alta densidade de ocupação que esta ligada a carência de espaços públicos e privados e também devido aos conflitos da mesma.

Bairro da Maxaquene A

O bairro Maxaquene A é um bairro suburbano com aproximadamente 80,09 ha de superfície, que se desenvolveu ao longo da cintura periférica do centro urbano - KaMpfumo (Distrito Urbano nº 1 – DU1). Tem a maior densidade espacial do distrito urbano nº 3 na ordem de 297,72 hab/ha. (INE, 2007), datando a sua constituição da década de 1940, inicialmente com construção de palhotas e posteriormente, a partir da década de 1980, o processo de autoconstrução passou a incorporar matérias convencionais dando-se uma alteração da sua morfologia.

A área onde se construiu o bairro Maxaquene “A”, foi uma das primeiras a ser ocupada pela população nativa durante o período colonial. Os fatores que levaram a maior densificação habitacional do bairro foram: proximidade ao centro mais urbanizado da cidade; e segundo Lage (2019) *uma gestão urbana não direcionada às necessidades da maioria da população e o aumento da procura habitacional num contexto de inexistência de mercados formais acessíveis à população de baixa renda.*

O bairro apresenta assentamentos informais de génese planificada, e assentamentos de génese não planificada. A parte dos assentamentos de génese planificada, é fruto do projeto de reordenamento espacial do espaço onde foi implantada uma malha reguladora que inclui infraestruturas e serviços básicos como os de transporte, que serviu para fazer face às dificuldades da zona entre os anos 1976 e 1978. Os assentamentos de génese não planificada tendo uma densidade populacional e habitacional relativamente maior em relação aos assentamentos de génese planificada, dificultando o acesso ou implantação de infraestruturas.

O bairro Maxaquene “A”, tal como outros encontra-se num processo rápido de transformação e os seus conceitos de urbanismo revistos por conta da sua organização e tipos de edificação urbana. O processo de transformação é por si complexo e, atualmente, por conta da maioria de novas edificações não obedecerem a qualquer plano de

ordenamento: Parte dos antigos residentes saíram do bairro pelos seguintes motivos: ceder o espaço com habitação por alienação a quem tem mais poder económico para ocupar; migrar para outras zonas, melhorando as condições de habitação, ou seja, transitar de uma habitação de material menos durável para um mais durável.

Devido a estas razões, o bairro começa a caminhar gradualmente de um “subúrbio de caniço e zinco” para um de “cimento”, sem o acompanhamento de infraestruturas ou serviços básicos novos. Este bairro, caracteriza-se pelo seu tecido urbano com áreas parceladas no extremo sul, edificações de grande porte em sectores mais interiores e construção em terrenos não parcelados. São perceptíveis zonas com geometrias regulares e espaços estruturados a partir de formas mais orgânicas. A hibridez desta configuração contrapõe-se à compartimentação da malha urbana, em que as vias principais não atravessam o bairro, assim como o transporte coletivo, sendo assim um bairro servido por vias terciárias no seu interior (Viana, 2015:167). As avenidas Acordos de Lusaka e Forças Populares de Libertação de Moçambique, têm na vinculação de atividades urbanas, suas dinâmicas e respectivos fluxos, sendo eixos integrados de circulação.

A avenida Milagre Mabote constitui-se como via polarizadora de comércio informal concentrado e o fator comércio informal pode ser interpretado pelo facto do bairro Maxaquene “A” estar próximo ao centro económico pelo défice de serviços, que impulsiona ao autoempreendimento e cria uma desordem na configuração da urbe. Presencia-se uma sinergia entre atividades urbanas formais e informais, focalizada nas vias perimetrais do bairro, e assiste-se à interdependência entre a integração global de eixos e a integração local de vias que traçam na forma urbana configurações espaciais que se desdobram entre atividades urbanas e apropriações espaciais que atuam de modo combinatório, integrando ainda a distribuição de equipamentos (Viana, 2015:167).

Em suma, verifica-se uma dependência de fluxos exógenos em função dos entroncamentos da Av. Acordos de Lusaka que circundam o bairro, fazendo com que as grandes superfícies destinadas a equipamentos coincidam com as edificações não residenciais de grande porte estejam todas elas no interior do Bairro; assim, os equipamentos de menor envergadura estão inseridos na Av. do Zimbabwe a norte do bairro.

Bairro de Laulane

O bairro de Laulane localiza-se no distrito de KaMavota, conta com uma população de 27 mil habitantes numa área de 356 mil metros quadrados (Censo 2017). A ocupação dos bairros periféricos da Cidade de Maputo, provocou um crescimento rápido e explosivo durante as décadas de 1970 e 1980, devido ao processo de descolonização.

Diversos investigadores consideram que com a descolonização houve transformações profundas na estrutura populacional e na morfologia urbana, com a ruralização do espaço provocada pela população proveniente das periferias e dos espaços rurais (Rosário,1999; Viana e Brandão Alves, 2006).

Essa migração, proporcionou o crescimento do bairro de Laulane, promovendo uma *“dualidade espacial, com uma realidade planeada, estruturada e organizada, provida de equipamentos coletivos, serviços básicos e infraestruturas, tida como cidade de cimento, em oposição à cidade informal ou cidade de caniço, carenciada de serviços básicos, equipamentos e infraestruturas, com crescimento muitas vezes espontâneo”* (Viana e Brandão Alves, 2006).

A malha do bairro de Laulane é dominada por grelhas ortogonais verificando-se *nos extremos nascente e poente verifica-se uma significativa alteração morfológica caracterizada pela transição entre a retícula regular e tramas conformadas por geometrias irregulares marcadas por filamentos de pendor orgânico* (Viana, 2015:186).

No interior da malha ortogonal do bairro, o *padrão espacial encontrado é resultado da autoconstrução em terrenos parcelados e não parcelados, tendo uma sequência de não parcelado - parcelado - não parcelado, partindo do Este para o Oeste* (Viana, 2015:186).

Do ponto de vista da atividade económica o bairro caracteriza-se pelo comércio informal, atraindo população de outros bairros, condicionando a sua morfologia. Para alguns autores, a urbanização ou desenvolvimento do urbano na Cidade de Maputo dá-se de forma rápida, ou seja, sem a previsão de infraestruturas urbanas, sobrecarrega as capacidades dos decisores em termos de fornecimento de serviços de educação e de saúde, habitação, água potável, eletricidade e saneamento. O processo de urbanização em curso frequentemente não obedece a padrões de urbanização, como o plano de ordenamento ou

a implantação de infraestruturas urbanas. As construções surgem de forma espontânea, habitados por população de baixa renda, em áreas urbanas de difícil acesso e circulação.

Atualmente as entidades gestoras da Cidade de Maputo procuram reorganizar as diversas áreas e bairros que incorporam, o município nomeadamente no que se refere à infraestruturização dos serviços básicos e essenciais aos munícipes. Paralelamente à iniciativa municipal, os moradores têm-se estruturado para implementar melhorias, a sua proximidade com a cidade, ligada pelo recente acesso a partir da avenida Julius Nyerere, que esteve interrompido durante cerca de quinze anos em virtude a movimento de terras provocada por cheias, decorrendo um processo de semi-urbanização, ligando-se assim à cidade cimento.

Bairro da Mafalala

A Mafalala é um bairro com diversos marcos históricos e com um processo de ocupação territorial que data ao tempo de colonização. O bairro está associado à emergência da identidade moçambicana, nomeadamente à oposição cultural e política africana à administração colonial portuguesa. O bairro é originalmente habitado por muçulmanos provenientes de Nampula. O nome, que tem a sua origem na língua emakwa, provém de uma brincadeira de saltar à corda, em que cantavam a música “Falala”.

O bairro desenvolveu-se num território que era pertença da dinastia Mpfumo, da etnia Ronga (Pereira, 1972:4). A ocupação do espaço que deu origem à Mafalala obedeceu a dois momentos: primeiro, em 1875, quando há um incêndio na povoação que quase a destruiu em virtude do material de construção das palhotas, por este ser inflamável; e segundo, quando se efetiva a derrota do Estado de Gaza, em 1895, a que se seguiu a expropriação de terrenos e a expulsão da população autóctone dos seus territórios. Em 1876, o então governador Augusto de Castilho emitiu um dispositivo legal que proibiu a construção de palhotas e casas com cobertura em capim dentro do perímetro da povoação. Considera-se que a tomada desta medida levou a que a população negra que habitava a povoação fosse obrigada a deslocar-se para as zonas altas. A ocupação dos espaços obedecia ao poder económico dos seus habitantes, pois as áreas próximas das principais avenidas eram mais caras. Nessa zona era usual encontrar brancos ou mestiços, estando a maioria dos negros no interior do bairro. Apesar destes grupos terem espaços de

socialização distintos, o relacionamento entre os grupos era amigável, havendo evidências de casamentos entre estes sem discriminação.

Os primeiros a chegarem à Mafalala terão sido chefes desterrados das suas zonas de origem por se recusarem a pagar o imposto ou terem oferecido resistência durante o processo de ocupação efetiva. Mas a grande maioria vinha em processo migratório, procurando melhores condições de vida. Contabilizam-se três mesquitas, nomeadamente Baraza, Cadria e Chadulia que eram locais de convivência social e de passagem de valores culturais no seio da comunidade. Apesar desta predominância macua no início, o bairro sempre foi multiétnico e multicultural, tal a diversidade de grupos étnicos e de culturas, ainda que cada grupo possuísse os seus espaços próprios de socialização (Arpac, 2016).

Existem marcos culturais e desportivos, fisicamente simbolizada pela Associação Tufo¹⁷ da Mafalala e o campo de futebol, apelidado de “xicampanine¹⁸” onde evoluíram grandes jogadores nos anos 1960 como Eusébio.

Bairro Polana Caniço A

A localização deste bairro é estratégica, pois os limites, são algumas avenidas de bairros mais urbanizados, que permitem o fácil acesso ao centro urbano, como é o caso da avenida Julius Nyerere e Avenida Vladimir Lenine. Até o início da década de 1970, já existiam dezenas de famílias que habitavam na região, com habitações dispersas a uma distância de 500 a 1000 m. A partir de 1976, o bairro teve um plano de ordenamento territorial *de onde resultaram três ruas de dimensões largas que possibilitam a circulação no interior deste espaço habitacional, como também, foram reservados espaços para a instalação de vias de condutas de água, rede de iluminação, para a construção de centro de saúde e uma escola* (SILVA, 2011 & MUTOLO, 2007). Com o parcelamento feito em 1976, o bairro passou a receber mais residentes que emigravam das províncias e distritos facto que contribuiu para o crescimento de número de habitantes e redução de distâncias que separam as residências. Os espaços parcelados ficaram densamente ocupados, e a procura desta área pela população migrante, deu início a ocupação espontânea das barreiras localizadas ao longo da Avenida Julius Nyerere. De facto, o projeto de ordenamento *previa a instalação de dois jardins, porém os espaços reservados*

¹⁷ Nome de dança originário da província de Nampula.

¹⁸ Nome que significa campinho na língua Ronga.

para tal efeito foram ocupados com construções. Este facto derivou de grande procura do espaço para a construção de habitações (Mutolo, 2007).

Até 1997, o bairro da Polana Caniço A recebeu mais população a uma taxa de crescimento de 11,3% vinda das áreas rurais da província de Inhambane, Gaza e Maputo (INE;1997). Com a subdivisão em Polana caniço A e B, os dois Bairros passaram a deter a maior parte da população da cidade.

O bairro tem como avenidas principais, Júlios Nyerere e Carlos Cardoso e ruas José Carlos Lobo e Ilha Quilálea. Contudo no interior do bairro, poucas vias estão pavimentadas dificultando a circulação de viaturas e peões na estação das chuvas.

A morfologia do bairro é heterogénea, sendo contrastante a existência de habitações em alvenaria com projeto de arquitetura, de outras que resultam de processos de autoconstrução muitas vezes em adaptação a materiais perenes sem a conclusão total das construções.

Bairro do Xipamanine

O bairro de Xipamanine apresenta condições socioeconómicas que evidenciam elevados índices de pobreza, falta de infraestruturas básicas de saneamento, elevada densidade populacional, insuficiência de serviços sociais e elevada taxa de desemprego por outro lado, é um bairro que tem uma morfologia urbana caracterizada pelo comércio informal e atividades económicas de autossustento resultando uma forma física que justifica as atividades desenvolvidas no bairro.

Xipamanine é um bairro não planificado e não consolidado, pois apresenta poucas infraestruturas e com necessidades de equipamentos sociais é também uma espécie de “terra prometida onde muitos vendedores chegam e poucos partem, numa espécie de luta pela sobrevivência”.

O Bairro de Xipamanine apresenta uma significativa presença de equipamentos que ocupam superfícies com dimensões consideráveis, situados na parte central do bairro onde se encontram algumas das edificações de maior porte. Gravitam na envolvente próxima equipamentos de menor escala que se dispersam na superfície do bairro. No sector mais a Norte do bairro existe equipamentos que alargam a oferta de serviços

urbanos. Localiza-se o maior e mais popular mercado informal da capital moçambicana, criado na década de 1940 e ampliado diversas vezes ao longo dos anos, hoje é uma das principais atrações de Maputo, recebendo dezenas de milhares de pessoas diariamente.

III. CRESCIMENTO URBANO DA MATOLA

A Cidade da Matola é a Capital da Província de Maputo, com uma superfície de 373 Km², é também o segundo maior centro urbano com 1.032.197 habitantes (Censo Moçambique, 2017), apresentando maior crescimento no intervalo do terceiro e quarto recenseamento geral da população e habitação.

O cenário urbano atual é resultado de ocupações informais não planeadas, refletindo o êxodo rural, situações de emergências ou calamidades que conduziram a migrações. Este cenário tende a reverter-se com a elaboração do plano de estrutura urbano de 2010 (PEU) e planos parciais de urbanização, que perfazem o PEU referido.

Tomando em conta que o Município de Matola se encontra num momento crucial de estruturação da sua política urbana e de reestruturação administrativa, torna-se pertinente a intervenção nos locais de assentamento informal de uso habitacional para a regularização e reconversão/requalificação massiva das ocupações, providenciando um carácter formal e caminhando para um planeamento urbano desses locais com a implementação dos planos de pormenor e requalificação.

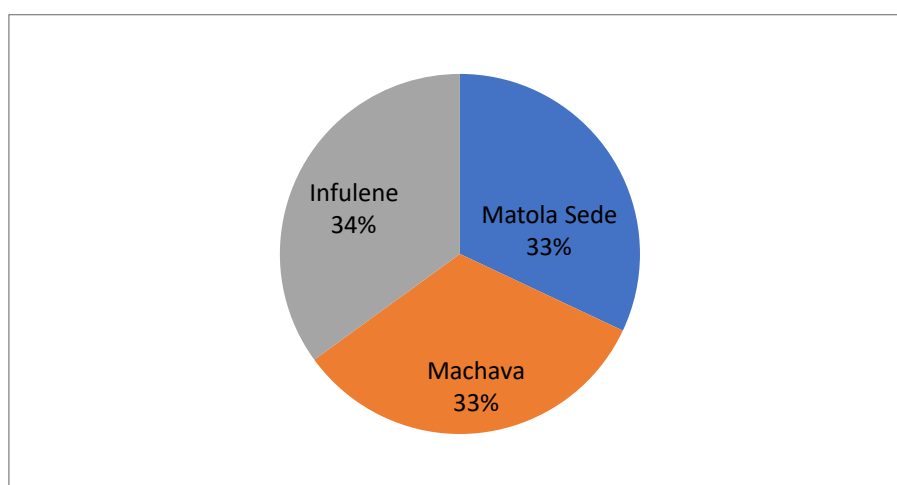
O presente capítulo, visa apresentar o surgimento da Matola como um território urbano, a sua morfologia e os contornos do desenvolvimento tendo em consideração os vários períodos e gestão primeiro como câmara municipal em período administrativo colonial, passando para um período de independência sob administração central como Conselho Executivo e posteriormente para um poder autárquico em três momentos. Esta evolução traduz um dos caracteres das cidades, sendo viva, dinâmica e em constante crescimento.

1. Demografia da Matola

Em 1997, a população da região sul de Moçambique totalizava cerca de 3.958.475 habitantes, dos quais, cerca de 424.662 (10.7%) eram residentes do Município da Matola. Para o mesmo ano, o município contava com uma densidade populacional de cerca de 1.132 habitantes por km², portanto, 49 vezes maior que a média da região (23 hab/km²) (INE, 1999). A tendência descrita acima manteve-se até 2007, pois, segundo os resultados do III RGPH, a população total da região sul foi de 4.844.863 habitantes, dos quais 684.263 (cerca de 14.1%) residem no Município da Matola. Pelo mesmo recenseamento geral da população de 2007, a densidade populacional passou a ser de 1.825 hab/km², cerca de 65 vezes maior que a média da região, com 28 hab/km² (Dados do INE, 2009).

Com uma área de 373 Km², a Cidade da Matola é constituída por três postos administrativos, que por sua vez se subdividem em 42 bairros. De acordo com o IIIRGPH, dos três Postos Administrativos, nomeadamente, Matola, Machava e Infulene, o último acolhe maior número da população, cerca de 34,52% da população da cidade (236.208 habitantes) (INE, 2009). Isto, pode estar aliado ao facto deste Posto Administrativo ter acolhido não apenas um grande número de populações afetadas pelas cheias de 2000 como também por ter saído daqui muita da mão-de-obra na construção de infraestruturas públicas, como seja por exemplo a construção da Autoestrada Maputo-Withbank. Devemos considerar também que no posto Administrativo do Infulene foram reassentadas famílias provenientes dos postos vizinhos, por força da construção da mesma Autoestrada.

Figura 20. População por área administrativa



Fonte: Autor com dados do INE Moçambique

A área da administrativa da Machava é o segundo mais populoso com 224.606 habitantes, albergando 32,83% da população (Censo 2007). E por último, a área da Matola Sede é o que menos população possui, contando até 2007 com 223.449 habitantes, perfazendo 32.65% do total dos habitantes do município (INE, 2009).

De acordo com os dados do Censo de 2007, é na área de Infulene, onde se encontra o bairro mais populoso do Município (bairro de Ndlavela), seguido do bairro Matola “A” localizado na área da Matola Sede, ambos com mais de 62.000 habitantes cada. Os bairros menos populosos localizam-se na área de Infulene e são os bairros de Ngonhosa, Mucatine e Mali, cujas populações não chegam a atingir os mil habitantes. Assim, fazendo uma distribuição/classificação demográfica dos 42 bairros, podemos agrupar em cinco categorias:

- Bairros com população igual ou inferior a 4.153 habitantes: Matola “A” e “J”; Nwamatibibjana; Sidwava; Matlemele; Muhalaze; Golhoza; Mucatine; Boquisso “A” e “B” e Bairro Mali;
- Bairros com 4.154 a 8.874 habitantes: Malhampsene; Matola B e D; Nkobe e Intaca;
- Bairros com 8.875 a 20.649 habitantes: Matola “C”, “F” e “H”; Mussumbuluco; Trevo; Infulene “A”; Acordos de Lusaka; Vale do Infulene; T3; Patrice Lumumba; Singatela; Machava Km 15; 1º de Maio e Matola Gare;
- Bairros com 20.650 à 39.584 habitantes: Fomento; Liberdade; Machava Sede; Bunhiça; Tsalala; São Damanso; Infulene “D”; Zona Verde e Khongolote;
- Bairros com 39.585 à 64.539 habitantes: Matola “A” e Ndlavela.

Tabela 25. Categorização dos Bairros por População

Bairros/ População	Bairros
Bairros com população igual ou inferior a 4.153 habitantes	Matola “A” e “J”; Nwamatibibjana; Sidwava; Matlemele; Muhalaze; Golhoza; Mucatine; Boquisso “A” e “B” e Bairro Mali;
Bairros com 4.154 a 8.874 habitantes	Malhampsene; Matola B e D; Nkobe e Intaca;
Bairros com 8.875 a 20.649 habitantes	Matola “C”, “F” e “H”; Mussumbuluco; Trevo; Infulene “A”; Acordos de Lusaka; Vale do Infulene; T3; Patrice Lumumba; Singatela; Machava Km 15; 1º de Maio e Matola Gare;

Bairros com 20.650 a 39.584 habitantes	Fomento; Liberdade; Machava Sede; Bunhiça; Tsalala; São Damanso; Infulene “D”; Zona Verde e Khongolote;
Bairros com 39.585 a 64.539 habitantes	Matola “A” e Ndlavela.

Fonte: Censo Moçambique 2007

Densidade populacional por bairro

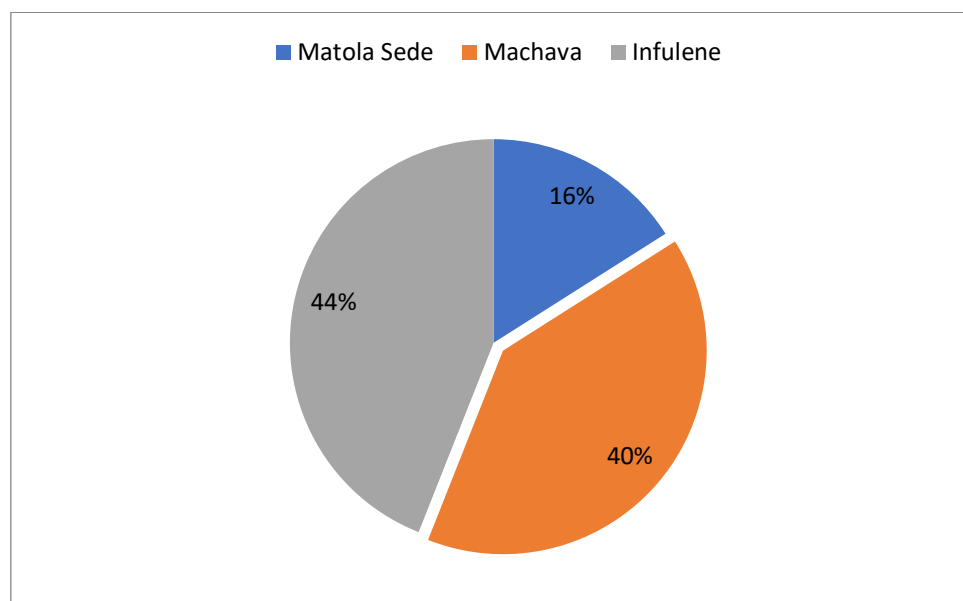
Apesar da sua menor área territorial (16% da área da cidade), a Matola Sede apresenta um significativo peso demográfico (32.65% da população da cidade). Estas condições conferem-lhe uma densidade populacional – 3638,64 Hab/Km² – duas vezes maior em relação a média da cidade – 1758,85 Hab/Km². Em contrapartida, a área de Infulene, apresenta uma realidade exatamente contrária, ocupando a maior parte do território da cidade (44%), este absorve apenas 32,83% do total da população, o que lhe confere a densidade mais baixa de toda a urbe, cerca de 1599,025 Hab/Km². A área da Machava encontra-se numa posição intermédia, com 40% do território e apresenta uma densidade de cerca de 1855,33 Hab/Km² (INE, 2009), que corresponde a 34,52%.

A densidade não se comporta de maneira regular no interior das áreas administrativas. Constatam-se grandes diferenças quantitativas entre os bairros dos três postos, o que revela uma irregularidade na distribuição da população no território da cidade. Assim sendo, em todo o território da cidade é possível distinguir quatro níveis de densidade, a que documentos municipais classificam de densidade baixa (0 à 1.031 Hab/Km²), densidade média baixa (1.032 à 4.306 Hab/Km²), densidade média alta (4.307 à 7.667 Hab/Km²) e densidade alta (7.668 à 14.309 Hab/Km²). Assim, podemos considerar a seguinte distribuição dos seus bairros:

- Densidade Baixa (0-1031 Hab/Km²): Malhanpsene; Matola Gare; Nkobe; Machava Km 15; Matlheamele; Muhalazi; Intaca; Nwamatibjana; Golhoza; Mali; Boquisso “A” e “B” e Mucatine;
- Densidade Média Baixa (1032-4306 Hab/Km²): Matola “A”, “C”, “D” e “J”; Mussumbuluco; Tsalala; Bunhiça Singatela; Infulene A; Acordos de Lusaka; Vale do Infulene; 1º de Maio e Khongolote;

- Densidade Média Alta (4307-7667 Hab/Km²): Matola “B”, “F” e “G”; Fomento; Liberdade; Sikwama; Machava Sede; Sao Damanso e Ndlhavela;
- Densidade Alta (7668-14309 Hab/Km²): Matola “H”; Trevo; Patrice Lumumba; Infulene “D”; T3 e Zona Verde.

Figura 21. Distribuição da área territorial



Fonte: Autor com dados do INE Moçambique

A área administrativa de Infulene é a que apresenta maiores níveis de irregularidade na distribuição da população entre as suas unidades de base (os bairros). É nesta área administrativa onde se encontra a maior e menor densidade demográfica de toda a cidade, 14.308,62 hab/km² no bairro de Infulene “D” e os 29.5 no Bairro Ngolhoza respetivamente (INE, 2009). Esta área administrativa da Matola, apresenta os quatro níveis de densidade acima identificados.

A densidade demográfica apresentada aquando do II RGPH, por Araújo (2005), identificou no território da cidade da Matola, três realidades ou subespaços bem distintos, que segundo o mesmo autor colocam desafios e abordagens diferentes para o processo de planeamento urbano:

- Subespaço de bairros com densidade superior à média da cidade (três mil e mais Hab/Km²), predominantemente na área administrativa da Matola Sede, mas

também característico em número reduzido de bairros nas outras duas áreas administrativas, com particular realce para Infulene, onde se localizam os dois bairros com as maiores densidades de toda a cidade (Infulene “D” e Zona Verde).

- Subespaço de bairros com um intervalo de densidades que vai dos 200 aos 2999 hab/km², estava representado nos três postos administrativos, mas com mais realce para os da Machava e da Matola.
- Sub-espço de bairros com densidades populacionais típicas de áreas rurais, com menos de 200 hab/km², não existindo nas áreas administrativas da Matola Sede e Machava. No Infulene, sete bairros apresentam esta característica demográfica.

A considerar pelos dados do III RGPH, o cenário descrito por Araújo (2005) acima, parece ter prevalecido no período intercensitário do II e III Recenseamento Geral da População e Habitação, não obstante terem ocorrido algumas pequenas alterações fruto da reestruturação dos bairros. No intervalo censitário de 1997 a 2007, a área administrativa de Infulene registou uma dinâmica acelerada no crescimento da sua população, refletindo-se no crescimento exponencial em bairros como 1º de Maio e Khongolote. O bairro 1º de Maio destacou-se em relação aos restantes bairros do Infulene, tendo a sua população aumentado em 1.366% de 1997 para 2007, ou seja, cerca de 19.240 habitantes. A migração da população do centro da cidade para a periferia é tida como o principal fator do acelerado crescimento da população do Infulene.

Os bairros 1º de Maio, Khongolote, Intaca e Ndlavela, foram os que registaram maior crescimento de 1997 a 2007. O crescimento destes Bairros começou a notar-se aquando das cheias de 2000, com a retirada da população das zonas de risco para as zonas seguras. As famílias afetadas pelas inundações foram alojadas nos Bairros 1º de Maio e Khongolote. Esta situação criou condições para que muitas famílias, procurassem espaço para a construção de moradias próprias, saindo da cidade de Maputo e da Matola A. Para além destes bairros, registou-se igualmente crescimento populacional nos bairros de Intaca e Ndlavela com cerca de 229% e 147% respetivamente, tendo o rápido crescimento sido causado pelas migrações, verificadas principalmente de 2000 até aos tempos atuais. No caso específico do bairro de Ndlavela, a migração é justificada pela busca de melhores condições de acomodação, sendo o que maior número absoluto apresenta, com 82.139 habitantes (INE 2017).

Os Bairros T3, Acordos de Lusaka e Vale do Infulene são os mais estruturados da área administrativa de Infulene. Portanto, estes não possuem espaços que permitam a construção de novas habitações e consequentemente o aumento da população, por isso o crescimento verificado é vegetativo. Assim sendo, de 1997 a 2007 o crescimento nestes bairros não excedeu os 12%, sendo que o Bairro T3 teve um crescimento na ordem de 0,012%, Acordos de Lusaka 9% e Vale de Infulene 11% (INE, 1999 e 2009).

Tabela 26. Crescimento Demográfico entre II e III Censo no Infulene

Área Administrativa	Pop - 1997	Pop - 2007	Cresc. 97/07	Cresc. 97/07 (%)
Cidade Da Matola	424.662	684.263	259.601	61%
Total de Infulene	132.073	236.208	104.135	79%
1º de Maio	1.409	20.649	19.240	1.366%
Acordo Lusaka	11.212	12.246	1.034	9%
Bairro T 3	16.093	16.095	2	0,012%
Boquisso 'A'	1.034	1.620	586	57%
Boquisso 'B'	1.116	1.631	515	46%
Infulene 'D'	18.737	24.897	6.160	33%
Intaca	2.699	8.874	6.175	229%
Khongolote	3.766	27.603	23.837	633%
Mali	604	901	297	49%
Mucatine	518	823	305	59%
Muhalaze	2.145	3.346	1.201	56%
Ndlavela	26.135	64.539	38.404	147%
Ngolhosa	367	640	273	74%
Vale do Infulene	11.534	12.760	1.226	11%
Zona Verde	27.972	39.584	11.612	42%

Fonte: INE 1997; INE 2007

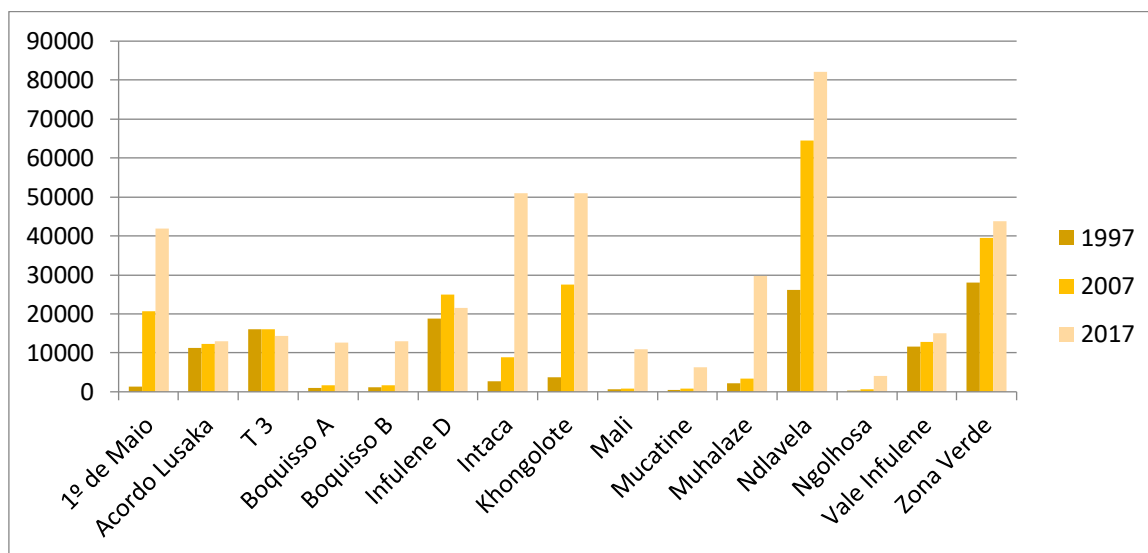
Tabela 27. Crescimento Demográfico entre III e IV Censo no Infulene

Área Administrativa	Pop -2007	Pop - 2017	Cresc. 07/17	Cresc. 07/17 (%)
Cidade da Matola	684.263	1.051.620	367.357	54%
Total de Infulene	236.208	395.363	159.155	67%
1º de Maio	20.649	41.973	21.324	103%
Acordo Lusaka	12.246	12.966	720	6%
Bairro T 3	16.095	14.330	-1.765	-11%
Boquisso 'A'	1.620	12.677	11.057	683%
Boquisso 'B'	1.631	13.046	11.415	700%
Infulene 'D'	24.897	21.558	-3.339	-13%
Intaca	8.874	50.890	42.016	473%
Khongolote	27.603	50.987	23.384	85%
Mali	901	10.857	9.956	1105%
Mucatine	823	6.314	5.491	667%

Muhalaze	3.346	29.740	26.394	789%
Ndlavela	64.539	82.139	17.600	27%
Ngolhosa	640	4.101	3.461	541%
Vale do Infulene	12.760	15.036	2.276	18%
Zona Verde	39.584	43.785	4.201	11%

Fonte: INE 2007; INE 2017

Figura 22. Evolução demográfica por bairro do Infulene



Fonte: Autor com dados do INE Moçambique

Na área administrativa da Machava, o fator migração da população do centro da cidade para as zonas periféricas é bastante evidente nos bairros de Nkobe, São Dâmaso, Tsalala, Kilómetro 15, Matlemele e Bunhiça, com crescimento variando entre 302% e 197%. Estes são bairros de expansão urbana, onde se verifica uma forte procura de espaços para a construção de moradias. A construção da Estrada Nacional Nº 4 (EN4) e a reestruturação do bairro da Liberdade, fizeram com que muitas famílias fossem transferidas dos locais onde inicialmente habitavam para o bairro de Nkobe. O efeito das cheias verificadas no ano 2000, contribuíram também, em larga medida, para o crescimento da população do bairro, como consequência do realojamento das vítimas provenientes de outros bairros.

Os Bairros de São Dâmaso, Tsalala, Kilometro 15, Matlemele e Bunhiça, de acordo com o II e o III RGPH (INE, 99/09), conheceram um crescimento entre 241% a 197%, justificado pelo abandono de zonas urbanas estruturadas e consolidadas da Matola A e da cidade de Maputo. De 1997 para 2007, estes bairros tiveram o seguinte crescimento demográfico: São Damaso 21.603 habitantes, Bunhiça 21.230 habitantes, Tsalala 20.815

habitantes, Km 15 com uma cifra de 8.935 habitantes, e o bairro de Matlemele com 2.089 habitantes. O crescimento dos bairros de Patrice Lumumba, Trevo e Machava-Sede não está diretamente relacionado com os fluxos migratórios, pois o seu processo de urbanização já estava consolidado. Os níveis de crescimento nos bairros foram genericamente elevados. Assim, em Patrice Lumumba com o crescimento de 2%, Machava-Sede com crescimento de 21% e Trevo com crescimento de 17% (INE, 1997 e 2007). No IV RGPH, o bairro São Dâmaso passou a ter maior número absoluto de residentes, com 56.167 habitantes, sendo um crescimento de 91% no período censitário, ultrapassando os bairros da Machava sede e Bunhiça.

Tabela 28. Crescimento Demográfico entre II e III Censo na Machava

Área Administrativa	Pop - 1997	Pop - 2007	Cresc. 97/07	Cresc. - 97/07 (%)
Cidade Da Matola	424.662	684.263	259.601	61%
Total da Machava	116.716	224.606	107.890	92%
Bunhiça	10.761	31.991	21.230	197%
Kobe	1.998	8.038	6.040	302%
Infulene 'A'	6.732	12.659	5.927	88%
Km 15	3.963	12.898	8.935	225%
Machava	28.590	34.729	6.139	21%
Matlemele	930	3.019	2.089	225%
Matola Gare	8.218	10.824	2.606	32%
P. Lumumba	17.034	17.411	377	2%
São Dâmaso	7.840	29.443	21.603	276%
Singathela	6.387	10.986	4.599	72%
Trevo	17.138	20.094	2.956	17%
Tsalala	8643	29.458	20.815	241%
Nwamatibjane	—	3.056	—	—
Siduava	—	—	—	—

Fonte: INE 1997; INE 2007

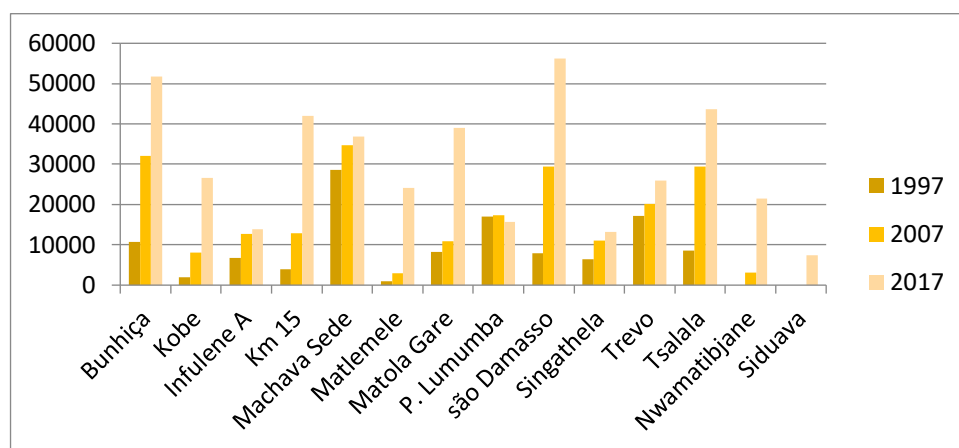
Tabela 29. Crescimento Demográfico entre III e IV Censo na Machava

Área Administrativa	Pop - 2007	Pop - 2017	Cresc. 07/17	Cresc. - 07/17 (%)
Cidade da Matola	684.263	1.051.620	367.357	54%
Total da Machava	224.606	417.620	193.014	86%
Bunhiça	31.991	51.675	19.684	62%
Kobe	8.038	26.646	18.608	232%
Infulene 'A'	12.659	13.823	1.164	9%
Km 15	12.898	42.030	29.132	226%
Machava Sede	34.729	36.878	2.149	6%
Matlemele	3.019	24.072	21.053	697%
Matola Gare	10.824	39.020	28.196	260%

P. Lumumba	17.411	15.750	-1.661	-10%
São Dâmaso	29.443	56.167	26.724	91%
Singathela	10.986	13.162	2.176	20%
Trevo	20.094	25.891	5.797	29%
Tsalala	29.458	43.596	14.138	48%
Nwamatibjane	3.056	21.504	18.448	604%
Siduava	—	7.406	—	—

Fonte: INE 2007; INE 2017

Figura 23. Evolução demográfica por bairro da Machava



Fonte: Autor com dados do INE Moçambique

Na área administrativa da Matola Sede entre 1997 e 2007, os bairros emergentes de Malhampsene, Mussumbuluco e Sikwama, tiveram um crescimento acentuado de 308%, 228% e 140% respetivamente (INE, 1999 e 2009). A reestruturação da área do bairro da Liberdade, em 2007, contribuiu para redução da sua população a favor do bairro de Fomento e crescimento da população em 65% e decréscimo na ordem de 15% para o bairro da Liberdade. No IV RGPH, a Matola A continuou a apresentar maior número absoluto de residentes, pese embora ter registado um decréscimo de 1%, passando de 62.088 habitantes (INE 2007), para 61.575 habitantes.

Tabela 30. Crescimento Demográfico entre II e III Censo na Matola-Sede

Área Administrativa	Pop. 1997	Pop. 2007	Cresc. 1997/2007	Cresc. 97-07 (%)
Cidade Da Matola	424.662	684.263	259.601	61%
Total da Matola Sede	175.873	223.449	47.576	27%
Sikwama	4.782	11.483	6.701	140%
Fomento	18.394	30.070	11.676	63%
Liberdade	43.932	37.319	-6.613	-15%
Malhapse	1.220	4.972	3.752	308%

Matola 'A'	41.463	62.088	20.625	50%
Matola 'B'	7.239	6.448	-791	-11%
Matola 'C'	15.807	19.231	3.424	22%
Matola 'D'	5.104	5.608	504	10%
Matola 'F'	11.636	11.534	-102	-1%
Matola 'G'	4.476	4.153	-323	-7%
Matola 'H'	14.204	14.326	122	1%
Matola 'J'	3.881	3.974	93	2%
Mussumbuluco	3.735	12.243	8.508	228%

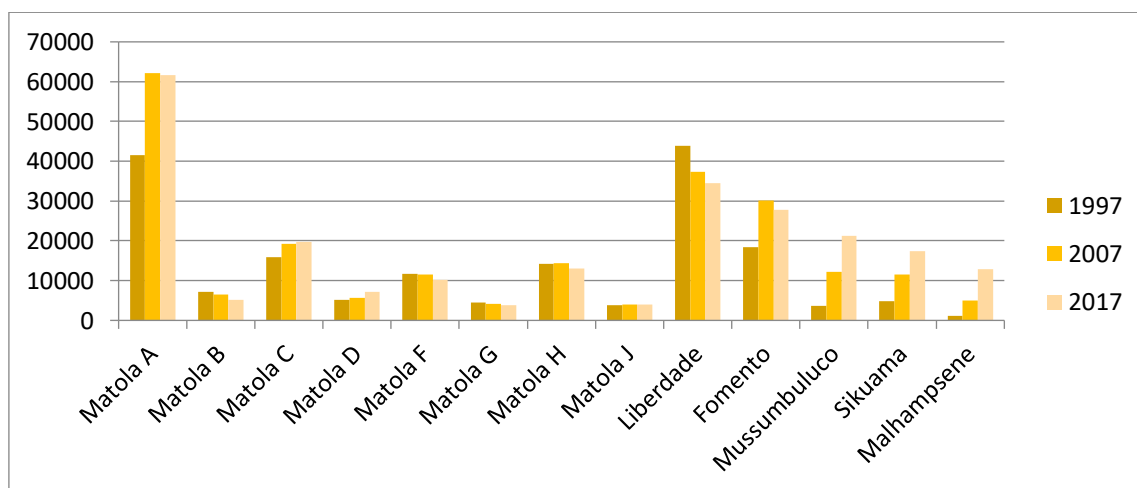
Fonte: INE 1997; INE 2007

Tabela 31. Crescimento Demográfico entre III e IV Censo na Matola-Sede

Área Administrativa	Pop. 2007	Pop. 2017	Cresc. 07/17	Cresc. 07-17 (%)
Cidade da Matola	684.263	1.051.620	367.357	54%
Total da Matola Sede	223.449	238.637	15.188	7%
Sikwama	11.483	17.439	5.956	52%
Fomento	30.070	27.855	-2.215	-7%
Liberdade	37.319	34.436	-2.883	-8%
Malhampsene	4.972	12.902	7.930	159%
Matola 'A'	62.088	61.575	-513	-1%
Matola 'B'	6.448	5.236	-1.212	-19%
Matola 'C'	19.231	19.815	584	3%
Matola 'D'	5.608	7.224	1.616	29%
Matola 'F'	11.534	10.225	-1.309	-11%
Matola 'G'	4.153	3.747	-406	-10%
Matola 'H'	14.326	13.081	-1.245	-9%
Matola 'J'	3.974	3.917	-57	-1%
Mussumbuluco	12.243	21.185	8.942	73%

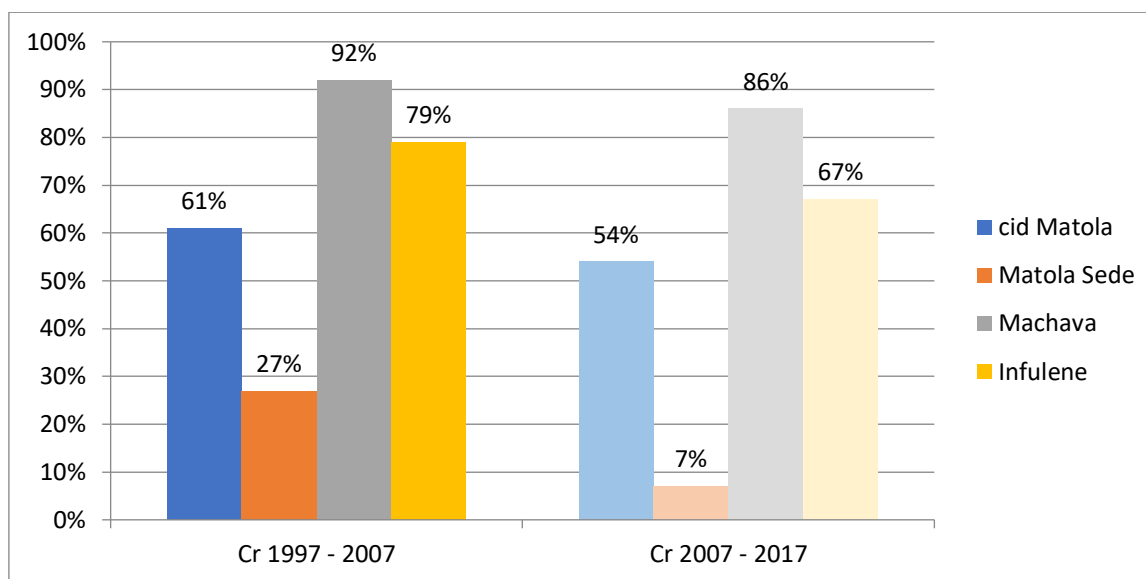
Fonte: INE 2007; INE 2017

Figura 24. Evolução demográfica por bairro da Matola-Sede



Fonte: Autor com dados do INE Moçambique

Figura 25. Taxa de Crescimento no Período Intercensitário



Fonte: Autor, com dados do INE Moçambique

2. Origem e localização

O território que hoje designamos cidade da Matola, passou por vários processos até atingir o atual estágio. Foi criada primeiro como o Posto Administrativo da Matola em 1945, abrangendo os centros populacionais de Boane, Machava e Matola Rio. Os progressos registados levaram ao crescimento para vila municipal, criando-se o Concelho da Matola em 1955 e consequente Câmara Municipal da Matola. Sob a portaria de 20 de Abril de 1968, a Vila da Matola, passou a ser denominada de Vila Salazar, em homenagem ao presidente do Conselho de Ministros de Portugal, António de Oliveira Salazar. Através de uma portaria de 5 de Fevereiro de 1972, a vila ascende ao estatuto de cidade, passando a chamar-se Cidade Salazar. Com a independência do país, a 25 de Junho de 1975, recupera-se o nome original, passando a denominar-se Cidade da Matola.

O município da Matola é limitado pelo distrito de Moamba (Noroeste e a Norte), pelo distrito de Boane (Oeste e Sudoeste), com a cidade de Maputo (Sul e Este), e com o distrito de Marracuene (Noroeste). Caracteriza-se por ser uma área planáltica, acima dos 40 m de altitude do nível médio das águas do mar, sendo servida pelos rios Infulene e Matola.

O centro administrativo desta cidade dista cerca de 17 km da cidade do Maputo. Ocupa uma área de 373 km² e tem 1.032.197 habitantes (INE 2017), sendo a segunda cidade mais populosa de Moçambique e com infraestruturas industriais¹⁹, onde se concentram as refinarias de petróleo, as indústrias metalomecânicas, as indústrias alimentares, indústria de montagem de automóveis.

Além da apetência industrial é igualmente um território de plantações agrícolas que abastecem não só a Matola como a cidade de Maputo. Do ponto de vista da sua morfologia urbana *apresenta um crescimento de habitações em forma horizontais*²⁰, *com características urbanas, periurbana e rurais*²¹; *e é atravessado pelo corredor de desenvolvimento sul, estrada e caminho-de-ferro que liga a cidade de Maputo à África do Sul* (PEUMM, 2010).

A cidade da Matola tem 42 bairros, organizados em três Postos Administrativos, nomeadamente Matola Sede com treze bairros.

Tabela 32. Divisão Administrativa da Cidade da Matola

Posto Administrativo	Bairros
Matola-Sede	Matola A, Matola B, Matola C, Matola D, Matola F, Matola G, Matola H, Matola J, Fomento, Liberdade, Mussumbuluco, Malhampsene e Sikwama
Machava	Machava Sede, Infulene A, Trevo, Patrice Lumumba, São Dâmaso, Bunhica, Tsalala, Km-15, Matlemele, Nkobe, Matola Gare, Singathela, Nwamatibjana e Sidwava
Infulene	T-3, Zona Verde, Ndlavela, Infulene D, Acordos de Lusaka, Vale do Infulene, Khongolote, Intaca, Muhalaze, 1º de Maio, Boquisso A, Boquisso B, Mali, Ngolhoza e Mucatine,

¹⁹ A maior percentagem de indústrias, concentram-se na Matola, onde na zona do Lígamo, bairro da Matola A, existem indústrias como a Fábrica de Cimentos, Companhia Industrial da Matola, Química Geral e FASOL, Alumínios ou BIC, umas ainda em funcionamento e outras já encerradas. Havia também a Indústrias Costas, Tudor e a Ceres. Nos bairros de expansão existiam as empresas Ima, Texlom, Explosivo, Fosforeira, entre outras. Existia uma refinaria de petróleos, a atual Petromoc, localizada numa área partilhada com a BP, Shell e a Mobil, para além da Moçacor que é distribuidora do gás de cozinha. Na Avenida das Indústrias, perfilavam a Cajuca que empregava milhares de trabalhadores, Metal Box, Cometal Mometal, que chegou a exportar carruagens, Nametal, Vidreira, Zuid, Fábrica de Cápsulas, Luzalite e tantas outras (Miquidade:2018)

²⁰ Verifica-se uma grande predominância de vivendas.

²¹ As áreas rurais localizam-se na extremidade norte, junto aos distritos da Moamba e Marracuene. Já iniciaram ocupações para a construção de residências sem existência de planos de urbanização, transformando estas áreas em per-urbanas.

Os bairros da Matola Sede, apresentam características urbanas, sendo o núcleo do desenvolvimento da cidade e áreas na qual se localizam os serviços públicos. Por sua vez, os bairros do Posto Administrativo da Machava, apresentam quatro bairros com características urbanas a (Machava Sede, Infulene A, Trevo, Patrice Lumumba), enquanto os restantes apresentam características periurbana e com o parque industrial. Finalmente, no Infulene, todos os bairros possuem uma mistura de características urbanas, periurbanas e rurais (Miquidade, 2018).

Figura 26. Mapa de Divisão Administrativa da Cidade da Matola



Fonte: Autor com base no QJIS, Abril de 2023

3. Os Passos de Criação da Cidade

A cidade da Matola começou a ser construída nas redondezas da atual Rádio Moçambique, tendo-se destacado no período de governação de Abel Baptista, Presidente da Câmara Municipal entre 1963 a 1967, onde elaborou e implementou o plano de desenvolvimento urbano que contemplava uma segregação social. Nesse plano a Matola A estava reservado para habitação de população de origem europeia de profissões liberais. Por sua vez, a Matola B, foi ocupada por população assimilada de origem africana, vinda de diferentes partes do território moçambicano, destacando os subúrbios de Lourenço Marques (atual Maputo), influenciadas pela promoção do Plano Urbano que contemplava apoio da Câmara em material de construção e mão-de-obra para a construção das habitações.

As primeiras construções começam na década 1940, com a loja Mahoia na zona do mercado Santos (Custódio Graça), Correios, Companhia de Cimentos, Total, Companhia Industrial, Fasol. Posteriormente foram construídas as fábricas da Ceres e Tudor. Onde hoje temos a escola secundária da Matola estava implantado o cemitério. As residências começaram a ser construídas em direção ao rio Matola, então chamado Waminhoto, local de criação de gado. Em 1954 foi construído a igreja S. Gabriel no tempo do padre Osvaldo. Onde temos hoje o Banco Austral no Madruza era uma cadeia.

Foi com no mandato de Abel Baptista que se impulsionou o processo de urbanização do concelho iniciado em 1963, com a construção do Cemitério da Matola, a residência oficial do presidente da Câmara Municipal e os Paços do Concelho. Foram igualmente construídas a Igreja Paroquial de São Gabriel, o Cinema de São Gabriel, a Escola Primária Paula Isabel, a Escola de Santa Maria, a Escola do Dr. Rui Patrício e a Missão de Liqueleva, assim como as Escolas Secundárias da Matola e da Machava, a Escola Industrial da Matola e o Cinema 700. Na zona industrial, estabelecem-se fábricas de cimento, a Companhia Industrial da Matola, o complexo mineiro dos Caminhos de Ferro de Moçambique, a Shell Company e a Caltex. O crescimento do fluxo diário de pessoas entre as então Vila Salazar e Lourenço Marques (hoje Maputo) levou à criação da Companhia de Transportes de Moçambique.

A Companhia de Cimento de Moçambique, propriedade de Champalimaud²², construiu algumas casas para os seus trabalhadores africanos no bairro da Matola B, em 1960, local de propriedade nativa para prática da agricultura e criação de gado. O plano de urbanização desta área, iniciou com negociação da Câmara Municipal com os proprietários, para os comprometer a aceitarem o plano de urbanização e transferirem as suas atividades para a margem sul do rio Matola.

O grande impulso desenvolvimentista surge com a nova estrada²³ ligando a cidade de Maputo ao distrito de Boane. A Câmara Municipal da Matola, enceta uma política inovadora e integradora de promoção da urbanização através de atribuição de terra e apoio em material de construção para habitação à população de poucos recursos económicos, plano esse considerado exemplar Deputado por Moçambique, Manuel Nazaré, à Assembleia Nacional pela possibilidade que dá aos indígenas de terem propriedade privada, tendo o direito de recorrer ao crédito mediante hipoteca do terreno para construção de habitação, isentando igualmente de todas as taxas, sendo ainda concedido a todos aqueles que não podem recorrer ao crédito *dos materiais necessários ao início da construção, e a todos, as maiores facilidades na elaboração e aprovação dos projetos, ou no fornecimento de projetos-tipo previamente aprovados, no empréstimo das máquinas indispensáveis para o fabrico de blocos e enchimento de placas, e ainda do material para cofragem e escoramento, além da necessária assistência técnica* (Rita-Ferreira, 1968: 210-211).

Destinando-se a populações carenciadas o apoio gratuito da câmara municipal na construção de residências, despertou o interesse junto aos residentes dos bairros suburbanos da cidade de Maputo, como Chamanculo, Xipamanine, e Malanga, para se transferirem para a área da Matola sede, concretamente para as unidades²⁴ B, F e G. No entanto, criou igualmente interesse nos moradores da cidade do Maputo, especialmente médicos, advogados, oficiais do exército e arquitetos, para procurarem terrenos para construir as suas casas de campo na Matola.

²² Empresário do ramo bancário e industrial e com muita influência no Moçambique colonial.

²³ Estrada Nacional nº 2 – N2, que contorna a área habitacional do bairro Matola A e cria uma fronteira com os bairros da Matola C, Matola F e Fomento.

²⁴ Unidade era o termo usado para designar uma parcela administrativa tida atualmente como bairro.

O parcelamento obedeceu ao critério socioeconómico dos interessados, onde a unidade “A” da Matola sede, com grandes áreas de quintas de 50 m x 150 m²⁵ foi atribuído a profissionais liberais e técnicos superiores europeus. Nesta área foram edificadas residências de tipo colonial, abertas ruas largas asfaltadas com cruzamentos em forma de retundas ou praças reservados a jardim. Os bairros populares da Matola sede localizados a Oeste e Noroeste da Matola “A”, casos da Matola “B” e “F” foram ocupados por pessoas vindas dos subúrbios de Lourenço Marques, aqueles que viviam no espaço onde foi destinado ao centro emissor da Rádio Moçambique, e as oriundas das províncias de Gaza e Inhambane.

Em 1963 iniciam as construções de bairros habitacionais entre a Estrada Nacional nº 2 (EN2) a Este, a avenida de Boane (antiga avenida de Moçambique) a Oeste, o local onde foi implantado a atual avenida Joaquim Chissano a Norte e o rio Matola a Sul, estando este plano viário concluído em 1966.

Figura 27. Planta de Implantação da Matola



Fonte: CMCM in “Normas Diretoras para o Plano de Urbanização da Matola: Inquérito e Análises, de 1963”

²⁵ Área atribuída a população europeia de classe socioeconómico alta nos subúrbios da cidade da Matola, para construção das suas residências.

Na década de 1970 dá-se a urbanização da Machava com a implantação dos bairros de Fomento (financiado pelo Banco Montepio para beneficiar a funcionários da administração e polícias coloniais) e da Liberdade este último considerado um exemplo de estrutura urbana de classe media africana, com arruamentos paralelos, e a ocupação de indústrias ao longo da linha férrea e com a expansão de quintas para o Norte, infraestruturando-se três novas áreas habitacionais, Unidade A (atual Infulene A), Unidade C (atual Acordos de Luzaka) e Unidade E (atual Patrice Lumumba), o desenvolvimento dos bairros da Matola B, C, D, E e F seguido pela expansão habitacional dos bairros do posto administrativo da Machava, da segunda fase da Unidade C (atual T3), e da Matola D, G, H, e I bem como pela construção de passeios e mercados, registando-se um crescimento da densidade populacional em áreas que até aí tinham características rurais como Khongolote, Bunhiça e Sikwama (Miquidade, 2018).

4. Os Primeiros anos da Independência

A partir de 1975, com a independência de Moçambique não se verifica uma rutura clara com o período anterior no que respeita ao funcionamento da câmara sendo a prioridade dada às populações dos bairros mais necessitados, com a construção de fontanários de água. Em 1980, por resolução 5/80 da então Assembleia Popular (hoje, Assembleia da República), a Matola perdeu a sua autonomia ao ser integrada na cidade de Maputo, sendo extintas as câmaras de Maputo e da Matola, pelo Conselho Executivo da Cidade do Grande Maputo, com uma base económica e método de funcionamento diferente das câmaras municipais, *esta anexação paralisou o processo de desenvolvimento da Matola, priorizando a cidade do Maputo* (Miquidade, 2018).

Esta integração criou um permanente conflito latente de funcionamento das duas cidades, agravado pelo facto de não ter sido abolida a Portaria 83/72, que criou a cidade da Matola. A criação do Grande Maputo, foi dotada de um estatuto próprio e de órgãos de decisão e execução, faltando os termos de referência que explicassem a sobreposição das duas cidades e os níveis de interdependência entre elas, contribuindo negativamente para o crescimento urbano da cidade da Matola, pois os seus planos submetiam-se aos da cidade de Maputo.

A partir da década de 1980, com a conclusão das ocupações formais e parcelados nos bairros da Matola C e J. A falta de áreas parceladas impulsionou a ocupação em áreas intermédias, principalmente ao longo dos acessos principais e próximo das zonas industriais. Em termos administrativos, o impasse agudiza-se com a Resolução 8/86 da Assembleia Popular, que elevou entre outros centros urbanos a Matola a categoria de cidade, ignorando a Portaria nº 83 de 5 de Fevereiro de 1972 que já atribuía ao território o estatuto de cidade Salazar e com a Resolução 7/87, de 25 de Abril, que classifica a cidade da Matola como do nível C, integrada na província de Maputo. Ou seja, ambas passavam a estar em províncias diferentes, sendo que por força da Resolução 8/86 da Assembleia Popular, foi eleita uma Assembleia da Cidade da Matola, constituída por sessenta deputados efetivos e dez suplentes, subordinados a Assembleia da Província de Maputo (Miquidade, 2018).

Em 1988 foi criado o Conselho Executivo da Cidade da Matola, que promoveu expansão urbana e ocupação de espaços abandonados por população refugiada do conflito armado. Desenvolveram-se então grandes áreas suburbanas e periurbanas em acomodação dos fluxos imigratórios em busca de proteção, segurança e bem-estar. A rede viária estava concebida para permitir os acessos a zona central da cidade de Maputo, com deficiência das vias de ligação entre os bairros da Matola. Araújo, (2003: 180-181) refere que *entre 1980 a 1991 apesar de se ter reduzido o fluxo migratório em direção as cidades de Maputo e Matola, devido a guerra, as cidades cresceram para dentro, sendo exclusivamente demográfico, pois não foi acompanhado pela construção de infraestruturas, nem de residências em material definitivo*. Porém, segundo a projeção do crescimento demográfico da Direção Nacional de Estatística de 1980, a população da Matola cresceria de 183.351 habitantes, para 234.078 habitantes em 1985, numa taxa de crescimento de 4,2% ano.

5. Planeamento Urbano no Município da Matola

O Conselho Municipal da Matola, pela Lei 2/97, passa a ter competência para a gestão sobre o solo da área municipal, sendo responsável do planeamento, atribuição de terra e concessão de autorizações de construção de edifícios. Ao considerar as estruturas de

planeamento, a Direção de Planeamento Territorial e Urbanização, tem como principais responsabilidades:

- Planear, organizar e coordenar atividades relacionadas ao planeamento físico e urbano.
- Elaborar planos de desenvolvimento urbano e garantir o cumprimento dos mesmos.
- Desenvolver políticas e regulamentos municipais relacionados ao planeamento físico e urbano.
- Implementar atividades relacionadas com o planeamento físico e urbano em parceria com outras instituições profissionais.

A Direção é constituída pelo Departamento Municipal de Planeamento Urbano e pelo Departamento Municipal de Construção.

Um diagnóstico feito à cidade da Matola em 2007, referiu a existência de duas estratégias de planeamento urbano, com relevância para a área da Matola:

- Plano de Estrutura Cidade de Maputo (1985-1995) desenvolvido pelo Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF) e o Conselho Executivo de Maputo, visando a integração da Matola e Maputo e a criação do Grande Maputo ou área metropolitana de Maputo.
- Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo de 1999, elaborado com apoio do Banco Mundial, foi desenvolvido por consultores internacionais e por técnicos do município e dos ministérios com responsabilidades na área do estudo.

O Plano de Estrutura não obteve aprovação das assembleias municipais de Maputo e da Matola, por falta de vontade política em relação ao estabelecimento de uma autoridade metropolitana geral cobrindo ambos os municípios.

6. Implantação da Autarquia e crescimento Urbano

Com a Lei 2/97 de 18 de Fevereiro que aprovou o quadro jurídico para a implantação das autarquias locais, foram realizadas as primeiras eleições autárquicas a 30 de Junho de 1998 e consequentemente instalados os novos órgãos de poder local: a Assembleia Municipal, o Conselho Municipal e o Presidente do Conselho Municipal. Assim, existem

com a apresentação dos programas de governação e implementação de planos de desenvolvimento três momentos, tendo como centro o Presidente eleito no sufrágio. O primeiro momento dessa nova realidade político-administrativa teve como ponto de destaque a elevação da cidade de categoria C para B a 2 de Outubro de 2007.

O segundo momento, surge com as terceiras eleições autárquicas de 2008 destacando-se a elaboração do “Plano de Estrutura Urbano da Cidade da Matola”, aprovado pela Assembleia Municipal e ratificado pelo Ministério de Administração Estatal em 2010, que deu seguimento a implementação de planos de pormenor urbano. O terceiro momento iniciou-se em 2013 e prolonga-se até aos nossos dias, priorizando a construção de raiz de recintos desportivos, construção de estradas nos bairros de expansão e reabilitação de estradas nos bairros consolidados e registo das propriedades nos bairros através de campanhas, promovendo igualmente a melhoria de receitas publicas municipais.

Período 1997-2007

Neste período de dois mandatos, que teve como Presidente do Conselho Municipal Carlos Tembe, a expansão urbana foi desenvolvida através de planos parciais e projetos de gestão de uso do solo, sendo de destacar:

- Desenvolvimento residencial, através de projetos de construção projetados pelo Departamento de Planeamento Territorial e Urbanização. Os tamanhos dos lotes residenciais variavam entre 15x30 m (a maioria), 20x40 m ou 25x50 m. Em alguns casos, as áreas identificadas foram outrora reservadas para escolas, outros serviços sociais e campos desportivos. As reservas para estradas feitas, eram normalmente de 10-15 m, com destaque para o plano Parcial do Bairro Nkobe, (04.2006) e do Plano Parcial de Mathlemele Parcela (971). Como exemplo dos planos elaborados e executados temos:
 - Bairro Nkobe, 930 lotes residenciais.
 - Zona de Tchumene (parte Este do bairro de Matola Gare), 2.500 lotes de uso e tamanho misto.
 - Matola Gare, 1.700 lotes residenciais.
 - Plano Parcial do Bairro Nkobe, 2.537 lotes. O plano inclui áreas para escolas, saúde, mercados, lojas e atividades recreativas.

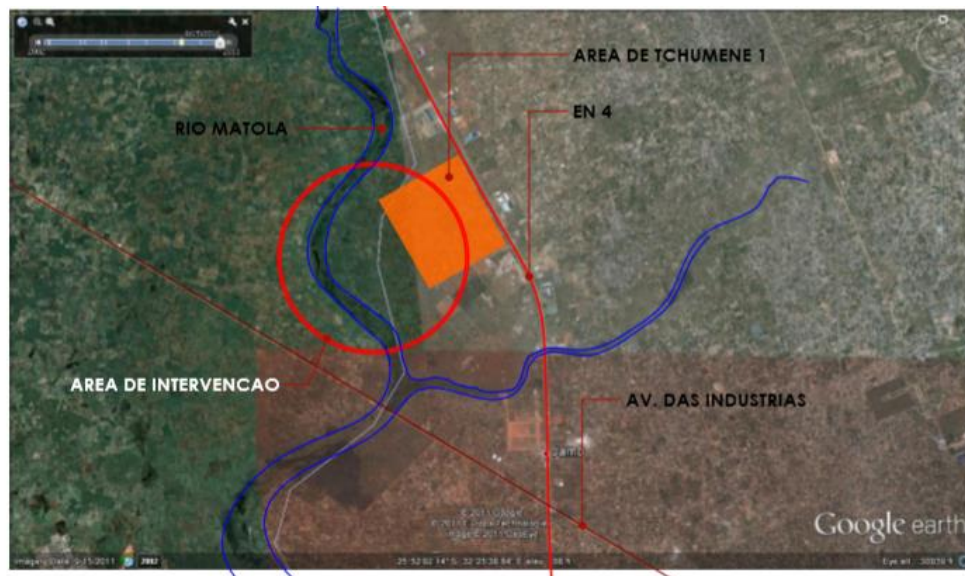
- Plano Parcial de Mathemele, 1.190 parcelas, das quais 445 estavam reservadas para desenvolvimento pelo Banco Millenium BIM. Em Julho de 2007 o Município da Matola lançou um concurso para a manifestação de interesse para o desenvolvimento deste plano. Esta foi a primeira vez que o Município juntou forças com uma instituição financeira para desenvolver uma área residencial.
- Desenvolvimento da Zona Ribeirinha da Matola, com cerca de 12 km ao longo da costa, estendendo-se desde a ponte da Matola Rio, até à zona do Lingamo, projeto apelidado por *Matola Water Front* (nao foi executado). Estimou-se em 2007 que cerca de 1.700 famílias residiam nesta área, em um assentamento informal. Na visão do Município esta área poderia ser desenvolvida com comércio.
- Início de criação de instalações adequadas para a gestão e eliminação de resíduos sólidos para os Municípios de Maputo e Matola. Nos últimos anos, vários estudos foram realizados analisando o problema e sugerindo possíveis soluções. Um dos estudos (Abril de 2007), propôs o estabelecimento de um local de gerenciamento de resíduos no bairro de Matlemele. Este projeto passou a ser tutelado e financiado pelo Fundo do Ambiente e Ministério da Terra e Desenvolvimento Rural, depois do ano 2014.

Uma análise aos planos acima mencionados, evidencia uma clara melhoria no desenvolvimento dos planos ao longo do tempo. Todas as novas áreas residenciais estão localizadas a Norte do centro da cidade, sem infraestruturas (estradas, água, eletricidade, saneamento) e áreas comerciais como mercados. Todos os planos foram baseados em lotes residenciais individuais, não existindo dados de construção de apartamentos residenciais, moradias geminadas ou outras soluções habitacionais semelhantes, que visariam a densidades mais altas e custos de infraestrutura mais baixos.

Paralelamente, regista-se preocupação com a gestão e eliminação de resíduos sólidos para os Municípios de Maputo e Matola. De entre os vários estudos realizados a primeira opção foi o do estabelecimento de um local de gerenciamento de resíduos no bairro de Matlemele. Este projeto é, atualmente, tutelado e financiado pelo Fundo do Ambiente e Ministério da Terra e Desenvolvimento Rural, construção de um novo cemitério, no bairro Ndlavela, para servir os municípios da Matola e Maputo, com vista ao encerramento do cemitério de Lhanguene. A área planeada foi demarcada e inclui cerca de 50ha, e teria financiamento do Município de Maputo. No entanto, o município de Maputo viria a abandonar o projeto).

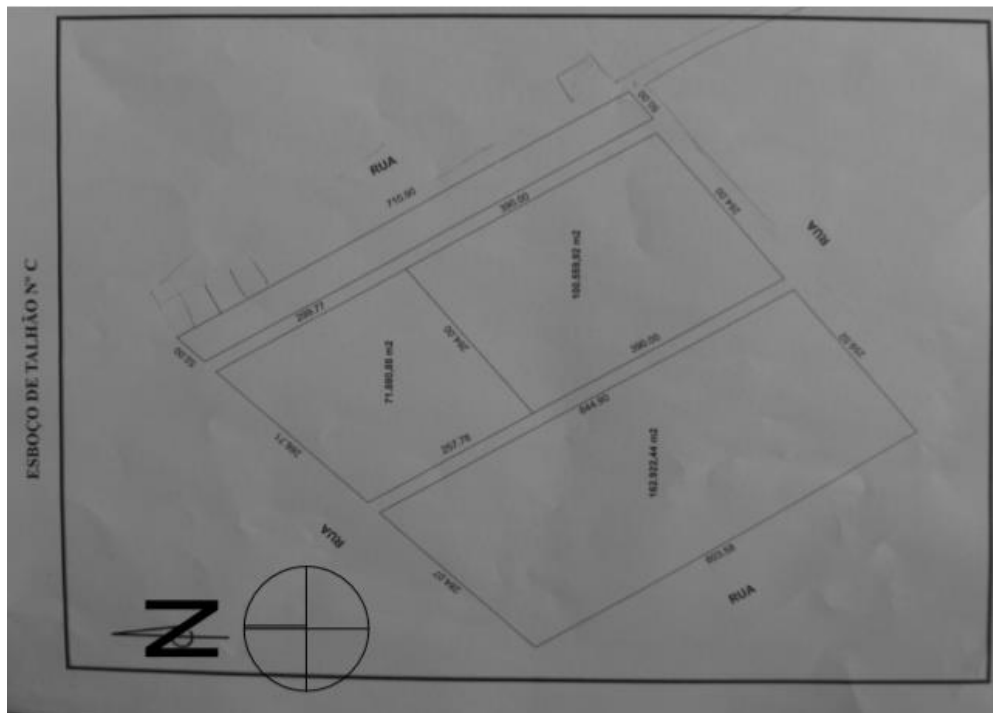
Previram-se também outros planos de desenvolvimentos que não se concretizaram como a construção de um Centro Comercial em Tchumene ou a construção de um complexo desportivo que incluía hotéis, áreas de habitação e serviços, com o objetivo de aproveitar a realização da Copa do Mundo de 2010 na África do Sul.

Figura 28. Localização de Implantação do Plano de Tchumene



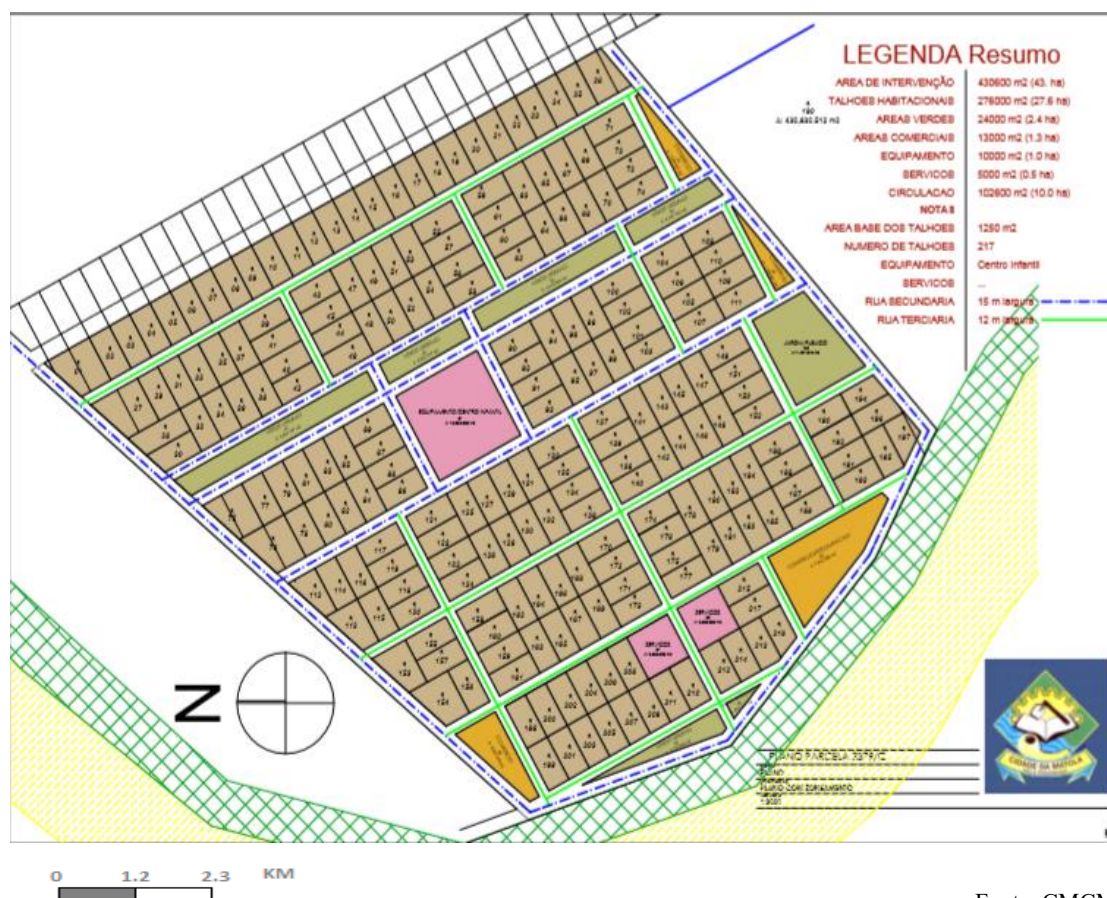
Fonte: CMC

Figura 29. Esboço de Talhão



Fonte: CMCM

Figura 30. Plano de Tchumene 1 dividido em Talhões



Período 2008–2013

Durante o período de 2008 a 2013 desenvolveram-se atividades de ordenamento do território iniciando pela elaboração do Plano de Estrutura Urbano da Cidade da Matola, aprovado pela Assembleia Municipal e ratificado pelo Ministério de Administração Estatal em 2010. A elaboração do Plano de Estrutura Urbano da Cidade da Matola, (PEUCM), iniciou-se a 10 de Julho,

Os inventários e diagnósticos decorreram durante os meses de Julho e Agosto de 2009. Esta fase consistiu na recolha, análise e tratamento de informação, de forma sistemática, por forma a identificar a realidade do Município da Matola, não só na perspetiva da sua caracterização, mas também da deteção das tendências que vem manifestando. Nas auscultações públicas e audiência Pública, foram feitos debates em torno de sete aspetos, nomeadamente:

- Mobilidade e Acessibilidade;
- Habitação e Assentamentos Informais;
- Centralidades Urbanas;
- Água, Drenagem e Saneamento do Meio;
- Equipamento de Utilidade Pública;
- Economia Local;
- Verde Urbano.

Através da implementação de um processo participativo e com presença de especialistas, foram definidas as seguintes expressões como indicadoras da vocação da cidade:

- Matola como centro multifuncional metropolitano;
- Matola como zona residencial de excelência;
- Matola como centro para o turismo desporto e cultura;
- Matola como reserva agrícola da área metropolitana.

Um dos principais objetivos formulados foi o da estruturação da cidade existente e o seu crescimento, tornando-a globalmente mais funcional. A sua concretização efetivar-se-ia a partir da organização e articulação de uma estrutura viária, de centralidades, equipamentos e verde urbano, constituídos eixos estruturantes e agregadores de toda a restante ocupação, fundamentalmente residencial.

O Plano de Estrutura Urbano da Cidade da Matola, assenta em cinco divisões, nomeadamente: a) espaços urbanizados; b) espaços urbanizáveis; c) espaço para atividade industrial, de armazenagem e reparação; d) espaço para atividade agrícola; e) espaço afeto à estrutura ecológica; e f) espaço para equipamentos sociais, serviços públicos e usos especiais. Estes espaços apresentam as seguintes características:

a) Os espaços urbanizados, tem uma área residencial consolidada de média densidade, sendo maior que 20 hab/ha e menor que 60 hab/ha, com cerca de 438 ha. São objetivos destes espaços urbanizados a localização de tecidos urbanos construídos, já estabilizados ou em fase de estabilização, em que se verifica simultaneidade de usos e atividades. Na cidade da Matola é definido como espaço urbanizado a área da Matola “A”. Nos espaços urbanizados é preponderante a função habitacional, sendo permitidas, contudo, outras utilizações ou ocupações, desde que compatíveis com a função

habitacional. Considera-se que existem condições de incompatibilidade sempre que as atividades mencionadas, dão lugar a ruídos, fumos, resíduos ou de uma forma geral prejudiquem as condições de salubridade (PEU:2010).

Apesar de as áreas urbanizada apresentarem-se praticamente preenchidas nos lotes já estabelecidos, o PEUCM dá a possibilidade de operações de subdivisão dos mesmos como forma de incrementar a densidade e rentabilizar as áreas urbanas locais. Para a ocupação de áreas resultantes destas operações, desde que para o local não se encontrem definidos os alinhamentos e cêrceas das construções, estas são estabelecidas no âmbito do licenciamento municipal da obra, em função das construções situadas na zona envolvente. Através da elaboração de Plano de Urbanização onde estas áreas estão integradas, promove-se o dimensionamento da malha urbana de modo a concretizar uma estrutura urbana regular no seu interior.

b) Nos Espaços urbanizáveis, apresentam uma área multifuncional, com 2833 ha, sendo residencial de alta densidade com 1025 ha; residencial de média densidade com maior de 20 hab/ha e menor que 60 hab/ha com 7886 ha; área residencial de baixa densidade de menor de 20 hab/ha, com 6077 há (PEU:2010). Nos espaços urbanizáveis, verifica-se uma contenção do alastramento urbano desordenado, incoerente e de expressão urbanística desqualificada; a constituição de zonas de proteção, controlo do impacto ambiental e de amortização, sobre a paisagem envolvente; a satisfação gradual das dotações em equipamentos para toda a área territorial, incorporando os espaços urbanos aquando da sua programação. Verifica-se igualmente a criação de espaços verdes de dimensão adequada, integrando-se aí preferencialmente os solos de baixas aluvionares; bem como uma qualificação séria dos traçados do sistema viário, face à emergência da articulação com os traçados interurbanos de expressão distrital, municipal e regional.

c) No espaço para atividade industrial, armazenagem e reparação, existem as seguintes áreas: para armazenagem e reparação 1269 há; para parque industrial e tecnológico 1250 ha e para indústria extrativa, 63 ha (PEU:2010).

d) Espaço para atividade agrícola (agropecuária), tem uma área de 3112 ha (PEU:2010). Apesar dos estudos realizados para a elaboração do PEUCM terem constatado o fraco potencial para a produção agrícola na generalidade do território municipal grande parte dos bairros Mucatine, Golhoza e Vale de Infulene, tem áreas dedicadas a atividades agrícolas.

- e) Espaço afeto à estrutura ecológica, tem uma área de 1419 ha, sendo área verde natural com 29 ha, área húmida e inundável 917 ha e área alagável de 473 ha (PEU:2010). As áreas alagáveis estão ao longo do rio Mulahuze culminando no bairro Vale de Infulene.
- f) Espaço para equipamento social, serviços públicos e usos especiais, tem uma área total de 3252 ha, sendo para equipamentos sociais 829 ha, para equipamento desportivo 771 ha, para equipamento existente 709 ha, e para usos especiais 943 ha respetivamente (PEU:2010).

Classificação dos bairros

Ao abrigo da resolução N° 62/2011 de 31 de Outubro, da Assembleia Municipal, que aprovou o reajuste das taxas de concessão do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) no município da Matola, estabeleceu-se a classificação dos bairros com base na fórmula cujo coeficiente tem como critério a separação de três zonas distintas (urbana, periurbana e rural), as quais por sua vez se subdividem por tipos de uso previstos no plano de estrutura urbano, entre residencial de alta densidade, residencial de média densidade, residencial de baixa densidade, uso de equipamento social, comercial, industrial e agropecuário, com distintas características de infraestrutura e sem infraestrutura. A mesma resolução estipula duzentos meticais como taxa base de referência para o cálculo do DUAT, com a seguinte fórmula.

Fórmula

Taxa de Concessão =

Tb*Cz*Cou*Ci*A

Tb = Taxa base

Cz = Coeficiente de zona

Cou = Coeficiente de Uso

Ci = Coeficiente de infraestruturação

A = Área do terreno

Taxa base de concessão de terra **Tb** = 200,00Mt

Exemplos:

1. Taxa de concessão de terreno de 800m² em zona semiurbana de uso residencial de baixa densidade sem infraestrutura:

= 200,00Mt*0.5*0.5*0.5*800 m² = **20.000,00Mt**

2. Taxa de concessão de terreno de 10.000 m² em zona rural de uso industrial sem infraestrutura:

= 200,00Mt*0.25*1*0.5*10.000 = **250.000,00Mt**

Zona	Coeficiente de zona Cz
Urbana	1
Semiurbana	0.5
Rural	0.25
Uso	Coeficiente de uso Cou
Uso residencial de alta densidade	0.25
Uso residencial de media densidade	0.375
Uso residencial de baixa densidade	0.50
Uso social	0.25
Uso comercial	0.75
Uso industrial	1
Agropecuária	0.125
Infraestrutura	Coeficiente de Infraestruturação Ci
Com infraestrutura	1
Sem infraestrutura	0.5

Para a classificação que a seguir se apresentar foram tomadas como base as seguintes características dos bairros:

- Existência de vias de acesso planejadas e transitáveis;
- Existência de equipamentos sociais (escolas e hospitais),
- Tipo de ocupação (espontânea ou planejada),
- Provedimento de água, energia e disponibilidade de Serviços.

Sendo assim, a resolução Nº 62/2011 de 31 de Outubro, da Assembleia Municipal, que aprovou o reajuste das taxas de concessão do DUAT no município da Matola considerou o seguinte características:

a) Zona Urbana

- Existência de vias de acesso planejadas e transitáveis.
- Existência de equipamentos sociais (escolas e hospitais).
- Tipo de ocupação (espontânea ou planejada).
- Provedimento de água, energia e disponibilidade de Serviços.

b) Zona Periurbana

- Algumas vias de acesso Planejadas.
- Com equipamentos sociais relativamente dispersos.
- Mistura de ocupação espontânea e planejada.
- Pelo menos 50% de cobertura de água, energia e serviços.

c) Zona rural

- Sem vias de acesso planejadas.
- Com alguns equipamentos sociais muito dispersos.
- Com ocupações espontâneas.
- Com menos de 50% de cobertura de água, energia e serviços.

Tabela 33. Caraterização dos Bairros da Matola-Sede

Ord	Nome do Bairro	Classificação
01	Fomento	Urbano
02	Matola C	Urbano
03	Matola F	Urbano
04	Matola G	Urbano
05	Matola H	Urbano
06	Matola J	Urbano
07	Matola D	Urbano
08	Liberdade	Urbano
09	Mussumbuluco	Urbano
10	Malhampsene	Urbano
11	Sikwama	Urbano
12	Matola A	Urbano
13	Matola B	Urbano

Fonte: CMCM

Tabela 34. Caraterização dos Bairros da Machava

Ord	Nome do Bairro	Classificação
01	Matlemele	Periurbano
02	Singathela	Suburbano
03	Siduava Km 25	Periurbano
04	Trevo	Urbano
05	Machava –Sede	Urbano
06	Patrice Lumumba	Urbano
07	São Damasso	Suburbano
08	Bunhiça	Suburbano
09	Km 15	Suburbano
10	Nkobe	Periurbano
11	Matola gare (Este)	Periurbano
12	Matola gare (Oeste)	Urbano
13	Tsalala	Urbano
14	Nwamatibjana	Periurbano
15	Infulene A	Urbano

Fonte: CMCM

Tabela 35. Caraterização dos Bairros de Infulene

Ord	Nome do Bairro	Classificação
01	Gonlhoza	Periurbano
02	Zona verde	Urbano
03	Ndlavele	Suburbano
04	Mucatine	Periurbano
05	Mali	Periurbano
06	Acordos de lusaka	Urbano

07	Khongolote	Urbano
08	Infulene D	Suburbano
09	Muhalaze	Periurbano
10	1º de Maio	Urbano
11	Intaka	Periurbano
12	Boquisso A	Periurbano
13	Boquisso B	Periurbano
14	T-3	Urbano
15	Vale do Infulene	Urbano

Fonte: CMCM

O município da cidade da Matola é constituído por 42 bairros municipais, sendo que 24 bairros são de características urbanas, treze bairros de características periurbanas e seis bairros de características suburbanas. Na totalidade dos bairros urbanos, existem bolsas de características suburbanas. O bairro municipal de Matola Gare, no Posto administrativo da Machava apresenta duas características, a parte Este periurbana e a Oeste urbana.

Tabela 36. Qualificação das Características Urbanas

O/N	Posto administrativo	Urbano	Peri Urbano	Suburbano
01	Matola-Sede	13	0	0
02	Machava	6	5	4
03	Infulene	6	7	2
04	Total	25	12	6

Fonte: CMCM

Plano Parcial de Urbanização da UOPG7 - Intaca e Muhalaze

Processo de urbanização na cidade da Matola caracteriza-se por apresentar dois aspetos fundamentais interligados:

- Aumento da proporção da população residente nas áreas urbanas, especialmente devido a migração campo-cidade, como consequência dos diferentes níveis de desenvolvimento, seca, pobreza rural, e situação político-militar;
- Necessidade de crescimento do espaço físico das cidades e perspectivas para um futuro melhor dos cidadãos.

Neste âmbito, em consonância com o plano de estrutura urbana da cidade da Matola, foi aprovado a 30 de Abril de 2010 por via da resolução n.º 31/10, o plano

parcial de urbanização da Unidade Operativa de Planeamento e Gestão n.º 07 (UOPG7), nos bairros de Intaka e Muhalaze, regendo-se pelo disposto na lei de ordenamento territorial n.º 19/2007, de 18 de Julho, e pelo regulamento da mesma lei, aprovada pelo Conselho de Ministros da República de Moçambique. Assim, o Conselho Municipal da cidade da Matola, disponibilizou aos seus munícipes e todos os que nela pretendem residir ou construir infraestruturas, o direito de uso e aproveitamento de terra (DUAT), nas seguintes áreas com os limites:

Norte: UOPG8 - Mali e Boquisso “A” (Intaka) Boquisso “B” e Golhosa (Muhalaze).

Sul: UOPG 4 – Kongolote e 1º de Maio.

Este: rio Infulene.

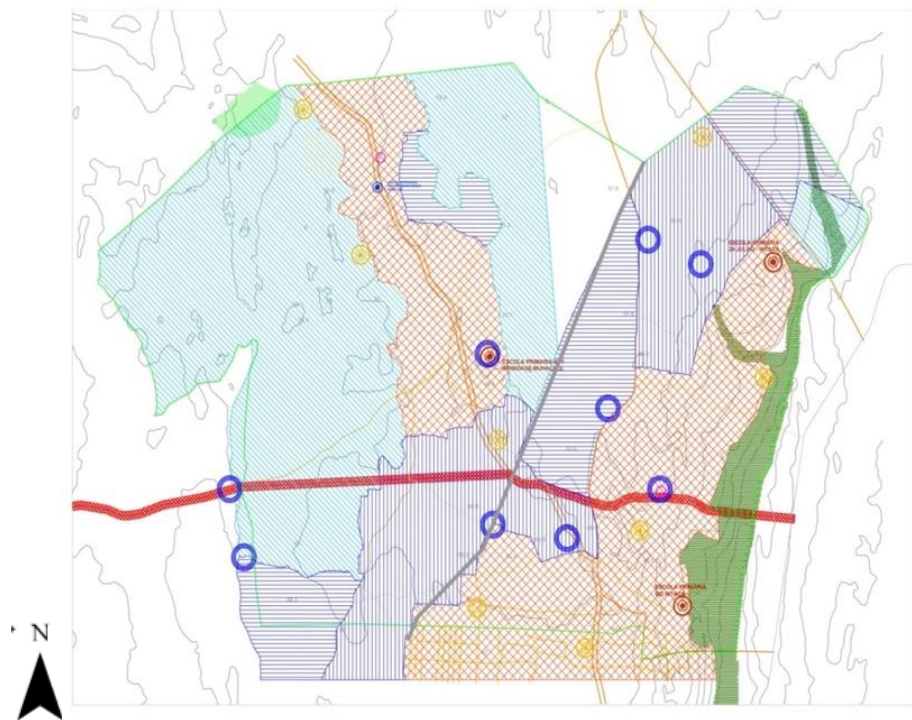
Oeste: UOPG 5 Nwamatibjana e Matlemele.

Segundo o Plano de Estrutura Urbano (PEU) o plano de urbanização de Intaka-Muhalaze, localiza-se na unidade operativa de planeamento e gestão n.º 07 (UOPG7), na qual fazem parte os bairros de Intaka e Muhalaze e tem por objetivo integrar e regularizar os assentamentos existentes no local; definir e reservar áreas para equipamentos sociais, serviços e rede viária; garantir a reserva de áreas para o reassentamento de população vivendo em áreas de risco; garantir a transferência de famílias que ocupam talhões industriais das empresas Moz Água e Incopal; garantir o reassentamento de residentes da área demarcada para a Universidade Pedagógica bem como garantir o reassentamento de famílias vítimas das enxurradas no bairro da Matola A.

Na elaboração e implementação do plano de pormenor dos bairros Intaka-Muhalaze no troço EN4 e EN1 (estrada circular de Maputo), foram demarcados 330 talhões no bairro de Muhalaze e 476 talhões no bairro de Intaka de 20/40, onde foram enquadradas famílias locais e famílias reassentadas pela construção da estrada circular de Maputo.

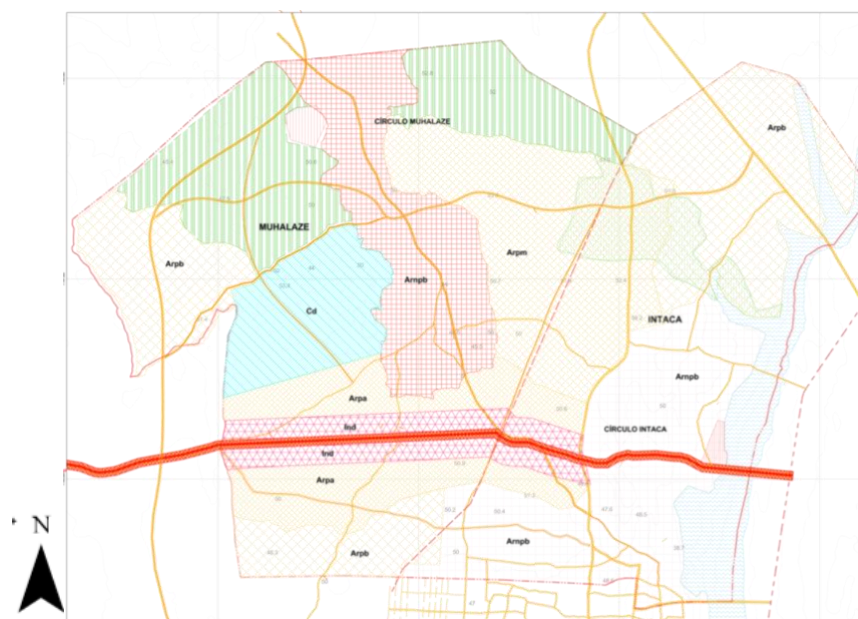
Nas quatro primeiras imagens abaixo, são apresentadas planta de condicionantes do plano de pormenor de urbanização (PPU) do bairro de Muhalaze, abarcando as áreas de equipamento de uso coletivo, área demarcada antes da elaboração e aprovação do plano de estrutura urbano de 2010 (PEU), área de proteção da rede viária (EN1-EN4, vias municipais e vias coletoras).

Figura 31. Mapa de Situação Primária do Plano de Muhalaze



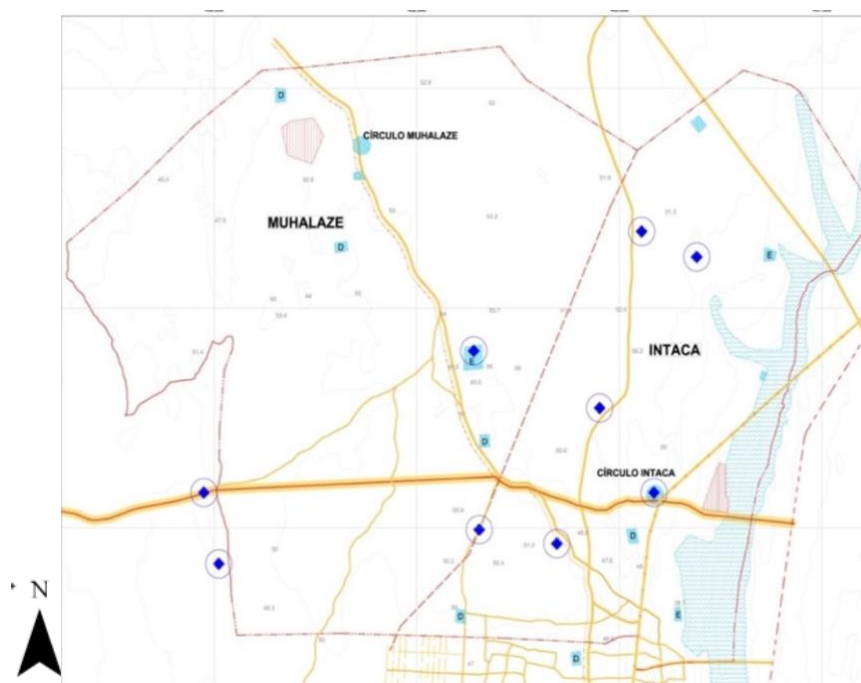
Fonte: CMCM

Figura 32. Mapa do Plano Proposto de Muhalaze



Fonte: CMCM

Figura 33. Planta de Condicionantes da PPU de Muhalaze



Fonte: CMCM

Figura 34. Áreas Objetos do Plano de Pormenor



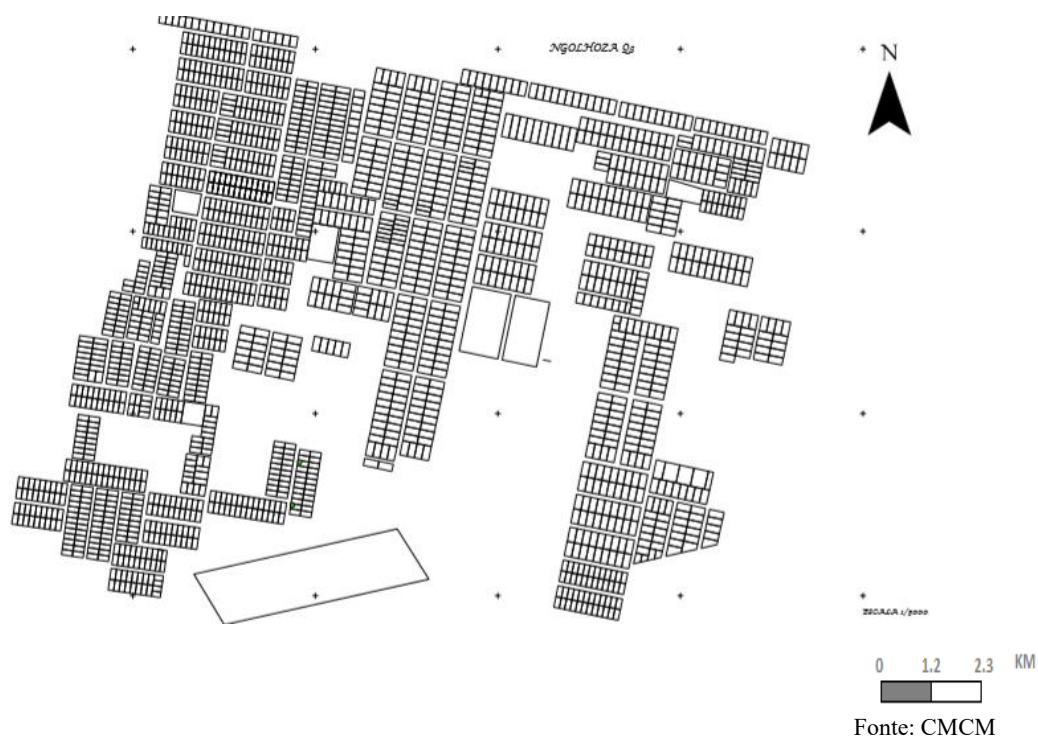
Fonte: CMCM

Figura 35. Plano Proposto de SUOPG 03 - Muhalaze



Fonte: CMCM

Figura 36. Plano de Pormenor de Ngolhoza



Fonte: CMCM

Figura 37. Plano de Pormenor de Muhalaze, Quarteirão 4

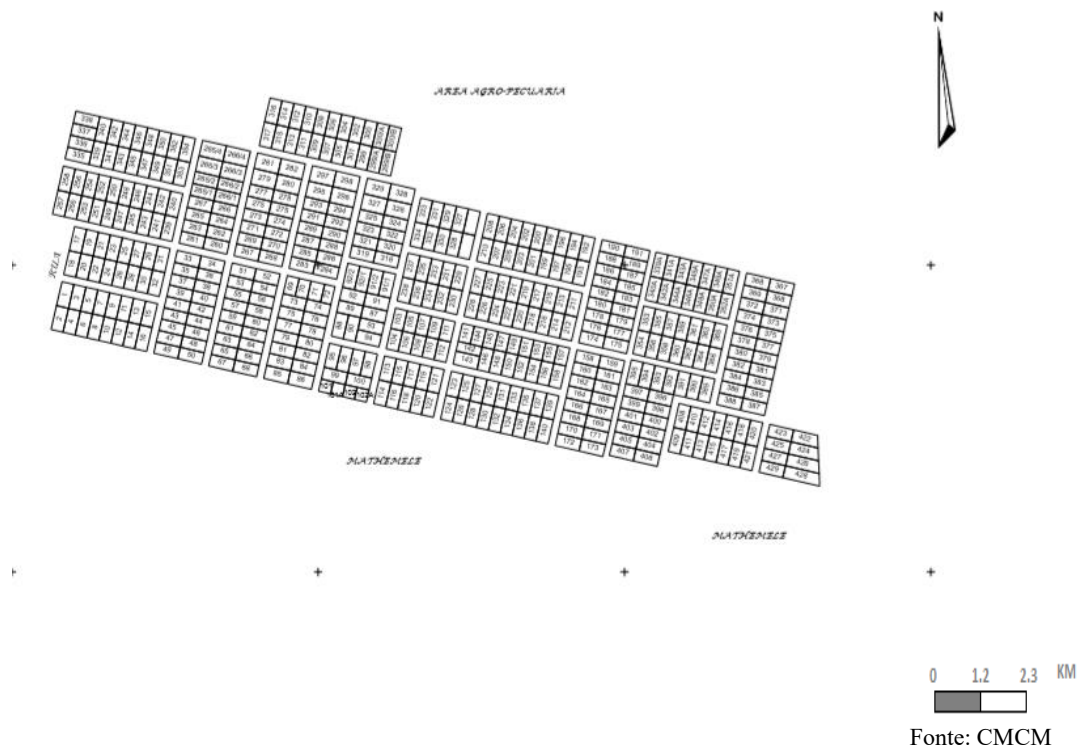
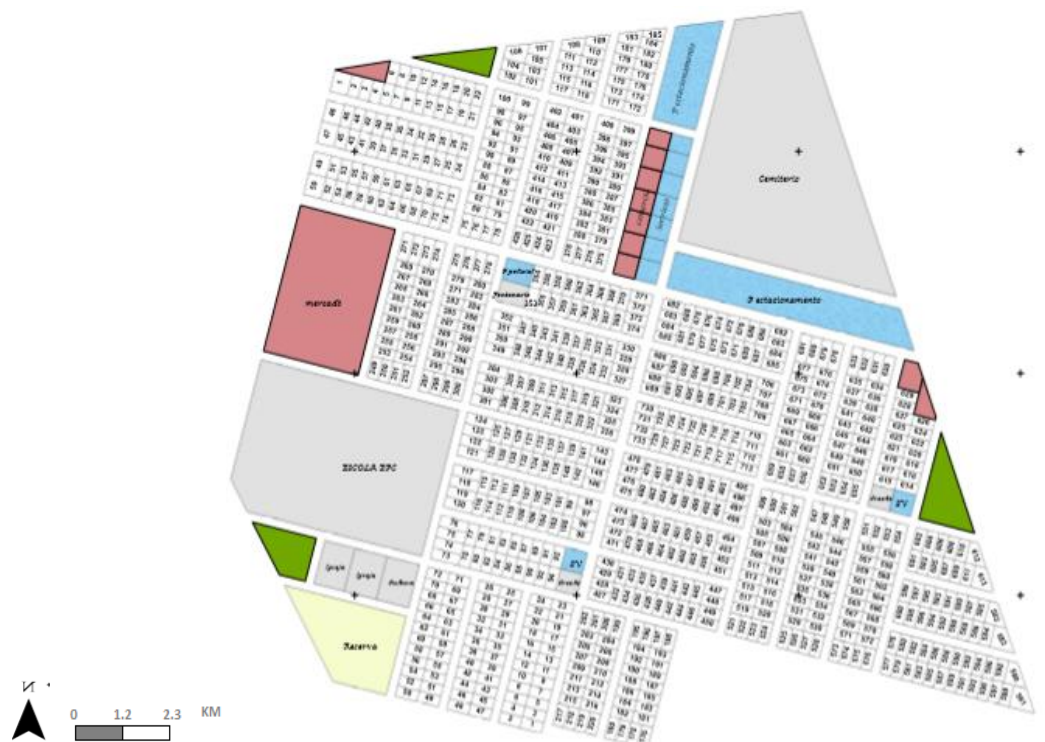
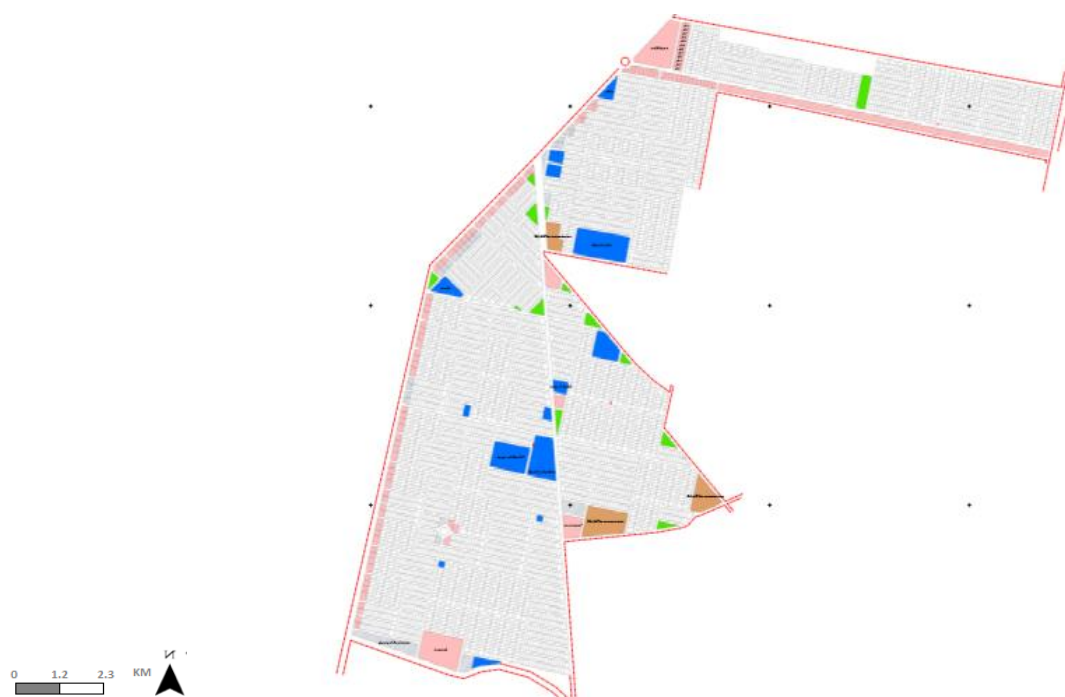


Figura 38. Plano de Pormenor de Nwamatibjana



Fonte: CMCM

Figura 39. Mapa de Reassentamento do Bairro Ngolhoza



Fonte: CMCM

Figura 40. Plano da Parcela de Muhalaze



Fonte: CMCM

Construção do projeto “5000 Casas”, no Bairro de Intaka

No âmbito de execução do Plano de Estrutura Urbano da Cidade da Matola (PEUCM), para o crescimento e melhoramento das áreas urbanas, o Conselho Municipal, disponibilizou a parcela Norte do bairro de Intaka, limite com o distrito de Marracuene, para construção de cinco mil casas. Este projeto foi financiado e gerido pelo Fundo de Fomento de Habitação (FFH), e destinava-se a jovens, recém-formados, tendo sido executado pela empresa chinesa *Henan Gouji Industry and Development*, com um volume de investimento de 12 mil milhões de meticais (440 milhões de dólares americanos). Foi concebido como um projeto integrado, que para além das habitações, contemplava outras infraestruturas como os sistemas de abastecimento de água e de saneamento, escolas, unidade sanitária, creches, vias de acesso, centros comerciais, entre outros.

O projeto contemplou a construção de vivendas do tipo 2, do tipo 3 e do tipo 4. Para mitigar o problema de crédito para a obtenção das habitações, os promotores da iniciativa estabeleceram memorandos com a banca comercial e o preço das mesmas variou de acordo com a dimensão de cada casa, sendo: casa do tipo 2 com uma área de 80 m² ao preço de 63.700 mil dólares americanos; casa do tipo 3 com uma área de 95 m² ao preço de 92 mil dólares americanos e casa do tipo 4, com uma área de 160 m² ao preço de 158 mil dólares americanos.

Figura 41. Maquete do Projeto Intaka de 5000 Casas



Fonte: <https://www.facebook.com/ProjectoIntakaFFHHennanGuoji/photos/a.113086980487213/139157344546843> de

22/04/2023

Figura 42. Projeto Intaka de 5000 Casas em Construção



Fonte: <https://olamocambique.wordpress.com/2013/07/10/assinatura-da-escritura-do-projecto-intaka/> de 22/04/2023

Projeto da estrada circular

O projeto surge da necessidade de travar as aceleradas ocupações irregulares e construções clandestinas que se verificam naquele troço. Teve o propósito de adequar e regular as ocupações a promover uma valorização socioeconómica e espacial da envolvente da estrada circular. Propunha classificar/tipificar as zonas urbanas que envolvem a circular assegurando modelos urbanísticos diferenciados, com especial enfoque para as de geração de renda; delimitar talhões e estabelecer regras de ocupação e acesso aos mesmos.

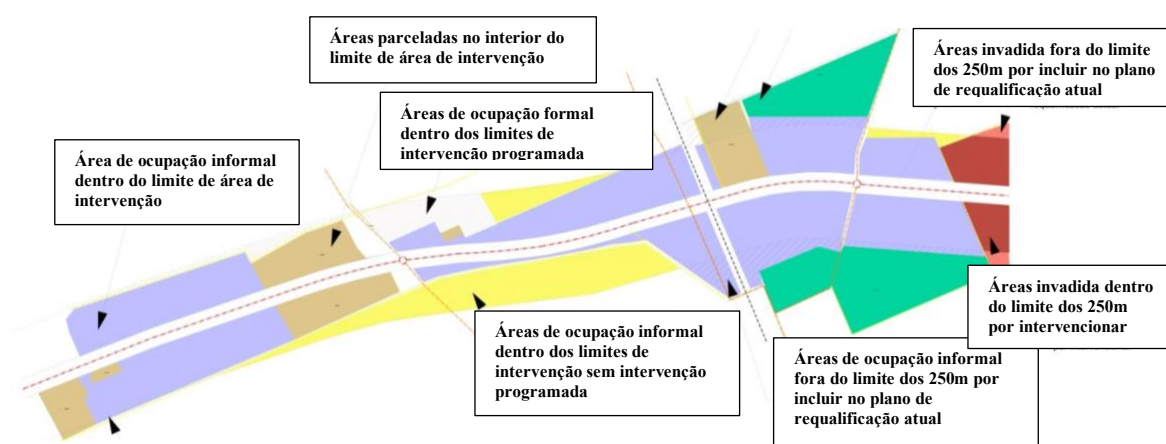
Alinhando este plano com o plano quinquenal municipal, pretendeu definir instrumentos que permitam o estabelecimento de parcerias público-privadas e criem mecanismos de controlo das ações por parte da administração pública municipal, nomeadamente:

- Requalificar as áreas adjacentes à circular circunscritas a vias internas semiestruturadas,
- Integrar parcelas ou áreas legalmente ou devidamente demarcadas e reconhecidas pelo Conselho Municipal,

- Salvar os direitos adquiridos por ocupação de boa-fé dentro do princípio de posse tradicional sobre a terra,
- Prever ações de reassentamento para aqueles com direitos adquiridos por ocupação de boa-fé cuja integração no plano se mostre impossível,
- Promover parcerias com os ocupantes com direitos adquiridos por ocupação de boa-fé em caso de necessidade de instalação de projetos socioeconómicos,
- Incentivar a participação do sector privado e de formas cooperativas de organização dos municípios para o incentivo de construção de habitação em altura, criar e preservar cinturões e parques verdes ao longo da via,
- Estabelecer reservas para uso público.

A requalificação abrange todos os bairros atravessados pela estrada circular, nomeadamente Matola Gare, Nkobe, Nwamatibjana, Matlemele, Muhalaze e Intaca.

Figura 43. Maquete de Linha da Estrada Circular



Fonte: CMCM

O plano propõe áreas industriais, áreas multifuncionais, e área para equipamentos públicos, serviços e lazer, onde as industriais destinam-se à localização predominante de atividades industriais e de armazenagem, podendo admitir-se a instalação de outras atividades. Entre essas estão, nomeadamente, as comerciais, de equipamento e de serviços, de apoio à atividade industrial e de armazenagem, bem como depósitos de sucata. As áreas com talhões eram destinadas a edificação, delimitada por vias, sem uso dominante evidente, com edifícios institucionais, habitação de média densidade, comércio e serviços. Por sua vez, as áreas para equipamentos públicos, serviços e lazer,

destinam-se à localização de equipamentos de interesse público ou coletivo, de iniciativa pública ou privada. Incluem-se no conceito de equipamento, entre outros, os serviços públicos, os empreendimentos turísticos, os estabelecimentos de restauração e de bebidas, e postos de abastecimento de combustíveis.

Os empreendimentos propostos nestas áreas deverão, na sua maioria efetivar-se através de parcerias público-privada ou privada-privada ou através de cooperativas ou associação entre munícipes detentores de DUAT, desde que estes não se desviem do preconizado pelo Conselho Municipal no que tange a forma de ocupação prevista e prazos estabelecidos. A efetivação do plano teve o seu maior impulso com a construção da fábrica da Coca-Cola no bairro da Matola Gare.

Figura 44. Maquete do Projeto Estrada Circular Atravessando Área Industrial



Fonte: CMCM

Outros projetos para a expansão urbana

Foram desenvolvidas ao longo do quinquénio 2008-2013, no âmbito do crescimento urbano e melhoria dos assentamentos informais da cidade da Matola, os seguintes projetos:

No posto administrativo do Infulene

- Reordenamento de parte do bairro Boquisso, tendo resultado na demarcação de 1.609 talhões para a primeira fase de enquadramento das famílias abrangidas pelo projeto Matola *Water Front* da Matola A.

No posto administrativo da Machava

- Reordenamento de parte do bairro de Matlemele, tendo resultado na demarcação de 913 talhões que se destinaram ao enquadramento das famílias vivendo de forma desordenada, ao reassentamento das famílias abrangidas pela estrada circular e outras vivendo em reservas municipais.
- Reordenamento de algumas parcelas do bairro da Matola Gare, que resultaram na demarcação de 2.269 talhões para enquadrar famílias que viviam dentro de reservas municipais para equipamentos e serviços, famílias abrangidas pela construção da estrada circular de Maputo e reduzir o índice de conflitos de dupla ocupação²⁶.
- Demarcação no bairro de Matola Gare para uso industrial de 75 talhões de 0,5 hectares e 1 de 20 hectares para a instalação da nova fábrica da Coca-cola.
- Demarcados no bairro Matola Gare 375 talhões, na implementação do plano de extensão da parcela 3379 e enquadramento de munícipes dentre os quais nativos.
- Reordenamento de uma parcela do bairro de Nkobe, resultando na demarcação de 1.124 talhões onde foram enquadrados munícipes locais.
- Reordenamento do bairro Siduava, com a demarcação de 854 talhões para jovens e munícipes retirados das zonas de risco de inundações do bairro Bunhiça, Liberdade e Fomento.
- Demarcados no bairro de Nwamatibjana, 120 talhões para o enquadramento de famílias abrangidas pela circular e outros munícipes locais.

²⁶ Os conflitos de dupla ocupação de terrenos resulta da atribuição pelos funcionários municipais de uma parcela a dois ou mais munícipes ou resultado de uma burla feita por um titular de uso e aproveitamento de terra a dois ou mais munícipes.

Tabela 37. Exemplos de Demarcação de Terra para projetos

Bairro	Demarcação			Destinatário
	20/40 m2	50/100 m2	20 he	
Boquisso	1.609	-----	-----	Abrangidos pelo projeto <i>Water Front</i>
Matlemele	913	-----	-----	Abrangidos pela estrada circular de Maputo
Matola Gare	2.269	-----	-----	Abrangido pela est. circular, e conflitos de terra
Matola Gare	-----	75	-----	Indústria
Matola Gare	-----	-----	01	Fábrica da Coca-cola
Matola Gare	375	-----	-----	Munícipes locais e outros
Nkobe	1.124	-----	-----	Munícipes locais
Siduava	854	-----	-----	Jovens e famílias em zonas de inundações
Nwamatibjan	120	-----	-----	Abrangidos pela estrada circular de Maputo

Fonte: CMCM

O quadro acima, mostra que o parcelamento e enquadramento das famílias tem maior incidência no posto da Machava, mostrando um crescimento urbano feito de Sul para Norte, pois as ocupações urbanas foram feitas no posto da Matola Sede, até à primeira década do século XXI, por esta área ser a mais privilegiada, na qual se localiza centro político e administrativo municipal e distrital. No período de 2008-2013, os planos de ocupação concentram-se na área central da cidade da Matola, com incidência para os bairros de Matola Gare, Nkobe, Matlemele, Nwamatibjana, passando para os bairros de Muhalaze e Intaka no posto de Infulene, junto à estrada circular de Maputo e serem os novos polos de desenvolvimento já previsto pelo Plano de Estrutura Urbano da Cidade da Matola.

O projeto de urbanização foi acompanhado pela construção dos centros distribuidores de água do bairro Tsalala que alimenta os bairros Sikuama, Malhampsene, Mussumbuluco, Tsalala e Matola-Gare, e do bairro Boquisso que alimenta os bairros de Khongolote, S. Damasso, Ndlavela, Boquisso, 1º de Maio, e Nkobe.

Período 2014-2018

Durante este período, a prioridade de requalificação e desenvolvimento do espaço urbano incidiu na asfaltagem, terraplanagem e abertura de novas vias de acesso num total de 245,641 m, sendo 93,041 m asfaltadas e 152,6 m terraplanadas; construção de cerca de 25 recintos desportivos, distribuídos pelos diversos bairros; construção e reabilitação

de mercados; atribuição do título de direito, uso e aproveitamento de terra; e regularizações em massa das construções informais que não obedeceram o processo cadastral por se encontrarem em áreas não parceladas.

Regularizações massivas

O Programa Quinquenal do Conselho Municipal da Cidade da Matola 2014–2018 estabeleceu como uma das atividades prioritárias na temática da habitação a promoção de campanhas de regularização de DUAT's e a redução do período de tramitação processual dos requerimentos de DUAT's até à fase de despacho.

Desde 1910²⁷ até Agosto de 2015, foram formados apenas 51.000 processos de foral e 17.000 processos de construção, o que corresponde apenas a 17% de regularizações e registo do universo das habitações e empreendimentos existentes. O índice de regularização de habitações é ainda mais baixo se considerarmos que dos 51.000 processos existentes, cerca de 15% dizem respeito a empreendimentos comerciais, indústria, agropecuária, serviços e outro tipo de atividade. Assim a campanha de regularização massiva de habitações existentes em zonas parceladas, visa os ocupantes/usufrutuários que não possuem o DUAT ou registo titulado das benfeitorias e construções edificadas. Para além de garantir que os usufrutuários das referidas habitações tenham a posse titulada e obtenham os benefícios legais inerentes ao direito de uso e aproveitamento da terra para si e para as gerações vindouras, esta campanha visa alargar a base tributária, incrementando deste modo, os níveis de cobrança de impostos e taxas autárquicas. De 5 a 24 de Agosto de 2015, aderiram ao projeto de regularização de direito de uso e aproveitamento de terra cerca de 35.000 munícipes nos três postos administrativos municipais, com maior incidência para os postos da Machava e Infulene, tendo preenchido e submetido igual número de fichas de regularização.

²⁷ Ano em que foi instruído e formado o primeiro processo de foral.

Figura 45. Campanha de Regularização do DUAT, na Matola-Sede



Fonte: Autor, fotografia tirada em frente ao Auditório Municipal 700, a 8/8/2015

Figura 46. Enchente na Campanha de Regularização do DUAT



Fonte: Autor, fotografia tirada em frente ao Auditório Municipal 700, a 8/8/2015

A regularização massiva teve como propósito evitar novos litígios de terra e garantir a celeridade processual dos expedientes de regularização e propôs a formação de duas brigadas. Cada brigada era composta por cinco elementos: dois técnicos do sector de fiscalização/planeamento do posto administrativo municipal, o Secretário do bairro ou

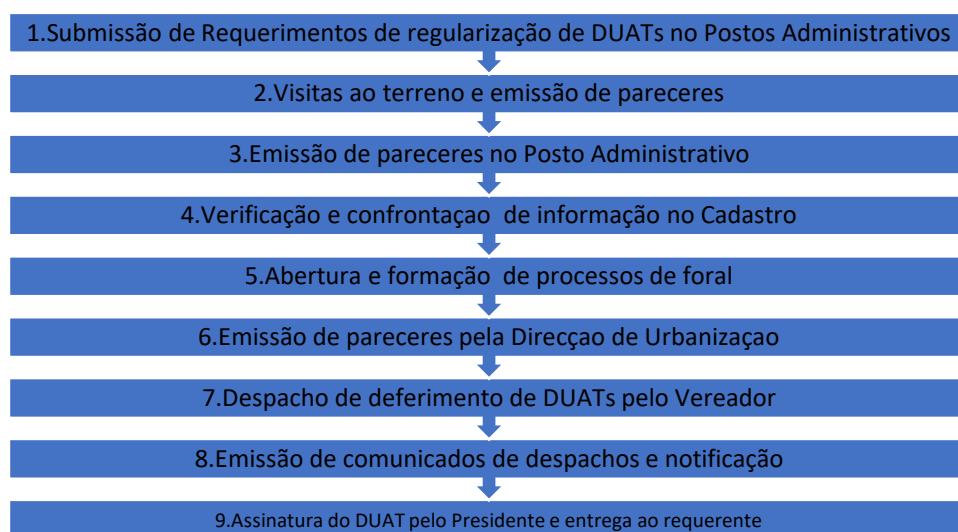
Chefe de Serviço do respetivo bairro, o responsável do quarteirão respetivo e um membro da Assembleia Municipal.

São atribuições das Brigadas de Fiscalização a aferição no terreno do número exato do talhão e a respetiva área (m²) onde se encontra implantada a habitação, o tipo de habitação e/ou benfeitorias existentes, a legitimidade do requerente (se efetivamente é “detentor” do imóvel que requer a sua regularização), a antiguidade de ocupação.

A brigada era obrigada a efetuar uma transcrição fiável dos factos na “folha de informação” em uso. A referida “folha” é, então, assinada pelos elementos que compõem cada brigada, excetuando o membro da assembleia municipal que participa em representação do órgão deliberativo. O Secretário do Bairro/Chefe de Serviço e o técnico do Sector de Fiscalização deverão emitir os seus pareceres na ficha de regularização no ato da fiscalização e na presença dos outros membros.

O expediente de regularização é remetido ao Posto Administrativo para efeito de parecer favorável ou desfavorável em função das informações antecedentes. O expediente é protocolado e encaminhado à Direção de Urbanização. É, então, encaminhado ao Sector de Cadastro para se apurar a existência ou não do registo cadastral em nome de outrem e a reconfirmação de dados sobre as confrontações geográficas dos terrenos ao que se seguirá a formação dos processos, elaboração da folha de lançamento, parecer do Departamento de Planeamento Territorial e Vereador do pelouro.

Figura 47. Esquema do Processo de Regularização do DUAT



Fonte: Auto

7. Assentamentos Informais

Os assentamentos informais constituem uma característica dos tecidos urbanos de Moçambique – e da generalidade dos países africanos – refletindo uma inadequação entre o crescimento económico e o crescimento demográfico acentuado pelo êxodo rural. De acordo com as Nações Unidas, *os assentamentos informais, são áreas residenciais onde: (1) moradores não têm segurança de posse com relação à terra ou moradias que habitam, com modalidades que variam entre ocupações ilegais e locação informal; (2) os bairros geralmente carecem ou estão isolados dos serviços básicos e da infraestrutura urbana e (3) as habitações podem não cumprir com os regulamentos vigentes de planeamento e construção e, muitas vezes, estão situadas em áreas geograficamente e ambientalmente perigosas. (...) os moradores carecem de uma oferta formal em infraestrutura básicas e serviços, espaços públicos e áreas verdes, e estão constantemente expostos à expulsão, doenças e violência* (Habitat III, 1:2015). A eliminação destes assentamentos, constituirão um dos grandes desafios do século XXI em Moçambique.

As ocupações informais existem em todas as cidades moçambicanas e atingem maior grau naquelas mais urbanizadas, em especial as pertencentes a regiões metropolitanas. É o caso da cidade da Matola que assiste a um crescimento populacional exponencial devido à proximidade com a capital do país e com as dinâmicas demográficas registadas no país. Estas ocupações são formadas na sua maioria por população de baixa/média renda, que em geral não tem acesso habitação formal. O reordenamento urbano apresenta-se como um dos instrumentos mais importantes para a recomposição do tecido urbano e a conquista inegável do direito à cidade por todo e qualquer cidadão. A implementação na Cidade da Matola depende de existência dos seguintes instrumentos:

Lei do Ordenamento do Território (Lei n° 19/2007 de 18 de Julho), que prevê na alínea b) do n° 2 Artigo 5 requalificar as áreas urbanas de ocupação espontânea, degradadas ou aquelas resultantes de ocupações de emergência.

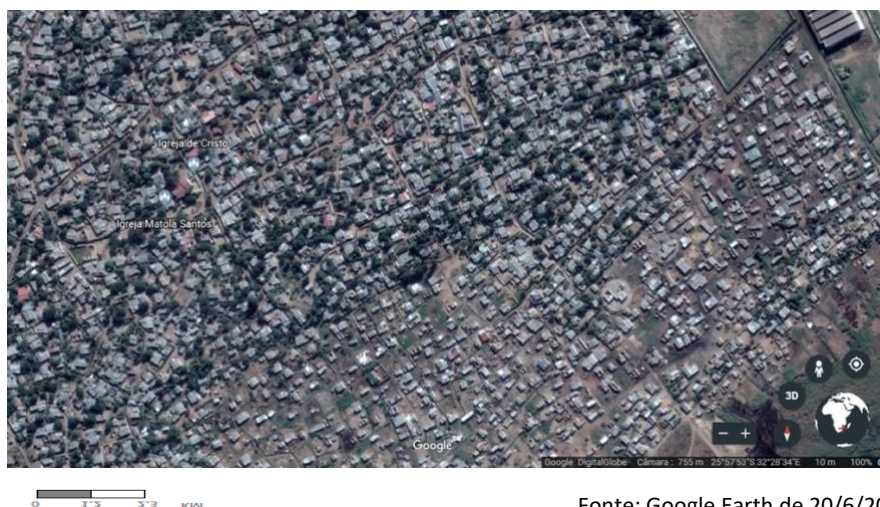
- O Plano de Estrutura Urbana da Cidade da Matola, aprovado a 30 de Abril de 2010, que prevê para as áreas residenciais de média/baixa densidade existente com características informais, intervenções de reordenamento, regularização fundiária, provimento de infraestrutura e de equipamento de interesse coletivo que permitam fornecer melhor qualidade de vida aos seus utentes.

- O Plano Quinquenal de Governação Municipal 2014-2018, que assume o compromisso de tornar a Matola uma cidade aprazível, desenvolvida, limpa e segura. De entre muitas outras ações este plano também prevê uma tipificação e classificação dos bairros conforme o padrão de construção, através da criação de infraestruturas básicas (arruamentos, água canalizada, energia elétrica, mecanismos de drenagem de águas pluviais, entre outros) e a promoção de campanhas de regularização de DUAT's, no caso concreto a regularização massiva de ocupações.
- A postura municipal para a ocupação da via pública e a postura de saneamento foram aprovadas através das resoluções 37/2015 e 39/2015 de 27 de Agosto, respetivamente que definem claramente os espaços públicos e os espaços privados e ainda regulamentam os sistemas públicos de captação, saneamento e drenagem de águas.

A cidade da Matola possui assentamentos informais que perfazem aproximadamente 60% das áreas edificadas. Em geral estas ocupações ocorrem há mais de dez anos e já estão consolidadas com implantação densa de habitações desordenadas, sendo que pela alínea b) do Artigo 12 da Lei nº 19/97 de 1 de Outubro (Lei de Terras), já adquiriram direito de uso e aproveitamento da terra. Verificam-se três formas de assentamentos informais no Município da Matola nomeadamente:

- Ocupações informais em área de risco (15%). Trata-se de áreas ribeirinhas, de inundação temporária, propensas a erosão, entre outras. Nestes tipos de ocupações deve-se privilegiar o reassentamento de famílias ou então a adoção de medidas de mitigação do risco.
- Ocupações informais em áreas de uso não habitacional (15%). Trata-se de áreas Industriais, Reservas do Estado, Faixa de Proteção e Zona de Uso Militar. Neste também deve-se privilegiar o reassentamento de famílias e ou requalificação urbana.
- Ocupações informais em áreas habitacionais (30%). Trata-se de áreas propícias para habitação e classificadas no Plano de Estrutura como zonas residenciais, contudo ocupadas de forma espontânea, sem arruamentos, definição do lote e deficiente distribuição de infraestruturas básicas. Nestas áreas deve-se privilegiar o ordenamento e reordenamento territorial.

Figura 48. Área Periurbana do Bairro Matola "A"



Fonte: Google Earth de 20/6/2021

Nas ocupações informais em áreas habitacionais existe a possibilidade de uma intervenção urbanística, onde todas as partes envolvidas podem tirar benefícios diretos, e no qual a população beneficia de ruas, lote definido, segurança de posse da terra entre outros e as Autoridades Municipais passam a ter uma melhor gestão do território através da cobrança de taxas e emolumentos, redução de casos de vulnerabilidade, entre outros.

Os 60% das ocupações com características de assentamentos informais, estão distribuídos por todo o território municipal. Nas áreas habitacionais localizam-se maioritariamente no Posto Administrativo da Machava, nos bairros de Machava Km 15, Bunhica, São Dâmaso, e Singathela, e no Posto Administrativo do Infulene, nos bairros Zona Verde, Ndlavela, Infulene “D”, Khongolote, Acordos de Lusaka. O Posto Administrativo da Matola Sede possui grande parte de suas ocupações informais em áreas de risco ou de uso não habitacional.

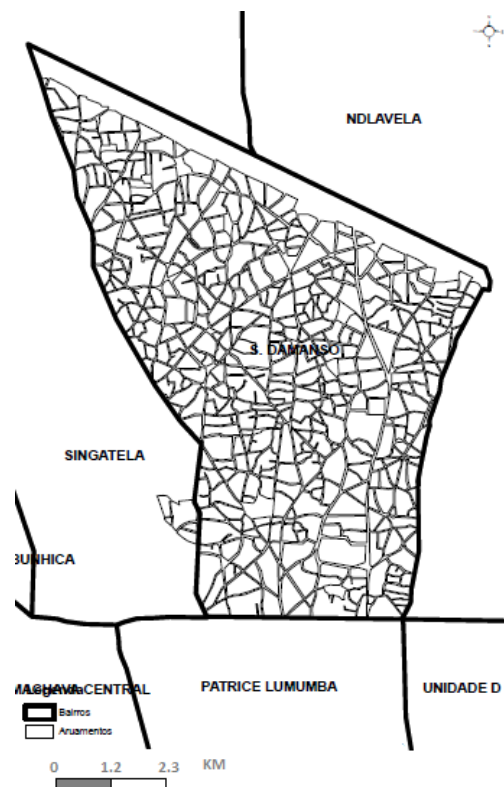
Exemplo de Assentamento Informal (bairro São Dâmaso)

O bairro São Dâmaso é um exemplo ao nível do município da Matola de tentativa de melhoramento das condições suburbanas, com a elaboração de projeto-piloto, para reverter a situação precária. O bairro não tem um plano urbanístico e consequente ausência de vias de acesso e sistemas de drenagem das águas pluviais. A escolha deste bairro, também representa uma oportunidade de resposta aos inúmeros pedidos de demarcação isolada para posterior regularização. A implementação deste projeto-piloto permite um melhor dimensionamento da malha urbana, de modo a concretizar uma

estrutura urbana regular através do reordenamento. O reordenamento do bairro promove mecanismos para:

- O correto escoamento das águas pluviais;
- Estudos das possibilidades de acesso a rede pública de abastecimento de água potável e da rede de fornecimento de energia elétrica;
- Acelera a regularização de DUAT's no Município da Matola, por forma a reduzir as ocupações urbanas informais e a quantidade de pedidos de regularização de DUAT's pendentes;
- Requalifica espaços públicos, através de projetos de arquitetura paisagística, designadamente com a criação de jardins e integração de mobiliário urbano;
- Define a toponímia, assim como a numeração de polícia de acordo com as regras do Conselho Municipal;
- Promove desenvolvimento humano e impulsiona atividades de geração de renda;
- Estabelece parcerias de desenvolvimento urbano público-privadas ou privado-privado com o detentor do DUAT para áreas com potencial para o efeito.

Figura 49. Mapa do Bairro São Dãmaso



Fonte: Google Earth, Novembro de 2021

8. Concessão de Terrenos e Autorização para Construções

O processo de concessão de terrenos e autorização para construção é monopólio do conselho municipal, através da direção de construção e urbanização, que segundo o estatuto orgânico dos órgãos executivos do município da cidade da Matola, de Novembro de 2008, tem as seguintes funções:

- a) Elaborar propostas de Políticas Municipais para ordenamento territorial;*
- b) Realizar atividades de planeamento territorial, tendo em consideração infraestruturas sociais, em parceria com outras instituições vocacionadas;*
- c) Receber, verificar e aprovar projetos e formar processos de urbanização;*
- d) Organizar e providenciar a receção, expedição, circulação, reprodução, registo e arquivo de todos os processos de concessão de terrenos.*

O processo tem início com o pedido para regularização do terreno ou autorização para construção, feito pelo interessado, indicando a identificação do requerente, terreno, projeto, compromisso do requerente e uma nota explicativa. Neste processo, o requerimento é objeto de autorização pelo presidente do conselho municipal e depois da construção terminada, estabelece-se um certificado de conformidade a pedido do requerente, que servirá para beneficiar de futuros empréstimos.

Os títulos formais de terra podem ser adquiridos de três maneiras distintas: a) através da ocupação de “boa-fé”, se a pessoa tiver vivido no terreno por mais de dez anos, onde passa a ser considerado ocupante legal; b) através do “acesso costumeiro”, onde se pode registar a terra que tradicionalmente ocupara, fora de áreas de habitação, sendo a cláusula mais relevante nas zonas rurais e, finalmente, c) através do registo do “terreno abandonado”, onde indivíduos ou corporações podem requerer de forma direta ao município ou Estado²⁸ o registo de título para ocupação e uso de terrenos abandonados. A Certidão do título é emitida pela ou Secretaria de Cadastro Municipal após vistoria ao terreno ou Secretaria Provincial da Agricultura em caso de áreas não municipalizadas.

²⁸ O requerimento é dirigido ao município quando se trata duma área municipal e é dirigido a Direção Provincial de Agricultura, quando se trata duma área não municipalizada.

A concessão de terra para habitação, indústria e serviços da responsabilidade da direção de construção e urbanização da cidade da Matola é pouco funcional, pois no período de 2009 a 2014 foram referidos em relatórios apenas a demarcações e elaboração de planos de urbanos, como medidas de respostas a conflito de terra ou transferência de ocupantes para acomodar projetos municipais, como são os casos de:

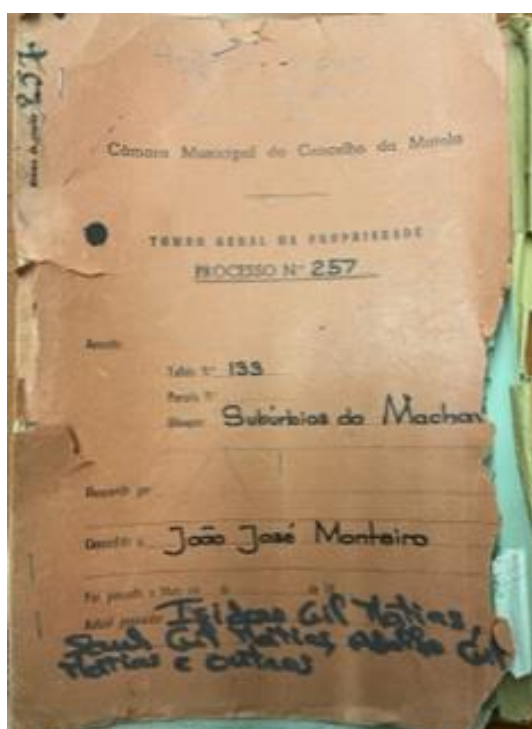
- *“Revisão do Plano de Siduava, onde foram demarcados 854 talhões atribuídos a população local, aos jovens do bairro e da Matola em geral e outras famílias que se encontravam em zonas de risco e em duplas ocupações.*
- *Revisão do Plano de Boquisso, aprovado por via da resolução 55/2011, onde foram demarcados 1.609 talhões, correspondentes a primeira fase e esta em processo enquadramento das famílias locais e famílias reassentadas do projeto Matola Waterfront.*
- *Elaborado e aprovado o Plano de Pormenor dos bairros Intaca-Muhalazi (Troço N4 e N1), onde foram demarcados 330 talhões, no bairro de Muhalaze e 476 talhões no bairro de Intaca, para o enquadramento de famílias locais e famílias reassentadas da circular.*
- *Elaborado e aprovado o plano de extensão da parcela 3379, bairro da Matola Gare, onde foram demarcados cerca de 375 talhões. Em curso a fase de enquadramento de munícipes dentre os quais nativos.*
- *Elaborada e aprovada a primeira fase do plano de ordenamento do bairro de Nwamatibjana, onde no âmbito da emergência foram demarcados 120 talhões que serviram para o enquadramento de famílias abrangidas pela circular e outros residentes locais”* (Relatório de final de mandato do CMCM, 2014).

Figura 50. Processo de Concessão de Propriedade Colonial



Fonte: Autor, Fotografia tirado aos processos no Conselho Municipal

Figura 51. Tombo Geral de Propriedade do Período Colonial



Fonte: Autor, Fotografia tirado aos processos no Conselho Municipal

Figura 52. Tombo Geral da Propriedade do Período Pós-Colonial



Fonte: Autor, Fotografia tirado aos processos no Conselho Municipal

Para a obtenção de terra para habitação em terrenos não registados ou legalmente reconhecidos, é necessário iniciar o processo de legalização, sendo necessário requerer para aquelas propriedades o título de Direito de Uso e Aproveitamento de Terra – DUAT. Não existe uma ficha modelo de pedido de terra, mais sim uma ficha de pedido ao Presidente para a regularização do terreno já na posse do titular.

O processo de registo e regularização por parte dos proprietários de terra ou habitação na direção de construção e urbanização é feito quando os interessados se sentem pressionados pelas suas necessidades. No processo de massificação das regularizações e atribuição do DUAT entre 2015 à 2016, foram regularizados 23.569 propriedades habitacionais, distribuídos em 2.110 na Matola-Sede, 10.437 na Machava e 11.022 no Infulene. O processo de massificação, obedece um carácter político-administrativo, pois é feito com um modelo denominado por “Presidência Municipal sem Paredes”²⁹.

²⁹ Ferramenta de gestão político-administrativo, onde o Presidente do Conselho Municipal interage diretamente com os municípios.

No período de 2009 a 2014 foram regularizadas 6.976 propriedades habitacionais em todo o município da Matola, sendo 1.266 na Matola Sede, 3.570 na Machava e 2.140 no Infulene. A Matola Sede apresenta números baixos por se tratar de uma área de urbanização mais consolidada, relativamente às restantes. O arquivo de foral do conselho municipal da Matola, tem como primeiro registo de processo de foral em 1910, e até ao mês de Agosto de 2015, foram formados apenas cerca de 51.000 processos de foral. Deste universo de processos 85% dizem respeito a habitação e os restantes 15% referem-se a empreendimentos comerciais, indústria, agropecuária, serviços e outro tipo de atividade.

Como forma de evitar o registo pela direção de construção e urbanização, de uma propriedade por várias pessoas, a ficha de pedido de regularização, elaborada em 2010 permite que o processo se inicie junto às estruturas do bairro, através do “chefe de quarteirão”³⁰ e um visto do secretário de bairro³¹, que legitimam a autenticidade da propriedade e do estágio em que se encontra. O seu procedimento difere de acordo com as condições de cada bairro, pois verifica-se uma harmonia nas áreas urbanizadas. Nos bairros ainda rurais ou periurbanos, com uma influência da estrutura tradicional, verificam-se conflito entre esta estrutura e o secretário de bairro, na cobrança das taxas pela legitimação da autenticidade da propriedade, pois o decreto 15/2000, de 20 de Junho, que estabelece as formas de articulação dos órgãos locais do Estado com as autoridades comunitárias, legitima a existência das duas estruturas, sem que, no entanto, exista subordinação entre elas.

Terminado o processo para o registo da propriedade ao nível do bairro, este é conduzido para o posto administrativo, onde existe um setor urbano que confere a autenticidade da propriedade e do proprietário, com um visto na ficha de regularização. Neste processo *o posto administrativo, tem a função de fiscalizar o uso do solo e o processo de edificações e construções; receber projetos e formar processos de urbanização; verificar e aprovar projetos; verificar e emitir pareceres de informação prévia; emitir licenças de construção; verificar e emitir autorização de obras de sexta categoria; fiscalizar obras de construção civil e todas as obras em curso no território sob sua jurisdição; fiscalizar o processo de regularizações; fiscalizar a prorrogação do*

³⁰ Quarteirão é a menor parcela de gestão do bairro, feita por um munícipe escolhido pelos moradores, respondendo diretamente ao secretário de bairro.

³¹ Secretário de bairro, é a autoridade comunitária, instituído pelo Decreto 15/2000, de 20 de Junho, que estabelece as formas de articulação dos órgãos locais do Estado com as autoridades comunitárias.

direito de uso e aproveitamento de terra - DUAT; verificar e emitir pareceres em casos de conflitos de âmbito local; verificar e confirmar os números de terrenos; efetuar medições e vistorias (EOCMCM, 2012). A direção de construção e urbanização, após o reconhecimento da informação prestada ao nível do bairro e posto administrativo, submete o requerimento ao presidente do conselho municipal, que procede à autorização, isto é, atribui formalmente o direito de uso e aproveitamento de terra.

Figura 53. Ficha de Pedido de Regularização de Terreno

Fonte: Departamento de Construção e Urbanização do CMC

Figura 54. Anexo da Ficha de regularização de Terreno

Fonte: Departamento de Construção e Urbanização do CMC

Figura 55. Título do Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT)

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE DA MATOLA

TÍTULO DE USO E APROVEITAMENTO DE TERRENO URBANO

N.º do Título..... **0000**
Nome do Titular..... **MARIA ANTONIO**
Documento de Identificação..... **1000110 54B**
N.º de NUIT.....
Estado Civil..... **Solteira**
Nacionalidade..... **Moçambicana**
Data do Despacho da autorização provisória..... **28.07.2016**
Talhão n.º..... **01**
Parcela n.º..... **725**
Área (m²).....
Processo Cadastro N.º.....
Bairro Municipal..... **Fomento**
Tipo de uso..... **Habitação**
Prazo..... **2 anos**
(N.º 7 de art. 36 do Decreto 60/2006 de 26 de Dezembro)

Matola, 28 de Julho de 2016
O Presidente do Conselho Municipal

Calisto Moisés Cossa

DISPOSIÇÕES LEGAIS
Transição do Regulamento do Solo Urbano (Decreto 60/2006 de 26 de Dezembro)

ARTIGO 33
Direito dos Titulares
1. O direito de uso e aproveitamento do solo urbano consiste-se sobre a superfície do terreno delimitado por marcos e sobre o espaço aéreo correspondente com tudo o que nelas se contém e não esteja desintegrado do domínio público por lei ou negócio jurídico.
2. O titular do direito de uso e aproveitamento da terra tem os seguintes direitos:
a) Usar o terreno, sem prejuízo das limitações estabelecidas por lei;
b) Ter acesso à via pública;
c) Ter acesso aos serviços públicos de água, electricidade, telefones e outros, nas condições estabelecidas na lei;
d) Construir ligadura sobre os bens imóveis e as benfeitorias que devidamente autorizadas edificou no terreno em sobre os quais tenha adquirido o direito de propriedade;
e) Ser indemnizado em caso de expropriação por utilidade pública dos bens referidos na alínea anterior.

ARTIGO 34
Deveres dos Titulares
1. São deveres dos titulares do direito de uso e aproveitamento da terra:
a) Materializar as construções e iniciar a actividade para que o terreno se destine, nos prazos estabelecidos;
b) Não alterar a finalidade do uso do terreno sem a devida autorização;
c) Respeitar a legislação pertinente sobre o direito de uso e aproveitamento da terra, sobre a construção e sobre a actividade que se pretende exercer no terreno;
d) Manter os marcos de demarcação cadastral e elementos de infra-estruturas públicas existentes no terreno;
e) Colaborar com os Órgãos Locais do Estado e Autarquias e outras entidades públicas ou do Estado, prestando o auxílio necessário ao desempenho das suas funções.
2. A aquisição do direito de uso e aproveitamento da terra, não dispensa a obtenção de licenças ou outras autorizações exigidas por lei.

ARTIGO 37
Prazo para utilização
1. Os Órgãos Locais do Estado e Autarquias, a requerimento do titular, fixam o prazo para o início da utilização do terreno para o fim a que foi destinado.
2. O prazo terá em consideração a necessidade de conclusão das obras em de suas fases e da obtenção das licenças de utilização.
3. O prazo, contando a partir da data de aquisição do direito de uso e aproveitamento da terra, não pode ser superior a dez anos.

PRORROGAÇÕES

Data de despacho da Renovação	de	de 20
Validade do DUAT	de 20 a de 20	
O Chefe da Secretaria	Assinatura e Carimbo	

Data de despacho da Renovação	de	de 20
Validade do DUAT	de 20 a de 20	
O Chefe da Secretaria	Assinatura e Carimbo	

Data de despacho da Renovação	de	de 20
Validade do DUAT	de 20 a de 20	
O Chefe da Secretaria	Assinatura e Carimbo	

Data de despacho da Renovação	de	de 20
Validade do DUAT	de 20 a de 20	
O Chefe da Secretaria	Assinatura e Carimbo	

Fonte: departamento de Construção e Urbanização do CMCM

Os parcelamentos não obedecem a uma planificação pré-concebida, pois não são acompanhados de infraestruturas mínimas como estrada/rua e implantação de canais de água e energia. Esta situação apresenta-se com maior acuidade nas zonas de expansão habitacional da Matola, o que reduz a qualidade das novas zonas atribuídas, quer para habitação, quer para o desenvolvimento de outras actividades. Os bairros apresentam classificações ou qualificações diferentes, aprovados pela resolução N.º 62/2011 de 31 de Outubro, da Assembleia Municipal, que aprova o reajuste das taxas de concessão do DUAT, no município da Matola.

A classificação tem como base a separação de três zonas distintas nomeadamente, urbana, periurbana e rural. O plano de estrutura urbano subdivide as zonas urbanas por tipos de uso previsto no plano de estrutura urbano, como sendo residencial de alta densidade, residencial de média densidade, residencial de baixa densidade, social, comercial, industrial e agropecuário, apresentando infraestrutura ou sem infraestrutura. A classificação de zona urbana, teve em consideração os seguintes aspetos: existência de vias de acesso planificadas e transitáveis; existência de equipamentos sociais como escolas e hospitais, tipo de ocupação sendo espontânea ou planificada; e provimento de água, energia e disponibilidade de serviços. As zonas semiurbanas são as que têm algumas

vias de acesso planificadas; equipamentos sociais relativamente dispersos; mistura de ocupação espontânea e planificada; e pelo menos 50% de cobertura de água, energia e serviços. As zonas rurais não apresentam vias de acesso planificadas, tem alguns equipamentos sociais muito dispersos, apresentam ocupações espontâneas e tem menos de 50% de cobertura de água, energia e serviços.

Para o parcelamento de grandes projetos são convidadas diferentes instituições a participar no processo. São exemplo de grandes projetos, o corredor do Maputo e a MOZAL. Ocorrem pontualmente situações que obrigam a negociações entre as autoridades municipais da Matola e do Maputo, como são os casos de atribuição de parcelas para a implantação de projetos de desenvolvimento e serviços públicos, como aterro sanitário de Matlemele³², cemitério de Ndlavela³³, e novos traçados de estradas. A Lei de Terras, instituído pelo Decreto nº 19/97, de 1 de Outubro, responsabiliza os Conselhos Municipais pelo planeamento das áreas urbanas, referindo apenas aos planos de urbanização e não aos poderes de elaboração, aprovação e implementação, matéria que é regulada por lei própria, o que enfraquece o processo do planeamento urbano.

As autarquias têm a competência de elaborar e aprovar planos de ordenamento do território ou planos de estrutura, planos de urbanização geral, planos parciais e planos de pormenor, bem como delimitar e aprovar áreas prioritárias de desenvolvimento urbano, com referência aos planos nacionais e regionais e as políticas setoriais de âmbito nacional. Existe uma lacuna no que se refere aos instrumentos normativos referentes a metodologias e procedimentos adequados para o planeamento e gestão do solo, pois não existe uma definição clara das competências para a elaboração e implementação dos diferentes programas de investimento e de desenvolvimento necessários para a área urbana.

A densidade construtiva não se comporta de maneira regular no interior das áreas administrativas. Constatam-se grandes diferenças quantitativas entre os bairros dos três postos, o que revela uma irregularidade na distribuição da população no território da cidade. Assim sendo, em todo o território da cidade é possível distinguir quatro níveis de

³² O aterro sanitário de Matlemele é uma parceria entre os municípios das cidades de Maputo e Matola, para promover o tratamento e reciclagem dos resíduos sólidos urbanos das duas cidades e aliviar e encerrar as lixeiras abertas de Hulene em Maputo e Malhampsene na Matola.

³³ Cemitério de Ndlavela é ainda um projeto concebido pelos municípios da cidade de Maputo e Matola, estando ainda em curso a mobilização de fundos para o efeito.

densidade, a que documentos municipais classificam de: densidade baixa (0 a 1.031 Hab/Km²); densidade média baixa (1.032 à 4.306 Hab/Km²); densidade média alta (4.307 à 7.667 Hab/Km²) e densidade alta (7.668 à 14.309 Hab/Km²).

- Densidade Baixa (0-1031 Hab/Km²): Malhanpsene; Matola Gare; Nkobe; Machava Km 15; Matlheamele; Muhalazi; Intaca; Nwamatibjana; Golhoza; Mali; Boquisso “A” e “B” e Mucatine;
- Densidade Média Baixa (1032-4306 Hab/Km²): Matola “A”, “C”, “D” e “J”; Mussumbuluco; Tsalala; Bunhiça Singatela; Infulene A; Acordos de Lusaka; Vale do Infulene; 1º de Maio e Khongolote;
- Densidade Média Alta (4307-7667 Hab/Km²): Matola “B”, “F” e “G”; Fomento; Liberdade; Sikwama; Machava Sede; Sao Damanso e Ndlhavela;
- Densidade Alta (7668-14309 Hab/Km²): Matola “H”; Trevo; Patrice Lumumba; Infulene “D”; T3 e Zona Verde.

A área administrativa de Infulene é a que apresenta maiores níveis de irregularidade na distribuição da população entre as suas unidades de base (os bairros). É nesta área administrativa onde se encontra a maior e menor densidade demográfica de toda a cidade, 14.308,62 hab/km² no bairro de Infulene “D” e os 29.5 no Bairro Ngolhoza respetivamente (INE, 2009). Esta área administrativa da Matola, apresenta os quatro níveis de densidade acima identificados.

A densidade demográfica apresentada aquando do II RGPH, por ARAÚJO (2005), identificou no território da cidade da Matola, três realidades ou subespaços bem distintos, que segundo o mesmo autor colocam desafios e abordagens diferentes para o processo de planeamento urbano:

- Subespaço de bairros com densidade superior à média da cidade (3000 e mais hab/km²), predominantemente na área administrativa da Matola Sede, mas também característico em número reduzido de bairros nas outras duas áreas administrativas, com particular realce para Infulene, onde se localizam os dois bairros com as maiores densidades de toda a cidade (Infulene “D” e Zona Verde).
- Subespaço de bairros com um intervalo de densidades que vai dos 200 aos 2999 hab/km², estava representado nos três postos administrativos, mas com mais realce para o da Machava e da Matola.

- Subespaço de bairros com densidades populacionais típicas de áreas rurais, com menos de 200 hab/km², não existindo nas áreas administrativas da Matola Sede e Machava. No Infulene, sete bairros apresentam esta característica demográfica.

A considerar pelos dados do III RGPH, o cenário descrito por Araújo (2005) acima, parece ter prevalecido no período entre o II e III Recenseamento Geral da População e Habitação, não obstante ter ocorrido algumas pequenas alterações fruto da reestruturação dos bairros. No intervalo censitário de 1997 a 2007, a área administrativa de Infulene registou uma dinâmica acelerada no crescimento da sua população, reflectindo-se no crescimento exponencial em bairros como 1º de Maio e Khongolote. O bairro 1º de Maio destacou-se em relação aos restantes bairros do Infulene, tendo a sua população aumentado em 1.366% de 1997 para 2007, ou seja, cerca de 19.240 habitantes. A migração da população do centro da cidade para a periferia, é tida como o principal fator do acelerado crescimento da população do Infulene, superando desta forma o crescimento vegetativo.

Os bairros 1º de Maio, Khongolote, Intaca e Ndlavela, foram os que registaram maior crescimento de 1997 a 2007. O crescimento destes Bairros começou a notar-se aquando das cheias de 2000, com a retirada da população das zonas de risco para as zonas seguras. As famílias afetadas pelas inundações foram alojadas nos Bairros 1º de Maio e Khongolote. Esta situação criou condições para que muitas famílias, procurassem espaço para a construção de moradias próprias, saindo da cidade de Maputo e da Matola A. Para além destes bairros, registou-se igualmente crescimento populacional nos bairros de Intaca e Ndlavela com cerca de 229% e 147% respetivamente, tendo o rápido crescimento sido causado pelas migrações, verificadas principalmente de 2000 até aos tempos atuais. No caso específico do bairro de Ndlavela, a migração é justificada pela busca de melhores condições de acomodação, sendo o que maior número absoluto apresenta, com 82.139 habitantes (INE 2017).

Os Bairros T3, Acordos de Lusaka e Vale do Infulene são os mais estruturados da área administrativa de Infulene. Portanto, estes não possuem espaços que permitam a construção de novas habitações e consequentemente o aumento da população, por isso o crescimento verificado é vegetativo. Assim sendo, de 1997 a 2007 o crescimento nestes bairros não excedeu os 12%, sendo que o Bairro T3 teve um crescimento na ordem de 0,012%, Acordos de Lusaka 9% e Vale de Infulene 11% (INE, 1999 e 2009).

Na área administrativa da Machava, o fator migração da população do centro da cidade para as zonas periféricas é bastante evidente nos bairros de Nkobe, São Dâmaso, Tsalala, Kilómetro 15, Matlemele e Bunhiça, com crescimento variando entre 302% e 197%. Estes são bairros de expansão urbana, onde se verifica uma forte procura de espaços para a construção de moradias. A construção da Estrada Nacional N° 4 (EN4) e a reestruturação do bairro da Liberdade, fizeram com que muitas famílias fossem transferidas dos locais onde inicialmente habitavam para o bairro de Nkobe. O efeito das cheias verificadas no ano 2000, contribuíram também, em larga medida, para o crescimento da população do bairro, como consequência do realojamento das vítimas provenientes de outros bairros.

Os Bairros de São Dâmaso, Tsalala, Kilometro 15, Matlemele e Bunhiça, de acordo com o II e o III RGPH (INE, 99/09), conheceram um crescimento entre 241% a 197%, justificado pelo abandono de zonas urbanas estruturadas e consolidadas da Matola A e da cidade de Maputo. De 1997 para 2007, estes bairros tiveram o seguinte crescimento demográfico: São Dâmaso 21.603 habitantes, Bunhiça 21.230 habitantes, Tsalala 20.815 habitantes, Km15 8.935 habitantes, e Matlemele 2.089 habitantes. O crescimento dos bairros de Patrice Lumumba, Trevo e Machava-Sede, não está diretamente relacionado com os fluxos migratórios, pois o seu processo de urbanização já estava consolidado. Os níveis de crescimento nos bairros foram genericamente elevados. Assim, em Patrice Lumumba com o crescimento de 2%, Machava-Sede com crescimento de 21% e Trevo com crescimento de 17% (INE, 1997 e 2007). No IV RGPH, o bairro São Dâmaso passou a ter maior número absoluto de residentes, com 56.167 habitantes, sendo um crescimento de 91% no período censitário, ultrapassando os bairros da Machava sede e Bunhiça.

Como referido anteriormente, Matola Sede, os bairros emergentes de Malhampsene, Mussumbuluco e Sikwama, tiveram um crescimento de 308%, 228% e 140% respetivamente (INE, 1999 e 2009). Uma reestruturação urbana do bairro da Liberdade, em 2007, contribuiu para o crescimento da população no bairro do Fomento em 65% e decréscimo na ordem de 15% para o bairro da Liberdade. Apesar de no IV RGPH, a Matola A continuar a registar o maior número de residentes, é de salientar a redução de 1%, (INE 2007).

9. Conceção do Plano de Estrutura Urbano da Cidade da Matola

Em 2008 inicia-se o processo de elaboração do Plano de Estrutura Urbano da Cidade da Matola (PEU) por uma equipa de especialistas da Faculdade de Arquitetura da Universidade Eduardo Mondlane, num processo participativo de consulta às comunidades dos diversos bairros e segmentos sociais dos moradores da cidade da Matola, tendo culminado com a aprovação pela via de resolução n.º 31/10 de 30 de Abril de 2010.

Com este *masterplan* urbano, o Conselho Municipal da Cidade da Matola passou a apresentar uma matriz de desenvolvimento urbano ordenado, respondendo às necessidades de provisão aos seus munícipes na procura de terra para construção de habitação, assegurando o Direito de Uso e Aproveitamento da Terra e diversas infraestruturas.

O Plano de Estrutura Urbana da Cidade de Matola PEUCM, define oito Unidades Operacionais de Planeamento e Gestão (UOPG) distribuídas pelo seu território, sujeitas a Planos de Urbanização e de Pormenor.

- UOPG 01-Matola A;
- UOPG 02 - Matola A
- UOPG 03 – Machava-Sede
- UOPG04 - Oeste do Vale do Infulene
- UOPG 05 - Eixo Km15 –Nuamatibjana
- UOPG 06 - Eixo Matola Gare - Siduava
- UOPG 07 - Eixo Intaca – Muhalazi
- UOPG 08 – Matola Norte da cidade

O Plano de Estrutura Urbano da Cidade da Matola, apresenta a UOPG 07 como a prioritária pelos seguintes motivos:

- É atravessada pelo principal eixo estruturante definido pelo PEUCM, que é a Estrada que vai ligar a EN4 à EN1.

- A ocupação é caracterizada por habitação rural dispersa e por culturas agrícolas, premissas para a concretização do Plano de concepção urbana.
- Conduzir a dinâmica da construção habitacional.
- Regularização dos espaços já ocupados.
- Ordenar a expansão dos núcleos urbanos.
- A oferta de equipamentos urbanos e comunitários.
- O incentivo à economia dos Bairros e do Posto Administrativo.

O plano de Estrutura Urbano da Cidade da Matola de 2010, foi antecedido por dois planos sem sucesso, elaborados numa vertente de área metropolitana do Grande Maputo, onde a cidade da Matola seria a extensão de ocupação demográfica. Surgiram os Plano de Estrutura de Maputo de 1985 e, posteriormente, o Plano de Desenvolvimento Urbano de 1999. Porém, o processo de urbanização da Matola caracterizava-se por apresentar dois aspetos fundamentais interligados: aumento da proporção da população residente nas áreas urbanas, especialmente devido a migração campo-cidade, como consequência dos diferentes níveis de desenvolvimento, seca, pobreza rural, a situação político-militar anterior e o crescimento do espaço físico das cidades e perspectivas para um futuro melhor. A cidade da Matola apresentava estes aspetos com um certo grau de relevância pelo facto de constituir uma alternativa devido aos índices de saturação que a Cidade de Maputo apresentava no que concerne ao aumento do espaço físico.

a) Plano de Estrutura de Maputo de 1985

Esse plano pretendeu guiar o crescimento da cidade, dando linhas gerais para a expansão urbana e identificando áreas a serem reservadas para usos especiais. O plano tratou das cidades de Maputo e da Matola. Foi dada atenção à política administrativa e ao *modus faciendi* da época, minimizando a introdução de novas opções e procedimentos mais adequados, a longo prazo – como, por exemplo a modificação do processo de adjudicação de terras. Apesar disso, o plano não chegou a ser formalmente aprovado pelo Conselho Executivo. A análise apoiou-se fortemente nos estudos sectoriais anteriores, tais como o de habitação, abastecimento de água, saneamento, transportes e recuperação do porto. Foram consideradas três hipóteses de expansão da cidade:

- Desenvolvimento não controlado (*status quo*),
- Expansão concêntrica,
- Expansão linear.

A primeira alternativa seria a que deveria ser evitada, porém, foi considerada mais provável que a segunda. O plano optou pela terceira alternativa, que apresentaria hipóteses mais viáveis para o crescimento ordenado da cidade. Além disso, o desenvolvimento linear teria a vantagem de poder identificar, a curto prazo, as áreas mais aptas para as zonas habitacionais propostas. O enfoque dado foi predominantemente urbano e não foram consideradas, com grande detalhe, nem as áreas rurais periféricas, nem as áreas menos acessíveis ou com características especiais, como a ilha da Inhaca. Todavia, o plano propôs a formação de uma zona agropecuária, constituída de pequenas quintas, que poderiam contribuir para o abastecimento da cidade ocupando a população emigrada do interior, refugiada da guerra civil.

Foi definido o enquadramento de um conjunto de planos diretores distritais, a serem desenvolvidos posteriormente. Os planos distritais seriam mais detalhados quanto ao zoneamento, criando uma base para o controlo do uso do solo e para a localização dos equipamentos sociais. Foram propostas também normas de urbanização para a cidade, definindo as condições para a ocupação do solo e reservando áreas significativas para habitação e para a expansão das atividades produtivas, equipamentos urbanos e infraestruturas.

Este plano de estrutura de Maputo, previa uma densificação da Matola, nos seguintes âmbitos:

- Na 1ª fase propõe uma área de expansão habitacional de cerca de 3250 ha;
- Na 2ª fase prevê um aumento populacional devido a disponibilidade e a localização das zonas de expansão habitacional;
 - Previa a Matola como alternativa do atual aglomerado;
 - Previa um aumento de mais de 90 mil habitações até o ano 2010.

b) Plano de Desenvolvimento Urbano - Plano de Estrutura de 1999

Este plano de estrutura para Matola e Maputo de 1999, pressupunha a projeção e delineamento de desenvolvimento urbano de Maputo e da Matola, tendo em conta um horizonte de dez anos, uma taxa de crescimento da população de 4%.

O Plano de Estrutura visava dotar a Região Metropolitana de um conjunto de instrumentos para guiar o desenvolvimento urbano durante a década seguinte. Esses instrumentos indicavam as políticas e diretrizes básicas a serem adotadas para alcançar os objetivos desejados. O processo de privatização resultou num rápido desenvolvimento económico da região, exigindo respostas técnicas, políticas e de gestão, em alguns casos acima da capacidade da atual estrutura técnica e administrativa. Considerou-se que esta capacitação como um pré-requisito essencial para a implantação do Plano. Este Plano de Estrutura foi apresentado em forma de vários planos sectoriais, programas e estratégias, focalizando, principalmente, os aspetos mais diretamente ligados às administrações autárquicas.

Conforme os termos de referência, os principais temas abordados foram as áreas da habitação e uso do solo, de gestão e planeamento, do meio ambiente, de transportes, infraestruturas e equipamentos sociais. Entretanto foram estudados outros aspetos fundamentais, tais como as tendências demográficas, económicas e financeiras, as características socioeconómicas e culturais da população, e as características geográficas da região. A Área Metropolitana de Maputo incluiu os Municípios de Maputo e da Matola, tendo igualmente sido considerados alguns distritos vizinhos, nomeadamente as áreas urbanas de Marracuene-Sede, Matola-Rio e Boane Sede. Apesar de estar prevista uma inter-relação limitada com estes distritos, durante o período do Plano, esses núcleos tendem, progressivamente, a integrarem-se no sistema metropolitano.

A Ilha da Inhaca, integrada administrativamente no Município de Maputo, possuía já um “Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha da Inhaca”, elaborado em 1990, pelo Instituto Nacional de Planeamento Físico que, depois de uma avaliação, foi assumido como parte integrante do Plano. Este Plano não foi aprovado por se tratar de um plano para a Área Metropolitana de Maputo que carecia da aprovação dos dois Municípios e sua respetiva coordenação, o que não se efetuou.

Surgem diversos planos parciais de reordenamento urbanos tiveram a seguinte sequência de implementação:

- 1999 – Reordenamento do bairro da liberdade, quarteirões 9 e 13;
- 2000 – Plano de emergência para as vítimas das cheias. O plano previa cerca de 2500 talhões no bairro Khongolote e 1 de Maio. O plano foi expandido e conta atualmente com cerca de 16000 talhões albergando os bairros de khongolote e 1 de Maio;
- 2001- Plano de reordenamento do bairro Mussumbuluco (unidade “N” parcela 10/E);
- 2001 - Reordenamento do Bairro Sikuama, Unidade H e J;
- 2001/2002 – Conceção e implementação do plano parcial de Tchumene I.
- 2002/2003 - Conceção e implementação do plano parcial de Tchumene II e Malhampsene.
- 2004 - Conceção e implementação do plano parcial de Nkobe (parcela 970 e 966).
- 2005/2006 – Elaboração do plano de Tchumene III (zona Agropecuária).
- 2006 – Elaboração do plano de Boquisso
- 2007- Conceção e implementação do plano de Matlemele.

Figura 56. Plano Operacional de Tchumene 1



Figura 57. Plano de Muhalaze



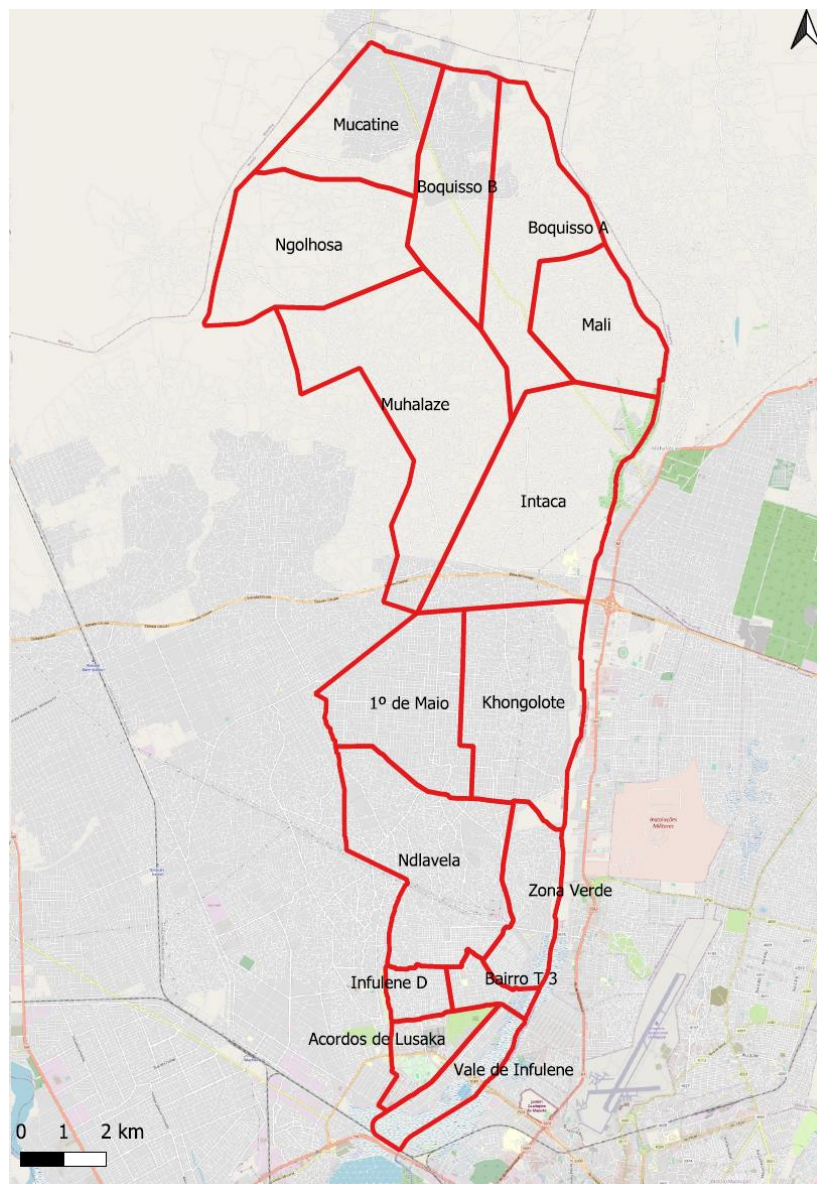
Fonte: CMCM

10. Morfologia do Infulene

A área administrativa do Infulene é o território Norte do município, ocupando uma área de 46,6% da totalidade do território do município da Matola, distribuídos em quinze bairros, nomeadamente T-3, Zona Verde, Ndlavela, Infulene D, Acordos de Lusaka, Vale do Infulene, Khongolote, Intaca, Muhalaze, 1º de Maio, Boquisso A, Boquisso B, Mali, Ngolhoza, Mucatine. Esta área administrativa teve um grande desenvolvimento urbano depois das cheias ano 2000, onde foram executados os planos de emergência e acomodação das vítimas das inundações no município. O plano previa cerca de 2500 talhões nos bairros de Khongolote e 1º de Maio, tendo chegado até cerca de 16000 talhões nos dois bairros referidos. Em 2006, foi elaborado o plano de Boquisso e no ano seguinte, em 2007 implementado o plano de Matlemele. Todos os bairros apresentam um misto de características urbanas, periurbanas e, mais a Norte, predominam os bairros de características rurais.

Araújo (1999:5) refere que o *Posto Administrativo do Infulene surge a partir de bairros que, inicialmente, se desenvolvem à volta de três pontos: a cadeia, o estádio de futebol e a margem direita do vale do Infulene. Estes bairros aparecem mais como uma extensão da cidade de Maputo que da Matola. Foram sempre bairros mais precarizados que recebiam população imigrante de fracos recursos económicos.*

Figura 58. Mapa do Posto Administrativo de Infulene



Fonte: Autor, com base no QJIS, Novembro de 2021

O projeto imobiliário de 5000 casas no bairro de Intaca, o projeto da Estrada Circular de ligação da N4-N1, e a implementação do Plano de Estrutura Urbano da

Matola³⁴, através dos planos parciais UOPG 07 - Eixo Intaca/Muhalaze e UOPG 08 da Matola Norte, impulsionaram o desenvolvimento dos bairros Norte desta área administrativa, deixando de ser rural e periurbano para urbano.

No posto administrativo do Infulene, existem residências unifamiliares com construções de cimento nos bairros T3, Zona Verde, Ndlavela, Infulene D, Acordos de Lusaka, Vale do Infulene, Khongolote, Intaca, e 1º de Maio. Todos os bairros, tem vias de acesso em terra e asfaltadas as que atravessam dois ou mais bairros. Predominam características urbanas, suburbanas, per-urbanas.

Tabela 38. Tipologia Residencial no Infulene

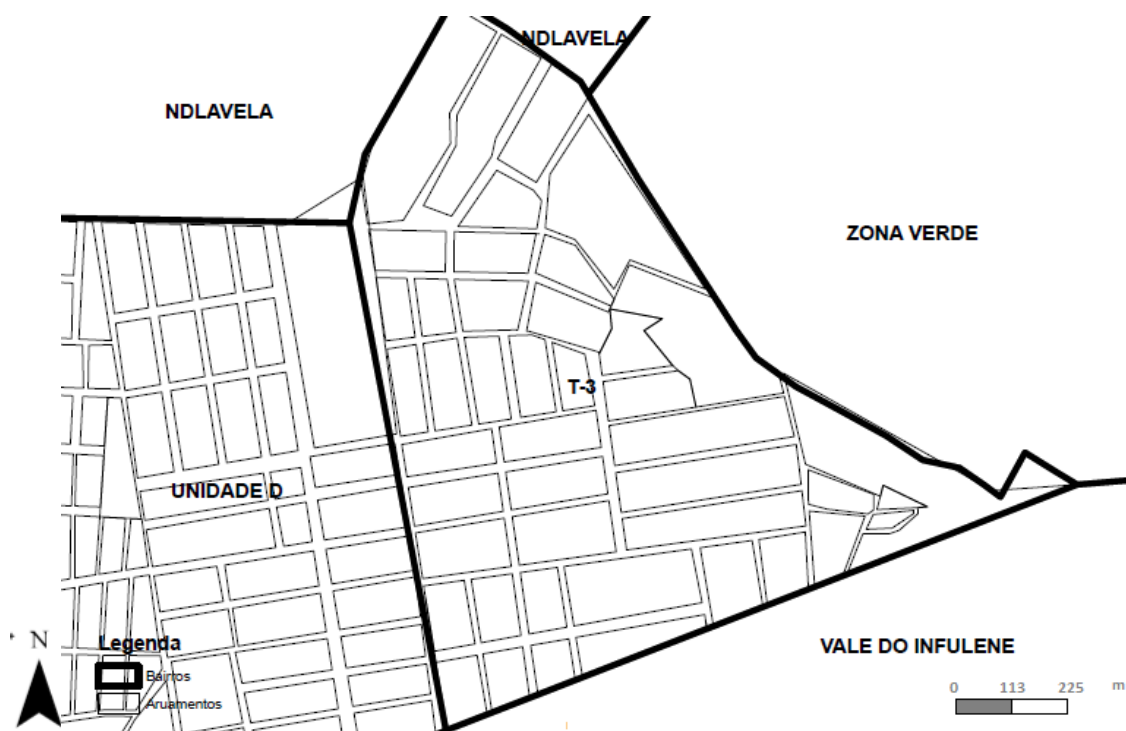
Bairro	Zona Industrial/ Residencial	Tipo de Residências	Vias de acesso
T-3	Zona residencial média, com construções residenciais planificadas e não planificadas; zona comercial e serviços.	Residências unifamiliares de construção em cimento na parte urbana e material precário na parte suburbana.	Vias largas de terra na parte urbana; e estreitas de terra na parte suburbana
Zona Verde	Zona residencial média; parte antigas com planeamento outra suburbana de construções informais; zona comercial e agrícola	Residências unifamiliares, construção de cimento na parte planificada e de material precário na parte suburbana	Vias largas de terra na parte urbana; e estreitas de terra na parte suburbana
Ndlavela	Zona residencial média urbana e suburbana; áreas de construção sem planeamento urbano	Residências unifamiliares de construção em cimento na parte urbana; e material precário na parte suburbana.	Vias largas de terra na parte urbana; e estreitas de terra na parte suburbana
Infulene D	Zona residencial média suburbana; áreas de construção sem planeamento urbano	Construções residenciais unifamiliares sem planeamento em cimento e material precário.	Vias largas de terra na parte urbana; e estreitas de terra na parte suburbana
Acordos de Lusaka	Zona residencial média urbana; área desportiva e industrial.	Residências unifamiliares de construção em cimento na parte urbana e material precário na parte suburbana.	Vias largas de terra na parte urbana e estreitas de terra na parte suburbana
Vale do Infulene	Zona residencial média urbana e suburbana zona comercial e agrícola.	Residências unifamiliares, construção de cimento na parte planificada e de material precário na parte suburbana	Vias largas de terra na parte urbana e estreitas de terra na parte suburbana

³⁴ Aprovado a 30 de Abril de 2010, pela Assembleia Municipal da Cidade da Matola, e homologada pelo Ministério da Administração Estatal.

Khongolote	Zona residencial média urbana zona comercial.	Residências unifamiliares de construção em cimento, impulsionado pelo reenquadramento pós-cheias do ano 2000; existência de um plano parcial.	Vias largas de terra na parte urbana e estreitas de terra na parte suburbana
Intaca	Zona residencial média; área extensa com projeto de expansão urbano em forma de condomínio	Residências unifamiliares de construção em cimento, impulsionado pelo projeto imobiliário grupo chinês <i>Henan Gouji Industry and Development</i>	Vias largas de terra na parte urbana e estreitas de terra na parte suburbana
Muhaleze	Zona residencial média e áreas urbana e periurbana	Residências unifamiliares de construção em cimento, impulsionado pelo plano parcial UOPG 07 - Eixo Intaca – Muhaleze.	Vias largas de terra na parte urbana e estreitas de terra na parte suburbana
1º de Maio	Zona residencial média urbana	Residências unifamiliares de construção em cimento, impulsionado pelo reenquadramento pós-cheias do ano 2000; existência de um plano parcial.	Vias largas de terra na parte urbana e estreitas de terra na parte suburbana.
Boquisso A	Zona residencial média e áreas urbana e periurbana.	Residências unifamiliares de construção em cimento, impulsionado pelo plano parcial de Boquisso de 2006.	Vias largas de terra na parte urbana e estreitas de terra na parte suburbana.
Boquisso B	Zona residencial média, áreas urbana, periurbana e quartel militar de treino.	Residências unifamiliares de construção em cimento, impulsionado pelo plano parcial de Boquisso de 2006.	Vias largas de terra na parte urbana e estreitas de terra na parte suburbana.
Mali	Zona residencial média e áreas urbana e periurbana.	Residências unifamiliares de construção em cimento.	Vias largas de terra na parte urbana; e estreitas de terra na parte suburbana
Ngolhoza	Zona residencial média e áreas urbana e periurbana.	Residências unifamiliares de construção em cimento, impulsionado pelo plano parcial de Ngolhoza; parte demarcada pelo PEU para agricultura.	Vias largas de terra na parte urbana e estreitas de terra na parte suburbana.
Mucatine	Zona residencial média e áreas urbana e periurbana.	Residências unifamiliares de construção em cimento; parte demarcada pelo PEU para agricultura.	Vias largas de terra na parte urbana e estreitas de terra na parte suburbana.

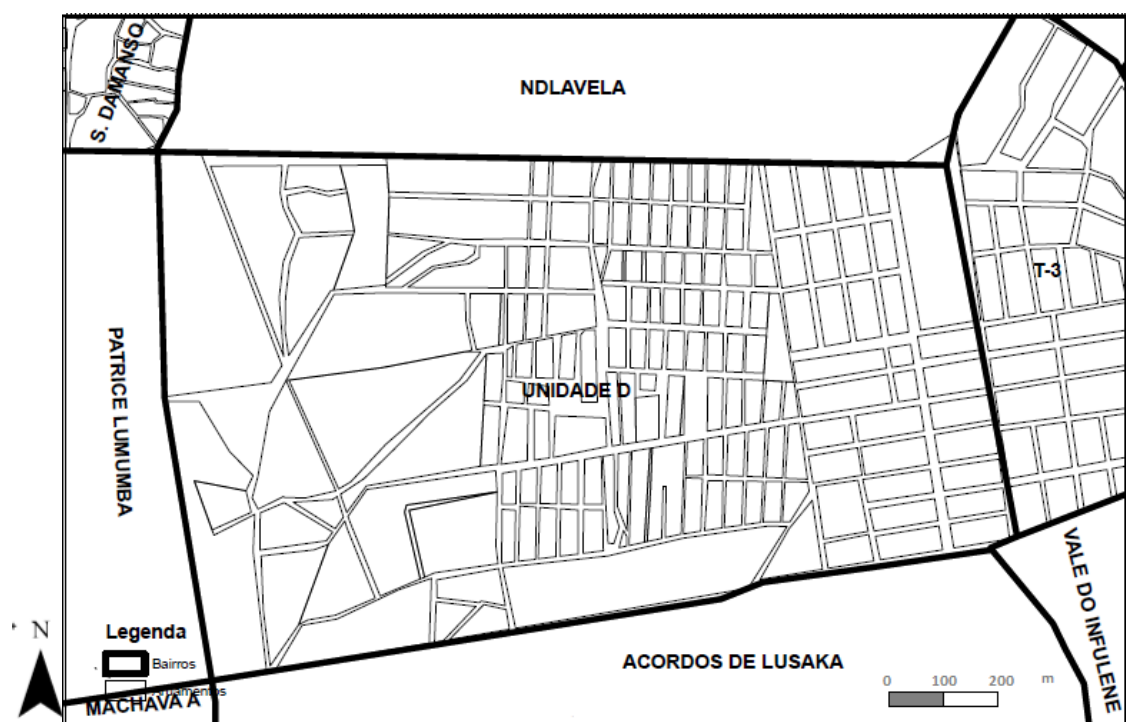
Fonte: Departamento de Construção e Urbanização do CCM

Figura 59. Imagem do Bairro T3



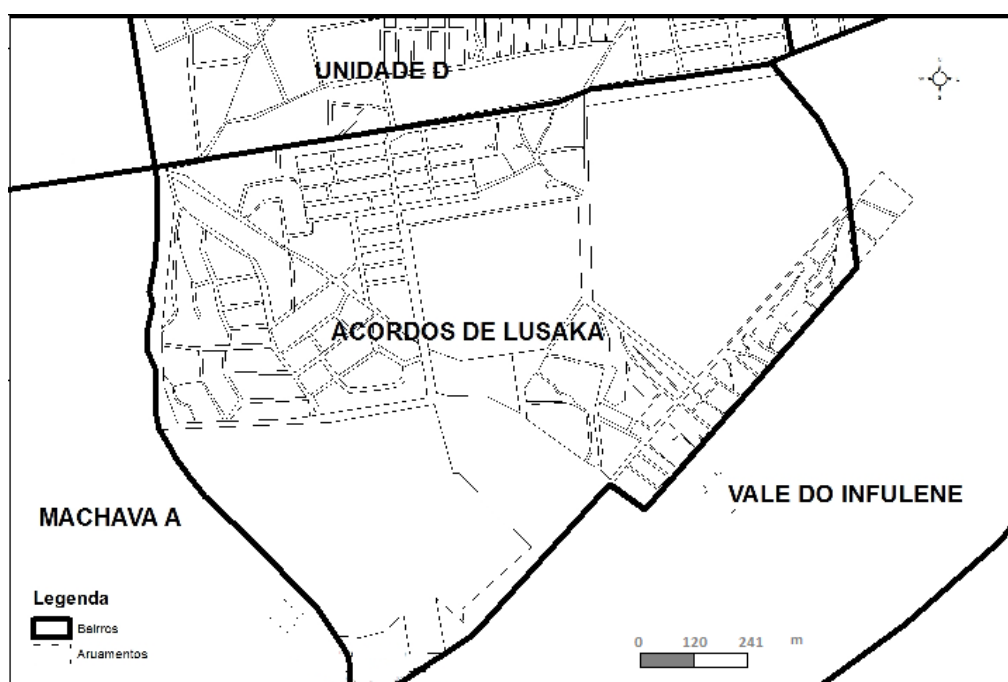
Fonte: Google Earth, Novembro de 20210

Figura 60. Imagem do Bairro Infulene "D" (Unidade "D")



Fonte: Google Earth, Novembro de 2021

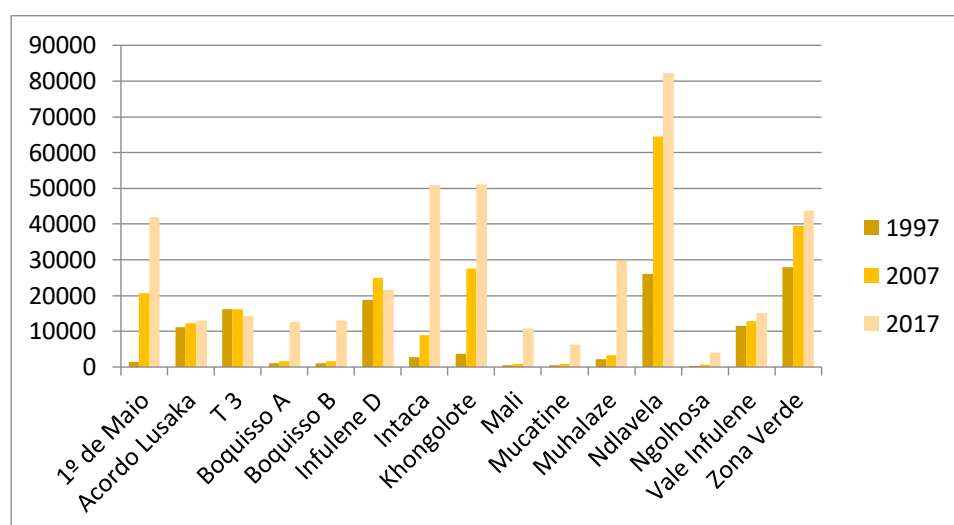
Figura 61. Imagem Google do Bairro Acordo de Lusaka



Fonte: Google Earth, Novembro de 2021

Os projetos de desenvolvimento urbano implementados nesta área administrativa, caso dos bairros 1º de Maio e Khongolote, que receberam o reenquadramento das vítimas das cheias do ano 2000, passaram a ter um crescimento demográfico de 1366% e 633% respetivamente, entre 1997 (II RGPH) e o ano 2007 (III RGPH). Outros bairros que pelo menos duplicaram no mesmo período foi Intaca e Ndlavela. O plano parcial UOPG 07 - Eixo Intaca – Muhalaze, promoveu um crescimento de 473% no bairro Intaca e 789% no bairro Muhalaze, no período entre III RGPH e o IV RGPH.

Figura 62. Crescimento Demográfico na área de Infulele



Fonte: Autor com dados do INE Moçambique

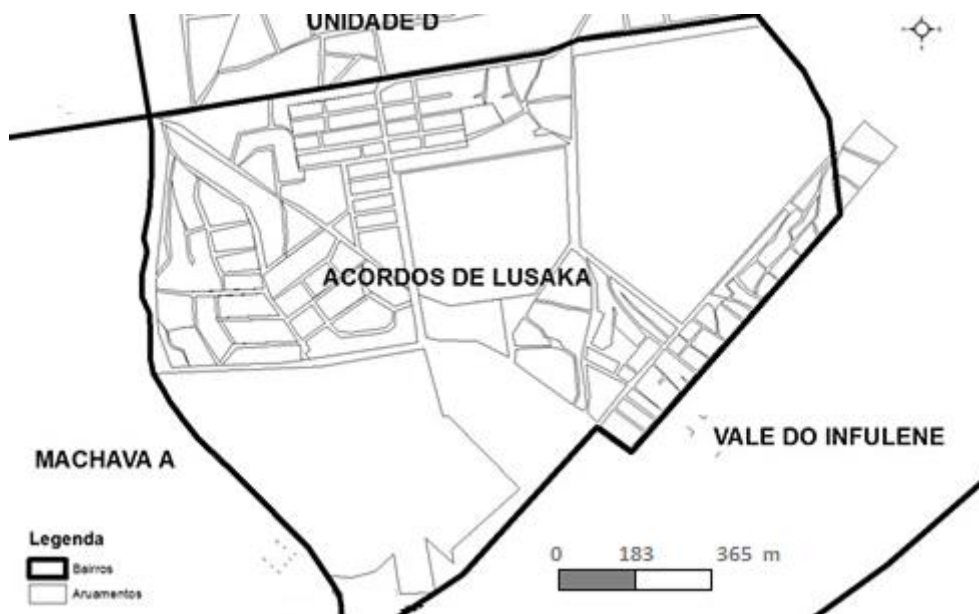
A área administrativa de Infulene apresenta uma tipologia de malha urbana diversificada, entre regular ortogonal e irregular. A malha irregular está presente nas áreas de ocupação informal, com incidência para partes dos bairros Acordo de Luzaka, Infulene D, Vale do Infulene, Zona Verde e Ndlavela, onde *a sua malha se molda no terreno, conforme as curvas de nível, dando à cidade uma conformação peculiar e única, graças às particularidades do relevo* (Renato Leão Rego et al, 2006:95). Em todas as áreas planificadas dos bairros existem características regular ortogonal com parcelas de 15/30 e 20/40, sendo que os projetos apresentam linhas paralelas e perpendiculares entre si. As ocupações estão junto de locais de grande concentração populacional e de infraestruturas económicas e sociais, como são os casos de mercados municipais e vias principais e se desenvolvem para áreas mais recônditas, sem que se justifique um desenho ocupacional de forma regular radio concêntrica.

Figura 63. Tipologia de Malha Formal



Fonte: Google Earth, Novembro de 2021

Figura 64. Tipologia de Malha Diversificada



Fonte: Google Earth, Novembro de 2021

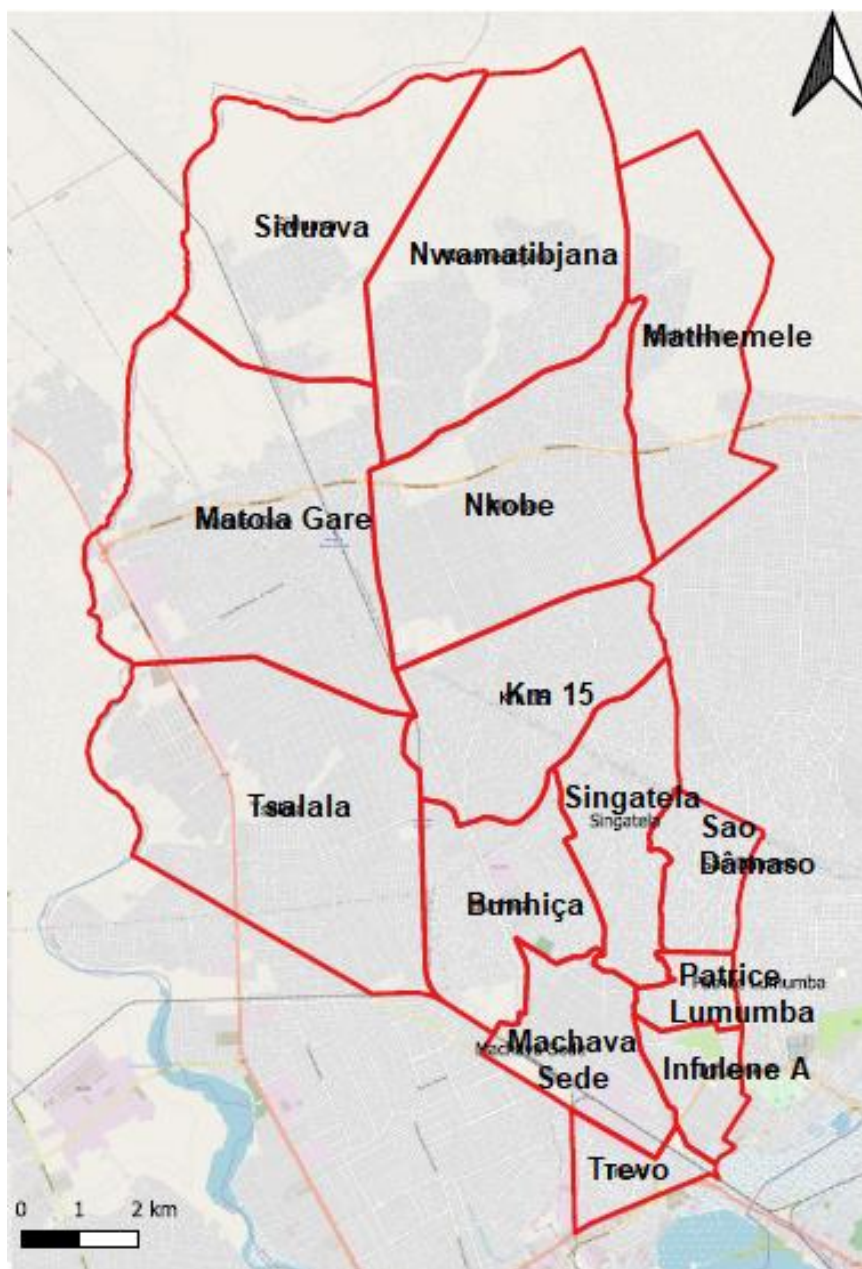
Esta ocupação nos bairros e na área administrativa de Infulene tem uma direção Sul-Norte, apresentado na equação de crescimento demográfico da área de Infulene. Os bairros sul como T3, Acordo de Luzaka, Ndlavela, Infulene D, Zona verde e Vale de Infulene apresentam estabilidade na composição demográfica, nos últimos três recenseamentos gerais da população e habitação. O crescimento e ocupação espacial, verificam-se nos restantes bairros, logo depois das cheias do ano 2000 nos bairros de Khongolote e 1º de Maio. Posteriormente, com a implementação dos projetos urbanos, se verifica a ocupação nos bairros de Intaca, Boquisso A, Boquisso B, Mucatine, Mali e Muhalaze.

11. Morfologia da Machava

A área administrativa da Machava é o território central do município, ocupando 39,4% da cidade, distribuídos por catorze bairros, nomeadamente Trevo, Machava Sede, Infulene A, Bunhiça, Tsalala, Patrice Lumumba, São Dâmaso, Km 15, Matlemele, Nkobe, Matola Gare, Singathela, Nwamatibjana e Sidwava. Esta área apresenta habitações, quintas agropecuárias e indústrias em menor escala, tendo-se desenvolvido

no final da década (19)60 com a implantação da linha férrea e novos bairros habitacionais nomeadamente Unidade A (Infulene A), e Unidade E (Patrice Lumumba). O plano parcial de Tchumene I em 2001/2002 e plano parcial de Tchumene II em 2002/2003, no bairro Matola Gare; Plano Parcial de Nkobe (Parcela 970 e 966) em 2004, propiciaram um bom urbano e crescimento demográfico.

Figura 65. Mapa do Posto Administrativo da Machava



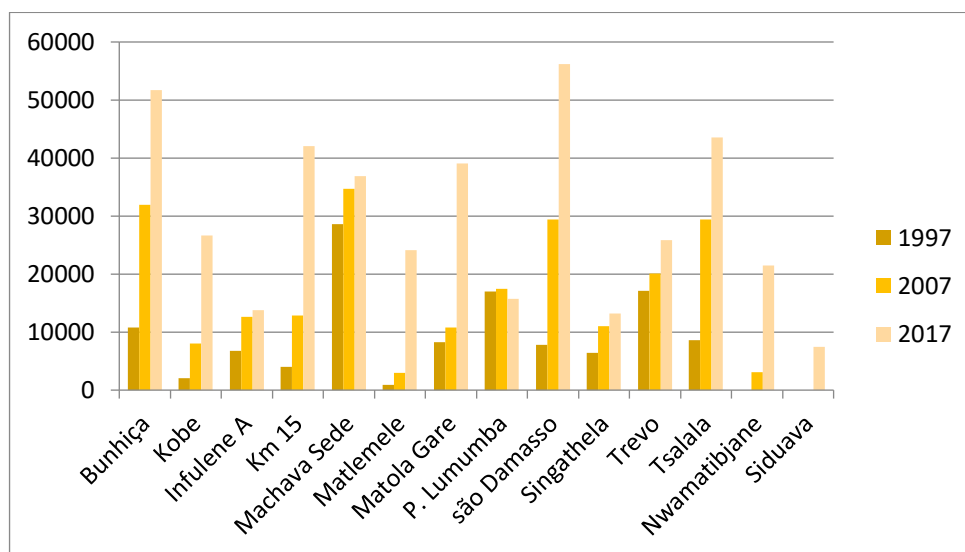
Fonte: Autor, com base no QJIS, Novembro de 2021

Araújo (1999:5), refere que o *Posto Administrativo da Machava, foi anteriormente, um bairro periférico da cidade da Matola, com uma função industrial relativamente importante e uma função residencial de classes médias e médias baixas.*

Os bairros da Machava Sede, Infulene A, Trevo, Patrice Lumumba, Tsalala e parte Oeste do bairro Matola Gare, são de características urbanas e os restantes bairros apresentam características suburbanas, periurbana e parque industrial. Nesta área, verificam-se residências unifamiliares com construções de cimento nos bairros da Machava Sede, Patrice Lumumba, Infulene A, Tsalala, Nkobe e Matola Gare, tendo as restantes uma mistura de residências unifamiliares de construção em material convencional e não convencional. Os bairros que apresentam vias de acesso asfaltada, são Machava sede, Patrice Lumumba, Infulene A, tendo os restantes bairros vias em terra, conforme a tabela 35.

O bairro da Machava sede é o único que apresenta um conjunto de atividades industrial, comercial e serviços. Existem duas estradas sob gestão da administração nacional de estradas (ANE), nomeadamente a N4 e a via Tenga, sendo ambas paralelas com destino ao distrito de Moamba. Foram efetivados os planos de Tchumene I e Tchumene II, no bairro da Matola Gare, o aterro sanitário no bairro Matlemele, requalificação das quintas de Nkobe e a construção da estrada circular de Maputo, promoveu um crescimento demográfico de 86% entre III RGPH e o IV RGPH.

Figura 66. Crescimento Demográfico dos Bairros da Machava



Fonte: INE Moçambique

Tabela 39. Tipologia Residencial na Machava

Bairro	Zona Industrial/Residencial	Tipo de Residências	Vias de acesso
Machava Sede	Zona residencial média; zona industrial; zona comercial e serviços.	Moradias unifamiliares de construção em cimento.	Vias largas e asfaltadas parte urbana e de terra na parte suburbana.
Trevo	Zona residencial média, baixa e zona industrial.	Moradias unifamiliares, construção de cimento e chapas.	Vias largas de asfalto e terra.
Infulene A	Zona residencial média.	Moradias unifamiliares, construção de cimento.	Vias largas de asfalto.
Patrice Lumumba	Zona residencial média; zona comercial e serviços.	Moradias unifamiliares, construção de cimento.	Vias largas de asfalto.
São Dâmanso	Zona residencial média e baixa.	Residências unifamiliares, construção de cimento e chapas.	Vias estreitas de terra.
Bunhiça	Zona residencial media.	Residências unifamiliares, construção de cimento e chapas.	Vias estreitas de terra.
Km-15	Zona residencial média.	Residências unifamiliares, construção de cimento e chapas.	Vias largas de terra.
Tsalala	Zona residencial média; zona comercial.	Residências unifamiliares, construção de cimento.	Vias largas de terra.
Nkobe	Zona residencial média.	Residências unifamiliares, construção de cimento; agropecuária.	Vias largas de terra.
Matlemele	Zona residencial média, áreas rurais e reserva para aterro sanitário.	Residências unifamiliares, construção de cimento e chapas; Plano de Matlemele.	Vias larga de terra.
Matola Gare	Zona residencial alta e média; zona comercial e serviços.	Residências unifamiliares, construção de cimento; Plano de Tchumene I e Tchumene II.	Vias largas de terra.
Singathela	Zona residencial média.	Residências unifamiliares, construção de cimento e chapas.	Vias estreitas de terra.
Nwamatibjana	Zona residencial média e áreas rurais.	Residências unifamiliares, construção de cimento e chapas.	Vias largas de terra.
Sidwava	Zona residencial média e áreas rurais.	Residências unifamiliares, construção de cimento e chapas.	Vias estreitas de terra.

Fonte: Departamento de Construção e Urbanização do CMC

A área administrativa da Machava, apresenta uma tipologia de malha urbana regular ortogonal nos bairros Machava Sede, Tsalala, Patrice Lumumba, Nkobe e área oriental do bairro Matola Gare (Tchumene 1). Os bairros São Dâmaso, Singathela, Bunhiça, Km 15, Trevo, Infulene “A” e parte ocidental do bairro Matola Gare, apresentam uma malha irregular, com grande influência de ocupação informal. Os restantes bairros como Siduava, Nwamatbjana e Matlemele, apresentam caraterísticas rurais.

Figura 67. Imagem do Bairro Matola-Gare



Fonte: Google Earth, Novembro de 2021

As ocupações formais e planificadas estão junto as principais vias de caraterísticas ortogonais. A implantação urbana nos bairros cria núcleos de desenvolvimento constituído por centros comerciais, industriais e sociais, estendendo em forma de onda

circular. Esta ocupação nos bairros e na área administrativa da Machava tem uma direção Sul-Norte, confirmada pelos dados do Instituto Nacional de Estatística, apresentado na equação de crescimento demográfico da área da Machava. Os bairros sul como Trevo, Machava Sede, Infulene A, Patrice Lumumba, e Singathela apresentam estabilidade na composição demográfica e ocupação territorial nos últimos três recenseamentos gerais da população e habitação. O crescimento e ocupação espacial que se verificam nos restantes bairros, deu-se com a requalificação das quintas nos bairros Tsalala, Nkobe e Km15 e com a ocupação informal nos bairros São Dâmaso e Bunhiça. Os últimos bairros a serem constituídos, foram Matola Gare, Nwamatibjane e Siduava, com a implementação dos projetos urbanos.

12. Morfologia da Matola Sede

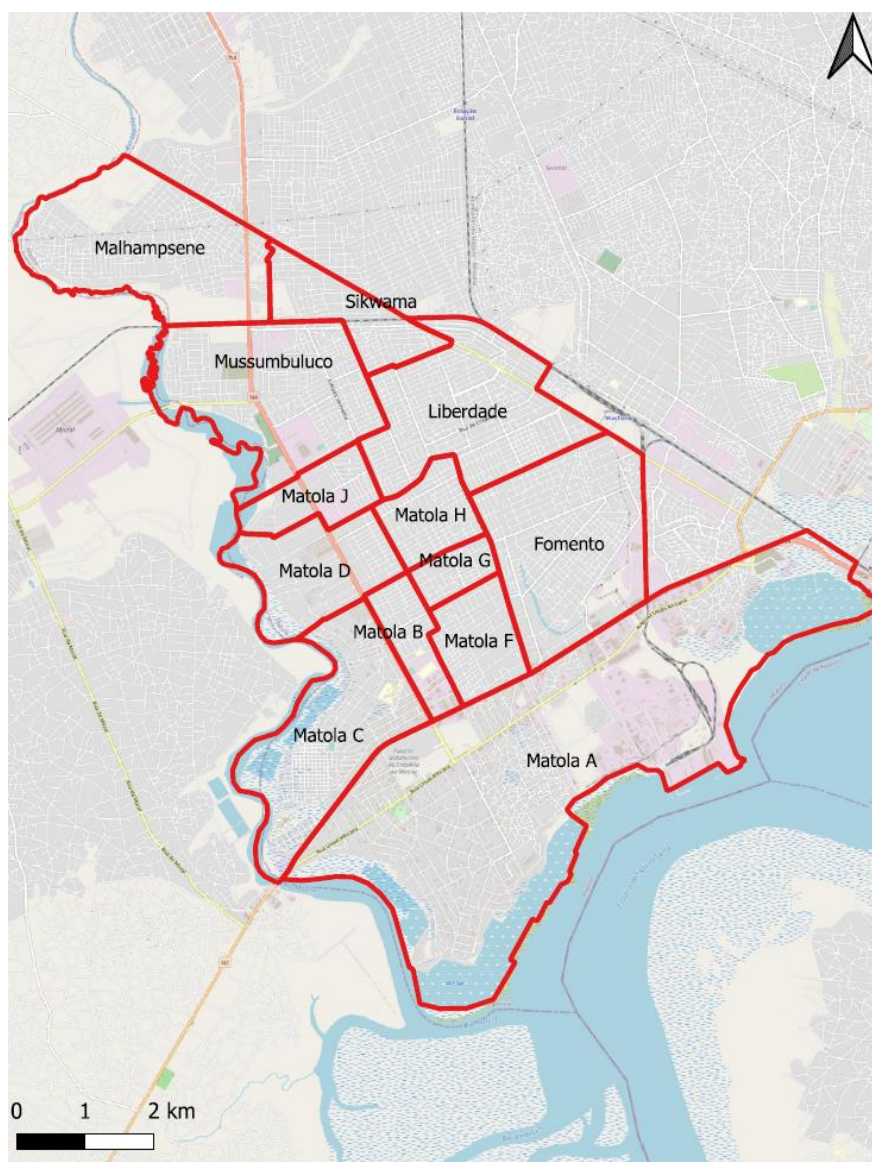
A área administrativa da Matola Sede ocupa 14% da área da cidade da Matola, distribuídos por treze bairros, nomeadamente Matola A, Matola B, Matola C, Matola D, Matola F, Matola G, Matola H, Matola J, Liberdade, Fomento, Mussumbuluco, Sikuama, Malhampsene. Por ter sido a área embrionária da cidade, é já um território totalmente ocupado com construções formais e pequenas bolsas de construções informais, fazendo subúrbios em volta da Matola A, Matola C, Matola J, Fomento e Liberdade.

A Matola Sede começou a ser construída em simultâneo nos da Matola “A”, “B”, “C” e “F”, observando um critério de segregação na atribuição de parcelas por bairro pela edilidade. O bairro Matola A estava reservado para habitação de população de origem europeia, destacando profissionais liberais. Os bairros da Matola B, F e G, foram ocupados por população africana, vinda de diferentes partes do território moçambicano.

As primeiras construções começam na década 40 do século XX, com a loja Mahoia na zona dos Santos (Custódio Graça), o edifício dos Correios, a Companhia de Cimentos Champalimaud, a Companhia Petrolífera Total, a Companhia Industrial, a Fasol, as casas de Frenk (que, posteriormente, foram retiradas e construídas na zona da escola primaria de Bagamoio). De seguida, foram construídas as fábricas de bolachas e massas Ceres e a fábrica de pilhas Tudor ao longo da atual estrada N2. Onde hoje temos a escola secundaria da Matola, foi então implantado o cemitério da Matola. No mesmo período, foi construído a Quinta das Rosas, no cruzamento das atuais avenidas da União Africana e Ngungunhane.

As residências começaram a ser construídas nas proximidades da Rádio Clube de Moçambique, em direção ao rio Matola, ou zona apelidada de Waminhoto, local onde se fazia a criação de gado (sentido Norte-Sul do bairro Matola A). Em 1954 foi construída a igreja S. Gabriel e onde funciona hoje o banco Barcklas, nas proximidades das bombas de combustível Madrugá, existia uma cadeia³⁵.

Figura 68. Mapa do Posto Administrativo da Matola-Sede



Fonte: Autor, com base no QJIS, Novembro de 2021

³⁵ Descrição baseada na recolha de testemunhos de populares realizada aquando da realização de trabalho de campo.

Os primeiros edifícios públicos então construídos foram: a Câmara Municipal, a administração, a igreja de São Gabriel, o cinema São Gabriel. A área limitada pela N2, Estrada Velha e Rua da Rádio é o bairro novo da Matola A, e foi feito na década (19)60, com talhões de 20/40. As restantes áreas da Matola A e as mais antigas, com dimensões de 50/150 (designado por subúrbios da Matola) foram concedidas a europeus que também tinham propósito de desenvolver agricultura para fornecimento do espaço urbano. Matola C passou a ser um bairro de mistura entre assimilados e europeus, e a parte junto ao rio era destinado à pecuária, enquanto a zona da Escola do Partido³⁶ destinava-se à prática desportiva.

Em 1963 iniciam-se as construções no espaço que inicia na N2 até à avenida de Boane (antiga avenida de Moçambique), sendo que a outra parte (Matola D) era bairro de caniço para quem não tinha condições de construir alvenaria para onde muitos foram transferidos. As construções decorreram até 1966.

O bairro da Matola B, que era designado por Bairro Popular da Matola, foi ocupado por pessoas que viviam nos subúrbios de Lourenço Marques, (onde hoje temos a Rádio Moçambique), e pessoas oriundas das províncias de Gaza e Inhambane, de onde eram provenientes a maior parte dos construtores. O bairro popular da Matola era toda a área destinada aos africanos tendo como limite a N2 até a avenida de Boane e da Bic até ao rio Matola. As construções sociais e públicas construídas foram as estradas, o Hospital, a escola primária ao lado do hospital e mais tarde a escola primária Bagamoio. Em 1971 foi construído o Cinema 700 assim como a Loja da Avenida.

No crescimento da Matola, destaca-se ainda a asfaltação das estradas que limitam a parte urbana da suburbana da Matola A (entre Quinta das Rosas e Empazol) e outras do interior da Matola A. Destaca-se também o surgimento das construções de moradias dos bairros Populares (Matola B, F, G) para população africana e a Matola A para a elite europeia. Nos bairros populares as parcelas eram entregues tendo em consideração o nível económico e profissional dos interessados. Existiram igualmente iniciativas prosseguidas por particulares com o intuito de beneficiar a comunidade. Foi o caso do empresário Manuel Bolhosa, proprietário da industrial petrolífera Sonap e mais tarde Sonarep

³⁶ Escola Nacional do Partido Frelimo, destinada a formação de militantes desta mesma formação política.

construiu duas escolas primarias uma tendo ficado com o seu nome e outra com o nome da sua esposa.

Estes bairros populares tiveram um crescimento no período imediato a independência do país em 1975, com construção do mercado de Matlovele na Matola B (onde era espaço ocupado pelo campo de futebol) e o mercado na Matola H. A partir de 1990, a Matola Sede, que terminava na Matola H, expande-se para a Matola I Liqueleva, anexando a Liberdade (Silva Cunha), sendo igualmente dada prioridade à estruturação das redes de água e energia.

Entre os anos 1970/1973, verificou-se uma rápida expansão urbana com a implantação de novos Bairros e crescente densificação. O Processo de Urbanização na Matola caracteriza-se por apresentar dois aspetos fundamentais interligados:

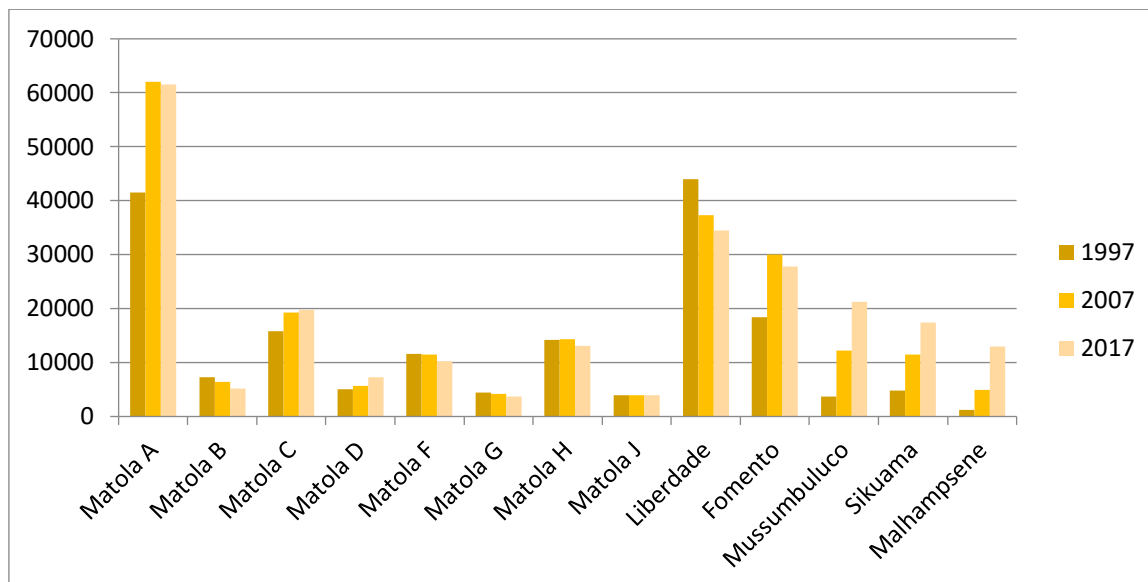
- a) Aumento da proporção da população residente nas áreas urbanas, especialmente devido a migração campo-cidade, como consequência dos diferentes níveis de desenvolvimento, seca, pobreza rural, a situação político militar anterior.
- b) Crescimento do espaço físico das cidades e perspectivas para um futuro melhor. A cidade da Matola, apresenta estes aspetos com um certo grau de relevância pelo facto de constituir uma alternativa devido aos índices de saturação que a Cidade de Maputo apresenta no que concerne ao aumento do espaço físico.

O Plano de Estrutura de Maputo de 1985, propunha para a cidade da Matola uma densificação, onde na primeira fase, a área de expansão habitacional seria de cerca de 3250 ha; e na segunda fase prevê um aumento populacional devido a disponibilidade e a localização das zonas de expansão habitacional. Previa a Matola como alternativa do atual aglomerado e um aumento de mais de 90 mil habitações até ao ano 2010.

O Plano de Estrutura para a Matola e Maputo de Março de 1999, pressupunha a projeção e delineamento de desenvolvimento urbano daquele território, tendo em conta um horizonte de dez anos, até 2010, projetada com base numa taxa de crescimento de 4%. Este plano propunha um desenvolvimento urbano integrado nas áreas de residenciais, comércio e serviços, serviços sociais, indústria, agricultura e áreas de proteção ambiental. No ano de 1999, implementou-se o reordenamento do bairro da liberdade, quarteirões 9

e 13, e no ano 2001, implementaram-se os Planos de Reordenamento do bairro Mussumbuluco (unidade “N” Parcela 10/E) e do Bairro Sikuama, (Unidade H e J).

Figura 69. Disposição Demográfica nos Bairros da Matola-Sede, em três Censos



Fonte: Autor com dados do INE Moçambique, Janeiro de 2022

Esta área urbana concentra toda a estrutura administrativa municipal e provincial³⁷, em edifícios herdados do período anterior à independência e sobretudo em edifícios arrendados. Edifícios de carácter administrativo de raiz surgem depois de 1990 com a construção da Direção Provincial de Finanças, em 2006, Procuradoria Provincial, em 2010, Direção Provincial de Educação, em 2010, Direção Provincial da Saúde, em 2010, Hospital Provincial da Matola, em 2012, Balcão de Atendimento Único, em 2013. A concentração de serviços administrativos na área da Matola Sede, revitalizou o seu crescimento e garantiu que todas as rotas de transporte ligassem a área da Matola Sede a outras áreas e a cidade do Maputo. Na área da administrativa da Matola sede, *todos os bairros apresentam residências unifamiliares de construções de cimento, sendo que apenas Matola A, Matola B, Matola G, Fomento e Liberdade as suas vias de acesso são largas e de asfalto, e as restantes são vias em terra ou mistas, conforme a tipologia residencial na tabela 37* (Miquidade, 2018). As infraestruturas públicas e industriais, estão concentradas no bairro da Matola A.

³⁷ Os edifícios administrativos provinciais concentravam-se até 1990 na cidade de Maputo.

Tabela 40. Tipologia Residencial na Matola-Sede

Bairro	Tipo de Zona	Tipo de Residências	Vias de acesso
Matola A	Concentração de infraestruturas públicas; Zona residencial alta; Cintura com construções informais; Zona portuária, industrial, de serviços e comercial	Residências unifamiliares, construção de cimento	Vias largas de asfalto
Matola B	Zona residencial media	Residências unifamiliares, construção de cimento	Vias largas de asfalto
Matola C	Zona residencial média e alta; Cintura com construções informais; zona comercial e serviços	Residências unifamiliares, construção de cimento	Vias largas de asfalto/ terra
Matola D	Zona residencial media; Cintura com construções informais	Residências unifamiliares, construção de cimento	Vias largas de terra
Matola F	Zona residencial media	Residências unifamiliares, construção de cimento	Vias largas de terra
Matola G	Zona residencial media; comercial e de serviços	Residências unifamiliares, construção de cimento	Vias largas de asfalto
Matola H	Zona residencial media	Residências unifamiliares, construção de cimento	Vias largas de terra
Matola J	Zona residencial media	Residências unifamiliares, construção de cimento	Vias largas de terra
Sikwama	Zona residencial media	Residências unifamiliares, construção de cimento	Vias largas de terra
Mussumbuluco	Zona residencial media	Residências unifamiliares, construção de cimento	Vias largas de terra
Fomento	Zona residencial média e alta; zona comercial e serviços	Residências unifamiliares, construção de cimento	Vias largas de asfalto
Liberdade	Zona residencial média e alta; zona comercial e serviços	Residências unifamiliares, construção de cimento	Vias largas de asfalto
Malhampsene	Zona residencial media	Residências unifamiliares, construção de cimento	Vias largas de terra

Fonte: Departamento de Construção e Urbanização do CMCM in, Miquidade, 2018

A zona industrial da cidade da Matola, localiza-se na sua maior parte na área administrativa da Matola Sede e Machava. Na Matola Sede, estão junto à baía de Maputo e ao longo das principais vias da Estrada Nacional (EN2, EN4, Avenida das Indústrias). Na zona do Lingamo (Matola A), estão os depósitos dos principais fornecedores de combustível, o Porto de Maputo, os terminais de alumínio, petróleo e cereais.

Em conclusão, a área administrativa da Matola Sede, apresenta uma tipologia de malha urbana diversificada, entre regular ortogonal³⁸ de linhas paralelas e perpendiculares entre si e irregular³⁹. A malha irregular está presente nas áreas de ocupação informal, com incidência para partes dos bairros Matola A, Matola C, Matola F, Matola J e Liberdade. Em todas áreas planificadas dos bairros existem características regulares ortogonal com lotes de 15x30 e 20x40. As ocupações iniciam junto de locais de grande concentração populacional e de infraestruturas económicas e sociais, como são os casos de mercados e vias principais e alastram-se para áreas mais recônditas, sem que se justifique um desenho ocupacional de forma regular radioconcêntrica. A totalidade dos bairros tem uma ocupação estável e os bairros de Mussumbuluco, Sikwama e Malhampene a ocupação só se concluiu com a criação das autarquias.

Matola A

O bairro da Matola A, integra a zona limitada pela cidade de Maputo no lado Norte; no lado Este, pelo estuário de Maputo; no lado Sul pelo rio Matola que separa do distrito de Boane e ao longo do lado Oeste, a estrada N2 que separa os bairros da Matola C, Matola F, Fomento e Trevo. Tem um perímetro de cerca de 20,4 Km, uma área de cerca de 20,6Km² e congrega os serviços administrativos municipais centrais e cerca de 70% dos serviços administrativos provinciais⁴⁰.

A cintura periférica⁴¹ suburbana⁴² ou informal, compreende toda a orla marítima, desde a ponte da Matola-rio até ao porto da Matola, com maior incidência entre a avenida Ngungunhana e a zona portuária. As construções informais surgiram no período pós-colonial, com propósito de acomodar população de baixa renda refugiada do conflito

³⁸ Regular ortogonal, quando apresentam características geométricas, com ruas direitas e perpendiculares entre si.

³⁹ Irregular, quando apresenta um traçado anárquico, com ruas estreitas e formas tortuosas, muitas delas a terminar em becos e pátios interiores sem saída.

⁴⁰ Gabinete do Governo provincial, Direções Provinciais de Finanças, Educação, Saúde, Cultura, Pescas, Ambiente, INE, Procuradoria.

⁴¹ O conceito de cintura periférica foi primeiro reconhecido em Berlim em 1936 por Louis, mas foi desenvolvido com um maior grau de sofisticação por Conzen. O conceito baseia-se no reconhecimento de que o crescimento de uma área urbana é descontínuo. Na verdade, o crescimento de uma cidade é composto por um conjunto de expansões da área residencial separados por momentos de pausa onde este uso do solo está ausente.

⁴² As áreas suburbanas são de crescimento informal, sem plano urbano e autorização feita pelo Direção de Construção e Urbanização do Conselho Municipal da Cidade da Matola, surgindo e crescendo sem o controlo municipal

armado. Estes edificaram residências à base de blocos com junção de *matope*⁴³ e cobertura de chapas de zinco, sem autorização da edilidade, pois são parcelas sem planos de urbanização.

Figura 70. Imagem do Bairro Matola "A"



Fonte: Autor, com base no QJIS, Novembro de 2021

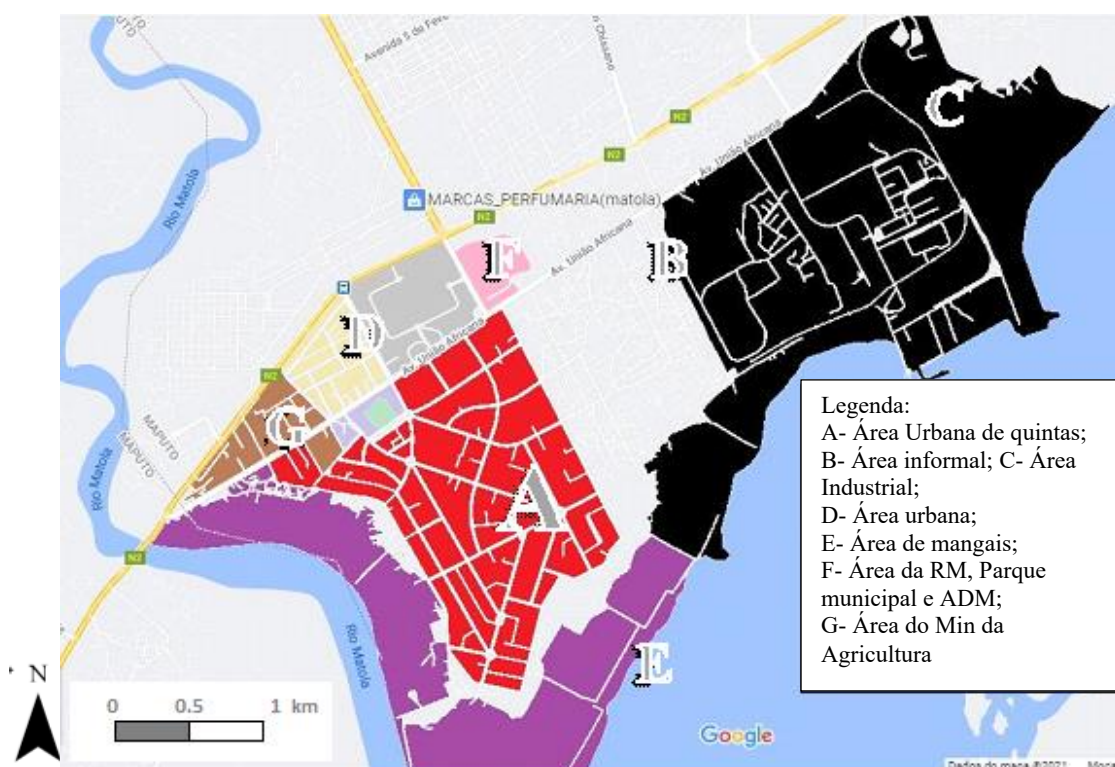
A área de cimento corresponde a toda área de construção colonial que agregava moradores de estrato social médio e alto, constituído por profissionais liberais, muitos deles de origem europeia. Estes, após a independência do país, abandonaram o território, passando as moradias a estarem sob gestão da Administração do Parque Imobiliário do

⁴³ Terra com argila, forma de construção vernacular característica da zona.

Estado (APIE) até às privatizações. Dentro da área de cimento, existem parcelas sob tutela do ministério da agricultura (já ocupado desde início do ano 2000) e parcelas tuteladas pela Empresa Águas de Maputo e Rádio Moçambique.

A parcela de tutela do Ministério da Agricultura, ocupa uma área de formato triangular entre as avenidas da agricultura, no extremo superior, a avenida da União Africana e a EN2 em direção ao distrito de Boane. Esta área incorpora para além de residências de alto padrão, o jardim de infância, dois Hotéis e uma estação arqueológica integrada na esfera do Ministério da Cultura. As ruas são em pavê e de terra, numa largura de oito metros, dispostos em forma paralela. Na outra margem da Avenida União Africana e defronte da área do Ministério da Agricultura foi edificado o Centro Cultural do Banco de Moçambique, com cerca de 60.000 m². A parcela onde estavam implantadas as antenas da radio, transformaram-se na área mais apetecível para implantação de infraestruturas comerciais e serviços, tendo sido ali construído o edifício sede do Conselho Municipal.

Figura 71. Áreas Distintas do Bairro Matola "A"



Fonte: Google Earth, Novembro de 2021

A área de cimento do bairro pode ser analisada em três momentos:

- O período colonial e de implantação urbana;
- O período pós-colonial, no qual a população de origem europeia foi substituída pela africana, onde as habitações passaram a ser tuteladas pela administração do parque imobiliário do Estado (APIE);
- O período de ocupação pela nova classe emergente média e alta de técnicos superiores moçambicano, que substituiu os inquilinos da APIE, e procederam a alienação dos imóveis.

A área de cimento por ser já consolidada em termos de construções de moradias tem um ligeiro acréscimo de moradias com a ocupação da parcela pertencente ao ministério da agricultura e requalificação dos terrenos de dimensão 50x150 a pedido dos proprietários. Em 2006, verificou-se um melhoramento do parque municipal, trazendo para o local atividades comerciais e de lazer, o que acentuou a centralidade desta zona da cidade da Matola.

A área urbana apresenta duas subáreas. A primeira de formato trapezoide entre a Avenida da União Africana, Avenida da Rádio, EN2 e Rua da Agricultura, constituída por quatro ruas interiores paralelas e uma rua interior perpendicular; parcelamentos de dimensões 15x30, moradias do tipo três, construído com material convencional de cimento e cobertura de telhas vermelhas, com anexos no logradouro, arruamentos paralelos e perpendiculares de oito metros de largura, passeios para peões com árvores de sombras. Nesta subárea predominam moradias térreas, chalés e dois prédios de três pisos com apartamentos em banda. Atualmente as unidades económicas e sociais existentes, resumem-se em quatro serviços bancários⁴⁴, o cinema São Gabriel, sete instalações hoteleiras, uma indústria panificadora, um talho, uma clínica médica privada e um centro de saúde público.

A outra subárea entre a Avenida da União Africana, avenida Ngungunhane e orla marítima, apresenta um parcelamento colonial de dimensões 50x150⁴⁵, sendo designado no projeto colonial de subúrbios da Matola, com arruamentos de dez metros de largura,

⁴⁴ Os serviços bancários nesta área urbana são: Banco Comercial de Investimento; Milénio BIM; *Standtbank* e Banco Único.

⁴⁵ As dimensões 50x150, alimentaram a especulação de terra para os que pretendiam construir sua habitação em áreas nobres. Estes parcelamentos foram convertidos em dimensões 30x50.

respondendo ao sentido de cinco rotundas com cinco saídas. As rotundas, representam os polos económicos, sociais e de serviços, onde na primeira localizam os serviços de Eletricidade, Procuradoria Provincial e Conservatória de Registos Cíveis. Na segunda rotunda localiza-se a única igreja católica do bairro Matola A e os serviços dos Correios/Telecomunicações. Por sua vez, na terceira e na quarta rotunda existe um misto de atividades entre comércio, o Museu de História da Agressão Bóer no território da Matola e serviços do INATER. finalmente na quinta rotunda existe um Tribunal e residências. As dimensões de 50x150, alimentaram o negócio da terra e estas dimensões foram transformadas em 30x50 e 25x50 acomodando uma nova classe média e média alta de profissionais liberais, que construíram grandes moradias, depois de 1986⁴⁶.

A Avenida da União Africana, que separa as duas subáreas urbanas é a mais movimentada do interior do bairro, pois é a estrada velha de ligação à Cidade de Maputo ao distrito de Boane e concentram os maiores centros comerciais, mercado municipal, bombas de combustível, serviços centrais do Conselho Municipal da Cidade da Matola e a residência oficial do Governador da Província. A malha urbana é ortogonal e procura unir as cinco rotundas em formato de cinco mãos com cinco dedos cada, perfazendo as ruas que dela derivam, fazendo linhas paralelas, perpendiculares e oblíquas entre si. As ruas têm dez metros, com circulação nos dois sentidos, ladeado por passeios para peões com árvores de sombra.

As extensas avenidas Ngungunhane, em formato reto, a avenida Francisco Manyanga, em forma de curva e contracurva, e a avenida da Rádio, interrompida com rotundas, todas elas partindo da Avenida da União Africana, chegam ao estuário da Matola, área apelidada de *macopene*⁴⁷, e onde se localiza a Escola de Pescas. Estes três corredores em direção a Sudeste, com relativa elevação até ao ponto de localização da rotunda da igreja São Gabriel. Neste percurso, são atravessados por várias ruas perpendiculares e são ladeados por moradias térreas e chalés.

Junto a ponte da Matola Rio, existe a área urbana formal, tem o lote outrora reserva do Ministério da Agricultura, redimensionado e atribuído a cidadãos com elevado poder económico, que edificaram moradias de alto padrão. Nesta mesma área foi edificada o

⁴⁶ Ano de abertura ao mercado liberal.

⁴⁷ *Macopene* é a área informal, junto a orla marítima, suscetível a inundações.

Centro Cultural do Banco de Moçambique e mais a Norte se localizam os tanques de reservatórios de água que alimenta as cidades da Matola e de Maputo e o parque municipal transformada em área comercial, de serviço e de diversão. Segundo o Posto Administrativo da Matola Sede, tem 55 Quarteirões, divididos em dezasseis na área formal urbana, 33 na área informal suburbana e seis de caraterística misto entre formal urbano, informal suburbano e industrial.

Tabela 41. Caraterísticas do Bairro Matola “A”

Quarteirão	Habitantes/21	Moradias/21	Caraterísticas
01	4.420	1.024	Área de construções informais
02	3.596	162	Área de construções informais
03	897	s/dados	Área de construções informais
04	1.550	s/dados	Área de construções informais
05	1.058	66	Área de construções informais
06	1.101	20	Área de construções informais
07	1.209	s/dados	Área de construções informais
08	1.816	900	Área de construções informais
09	586	86	Área de construções informais
10	1.050	s/dados	Área de construções informais
11	580	s/dados	Área de construções informais
12	1.815	145	Área de construções informais
13	1.770	103	Área de construções informais
14	1.912	s/dados	Área de construções informais
15	1.127	915	Área de construções informais
16	932	150	Área de construções informais
17	2.253	772	Área de construções informais
18	489	s/dados	Área de construções informais
19	1.989	216	Área de construções informais
20	3.080	690	Área de construções informais
21	5.458	350	Área de construções informais
22	690	s/dados	Área de construções informais
23	270	s/dados	Área de construções formais
24	1.047	s/dados	Área de construções informais
25	1.255	149	Área de construção formal e informal
26	1.179	131	Área de construções formal
27	1.500	84	Área de construções formal
28	571	s/dados	Área de construções formal
29	986	35	Área de construções formal
30	635	90	Área de construções formal
31	250	72	Área de construções formal
32	1.774	405	Área de construções informais
33	433	126	Área de construções informais
34	997	279	Área de construções informais

35	885	115	Área de construções formal
36	204	49	Área de construções formal
37	1.124	s/dados	Área de construções formal
38	252	42	Área de construções formal
39	709	s/dados	Área de construções informais
40	1.520	395	Área de construções informais
41	769	202	Área de construção formal e informal
42	1.282	s/dados	Área de construção formal e informal
43	1.485	s/dados	Área de construções formal
44	3.436	s/dados	Área de construções informais
45	247	65	Área de construções formal
46	312	s/dados	Área de construções formal
47	249	s/dados	Área de construções formal
48	460	119	Área de construções formais
49	970	151	Área de construções informais
50	876	s/dados	Área de construções informais
51	969	198	Área de construções informais
52	2.400	s/dados	Área de construções informais e industrial
53	2.760	529	Área de construções informais e industrial
54	1.984	269	Área de construções informais e industrial
55	910	s/dados	Área de construções informais

Fonte: Autor com dados do bairro da Matola “A”

A evolução demográfica ao longo dos últimos três recenseamentos da população, não apresenta grandes oscilações, pois o bairro Matola A no segundo e terceiro recenseamentos, apresenta um crescimento de 50%, passando de 41.463 habitantes para 62.088 habitantes e no IV RGPH um decréscimo de 1%, justificado por ser uma área que, ao longo do tempo, apresenta morfologias diversas desde quintas agropecuárias, a áreas de serviços.

Figura 72. Moradias Coloniais



Fonte: Autor, Setembro de 2021

Figura 73. Moradias Pós-Coloniais



Fonte: Autor, Setembro de 2021

Figura 74. Avenida Governador Raimundo Bila



Fonte: Autor, Setembro de 2021

Figura 75. Praça das Quatro Cantinas



Fonte: Autor, Setembro de 2021

Figura 76. Praça da Igreja São Gabriel



Fonte: Autor, Setembro de 2021

A área informal suburbana, estende-se desde a ponte da Matola Rio, fazendo uma cintura junto a margem do rio Matola, até à portagem de Maputo. Esta área ocupa a orla marítima de Macopene, a linha perpendicular entre a Avenida Ngungunhane e a Avenida da União Africana até o Lingamo. Esta área informal, foi sempre designada como área industrial, apetecível à implementação do projeto urbano *Water Front*. Sendo uma área informal, onde não existe plano urbano, as construções no geral⁴⁸ não apresentam uma estrutura convencional e a separação entre as casas é feita por plantas. As ruas entre retas e curvas com largura para circulação de uma viatura de cada vez, iniciam nas duas avenidas laterais perpendiculares e entram pela área informal adentro.

A proposta de implantação do projeto urbano Water Front, consistiria na edificação de moradias e apartamentos de alto padrão em toda a cintura marítima, desde a ponte da Matola Rio até ao Lígamo e transferência de população residente no local para um bairro de expansão como Boquisso. A ocupação desta área foi feita desde a parte mais alta até as regiões mais baixas, existindo habitações precárias junto a água⁴⁹, com inundações no período chuvoso, sem o controle das autoridades municipais.

⁴⁸ Apesar de ser uma área informal, existem algumas construções em alvenaria.

⁴⁹ Habitações precárias junto a água de imigrantes internos, vindo de outras províncias.

Figura 77. Cintura Periférica Informal, na Margem do Rio Matola



Fonte: Autor, Setembro de 2021

Matola B, G, F

Estes bairros estão no perímetro entre a N2 (fronteira com o bairro Matola A), N4 (fronteira com o bairro Matola C), Avenida Joaquim Chissano (fronteira com o bairro Fomento) e avenida de Boane (fronteira com o bairro Matola H). Estes três bairros surgem para acomodar população africana no âmbito da iniciativa da Câmara Municipal entre os anos 1962 e 1968, de apoiar na promoção da urbanização, ajudando a todos que solicitassem, em transporte de mercadoria, pedras e cimento na construção. Assim, residentes das zonas suburbanas da cidade de Lourenço Marques (Maputo), moradores locais e oriundos das províncias de Gaza e Maputo com atestado de empregabilidade, viam neste projeto como meio de ter moradia própria, como refere Rita-Ferreira, “*o apoio gratuito da câmara municipal na construção de residências, criou interesse nos moradores da cidade do Maputo, especialmente profissionais tais como médicos, advogados, oficiais do exército e arquitetos, a procurarem terrenos para construírem as suas casas de campo nos arredores da Matola. Esta oferta cativou também alguns residentes dos bairros suburbanos da cidade de Maputo, como Chamanculo, Xipamanine, e Malanga, para se transferirem para Matola sede, concretamente para as unidades B, F, G*” (1968:211).

O bairro Matola “B” era designado por Matchovele, nome do líder tradicional da referida área administrativa que residia nas proximidades do atual mercado municipal do bairro, que persiste em manter o nome⁵⁰.

Em 1963 iniciam as construções no espaço que inicia na N2 até a avenida de Boane (antiga avenida de Moçambique) e foram as construções do Cinema 700, edifícios comerciais ao redor em Quaquanine⁵¹ e estradas paralelas e perpendiculares. Sendo uma zona propensa a inundações as moradias nesta zona de Ka’Maguaze⁵² foram construídas a começar no local onde esta edificada a igreja Anglicana. As moradias foram sendo construídas desde o centro, até aos bairros de Matola G e F.

O parcelamento colonial neste bairro fez talhões de 15x30, com moradias de T2 e T3 de custos médios/baixos com dependências nos logradouros. Estes bairros de característica urbana e franja informal suburbana na Matola F, tem cerca de 3,8 Km², avenidas asfaltadas de dez metros de largura no limite com outros bairros e oito metro de largura nas ruas que cruzam o cinema 700, e as restantes ruas paralelas e perpendiculares são de terra. As moradias são na totalidade térreas, de material convencional, em cimento, cobertura em telhas e chapas de fibrocimento; e tem a zona do cinema 700 como o *Central Business District* - CBD, com centros comerciais, bancos, cinema, igreja católica, centro de saúde. No cruzamento entre a N2 e N4 existe outro *Central Business District*⁵³ - CBD com centros comerciais, bancos, estabelecimentos hoteleiros e ferragens.

Esta área tem uma malha urbana ortogonal de ruas paralelas e perpendiculares entre si. No bairro Matola F, predominam grandes superfícies de armazéns, construções de moradias formais e informais e uma maior densidade demográfica. Os bairros Matola B e Matola G com predominância de construções de moradias de classe media de trabalhadores fabris. As construções não tiveram um sentido claro de onde iniciaram, pois, surgem com o plano elaborado e apresentado, no período de 1963 a 1967.

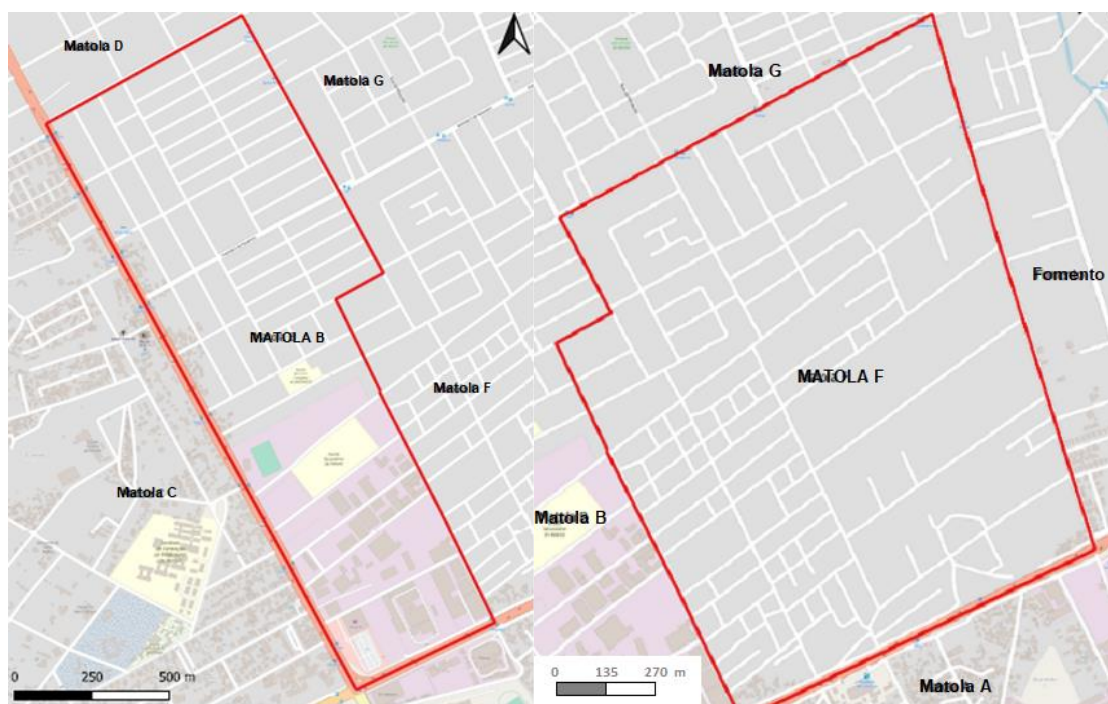
⁵⁰ Estes nomes não tiveram continuidade no período pós-colonial por falta de fundamentação e para evitar a atribuição de nomes polémicos.

⁵¹ Nome que deriva do poço existente dentro do cinema 700, atual Auditório Municipal Carlos Tembe.

⁵² Nome do chefe tradicional local e que dava nome à zona.

⁵³ Local das antigas indústrias alimentares, bateria e armazéns.

Figura 78. Imagem do Bairro Matola "B" e "F"



Fonte: Google Earth, Novembro de 2021

Figura 79. Imagem do Bairro Matola "G"



Fonte: Google Earth, Novembro de 2021

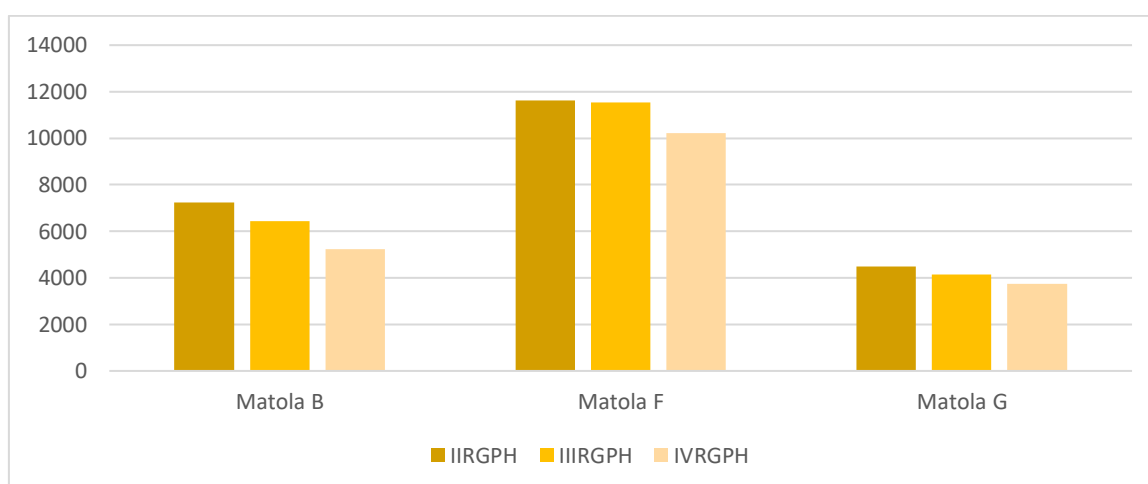
Figura 80. Auditório Municipal 700, no Bairro Matola "B"



Fonte: Autor, Abril de 2016

Estes três bairros de dimensões média, começam a ter perda demográfica no final do século XX, motivado pela tendência de transformação dos espaços de residências em comerciais e serviços. Entre o II RGPH e o III RGPH os bairros da Matola B, F e G, tiveram um decréscimo demográfico respetivamente de 11%, 1% e 7% e entre o III RGPH e o IV RGPH, um decréscimo de 19% no bairro da Matola B, 11% no bairro da Matola F e 10% no bairro da Matola G.

Figura 81. Estágio Demográfico



Fonte: Autor com dados do INE Moçambique

Matola C

O bairro da Matola C era designado de bairro Hanhane em homenagem ao régulo da Matola que vivia nas proximidades do atual supermercado Shopriter⁵⁴, concretamente onde funciona o atual banco ABC. Este bairro apresenta duas características distintas, pese embora ambas serem urbanas. A primeira parte é totalmente urbanizada, com moradias de classe média-alta, de traços coloniais e totalidade de arruamentos asfaltados de dez metros de largura, disposição regular ortogonal em paralelos e perpendiculares, com uma praça com nova nomenclatura de Judite Tembe⁵⁵. Os parcelamentos feitos na década 60 e princípio da década 70 do século XX são de 20x40 e as moradias são térreas de tipo variado (tipo 2, tipo 3 e tipo 4), de material convencional, em cimento, cobertura em telhas e chapas de fibrocimento com logradouro e anexos nos fundos. Em torno da praça Judite Tembe, estão dispostos condomínios verticais de até três andares, onde o R/C destinam-se ao comércio e serviços. Cinco avenidas apresentam sentido paralelo, iniciando na EN4, com a direção Norte/Sul.

A outra parte era constituída por antigas quintas coloniais, invadidas informalmente para acomodar população fugida das áreas de conflito armado na década 80 do século XX, passando a ser designado por aldeia⁵⁶. Esta área foi também destino para residência de pessoas que alienando as suas residências na Matola “A”, adquiriam pequenas propriedades de terra e edificavam as suas residências. A expansão teve sentido em direção ao rio Matola, com arruamento misto entre asfalto e terra, com sete metros de largura em formato oblíqua, paralela e curva e contracurva. O parcelamento é de 10x20, com moradias de estrutura frágil do tipo 2 e tipo 3. As moradias são na totalidade térreas, de material convencional, em cimento, cobertura em telhas e chapas de fibrocimento.

O perímetro deste bairro estende-se a Norte à N4, separando com a Matola B; a Oeste com o bairro Matola J; a Este a N2 que separa com o bairro Matola A; e a Sul o rio Matola. A zona destinada à classe média, tem sete ruas paralelas, que iniciam na N4 em direção a Sul e uma praça⁵⁷ que concentram serviços e comércio. Localiza-se ainda o Magistério Primário e a Escola Central do Partido Frelimo.

⁵⁴ Local onde se realizavam as reuniões do regulado, na sombra da frondosa mafureira, ainda existente.

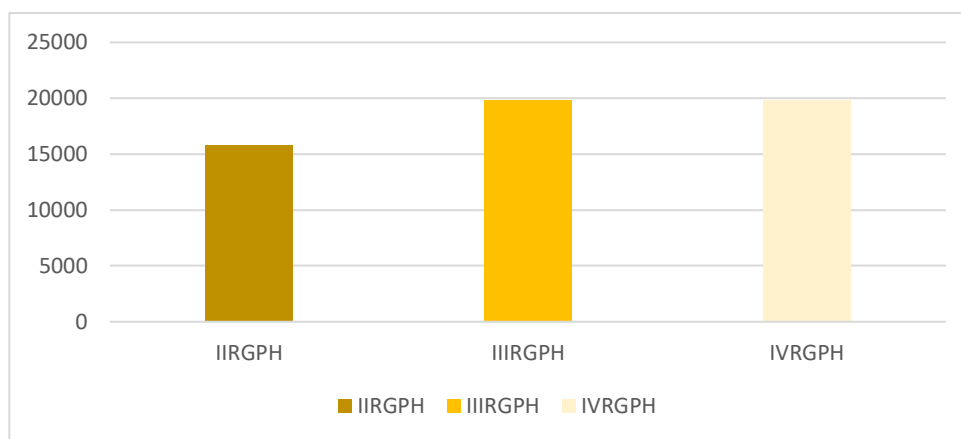
⁵⁵ Nome da esposa do Régulo Hanhane Matola.

⁵⁶ Designação atribuída pelo tipo de aglomerado informal e não ordenado pela entidade municipal.

⁵⁷ Praça Judite Tembe.

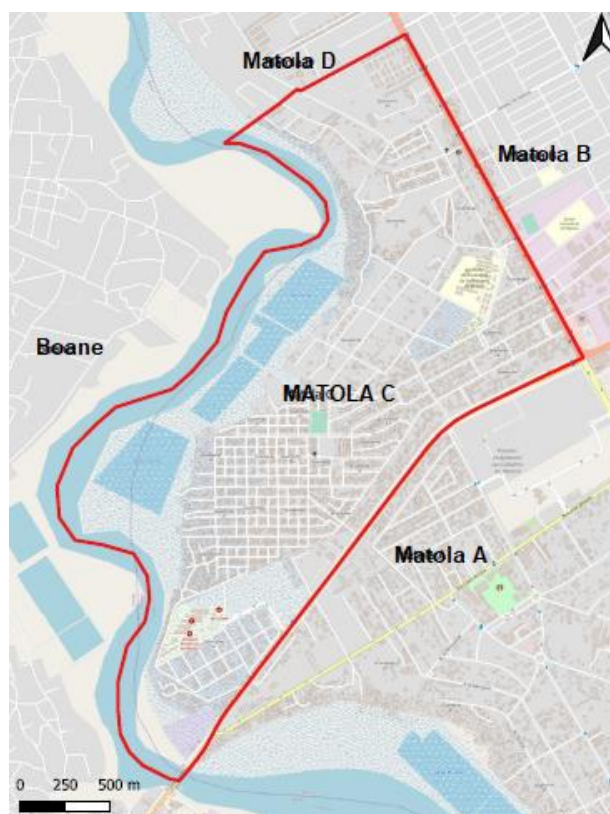
Em termos demográficos, temos um bairro em crescimento, pois no II RGPH realizado em 1997 eram 15.807 habitantes, no qual no III RGPH verificou-se um crescimento de 22%, passando a totalizar 19.231 habitantes. Entre o III RGPH, verificou-se uma redução do crescimento, demográfico, passando a 19.815 habitantes no IV RGPH.

Figura 82. Estágio Demográfico do Bairro Matola "C"



Fonte: Autor com dados do INE Moçambique

Figura 83. Imagem do Bairro Matola "C"



Fonte: Autor, com base no QJIS, Novembro de 2021

Matola D, H e J

Os bairros Matola D, Matola H e Matola J, localizam-se entre a margem do rio Matola, avenida de Boane, avenida da Liberdade e a rua da Texlom. A N4 atravessa o bairro e separa duas áreas diferentes. O lado junto a margem do rio Matola, é constituído por quintas coloniais, que a princípio dedicadas a agropecuária e posteriormente transformadas em áreas de investimento imobiliário, ensino e indústrias. O outro lado foi ocupado pela população de poucos recursos, que construíram residências precárias de caniço e cobertura de chapa sem o parcelamento feito pela Camara Municipal. Estes bairros beneficiaram de requalificação urbana logo depois da independência, com parcelamentos em talhões de 15x30, enquadramento das residências existentes num formato de ruas paralelas e perpendiculares. Verifica-se a edificação de residências unifamiliares térreas de baixo custo do Tipo 1, Tipo 2 e Tipo 3, pois tratava-se de uma área não urbanizada de construção de caniço para munícipes de baixo rendimento.

A malha urbana tem uma estrutura ortogonal com ruas paralelas e perpendiculares de oito metros de largura, sem revestimento e sem passeios nas bermas. As únicas avenidas asfaltadas nestes bairros são as avenidas de Boane, que separa com o bairro Matola G, a avenida da Liberdade, que separa com a o bairro da Liberdade e a N4 que atravessa o bairro em duas faixas para cada sentido.

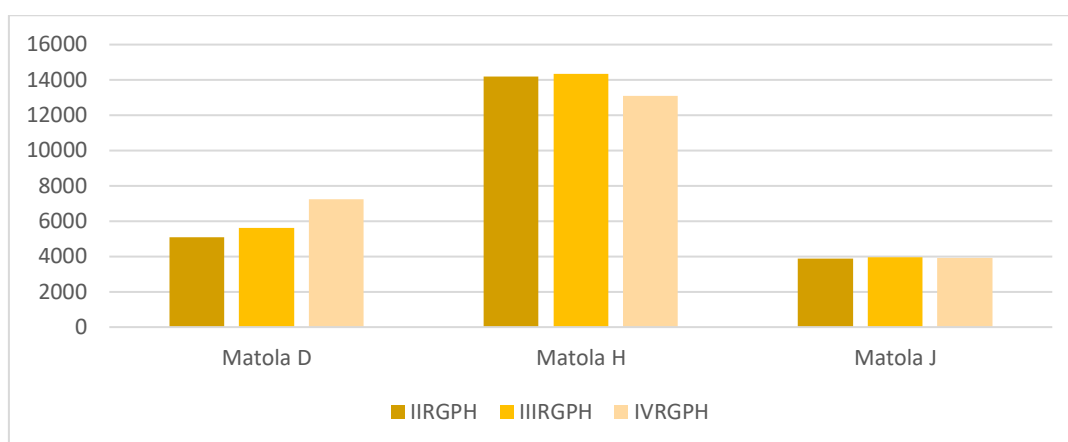
A população ao longo dos últimos três recenseamentos não apresenta grandes oscilações entre II RGPH e o III RGPH, apresenta um crescimento de 10%, sendo de 5.104 habitantes para 5.608 habitantes e no IV RGPH um crescimento de 29%, justificado por ser uma área de quintas agropecuárias que assumiu nos últimos anos o investimento de ensino e imobiliário de condomínios para população social media e alta. O bairro da Matola H, concluiu a sua ocupação e consequente parcelamento antes do ano 2000 permitindo uma estabilidade demográfica entre o II RGPH e a III RGPH de 1%, passando de 14.204 habitantes, para 14.326 habitantes e no IV RGPH um decréscimo de 9% o que corresponde a uma população de 13.081 habitantes. O bairro Matola J, apresenta um cenário semelhante ao bairro anterior onde no IV RGPH apresenta um decréscimo relativo aos censos anteriores.

Tabela 42. Crescimento Demográfico nos Bairros Matola D, H, e J

	II RGPH	III RGPH	Tx Crescim	IV RGPH	TX Crescim
Matola D	5104	5608	10%	7224	29%
Matola H	14204	14326	1%	13081	-9%
Matola J	3881	3974	2%	3917	-1%

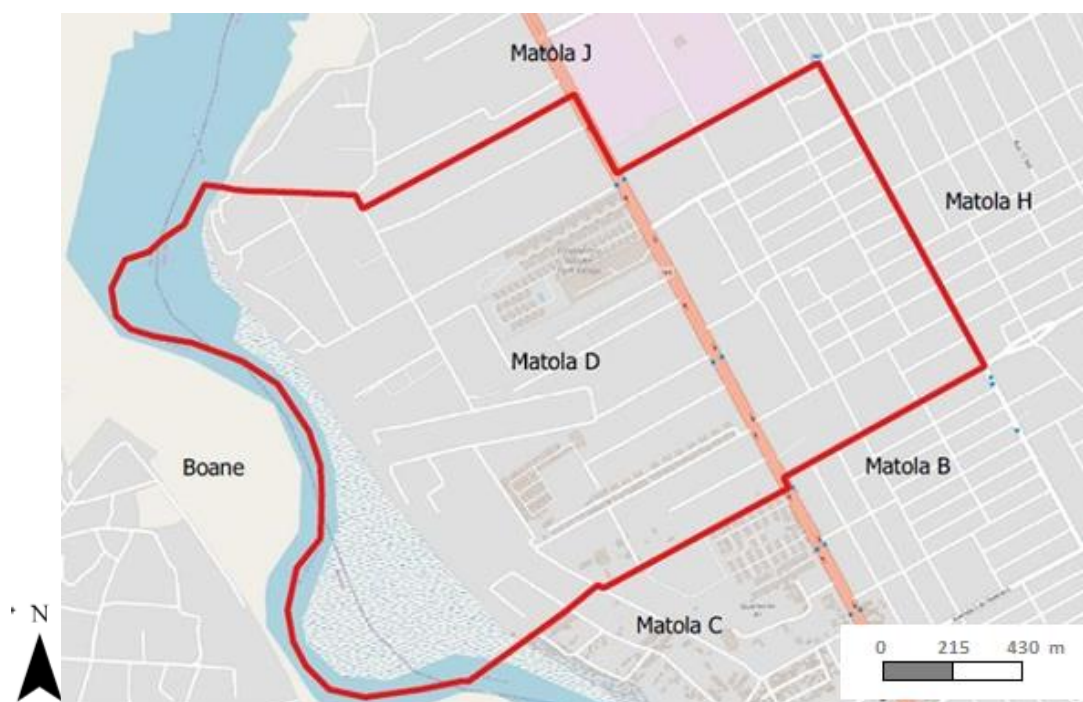
Fonte: INE Moçambique

Figura 84. Evolução Demográfica nos Bairros Matola D, H, e J



Fonte: Autor com dados do INE Moçambique

Figura 85. Imagem do Bairro Matola "D"



Fonte: Autor, com base no QJIS, Novembro de 2021

Figura 86. Condomínio no Bairro Matola "D"



Fonte: Autor, Outubro de 2021

Figura 87. Imagem do Bairro Matola "H"



Fonte: Autor, com base no QJIS, Novembro de 2021

Figura 88. Imagem do Bairro Matola "J"



Fonte: Autor, com base no QJIS, Novembro de 2021

Liberdade e Fomento

A criação dos bairros da Liberdade⁵⁸ e do Fomento, tem dois momentos. O primeiro corresponde à parte central de urbanização colonial; o segundo à expansão da cintura de urbanização pós-colonial. Estes bairros tiveram o seu início no período colonial, para acomodar população africana e portuguesa, com emprego formal. Os limites entre estes dois bairros, durante o período colonial era constituído por um campo de aviação, que segundo fontes orais é referido como propriedade de Armstrong, passando esta área a ser designado de “Mastrong”, junto ao complexo comercial de “Chicocohanine⁵⁹”. Esta área no período pós-independência foi instalado um quartel militar que posteriormente, com o crescimento demográfico, foi transferido para o bairro Malhampsene.

O bairro de Fomento surge na sequência da implementação de um Plano de fomento financiado pelo banco Montepio e destinava-se a funcionários da administração pública e polícias coloniais. A malha urbana é ortogonal, com ruas paralelas e perpendiculares de asfalto e terra. Os terrenos têm dimensões 20x40 e 15x30, com moradias unifamiliares de

⁵⁸ Antigo bairro Silva Cunha.

⁵⁹ Nome de um comerciante português que serviu a polícia colonial.

piso térreo e de dois pisos. O núcleo central do bairro está ao longo da avenida 25 de Setembro e se estende para os sentidos oriente e ocidente.

A parte de urbanização colonial do bairro da Liberdade é estruturada com moradias térreas T2 e T3, com anexos nos logradouros em terrenos de 20x40. A malha urbana da área nuclear apresenta uma estrutura ortogonal, com ruas paralelas e perpendiculares, asfaltadas com dez metros de largura, ou ainda uma faixa central arbórea de separação dos dois sentidos. A cintura do bairro, outrora campos agrícolas e campo de aviação, transformou-se de seguida no período de conflito armado, em quartel sob gestão do Ministério da Defesa Nacional⁶⁰. Com a transferência do quartel para o bairro de Malhampsene, iniciou a ocupação urbana⁶¹, com moradias de autoconstrução e ruas de terra.

Figura 89. Imagem do Bairro Liberdade



Fonte: Autor, com base no QJIS, Novembro de 2021

⁶⁰ O Ministério da Defesa Nacional posicionava os mísseis antiaéreas de defesa da cidade

⁶¹ A ocupação urbana na cintura do bairro da Liberdade, teve início com o fim do conflito civil em 1992.

Figura 90. Arruamento no Bairro Liberdade



Fonte: Autor, Outubro de 2021

Estes dois bairros têm uma estrutura demográfica decrescente nos últimos três recenseamentos gerais da população e habitação, por estar no trajeto das águas caídas a montante⁶², que desagua no estuário, provocando alagamentos⁶³ na área urbana, sempre que a vala de drenagem estiver interrompida. Para minimizar esta situação, os residentes foram transferidos para bairros de Siduava. Outro fator que influencia o decréscimo da população no bairro da Liberdade é o conflito na delimitação dos limites com o bairro Mussumbuluco, pela anexação da antiga área Unidade “I”⁶⁴, que de forma incorreta, foi anexa pela estatística ao bairro da Liberdade e posteriormente passou a pertencer ao bairro de Mussumbuluco. No II RGPH, realizado em 1997, o Instituto Nacional de Estatística de Moçambique, refere que o bairro da liberdade tinha 43.932 e o bairro de Fomento tinha 18.394 habitantes. No III RGPH, realizado em 2007, o bairro da Liberdade apresenta uma redução demográfica de 15% e o bairro de Fomento um crescimento em 63%, apresentando 37.319 e 30.070 habitantes respetivamente. No IV RGPH, realizado em 2017, o bairro da Liberdade continuou a ter uma tendência decrescente (8%) bem como o bairro de Fomento (7%), passando a apresentar 34.436 e 27.855 habitantes respetivamente.

⁶² O trajeto das águas tem o seguinte roteiro: Nkobe, Km15, Tsalala, Liberdade, Fomento, Matola A e desagua no estuário.

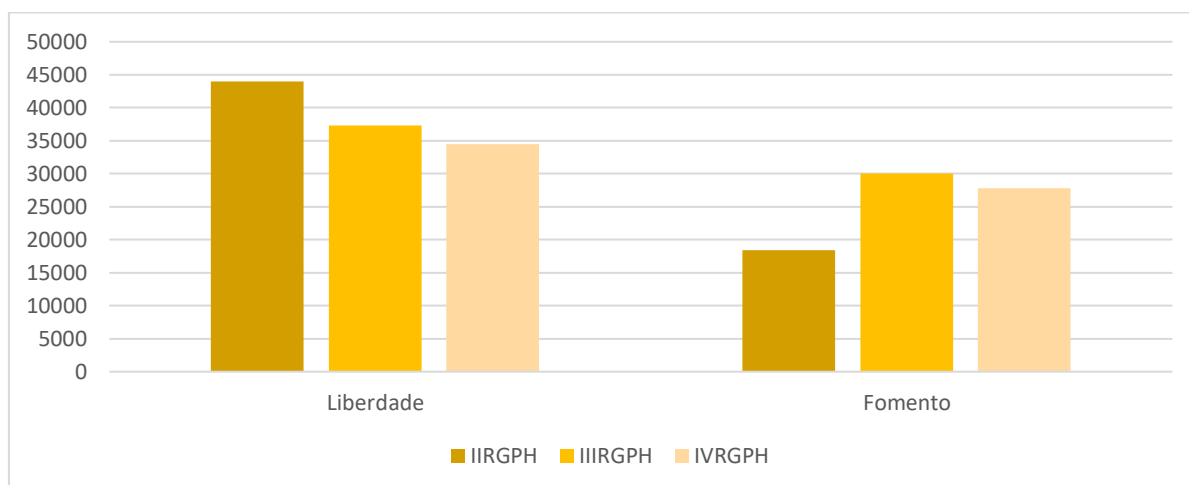
⁶³ Os alagamentos resultam da ocupação das bacias de água por residências.

⁶⁴ Antigo bairro Matola I, também designado de Liqueleva (nome da esposa do regulo Mussumbuluco).

Tabela 43. População no Intervalo Censitário dos Bairros Liberdade e Fomento

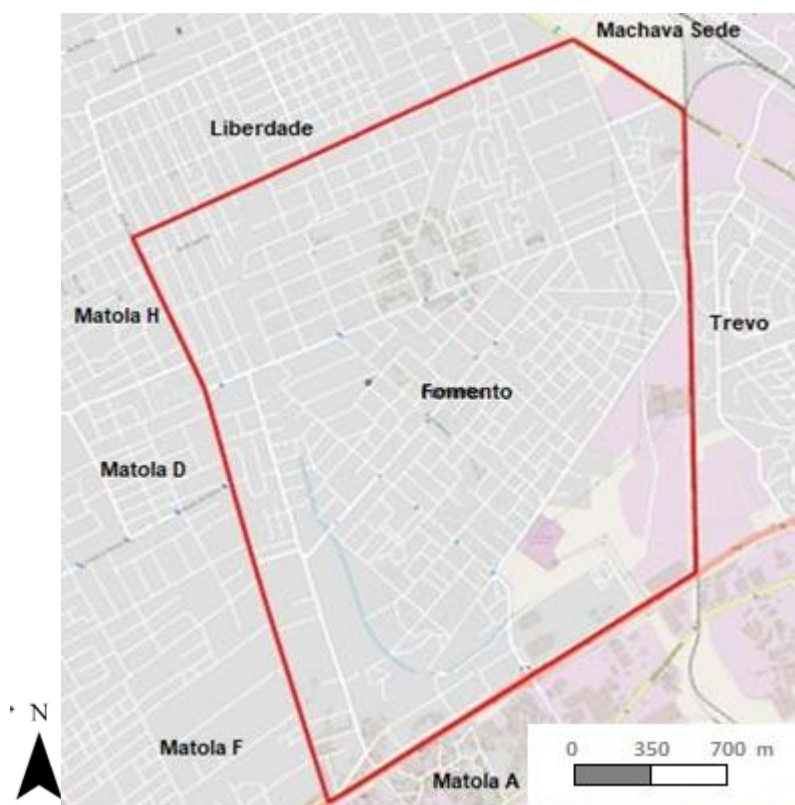
	II RGPH	III RGPH	IV RGPH
Liberdade	43.932	37.319	34.436
Fomento	18.394	30.070	27.855

Figura 91. Evolução Demográfica nos bairros Liberdade e Fomento



Fonte: Autor com dados do INE Moçambique

Figura 92. Imagem do Bairro Fomento



Fonte: Autor, com base no QGIS, Novembro de 2021

Mussumbuluco, Sikwama e Malhampsene

Os bairros Mussumbuluco, Sikwama e Malhampsene⁶⁵, foram os últimos a terem uma plena ocupação urbana. A Norte, os bairros são limitados pelo bairro da Liberdade, a Este pelo bairro Matola J, a Oeste pelos bairros Tsalala e Matola Gare e a Sul pelo rio Matola. Estes bairros de características urbanas apresentaram uma rápida ocupação no princípio dos anos 2000, com uma malha ortogonal regular paralela e perpendicular, como resultado dos planos de reordenamento do bairro Mussumbuluco (unidade “N” parcela 10/E) e de reordenamento do bairro Sikuama, ambos no ano 2000 e implementação do plano parcial de Malhampsene nos anos 2002/2003.

Estes três bairros, são ocupados por moradias unifamiliares de autoconstruções progressivas térreas de tipologia T1, T2 e T3, investimento imobiliário de condomínios, (concretamente no bairro Malhampsene), cemitério municipal, indústrias e lixeira municipal. As principais vias são a N4, que atravessa os bairros em direção à República da África do Sul, a avenida Carlos Tembe⁶⁶, que liga ao distrito de Boane e a avenida das Indústrias, que liga aos bairros da Liberdade e Tsalala. Estas vias concentram as principais atividades e ligam a grandes infraestruturas fora do bairro. As ruas internas dos bairros de Mussumbuluco, Sikuama e Malhampsene têm oito metros de largura e são de terra que dificulta a circulação no tempo chuvoso.

Segundo dados de Instituto Nacional de Estatística, estes três bairros apresentam um gráfico demográfico ascendente, tendo nos últimos três recenseamentos gerais da população e habitação, resultado do elevado processo migratório do centro para a periferia⁶⁷, ou seja, da Matola A e cidade de Maputo para os bairros emergentes, motivados pelos planos de ordenamento do início do século XXI. Este processo resultou no crescimento entre o II RGPH, realizado em 1997 e o III RGPH realizado em 2007 de 228% no bairro Mussumbuluco, 140% no bairro Sikuama e 308% no bairro Malhampsene, estando os maiores índices de crescimento demográfico na área administrativa da Matola Sede. O mesmo cenário verificou-se entre o III RGPH e o IV

⁶⁵ Estes três bairros foram batizados com nome do líder tradicional do bairro no período colonial.

⁶⁶ Reabilitada com o propósito de ligar a empresa multinacional do alumínio, a Mozal.

⁶⁷ Crescimento do centro para a periferia, onde de forma natural população de rendimentos mais baixos, que vive no centro urbano, passa a ocupar as áreas periféricas e de baixo valor económico.

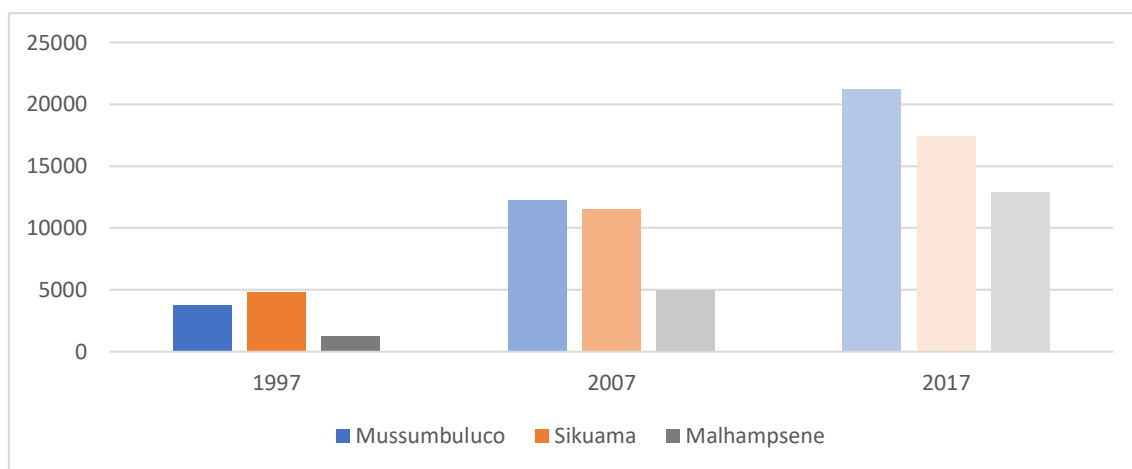
RGPH realizado em 2017, com o bairro Mussumbuluco a apresentar um crescimento de 73%, o bairro Sikuama com um crescimento de 52% e o bairro Malhampsene com um crescimento demográfico de 159%. O bairro de Mussumbuluco beneficiou do registo demográfico da área conflituosa de Liqueleva⁶⁸, agrupado ao bairro da Liberdade no I RGPH. A tendência de ocupação demográfica tende a diminuir quanto mais se distancia do centro administrativo⁶⁹ para os referidos bairros de expansão.

Tabela 44. População no Intervalo Censitário nos Bairros Mussumbuluco, Sikuama e Malhampsene

Bairros	1997	2007	2017
Mussumbuluco	3.735	12.243	21.185
Sikuama	4.782	11.483	17.439
Malhampsene	1.220	4.972	12.902

Fonte: INE Moçambique

Figura 93. Crescimento Demográfico nos Bairros Mussumbuluco, Sikuama e Malhampsene



Fonte: Autor com dados do INE Moçambique

O bairro Mussumbuluco⁷⁰, surge no âmbito do crescimento do tecido habitacional, tem como principal infraestrutura pública, o cemitério municipal construído na década

⁶⁸ A área de Liqueleva perpetua um conflito depois de administrativamente ser considerado Unidade “I” e transformada em bairro da Matola “I”. Esta área que pertence ao bairro Mussumbuluco, tem uma estrutura administrativa própria e autónoma (Sede do Comité do Círculo).

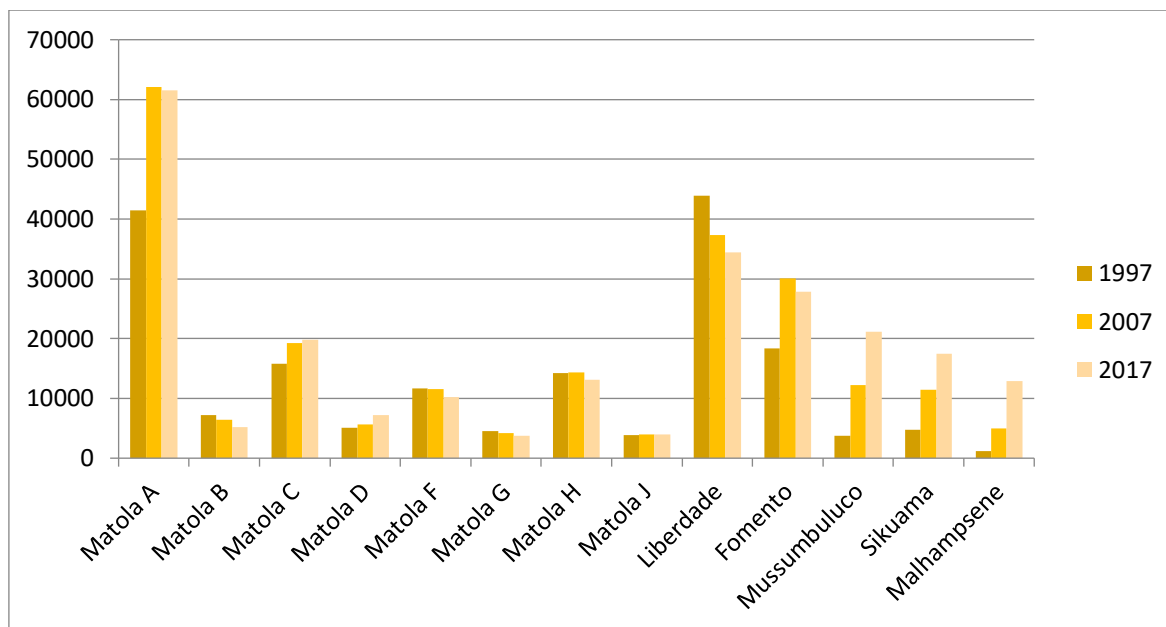
⁶⁹ O centro administrativo da área da Matola Sede é o bairro da Matola “A”.

⁷⁰ O termo Mussumbuluco, significa no idioma local segunda-feira, sendo nome do líder tradicional da área casado com Liqueleva.

(19)60 e a indústria têxtil (Texlom) construído na década (19)70. No período pós-independência como forma de promoção de uma organização, designou-se esta mesma área de Unidade “I”, despertando um conflito para criação no início da municipalização de um bairro, resultado da cisão do bairro Mussumbuluco, o que não se concretizou conforme a resolução 17/1998 de 30 de Agosto da Assembleia Municipal da Cidade da Matola.

A malha urbana é ortogonal, com ruas de oito metros de largura, paralelas e perpendiculares de terra solta. Os terrenos para moradias têm dimensões variadas, entre 20x40 e 15x30, com construções unifamiliares de piso térreo progressivas⁷¹. O bairro Sikuama, promoveu um rápido crescimento depois da implantação do Plano de Reordenamento no ano 2000. O bairro de Malhampsene, foi a área de retirada de areia para construção do Estádio da Machava, no bairro Acordo de Lusaka, criando um enorme buraco usado posteriormente para depósito de lixo da cidade.

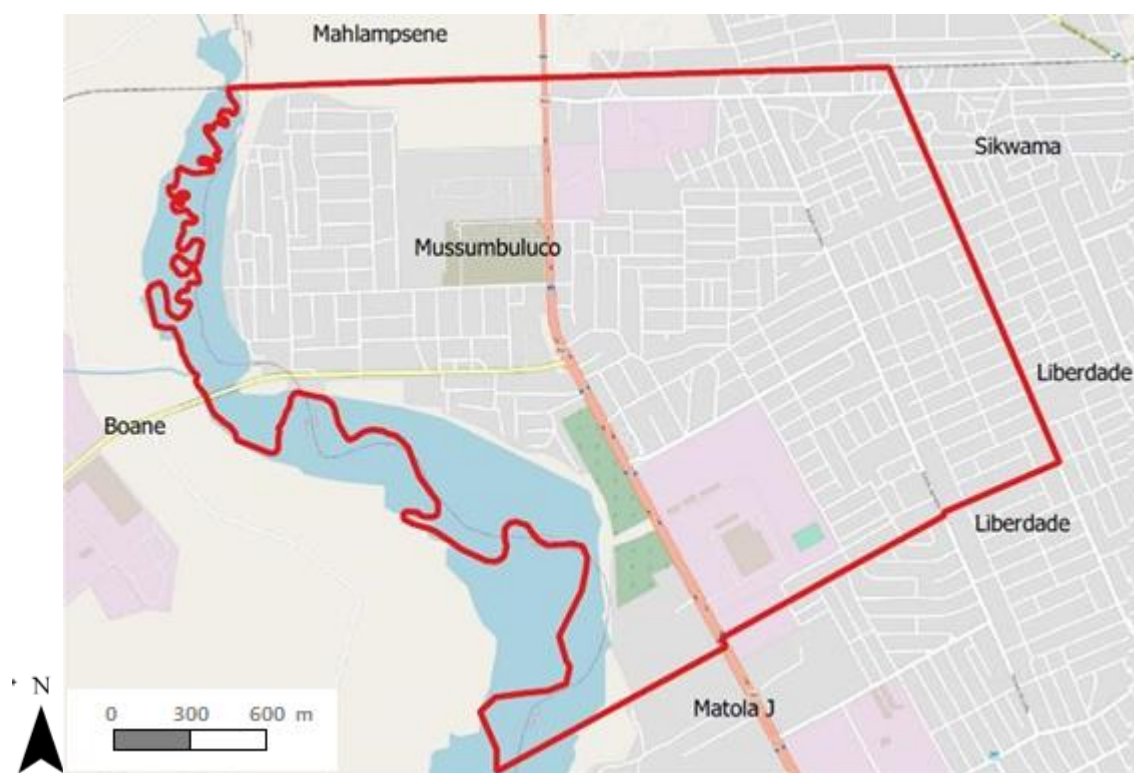
Figura 94. Comparação de Crescimento Demográfico



Fonte: INE Moçambique

⁷¹ Os proprietários das obras, ocupam os compartimentos concluídos ao longo do processo de construção.

Figura 95. Imagem do Bairro Mussumbuluco



Fonte: Autor, com base no QGIS, Novembro de 2021

Figura 96. Imagem do Bairro Sikuama



Fonte: Autor, com base no QGIS, Novembro de 2021

Figura 97. Imagem do Bairro Malhampsene



Fonte: Autor, com base no QGIS, Novembro de 2021

IV. CONCLUSÃO

Em Moçambique, pela Constituição da República, a terra é propriedade do Estado, cabendo a gestão e planeamento, responsabilidade de instituições do Estado de nível central e provincial e pelos municípios no âmbito do Poder Local.

O número de técnicos capacitados na área do urbanismo afetos às autarquias e na administração central, tem vindo a aumentar contribuindo para a alteração do paradigma da consolidação do espaço urbano. De facto, até há poucos anos, Moçambique tinha uma capacidade institucional frágil para a elaboração de projetos de construção civil pública (e privada). A paisagem urbana em Moçambique é marcada por uma dicotomia morfológica herdada do período colonial, em que foram construídos os principais centros urbanos, e o período pós-colonial em que as construções resultam do afluxo migratório às periferias urbanas e aos interstícios do espaço consolidado, predominando a construção informal.

O ordenamento do território imposto pelos instrumentos e políticas de uso e gestão da terra nacionais e de legislação própria dos municípios, acompanha o crescimento demográfico, numa tendência de evolução horizontal, assente em fatores económicos, culturais e sociais traduzindo um superpovoamento, com fraco crescimento de infraestruturas públicas municipais. Esta tendência que caracteriza as cinturas urbanas de construção pós-colonial de serem *“bairros não planeados, de planta indiferenciada ou anárquica; elevada densidade de ocupação do solo, dificultando a circulação e falta de espaço para serviços; deficientes ou inexistentes redes de abastecimento de energia elétrica, de água potável, rede de telecomunicações e saneamento básico; com construções de material de baixo custo ou precário; deficiente rede comercial e circulação viária; e área fundamentalmente residencial de classes trabalhadoras de poucas posses, com graves problemas ambientais”* Araújo (2003).

A problemática das cidades africanas, mais concretamente no espaço moçambicano, abordado por Mário Gonçalves Fernandes e Rui Mendes (2012) e por Júlio Carrilho e Luís Lage (2010), referindo, sinteticamente, que as cidades apresentam áreas centrais de cimento com infraestruturas e serviços municipalizados e uma cintura vasta de construção informal precária sem o mínimo de infraestruturas e serviços municipais.

O Decreto 60/2006, de 26 de Dezembro, classifica a urbanização em três níveis: urbanização básica, urbanização intermédia e urbanização completa. Por sua vez, ao nível da organização e gestão administrativa, as cidades moçambicanas, assentam em duas estruturas. A primeira através dos órgãos Locais do Estado com a função de representação do poder do Estado ao nível local para administração e desenvolvimento do respetivo território. A segunda baseia-se através do Poder Local - que compreende os municípios de cidades, vilas e povoações - que tem por objetivo organizar a participação dos cidadãos na solução dos problemas próprios da comunidade e promover o desenvolvimento local, o aprofundamento e a consolidação da democracia, no quadro da unidade do Estado, apoiando-se na iniciativa e capacidade das populações e suas organizações.

As cidades moçambicanas são classificadas pela Resolução do Conselho de Ministros nº 7/87, de 25 de Abril, em quatro níveis, considerando como critério base, o grau de desenvolvimento dos centros urbanos, em particular a complexidade da sua vida política, económica, social e cultural, densidade populacional, número e tipo de indústrias, comércio, atividades sanitárias, educativas, culturais e desportivas. Assim, classificam-se em quatro níveis:

- nível “A” e com estatuto especial, a cidade do Maputo, segundo a Lei 8/97 de 31 de Maio, que define as normas especiais que regem a organização e o funcionamento do município do Maputo;
- nível “B” são as cidades de Nampula e Beira, e posteriormente pela Resolução 55/2007, de 16 de Outubro a cidade da Matola;
- nível “C”, todas as restantes cidades capitais provinciais;
- nível “D”, os demais centros urbanos do país, cujo grau de desenvolvimento os caracteriza como municípios e assumem um papel de relevo no desenvolvimento local.

O crescimento das cidades entre 1975 e 2010, foi feito sem políticas estruturadas de ordenamento do território e de promoção da habitação, sobrevivendo de iniciativas *ad-hoc*, baseadas na política de nacionalização de 1976, que promovia a “distribuição” a custo zero de imóveis por todo o território nacional, sob gestão da APIE. No período entre 2010 e 2014 o Fundo de Fomento de Habitação promoveu a construção de 21.598 habitações de tipologia diversificada, privilegiando populações de renda alta, com condições de pagar mensalmente ao banco valores acima do salário mínimo pela aquisição da habitação. Estes valores de construção de habitação que obedece aos quesitos legais, são uma gota de água no panorama do parque habitacional e das necessidades da população. Tenhamos como referência que cerca de 80% dos 5 milhões de moradias recenseadas em Moçambique foram autoconstruídas.

Os esforços em dotar os aglomerados urbanos de planos de ordenamento, têm vindo a ser feitos em parceria com a academia (e com o apoio de institucionais internacionais), que procuram traduzir no terreno o estabelecido legalmente. A nível dos municípios, o Plano de Estrutura Urbana (PEU), é o instrumento que regula a ocupação do território em Moçambique. Os centros urbanos de Maputo, Matola, Beira, Nampula, Pemba, Dondo, Inhambane, Chimoio e Lichinga, têm Planos de Estrutura Urbana, elaborados pela Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane. A cidade de Maputo, como capital do país, fora percussora na elaboração e implementação desta ferramenta sendo a primeira cidade a elaborar o seu Plano de Estrutura Urbano no período autárquico que serviria de catalisador para o desenvolvimento dos planos das restantes cidades.

A iniciativa do desenvolvimento urbano foi impulsionada pela Câmara Municipal, procurando chegar e envolver a população de renda mais baixa com emprego e que

pretendesse edificar uma moradia nos bairros populares. Para impulsionar a adesão dos munícipes a Camara Municipal atribuía o terreno, fornecia areia, pedras, cimento para o início da construção, bem como apoiava ao nível do acompanhamento técnico-especializado.

Após a independência, surgiram três Planos de Estrutura Urbano:

- O Plano de Estrutura da Cidade de Maputo de 1985, que incluía a cidade da Matola, à altura administrativamente integrada naquela cidade, desenvolvido pelo Instituto Nacional de Planeamento Físico (INPF) e o Conselho Executivo de Maputo;
- O Plano de Estrutura da Área Metropolitana de Maputo de 1999, financiado pelo Banco Mundial;
- Finalmente, o Plano de Estrutura Urbano da cidade da Matola de 2010, elaborado pela Faculdade de Arquitetura e Planeamento Físico da Universidade Eduardo Mondlane, desenvolvido no período autárquico.

Dos três terá sido o último plano, o que teve maior eficácia, por responder às necessidades e interesses dos munícipes da Matola, pois incorporou contribuições de várias auscultações públicas bem como das discussões em Assembleia Municipal.

No entanto, apesar das boas intenções daquele plano deu-se o constrangimento de, ainda antes da sua aplicação no terreno, ter entrado em vigor o plano provincial e nacional de construção da Estrada Circular de Maputo. Aquele projeto estruturante para a região obrigou à alteração das centralidades previstas pelo respetivo Plano de Estrutura Urbano, o que, na prática condenou o seu cumprimento pleno.

Com a evolução da situação política e do contexto sócio-demográfico, o espaço urbano nuclear caracterizado por uma morfologia ortogonal e radio concêntrica foi-se transformando pela pressão migratória, ficando os espaços destinados para reservas de utilidade pública, como os jardins, pântanos e lixeiras ocupados por refugiados. Baia (2009), refere que *esse processo também orientou um modo de vida urbano híbrido, que se dá pela coexistência de dois processos de produção do espaço urbano: uma urbanização nativa, derivada de sociedades africanas pré-coloniais, apoiadas nos sistemas de linhagem e por ruralidades; e outra, uma urbanização ocidentalizada: marcada por lógicas modernas e industriais de habitar e viver na cidade.* A morfologia urbana geral da cidade da Matola foi assumindo uma identidade urbana dual no qual na cidade consolidada, que corresponde genericamente aos bairros da Matola “A”, Matola

“C”, Matola “G”, Fomento, Liberdade e Machava Sede apresenta características de construção horizontal com algumas franjas de edifícios de três pisos.

O Posto Administrativo de Infulene apresenta uma ocupação habitacional de cerca de 80% do território em construções formais ordenadas, mesclada de construção informal desordenada perfazendo áreas suburbanas. Os restantes 20% são constituídas por habitação dispersa, não ordenado e de características rurais nos bairros mais a Norte como Mali, Mucatine, Ngolhoza. Por sua vez os Postos Administrativos da Machava e Matola Sede apresentam uma ocupação na totalidade do território entre áreas formais ordenados e informais desordenados. As áreas suburbanas apresentam maior densidade demográfica como resultado de fuga de população ao conflito armado e a política deficitária de acolhimento ao cidadão num território de fraca gestão do ordenamento.

A totalidade dos bairros de construção formal apresenta um ordenamento ortogonal e paralelo com parcelamento variado. Porém, o bairro da Matola A é o que apresenta características distintas por via de uma estrutura morfológica assente em várias rotundas com quatro e cinco saídas, loteamentos com parcelas de 15x30 m², 20x40 m², área de quintas coloniais com parcelamentos de 50x50 m², atualmente transformados em 30x50 m² de acordo com o seu ordenamento urbano.

A gestão da terra e do ordenamento do território nas cidades é da responsabilidade dos municípios, devendo estes privilegiar um ordenamento assente em projetos e políticas publicas de promoção de habitação para todos os estratos sociais, onde de forma específica o município da cidade da Matola, apresenta condições de promoção de três critérios de obtenção de habitação, na política do ordenamento do território. As classes sociais de menores recursos beneficiam de habitação social, enquanto as classes sociais beneficiam de condições favoráveis sujeitas aos critérios de construção de condomínios horizontais em cooperativas ou em habitações de financiamento em Parcerias Público-privadas, requalificando as áreas informais designadas por subúrbios.

A cidade da Matola apresenta uma maior densidade demográfica essencialmente por estar próxima da cidade do Maputo, sendo uma alternativa na procura e obtenção de habitação ou lotes para a sua construção. A criação da área metropolitana do Grande Maputo promoveu o desenvolvimento de vários serviços na cidade de Maputo, transformando a Matola em cidade-dormitório, consumidora dos serviços fornecidos pela cidade de Maputo. Estes aspetos transformaram a Matola em cidade de maior densidade demográfica no intervalo censitário, com um crescimento de 63,9% entre o terceiro

recenseamento geral da população e habitação realizado em 2007 e o quarto recenseamento realizado em 2017. As tendências de desenvolvimento mundial apresentam um elevado enfoque na habitação digna referindo que *a urbanização vai continuar a ser um dos principais motores para o desenvolvimento social, económico e político no futuro, afetando a saúde, o desenvolvimento económico, a cultura e a governança* (Habitat III, 2016:31). Neste mesmo relatório, refere ainda que, o crescimento demográfico afeta hoje as cidades de países em desenvolvimento e que *até 2050 espera-se que a população urbana quase duplique, fazendo da urbanização, uma das mais transformadoras tendências do Século XXI* (Habitat III, 2016:31).

As cidades moçambicanas caracterizam-se por grandes áreas suburbanas e periurbanas de construção informal sem mínimos serviços municipalizados⁷², áreas onde o índice de crescimento demográfico apresenta uma estrutura geométrica e o crescimento urbano uma estrutura aritmética. Estas áreas informais, caracterizam-se por bairros não planeados e de planta anárquica; elevada densidade de ocupação, e falta de espaço para infraestruturas municipais; fraca rede de abastecimento de energia elétrica, de água potável, rede de telecomunicações e saneamento básico.

As áreas urbanas moçambicanas, apresentaram um crescimento que representa 35% a nível nacional segundo o IV RGPH, e a província do Maputo representa 60,7% de área urbana. A província do Maputo tinha um total de 1.225.489 habitantes, sendo cerca de 68% da população residente nas áreas urbanas e 32% nas áreas rurais. De 1997 a 2007, a população desta província aumentou em 419,310 habitantes, o que representa um incremento de 52%. Assim, verifica-se que mais da metade da população reside na Cidade da Matola que, devido ao seu caráter essencialmente urbano, também concentra a maior parte da população urbana de Maputo Província. O crescimento da população urbana poderá ser atribuído a guerra civil que assolou o país durante vários anos e que afetou, em particular, as áreas rurais, provocando um movimento demográfico de população rural em direção às principais cidades, consideradas lugares mais seguros.

O crescimento da população, pressupõe necessidade de habitação e habitação condigna por cada agregado familiar. Neste contexto, o INE Moçambique, refere que a habitação é uma das necessidades básicas que toda a população procura satisfazer e é considerada

⁷² Refere-se aos serviços municipalizados todos aqueles da responsabilidade das autarquias como vias de acesso, saneamento do meio, eletricidade e água.

como uma necessidade social elementar na maioria das sociedades. As características físicas das habitações, especialmente o material usado na sua construção e o acesso a serviços básicos de água, saneamento e energia, são indicadores importantes do nível de vida dos agregados familiares e dos seus membros. As características do parque habitacional constituem um indicador bastante relevante do nível de desenvolvimento socioeconómico.

Segundo o III RGPH realizado em 2007, 99,7% da população da província de Maputo, tanto nas áreas urbanas como rurais, vivia em habitações particulares. Do total dos 269.924 agregados familiares, 174.851 (64.8%) vive nas áreas urbanas, desenvolvendo grandes cinturas suburbanas e 95.073 (35.2%) vive nas rurais. No intuito de promover uma (re)organização urbana cuja necessidade aumenta em paralelo com o afluxo algo desordenado de população o governo fez aprovar a Resolução 18/2007 de 30 de Maio de 2007 de Conselho de Ministros que aprovou a Política de Ordenamento Territorial bem como a Lei nº. 19/2007 de 18 de Julho, da Assembleia da República, que aprovou a Política de Ordenamento do Território.

O Plano de Estrutura Urbano da Cidade da Matola, abrange toda a área correspondente ao território do Município da Matola, sendo o instrumento de ordenamento do território que estabelece a organização espacial da totalidade do território do município, os parâmetros e as normas para a sua utilização, tendo em conta a ocupação atual, as infraestruturas, os equipamentos sociais existentes e a implantar, e a integração na estrutura espacial regional.

Nos primeiros anos após a independência, o regime de inspiração socialista, erguido pela Frelimo, proclamou maior equidade, o fim da opressão e exploração coloniais e o progresso cultural e social, baseado numa ideia de nação, unificada, homogénea e assente no paradigma da modernização (Cahen, 1987). Neste contexto, foi criado o parque imobiliário do Estado, com o propósito de gestão dos imóveis abandonados pela população não moçambicana. De seguida foi elaborado o projeto de financiamento à construção de habitação, designado por Fundo de Fomento da Habitação, tutelado pelo Ministério das Obras Públicas, com o propósito de promover habitação de baixo custo, não observando os critérios de habitação social de renda bonificada, e de mecanismos de não-mercado.

O município da Matola elaborou e aprovou em 2010 o seu Plano de Estrutura Urbano, que propõe estabelecer:

- Os princípios de sustentabilidade ambiental,
- A rede principal de acessos urbanos,
- Promover a ordem de prioridades para o desenvolvimento urbano, e os parâmetros gerais que devem governar a ocupação do território autárquico
- Eliminar as assimetrias sociais e os privilégios na escolha dos locais para a distribuição das redes de infraestrutura, de serviços e dos equipamentos sociais
- Definir os princípios e os modelos de ordenamento do território autárquico.

Neste sentido procura-se ter em conta a criação de condições das áreas de construção informal, na cintura da cidade, onde reside maior percentagem da população, para promover o crescimento da cidade de forma sustentável consolidando com o núcleo central urbano de expressão mais formalizada.

O crescimento demográfico da cidade da Matola, desperta a necessidade de promoção de crescimento habitacional dentro dos padrões do ordenamento urbano concebido pelo Plano de Estrutura Urbano de 2010. Bairros de tipologia suburbana sem planos urbanos, apresentam maior crescimento demográfico no intervalo censitário de 2007 a 2017, comprometendo a prestação de serviços municipalizados. A intervenção municipal na promoção de habitação social, e de construção em cooperativas e parcerias publico privado, pode permitir o cumprimento da Agenda 2030 sobre os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável Globais (ODS), pois inclui ações tendentes à disponibilização de habitação adequada aos municípios, à promoção do planeamento e uso sustentável da terra, bem como a prestação de serviços municipais como água, saneamento, drenagem, recolha de resíduos, energia, e promoção de espaços ordenados.

Todos os bairros municipais da Matola apresentam franjas de áreas de crescimento informal resultante da falta de planos de ordenamento do território, da ocupação de espaços verdes e de reserva municipal como consequência da fuga ao conflito armado e política de proteção às vítimas do mesmo conflito. O processo de municipalização iniciado em 1998, trouxe o desafio de ordenamento do território (Lei 2/97 de 18 de Fevereiro), que regula a criação e funcionamento das autarquias locais sendo responsabilidade das autarquias, criar condições para urbanização, construção e habitação para todos os municípios.

O Programa do Quinquénio de Governação Municipal de 2018 a 2023, apresentou como parte da sua estratégia de desenvolvimento urbano três eixos estruturantes:

promoção de parcerias com os ocupantes com direitos adquiridos por ocupação de boa-fé em caso de necessidade de instalação de projetos socioeconómicos.

Promoção da participação do sector privado e de formas cooperativas de organização dos municípios para o incentivo de construções de habitação social.

promoção da verticalização das construções, sensibilização e promoção de construções plurifamiliares, que consiste em casas geminadas ou múltiplas para vários agregados familiares num mesmo lote.

Para o cumprimento do referido Programa Quinquenal de Governação Municipal, foi proposto uma área de 200 hectares no bairro Sidwava destinado a edificação de um projeto de cidade moderna, com construções verticais de até oito andares, contemplando residências, serviços, comércio e lazer. No mesmo projeto os nativos, detentores de terras por herança, têm a possibilidade de negociar uma percentagem com potenciais investidores de atividades económicas.

Sidwava é o bairro municipal mais a Norte, pertencente ao Posto Administrativo Municipal da Machava, com características rurais. Este projeto de construção imobiliária, assegurava o envolvimento da comunidade nativa, reduzindo possíveis conflitos entre estes e os investidores de projetos socioeconómicos, apostando na construção de habitação coletiva racionalizando o espaço existente.

A área do Posto Administrativo da Matola Sede apresenta focos suburbanos em todos os treze bairros, devendo ser feita uma reflexão para a melhoria do ordenamento do território, acessibilidade e prestação de serviços municipalizados.

As áreas suburbanas do bairro Matola “A”, que integra a antiga cintura residencial colonial, não têm projetos de construção que potenciam o desenvolvimento dos serviços municipalizados, datando o último projeto proposto de 1998.

Os focos suburbanos ao longo das cidades moçambicanas e em concreto da cidade da Matola, mostra uma rotura socioeconómica da população no qual Matos (2001) in “A Habitação no Grande Porto: Uma Perspetiva Geográfica da Evolução do Mercado e da Qualidade Habitacional desde Finais do séc. XIX até ao Final do Milénio”, refere que *a habitação é, sem dúvida a expressão mais imediatamente visível da condição social das*

populações. No limiar do século XXI, o combate às condições degradantes de habitação, que ainda existem, como por exemplo, - as barracas, as ilhas, os edifícios em ruína, sem as mínimas condições de habitabilidade -, é, entre outros, um passo essencial na luta contra a pobreza e exclusão social. A erradicação destas situações habitacionais e o realojamento das famílias em habitações condignas tem sido, nos últimos anos, uma das prioridades dos Governos, contudo, este combate ainda está longe do seu fim.

Ainda neste contexto, Carrilho & Lage (2010), abordam esta visão, refletindo sobre a realidade moçambicana o crescimento avassalador das periferias não planificadas das cidades, não deve ser visto apenas como um fator técnico e financeiro, mas de forma integrada numa política ou estratégia de habitação, assente nas seguintes abordagens: (a) a abordagem por prioridades conforme contribuição, possibilidades e pressão das necessidades dos grupos ou camadas sociais diferentes; (b) a abordagem da autoconstrução assistida; (c) a abordagem da padronização técnica e de qualidade; (d) a abordagem da participação de diversos agentes, caso de empresas privadas, cooperativas, associações, etc. (2010:321).

A habitação social constitui um conceito que se preocupa sobretudo com o âmbito social, com as necessidades, com a qualidade e o direito habitacional, tendo o apoio do Estado para que haja oferta habitacional que as classes sociais mais desfavorecidas consigam aceder. Não é menos verdade em Moçambique, que esta ao acomodar a vertente social, se resolve a vertente de ordenamento urbano, cumprindo-se o Plano de Estrutura Urbano, bem como a Constituição da República e a Lei do Solo Urbano, que veda a mercantilização da terra.

A Constituição de Moçambique, dá cobertura a toda esta problemática, assegurando ser responsabilidade do governo criar condições de habitação condigna para os cidadãos, levando a que as instituições ao olharem para o ordenamento do território possam promover condições de planos urbanos. As classes sociais desfavorecidas, podem beneficiar de habitação social municipal, com rendas bonificadas e dentro do padrão condigno, *passando de uma política de habitação social para uma política social de habitação*, como se refere Matos (2001). Neste olhar a cidade da Matola poderá primar pela construção de alojamentos para os munícipes de baixos rendimentos, deixando de promover a atribuição de terra. De facto, resulta da observação no terreno que a atribuição de terra a pessoas de baixos rendimentos tem conduzido a situações que vão contra o

espírito contido naquela iniciativa para promoção de autoconstrução, devido a quatro situações:

- Não seja cumprido o plano de estrutura urbana para a respetiva área,
- Não são observados os prazos de construção,
- Não são observados os critérios morfológicos das diversas áreas;
- A terra ou Direito de Uso e Aproveitamento de Terra (DUAT) são transformados em oportunidade de negócio.

Existindo fortes desníveis sociais na Matola, propomos três critérios de dinamização de habitação, dentro do espírito preconizado pelos instrumentos de ordenamento do território:

Um primeiro destinado às populações com poucos recursos promovendo a construção e disponibilização de habitação social;

O segundo correspondendo aos estratos sociais com condições favoráveis que podem estar sujeitos às respostas do mercado habitacional, promovendo a construção em áreas de loteamento previamente definidas;

Finalmente através de habitações promovidas através de financiamento por Parcerias Público-Privadas (PPP) de habitação em áreas pré-determinadas para colocação no mercado, prevendo a preservação de marcas de ruralidade, como o quintal/pomar para o autoconsumo.

Estas ações poderão induzir a requalificação das áreas informais, onde deve-se ceder às empresas privada em parceria com o município.

A criação de um organismo municipal de gestão/ facilitação e mediação com a banca e diversos parceiros comprometidos no desenvolvimento urbano. O papel municipal seria de conceber os instrumentos legais que acomodaria diversos estratos da população em projetos diferentes e acessíveis, bem como as ações para a abertura de arruamentos, instalação de condutas de água e eletrificação. A área de total gestão municipal teria como grande fonte de receita a exploração das áreas comerciais.

O Conselho Municipal da Cidade da Matola, com o propósito de organizar as áreas informais, poderá privilegiar estes locais, situados na margem dos bairros, promovendo enquadramento para diversos segmentos da população. A habitação social em PPP's a ser construída na cidade da Matola poderá ser implementado em bairros pilotos por cada

Posto Administrativo, a exemplo das áreas suburbanas do bairro Matola A, devendo para tal ser criado uma direção que assuma a gestão da criação e de diversas atividades.

A Parceria Público Privada, seria um mecanismo de mobilização de capacidade financeira, numa partilha de responsabilidades entre o setor público e o setor privado, onde o provimento de necessidades públicas são asseguradas ou controladas pela administração pública e por ela suportadas parcialmente. Este método propicia obtenção de lucros para as partes envolvidas e benefícios para os utentes por ser regulado para o benefício público. Uma parceria público privada na área de habitação social, seria o continuar de implementação dos projetos de investimento de habitação social, quando o setor público esta incapaz de assegurar recursos financeiros próprios e recorre ao setor privado. Silva (2020) fazendo comparação das Parcerias Público Privado na área de habitação social realizado no Brasil e EUA, refere ser necessário suporte legal.

Os projetos de Parceria Público Privado para habitação na cidade da Matola, devem ser implementados em cumprimento do Plano de Estrutura Urbano, obedecendo uma Política Pública clara de promoção de habitação para a população. As etapas de implementação, deverão ser acompanhadas por uma proposta preliminar; termos de referência técnico; audiência ou auscultação pública; edital de concorrência pública, candidaturas e contratação de empreiteiros. Silva (2020) refere que a *Parceria Público-Privada de habitação social, se realiza por meio de contrato, na modalidade de concessão administrativa, pelo Estado e uma concessionária* que faz a contraparte. Porém é necessário promover capacidade municipal na efetivação das etapas do projeto.

Outra abordagem que a cidade da Matola pode acomodar refere-se à constituição cooperativas em áreas de expansão dos bairros e na transformação das áreas suburbanas. A edilidade municipal organiza os espaços em construções coletivas verticais, sendo esta mesma entidade a fornecer serviços de construção, reduzindo os custos caso se trate de serviços prestados pelo setor privado. O bairro da Matola “A” pode ser estruturado para acomodar este projeto nos atuais quarteirões suburbanos e de crescimento informal, acomodando em condomínios verticais população que procura residências nesta cidade. A cidade da Matola passará a apresentar um misto urbanístico, entre cidade jardim de crescimento horizontal com áreas residenciais e preservação de espaços verdes, reproduzindo a cidade-dormitório do século XX, dependente da cidade do Maputo, destino migratório de quem procurava emprego na capital do país; e uma área de cidade moderna confluindo espaços residenciais, de lazer e serviços, em crescimento vertical.

Esta tipologia urbana irá promover maior densidade demográfica; redução de focos suburbanos; e racionalização de áreas ocupadas por habitação, serviços e lazer.

V. BIBLIOGRAFIA

1. Livros

ANDREATTA, V; MAGALHÃES S. (2011). Relatório Sobre as Condições do Planeamento Urbano, Habitação e Infra-estruturas em Maputo – Moçambique; International Growth Center, Programa Moçambique.

ANGULO; DOMÍNGUEZ apud BERNARDELLI, 2010). Obra: Classificação e Caracterização dos espaços Rurais e Urbanos do Brasil. Autor: Ministério do Planeamento, Desenvolvimento e Gestão. (Rio de Janeiro 2017).

ARAÚJO, M. (2003). Espaço Urbano Demograficamente Multifacetado: As cidades de Maputo e da Matola.

ARAÚJO, M. (2003). Os Espaços Urbanos em Moçambique, GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 14. pp. 165-182.

ASCHER, F (2012), Novos Princípios do Urbanismo, Novos Compromissos Urbanos: 3ª Edição; Livros Horizonte.

CARRILHO, J; DI NICOLA, F; LAGE, L. (2005). “Aplicação da matriz do quadro lógico à regularização do solo urbano nas áreas informais da cidade de Maputo.” CICUPE, FAPF/UEM DMCU-CMCM. Maputo, Junho 2005.

CARRILHO, J e LAGE L, (2010) “Desafios no Domínio da Habitação”. FAPF/UEM. Maputo.

MALOA, J. M. (3:2019). A urbanização moçambicana contemporânea: sua característica, sua dimensão e seu desafio. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 11, e20180101. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180101>

FERNANDES, M; MENDES R. (2012). Dicotomias Urbanas em Moçambique: Cidades de Cimento e de Caniço; in Morfologia Urbana nos Países Lusófonos: Actas da 2ª Conferência, Pp 1362-1379.

FERNANDES, M; MENDES, R. (2012). A Apropriação Tropical da Cidade-Jardim – O Caso Moçambicano; Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

FORJAZ, J. 2006. Uma estratégia de habitação para Moçambique: notas para o seu estabelecimento. Junho 2006.

FRELIMO, (1977), Relatório do III Congresso do Partido Frelimo.

FRY, Peter (2003), Cultura das diferenças: Sequelas das políticas coloniais portuguesas e britânicas na África Austral. Afro-Asia, Salvador

HAUSER, Philip Morris (1975) Estudos de Urbanização. Livraria Pioneira Editora, São Paulo.

HEDGES E ROCHA (1999) História de Moçambique, Vol. 3, Moçambique no auge do Colonialismo.

HOWARD, E. (1902). "Garden Cities of To-Morrow".

INE 1997; II Recenseamento Geral da População e Habitação: Indicadores Sociodemográficos Maputo Província.

INE 2007; III Recenseamento Geral da População e Habitação: Indicadores Sociodemográficos Maputo Província.

INE 2017; IV Recenseamento Geral da População e Habitação: Divulgação de Resultados Preliminares.

LAMAS, J.M. (1993). Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Edição: Fundação Calouste Gulbenkian.

MEDEIROS, I (2006). Tendências Recentes da Urbanização na África ao Sul do Sahara: Notas de Leitura; Finisterra, XLI, 81, pp. 191-203.

MELO, V. (2013). Urbanismo português na cidade de Maputo: passado, presente e futuro. In urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana (Brazilian Journal of Urban Management), v. 5, n. 1, p. 71-88, jan./jun. 2013

MENDES, R (2011). A Cidade Colonial e a Estruturação do Território em Moçambique: A Evolução Urbana de Lourenço Marques/ Maputo, Beira, Nampula e Porto Amélia/ Pemba. Tese (Doutoramento em Geografia) Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto, 2011.

MENDES, R (2016). As Cidades Africanas; Chiado Editora, 1ª Edição.

MILHEIRO, Ana Vaz (2011), “A Produção Arquitetónica das Regiões Ultramarinas nas Revistas de Arquitetura e Binário” in Mesquita, Marieta Da, Revista de Arquitetura: Arquivos da Modernidade. Lisboa: Caleidoscópio/ FCT p. 112-133.

MIQUIDADE, Amade Aly (2018) Morfologia Urbana da Matola: Tendências de Crescimento da Cidade. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Novembro de 2018.

NEGRÃO, N. (2004). Mercado de terras urbanas em Moçambique. Cruzeiro do Sul - IID. Maputo, Dezembro 2004.

NOVA AGENDA URBANA (2016), Conferência das Nações Unidas para Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III).

PAWSON, H., Lawson, J., & Milligon, V. (2011). Social housing strategies, financing mechanisms and outcomes: an international review and update of key post-2007 policy developments. Sydney.

PELLETIER, J; DELFANTE, C. (1997). Cidade e Urbanismo no Mundo: Edição; Instituto Piaget.

RITA-FERREIRA, A. (1968). Os Africanos de Lourenço Marques, 1967-1968.

SÍLVIA JORGE, (2014). Processos e Dinâmicas de Intervenção no Espaço Peri-urbano: O caso de Maputo. Cadernos de Estudos Africanos (2014) 27, 55-77 Centro de Estudos Internacionais do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL)

SOMIK VINAY Lall et al, (2017), Cidades Africanas: Abrindo as Portas ao Mundo; Visão Geral.

STORPER, M (2012), Introduction: Processes Of Change In Urban Systems.

UN_HABITAT (2018) Perfil do Sector de habitação de Moçambique

UN-HABITAT, (2007). Perfil do Sector Urbano em Moçambique; Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos.

UN-HABITAT, (2016). Documentos Temáticos da Habitat III; Quioto

2. Artigos

ARAÚJO, M. G. M. (2002) Ruralidade – Urbanidade em Moçambique. Conceitos ou Preconceitos? Revista da Faculdade de Letras- Geografia. I série. Vol. XVII-XVIII. Porto.

ARAÚJO, M. G. M. (2003) Os espaços urbanos em Moçambique. Geosp Espaço Tempo, São Paulo, nº 14, p.165-182.

Arpac (http://www.arpac.gov.mz/images/catalogo/Catalogo_Mafalala-min.pdf)

BAIA, Alexandre (2009) Os meandros da urbanização em Moçambique. **GEOUSP** - Espaço e Tempo, São Paulo, nº29- Especial, p.3-30.

BUZI, Fernando (2013) no artigo sobre “a visão do governo com relação à habitação em Moçambique. <http://www.archimoz.com/blog/sobre-a-viso-do-governo-com-relao-habitao-em-moambique> consultado a 22/11/2020.

FERRÃO, João (2003) Intervir na Cidade: Complexidade, Visão, Rumo; Publicado em: PORTAS, N.; DOMINGUES, Á. e CABRAL, J. Políticas Urbanas – tendências, estratégias e oportunidades, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Guevane, Luís Adriano (2020) Expansão Urbana: Refletindo Em Torno Da Tipologia Da Cidade De Maputo.

Jéssica Lage, 2019, p. 9 (<https://docplayer.com.br/189899135-Influencias-no-processo-de-formacao-do-tecido-urbano-nos-bairros-pericentrais-de-maputo-o-caso-de-chamanculo-c-maxaquene-a-e-polana-canico-a.html>)

Jorge, Sílvia (2014) Processos e Dinâmicas de Intervenção, p.57

Jorge, Sílvia & Melo, Vanessa, 2014, 37-38 (<https://journals.openedition.org/cea/1488>) (<https://doi.org/10.4000/cea.1488>)

Jornal Noticias de Moçambique, do dia 6/03/2020.

Jornal Noticias de Moçambique, do dia 11/10/2012.

Jornal Noticias de Moçambique, do dia 14/12/2019.

Jornal Noticias de Moçambique, do dia 6/10/2019.

MATOS, Fátima (1994/5) no artigo Habitação Cooperativa no Grande Porto 1974/94, in revista da Faculdade de Letras – Geografia, I Serie, Vol X/XI, Porto, 1994/5, pp 19-38.

MELO (2013) Urbanismo português na cidade de Maputo: passado, presente e futuro.

MUANAMOHA, Ramos (2018) Cartografia da Migração Interna em Moçambique entre 1997 e 2007

OLIVEIRA, T.C. Cooperativas de trabalho: instruções para organização. 2ªed. São Paulo: ICA, 1996.80 p.

PEDROSA, António e Pereira, Andreia (2016) Cidades e dinâmicas urbanas: a gestão de relações complexas em territórios de risco, in CEGOT.

RAPOSO, Isabel (2010); A Explosão Urbana em África; in Anuário de Relações Exteriores - JANUS 2010.

REGO, Renato e Meneguetti, Karin (2011) A respeito de morfologia urbana. Tópicos básicos para estudos da forma da cidade in DOI: 10.4025/actascitechnol.v33i2.6196 Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Maringá.

Revista Correio da Matola, publicado a 4 de Fevereiro de 2016 in, <http://www.correiodamatola.co.mz/index.php/noticias/6-44-anos-da-cidade-da-matola-a-cidade-esta-a-crescer>

SEIXAS, João (2006) A reinvenção da política na cidade - Perspetivas para a governação urbana, in artigo Cidades-Comunidades e Territórios Dez. 2006, n.º 12/13, pp. 179-198.

SILVA, Marcos (2020) As Parcerias Público-privadas no âmbito dos programas de habitação social: São Paulo e Nova York, in Cadernos de Arquitetura e Urbanismo. 2020, © Copyright by Authors. DOI: <http://doi.org/10.18830/issn.1679-0944.n28.2020.05>.

VIEIRA et all (2003) Análise da importância das cooperativas habitacionais na construção de moradias para população de baixa renda do brasil, in Revista Eletrónica De Geografía Y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. VII, nr 146(098).

3. Legislação

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE DE 2004, de

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE 1997; decreto nº 19/97, de 1 de Outubro, sobre Ordenamento do Território.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE 1998; decreto nº 66/98, de 8 de Dezembro, sobre o Regulamento de Ordenamento do Território.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE 2006; decreto nº 60/06, de 26 de Dezembro, sobre o Regulamento de Uso do Solo Urbano.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE 2008; decreto nº 23/08, de 1 de Julho, sobre o Regulamento da Lei do Ordenamento do Território.

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE 2010; Diploma Ministerial n.º 181/10, de 3 de Novembro, para Operacionalizar o Processo de Expropriação para Efeitos de Ordenamento Territorial.